

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
ADMINISTRAÇÃO

GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY

**À SOMBRA DO CAPITAL:
AS DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

CAMPO GRANDE - MS
FEVEREIRO/2012

GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY

**À SOMBRA DO CAPITAL:
AS DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração. Orientadora: Mayra Bitencourt. Coorientador: Élcio Gustavo Benini

**CAMPO GRANDE – MS
FEVEREIRO/2012**

GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY

**À SOMBRA DO CAPITAL:
AS DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

PRESIDENTE: Dr^a. MAYRA BATISTA BITENCOURT FAGUNDES

EXAMINADOR INTERNO: Dr. MILTON PASQUOTTO MARIANI

EXAMINADORA EXTERNA: Dr^a. ÉLCIA ESNARRIAGA ARRUDA

**CAMPO GRANDE – MS
FEVEREIRO/2012**

À minha família e namorada

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Paulo e Denise, por terem sempre me dado muito apoio e força e servido sempre como exemplos nos quais eu posso me espelhar e dos quais posso me orgulhar.

Agradeço à minha namorada Martina por ter se mostrado compreensível, caridosa e sensível às minhas dificuldades, agradeço ainda mais por ter me dado muitas alegrias e por ser uma companheira fiel e dedicada.

Agradeço à minha Orientadora Mayra por ter sido tão paciente com meus erros e ter me despertado, de uma vez por todas, para o caminho da pesquisa e do conhecimento. Em cinco anos de trabalho conjunto, nossos diálogos quase cotidianos foram determinantes para me incentivar à pesquisa acadêmica.

Agradeço ao meu Coorientador Elcio Benini por ter me orientado pelos difíceis caminhos da perspectiva marxiana. Perspectiva essa que passei a adotar não só pela necessidade da presente pesquisa, mas, sobretudo, como filosofia norteadora do meu conhecimento. Quanto a isso, só posso agradecer a você.

Agradeço ao professor Milton Mariani por ter me ajudado sobremaneira nos diversos momentos em que tive dificuldades para compreender as limitações da minha pesquisa. Sua capacidade de sintetizar a argumentação e concatená-la de maneira ordenada me contaminou de forma indelével.

Agradeço aos professores que compuseram minha banca de qualificação, Dr^a. Élcia Esnarriaga Arruda e Dr. José Nilson Reinert, por terem me alertado com relação aos labirintos teóricos aos quais adentrei ao início da pesquisa e em relação ao meu otimismo ingênuo dirigido ao objeto com o qual me defrontava. Essa participação crucial marcou o desenvolvimento da presente dissertação.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter financiado minha participação no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFMS. Apoio sem o qual não seria possível empreender tamanho esforço para realizar a presente pesquisa.

“... Homens da Inglaterra
por que lavrar para os senhores
que vos derrubam?
Por que tecer com esforço e cuidado
as ricas roupas que vestem os vossos tiranos?

Por que alimentar e vestir, e proteger,
do berço até à sepultura,
aqueles ingratos zângãos que
exauririam o vosso suor como
beberiam também o vosso sangue?

Por que, abelhas da Inglaterra, forjar
tantas armas, grilhetas e chicotes
se esses zângãos sem ferrão podem destruir
o produto forçado da vossa labuta?

Será que tendes lazer, conforto, calma,
abrigo, comida, o doce bálsamo do amor?
O que é então que comprais tão caro
com a vossa dor e com o vosso medo?

O grão que semeais, colhe-o outro;
A riqueza que encontrais, fica outro com ela;
As roupas que teceis, outro as veste;
As armas que forjais, as usam outro.

Semeai grão, — mas não deixeis que nenhum tirano o colha;
Encontrai riqueza, — não deixeis nenhum impostor acumulá-la;
Tecei roupas, — não deixeis nenhum ocioso usá-las;
Forjai armas, — a usar em vossa defesa...”

Percy Shelley – a máscara da anarquia, 1819.

Como é terrível ler o poema de Shelley
(para não falar dos cantos camponeses egípcios de três mil anos atrás)
denunciando opressão e exploração.
Serão eles lidos num futuro ainda
repleto de opressão e exploração,
e dirão as pessoas: “Até naquele tempo...”?

Bertolt Brecht ao ler “A máscara da Anarquia”, 1938.

RESUMO

A presente pesquisa teve a intenção de levantar reflexões sobre o universo de experiências alternativas de trabalho e renda inscritas naquilo que se denomina Economia Solidária. Essas reflexões foram fundamentadas em uma perspectiva marxiana da qual emerge a dialética da estrutura e da história, balizada por categorias como totalidade e centralidade do trabalho. Para o desenvolvimento da pesquisa tornou-se necessário, portanto, a discussão sobre o modo de produção dominante, o capitalismo, sendo ele a representação do ordenamento global das determinações históricas e estruturais do metabolismo do capital. A partir dessa discussão inicial foi possível identificar os distintos processos interdependentes que caracterizam o estágio atual desse sistema, sendo o pilar fundamental de todos eles a crise estrutural que tem assolado a relação Capital-Trabalho-Estado. Em sequência, articulou-se uma descrição das formas de crítica a essa ordem dominante do capital e como essas se desenvolveram a fim de que se entendesse o estágio atual das alternativas sociais. Com base, nesse contexto procurou-se levantar dados qualitativos e quantitativos sobre a Ecosol, de modo que fosse possível estabelecer as correlações necessárias para se compreender a realidade concreta dessa alternativa social que emerge das contradições da totalidade de relações de produção capitalistas. Com efeito, após esse levantamento de dados, tornou-se necessária a apresentação das teses marxianas dirigidas à Ecosol, no sentido de expor suas limitações e contribuições para a presente pesquisa. Realizado isso, pode-se identificar a presença de quatro dimensões que, além da dimensão interna dos EES, também limitam e regulam o desenvolvimento da Ecosol. Como conclusão, chegou-se a que as contradições existentes na Ecosol fazem dela apenas um instrumento reprodutivo das condições materiais do capital. Entretanto a visualização das dimensões metabólicas que influenciam o desenvolvimento da Ecosol pode ser utilizada para se empreender uma práxis da transição.

Palavras-chave: Economia Solidária, Capital, Reprodução Metabólica.

ABSTRACT

This research intended to raise thoughts on the universe of alternative experiences of labour and income included in what is called the Solidarity Economy. These reflections were based on a Marxian perspective from which emerges the dialectic of structure and history, guided by categories such as totality and centrality of labour. To develop the research it became necessary, therefore, the discussion on the dominant mode of production, the capitalism, as being the representation of the global order of historical and structural determinations of the metabolism of capital. From this initial discussion was possible to identify the different interdependent processes that characterize the current state of this system, being the cornerstone the structural crisis that has plagued the relationship Capital-Labour-State. In response, it was made a description of the forms of critique of this dominant order of capital and how these have developed so that they understand the current status of social alternatives. Based in this context, it was tried to get qualitative and quantitative data on the Ecosol, so that it was possible to establish the correlations necessary to understand the social reality of this alternative that emerges from the contradictions of the totality of capitalist relations of production. Indeed, after the survey data, it became necessary to present the Marxian thesis aimed at Ecosol in order to expose their limitations and contributions to this research. Accomplished this, one can identify the presence of four dimensions that, in addition to the internal dimension of the ESS, also restrict and regulate the development of Ecosol. As a conclusion it was reached the fact that the contradictions in Ecosol turns it just an instrument of the material reproduction of the capital. However, the dimensions that influence the development of Ecosol can be used to carry out a practice toward transition.

Key-Words: Solidarity Economy, Capital, Metabolic Reproduction

LISTA DE SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária

ASMOCNP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Ecosol – Economia Solidária

EES – Empreendimento Econômico e Solidário

EAFs – Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEES – Fórum Estadual de Economia Solidária

FRs – Fábricas Recuperadas

FSM – Fórum Social Mundial

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MST – Movimento dos Sem-Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PACs – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone-Sul

RBESS – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

Ripess – Rede Internacional para Promoção da Economia Social e Solidária

Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Unisol Brasil – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Tese, Antítese e Síntese: a lei da negação da negação..... | 36 |
| Figura 2 - Apreensão da Realidade Concreta e mediação teoria-práxis..... | 38 |
| Figura 3 – processo de apreensão do concreto imediato | 39 |
| Figura 4 – Metabolismo e Estrutura Social Geral. | 43 |
| Figura 5 – Elementos do Metabolismo do Capital | 67 |
| Figura 6 – Área de atuação dos EES, Brasil. | 184 |
| Figura 7 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade dos EES | 185 |
| Figura 8 – Motivos para criação dos EES | 186 |
| Figura 9 – Formas de Organização dos EES no Brasil | 187 |
| Figura 10 – Forma de organização por ano de início do EES | 187 |
| Figura 11 – origem dos recursos dos EES | 188 |
| Figura 12 – Resultados Financeiros dos EES | 188 |
| Figura 13 – Gestão Coletiva nos EES..... | 191 |
| Figura 14 – Formas de Participação dos sócios nos EES | 192 |
| Figura 15 – Periodicidade das Assembleias..... | 192 |
| Figura 16 – Dificuldades Encontradas Pelos EES..... | 193 |
| Figura 17 – Abrangência do Mercado | 193 |
| Figura 18 – Abrangência de atuação dos EAFs | 197 |
| Figura 19 – Vínculos Sociais e Políticos dos EAFs | 197 |
| Figura 20 – Áreas de Atuação do EAFs | 198 |
| Figura 21 – As Dimensões da Reprodução Metabólica da Economia Solidária..... | 266 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Crescimento médio do Produto Nacional Bruto entre 1949 e 1959 (% a.a) | 82 |
| Quadro 2 – Número de EES por Unidade Federativa..... | 183 |
| Quadro 3 – Participantes dos EES por gênero e localidade | 183 |
| Quadro 4 – Faturamento Absoluto e Médio dos EES..... | 189 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Destinação do Excedente por Proporção de EES (%) | 190 |
| Tabela 2 – Proporção de EES segundo Benefícios, Garantias e Direitos (%) | 190 |
| Tabela 4 – Formas de Comercialização e área de atuação (%) | 194 |
| Tabela 3 – Mercado Consumidor e formas de Comercialização (%) | 194 |
| Tabela 5 – Aquisição do Insumo Principal (%)..... | 195 |
| Tabela 6 – Tipo de Articulação (%)..... | 196 |
| Tabela 7 – Tipo de Movimentos em articulação com a Ecosol (%)..... | 196 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 Contextualização e Problema..... | 14 |
| 1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos..... | 23 |
| 1.3 Justificativa da Pesquisa | 24 |
| 2. METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 25 |
| 2.1 Fundamentos da Perspectiva Marxiana | 25 |
| 2.2 Estrutura da Pesquisa e Procedimentos Metodológicos | 40 |
| 3. O SISTEMA METABÓLICO DO CAPITAL | 49 |
| 3.1 Gênese Histórica: a acumulação primitiva..... | 49 |
| 3.2 Elementos do sistema metabólico do capital | 54 |
| 3.3 Capitalismo em Transformação: do Liberalismo à Reestruturação | 73 |
| 3.4 O Capitalismo em seu estágio Global..... | 91 |
| 3.5 A Ideologia do “espírito do capitalismo” | 109 |
| 4. A CRÍTICA À ORDEM VIGENTE E SEU DESENVOLVIMENTO..... | 129 |
| 4.1 A Crítica e suas Fontes Primárias | 129 |
| 4.2 Uma Apresentação das Formas Históricas da Crítica..... | 134 |
| 4.3 Dois exemplos emblemáticos da luta do proletariado | 157 |
| 4.4 A perplexidade Ideológica da crítica e as <i>novas alternativas sociais</i> | 167 |
| 5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA: BASE CONCRETA E INTERPRETAÇÕES..... | 181 |
| 5.1 Aspectos Quantitativos e Qualitativos da Ecosol | 182 |
| 5.2 A Economia Solidária como crítica ao capital: duas abordagens estilizadas ... | 224 |
| 5.2.1 As análises de Paul Singer sobre o conteúdo revolucionário da Ecosol.... | 225 |
| 5.2.2 A Abordagem da Adequação Sócio-Técnica e seus elementos | 239 |
| 5.3 Interpretações marxianas sobre a Ecosol: Contribuições e Limitações | 250 |
| 6. DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA ECOSOL | 256 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 272 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 277 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema

A inevitável e problemática fase descendente do capital, enquanto forma de controle metabólico da sociedade, atingiu seu ápice à medida que sua ascensão histórica global sinalizou sua consumação. Tal fato trouxe à tona não somente a desilusão do “convite ao desenvolvimento”, propagandeado pelos países mais ricos, mas também a triste realidade da globalização do desemprego e do desperdício crescente de recursos humanos, financeiros e, principalmente, naturais, a tal ponto que a própria existência humana encontra-se ameaçada pelos imperativos da acumulação desenfreada do capital. (MÉSZÁROS, 2002)

Esse estágio atual das condições objetivas que, em última instância, determinam a produção material da vida dos indivíduos sociais sob o controle metabólico do capital, deve-se, ao contrário do que propõem os entusiastas da ordem vigente, não às crises cíclicas e temporárias advindas, como insistem em explicar, da falta de demanda agregada, do excesso de desregulamentação de setores estratégicos, da intervenção estatal parasitária ou, ainda, da “ganância incontrolável” dos empresários, mas sim à irremediável crise estrutural – da qual as crises cíclicas são meras consequências – que tem abalado o âmago do sistema do capital ao longo dos últimos cento e cinquenta anos.

As subsequentes e frustradas tentativas por parte de governos e organismos multilaterais em evitar que as “crises cíclicas” abranjam e assolem a totalidade dos sistemas socioeconômicos ilustram a gravidade da crise estrutural em questão e dão provas incontestáveis da incontrolabilidade das determinações estruturais do capital, desenvolvidas por meio da dinâmica das contradições inerentes a sua formação sócio-histórica específica.

No cerne da questão essencial que envolve a sobrevivência não só do sistema metabólico do capital em si, mas também da própria humanidade em sua totalidade, está onipresente o conflito histórico entre capital e trabalho, o

qual se apresenta sob três formas radicais de contradição: 1) a separação entre produção e seu controle; 2) a separabilidade espaço-temporal entre a produção e seu consumo; e 3) a contradição entre a produção e sua circulação, evidenciando a supremacia da incontabilidade total do sistema metabólico sobre a parcialidade do controle exercido nos microcosmos produtivos.

Tais contradições, no entanto, são mascaradas sob o manto das mediações de segundo grau do capital e suas respectivas “personificações”, as quais se põem e sobrepõem ao homem em seu metabolismo trans-histórico com a natureza. Dentre essas mediações vale citar: o dinheiro em suas formas mistificantes; a produção e seus objetivos fetichistas; a formação do Estado pelo capital e sua variedade, enquanto estrutura alienante *par excellence* e; o mercado mundial, enquanto objetivo último da ordem metabólica vigente. (MÉSZÁROS, 2004, 202)

Como consequência do desenvolvimento histórico desses meios alienados de produção material da sociedade, colou-se em cheque, ao longo do último século, a possibilidade real de superação desse sistema metabólico *dentro* do marco das relações de produção existentes, pois a implosão do socialismo realmente existente – a URSS – mostrou a todos que somente a expropriação dos expropriadores não é uma alternativa real porquanto deixa imaculada toda a estrutura hierárquica e contraditória do capital.

O que se seguiu a essa malfadada experiência real do socialismo, em consequência à stalinização do projeto socialista original, foi a transformação completa dos caminhos da perspectiva marxiana, que ora foi abandonada pelos movimentos dos trabalhadores e intelectuais da velha esquerda, como mostra Gottfried (2005), ora severamente modificada em seu âmago, conforme argumentam Harvey (2010) e Therborn (2008).

Surgem então, como enfatiza Mézáros (2002), vários movimentos de “questão única”, conduzidos ao isolamento e à fragmentação face à multiplicidade de distúrbios sociais erigidos pelo sistema do capital em sua ascensão histórica. Dentre eles podem se citados: os grupos ambientalistas, grupos voltados para a emancipação feminina, movimentos sociais contra a corrupção e discriminação social, etc.; são exemplos de reivindicação social

que, segundo Harvey (2010), ao abandonarem qualquer ligação com a natureza socioeconômica de seus pleitos, evocam somente questões políticas e jurídicas.

Nesse sentido, alega-se, como o faz Gorz (1986, 1987), a não centralidade do trabalho e, dessa forma, qualquer forma de superação das condições objetivas presentes, por meio da organização dos trabalhadores, perde sua legitimidade.

No entanto, como enfatiza Mészáros (2002, p. 95), ao contrário do que praticam os movimentos de “questão única” e da tese da “não centralidade do trabalho”, “todos os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital”. Isso se dá pela própria natureza objetiva do metabolismo social regulado economicamente pelos imperativos estruturais do capital.

Sem embargos, à despeito desse desafio e fardo histórico que deve ser encarado como compromisso inapelável dos trabalhadores, a forma reificada do trabalho diante da ordem vigente, como trabalho assalariado, testemunhou, principalmente durante a reestruturação produtiva pós-década de 1970, a reprodução global da fragmentação e precarização dos postos de trabalho, bem como a perda de uma série de direitos trabalhistas conquistados pelos sindicatos no pós-Segunda Guerra. Tal como a pluralidade de capitais se tornou concreta na consumação da ascensão global do capital, o trabalho assalariado, como força de trabalho, também se tornou heterogêneo, ao ponto de perder a unidade entre luta política econômica contra a ordem vigente.

Embora o trabalho assalariado tenha sofrido com a falta de unidade em sua luta, com a separação de seu braço político – os partidos políticos dos trabalhadores – de seu braço industrial – os sindicatos –, essa forma reificada de trabalho não representa a totalidade dos trabalhadores que se reproduzem no bojo do sistema do capital. Entre outras formas de ocupação encontram-se o trabalho informal, o trabalho voluntário e o trabalho autogerido – esse último, como alvo crescente de estudos que o consideram fundamental para a construção de uma nova economia, uma economia solidária, a qual, de fato, é objeto da presente pesquisa –.

Ao longo das últimas décadas do século XX e mais visivelmente durante primeira década do século XXI, a economia solidária (Ecosol) revelou ser uma inevitável e essencialmente necessária “via de escape”¹ para a absorção da força de trabalho desocupada pelo avanço dramático das forças produtivas do capital, à medida que esse sistema metabólico demonstrou, de acordo com Mészáros (2002), ter atingido os limites de sua viabilidade material. Desde então, teses interpretativas sobre o alcance sociopolítico dessa alternativa à desocupação estrutural emergiram, segundo Gaiger (2003), em profusão, tão logo as manifestações concretas e polimórficas desse fenômeno puderam ser observadas ao redor do globo.

No Brasil, essas manifestações tiveram início, conforme data Bertucci (2003), no interior das experiências alternativas comunitárias dirigidas, na década de 1980, pela Cáritas do Brasil. É, também, necessário fazer referência, como o faz Nunes (2009), à contribuição relevante por parte pelas organizações e instituições que participaram ativamente, nesse período, do movimento pela redemocratização do Estado brasileiro, tais como: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Instituto para políticas alternativas para o Cone Sul (Pacs); e o Movimento dos Sem-Terra (MST).

A base material histórica e geograficamente específica que aqui se forma, explicam França Filho e Laville (2004) e Singer (2010), deriva essencialmente da formação de uma “economia” dos setores populares a qual se desenvolve ao em torno de experiências cooperativas ligadas a atividades econômicas diversas – razão essa que justifica a diversidade de formas pelas quais se apresentam as iniciativas econômicas compreendidas na Ecosol denominadas Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) –. Sob essa perspectiva, Singer (2010) aponta para a existência e a formação das cooperativas de produção, consumo, crédito; dos clubes de troca; de grupos

¹Corroboram essa perspectiva as análises contidas, por exemplo, em Singer (1999, 2003), França Filho e Laville (2004), e mais recentemente em Barbosa (2007).

informais e associações coletivas; e das fábricas em falência recuperadas por trabalhadores, como as representações concretas da Ecosol.

A despeito da diversidade de formas organizacionais pelas quais a Ecosol pode ser identificada impera, ou pelo menos se intenta induzir, nesses empreendimentos, segundo Singer (2010), o respeito a certos princípios organizativos padronizados que devem desencadear a cooperação e a autogestão. Dessa forma conseguiu-se opor certa unidade de conteúdo à extensa variedade de formas possíveis de iniciativas de Ecosol.

Na esteira da manifestação material da Ecosol no Brasil, a partir de iniciativas populares e comunitárias, foi possível identificar, ilustra Singer (2010), o início de uma articulação político-sindical, já nos anos 1990, relacionada à atitude do Sindicato dos Químicos de São Paulo de, em decorrência da preocupação com o inevitável desemprego originado da falência de um grupo calçadista em Franca, SP, iniciar o processo de recuperação judicial deste por meio da autogestão dos trabalhadores. Essa iniciativa serviu de fundamento para a constituição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que hoje abriga várias destas iniciativas.

Embora, no Brasil, o marco inicial da Ecosol tenha se dado na década de 1980, quando o país testemunhou uma grave recessão econômica, foi somente durante a década de 1990 que a Ecosol viu-se florescer sobremaneira. Como explicita Nascimento (2003), entre 1996 e 1997 é desenvolvido, pela ação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, o Programa Integrar cujo objetivo foi disseminar conhecimentos sobre o cooperativismo, a autogestão e a Ecosol.

Como consequência dessas ações pioneiras, de acordo com Segundo e Magalhães (2003), foi também durante a segunda metade da década de 1990 que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao realizar vários debates sobre a Ecosol, fomentou a organização do primeiro Seminário Nacional de Economia Solidária, cujo principal produto foi o surgimento, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a qual a partir de 2000 colaborou decisivamente para a construção do Sistema Nacional de Cooperativas de

Economia e Crédito Solidário e da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil). Aproveitando-se dessa experiência, foi criada em 2000 a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), composta por dirigentes de várias entidades ligadas à Ecosol.

Passado esse período experimental do desenvolvimento das bases fundamentais para a consolidação da Ecosol, é na primeira década do século XXI que se pode verificar, segundo Guimarães (2003) e Singer (2010), a construção e o fortalecimento de uma articulação política de abrangência nacional em prol da Ecosol. Foi nesse período que se formaram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O FBES, criado em 2003 e originado das discussões sobre a Ecosol no âmbito do Fórum Social Mundial (FSM), juntamente com suas ramificações estaduais (FEES), constituem, segundo Nunes (2009, p. 70) “instâncias informais que possibilitam a articulação de experiências dos EES, das entidades de apoio e dos gestores públicos para a formação de agendas comuns”.

Por sua vez, a Senaes, instituída pelo decreto nº 4.764 em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é responsável por viabilizar e coordenar políticas públicas de apoio à Ecosol. Dessa forma, cabe a essa secretaria a responsabilidade por articular a institucionalização da Ecosol no âmbito do governo federal, desenvolvendo Descreve Barbosa (2007) que o objetivo dessa secretaria é induzir quanti e qualitativamente as iniciativas dos EES. Cabe destacar, ainda de acordo com a autora, que a constituição da Senaes não se deu de forma unilateral por parte do governo federal, mas sim por meio da ampla participação do movimento social ligado à Ecosol.

No mesmo decreto que deu origem à Senaes em 2003 já se previa a consolidação do CNES, porém este só foi concebido de fato em 2006. Explica Nunes (2009) que esse conselho agrega funções consultivas e deliberativas no sentido de possibilitar o diálogo entre a Senaes, o governo federal e

organizações do “terceiro setor” que apoiam a Ecosol, sendo gestado, dessa forma, por um modelo tripartite.

Por fim, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, concebida em 2003 e concretizada somente em 2006, representa as iniciativas municipais e estaduais para a concepção de políticas públicas comuns em prol da Ecosol.

Não obstante à estruturação e sistematização de órgãos, entidades e instituições nacionais dirigidas à Ecosol, vale citar o processo de integração entre todas essas iniciativas “regionalizadas” e a construção da Rede Internacional para a Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess) que congrega, segundo Nunes (2009), mais de 60 redes de Ecosol em todo o mundo, tendo como objetivo o desenvolvimento do comércio justo e solidário e das finanças solidárias, entre outras finalidades. Desse modo, pode-se vislumbrar uma tentativa de articulação global da Ecosol.

Em meio a todo esse desenvolvimento da “base material” e, de certa maneira, de uma superestrutura, senão jurídica pelo menos política, a presença das universidades marcou-se profundamente como fio condutor essencial para o fomento à Ecosol, sob duas perspectivas principais.

Em primeiro lugar, cabe salientar a participação das universidades em atividades de extensão, no âmbito das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), visando ao desenvolvimento de metodologias de incubação e de tecnologias sociais as quais podem permitir que os EES atinjam seus objetivos programáticos de forma satisfatória.

Por outro lado a universidade, em sua respectiva função de pesquisa, revelou-se pertinente “forma de consciência” por meio da qual a Ecosol pôde ser apreendida em si e para si. Nesse aspecto, a produção acadêmica serviu como ponto de referência para a apreciação subjetiva das formas concretas exibidas pelas experiências práticas dos EES, principalmente em respeito aos fatores que, uma vez identificados pela práxis, se manifestam como limitadores e reguladores do desenvolvimento da Ecosol.

No que tange a essa função de apreensão das limitações da Ecosol, a abrangente produção bibliográfica atual² possibilitou apontar vários problemas enfrentados pelos EES, desde vícios, distorções e carências de recursos em sua organização interna até a falta, no sentido da produção material, da articulação conjunta entre essas iniciativas, pressupondo certa forma sistêmica de evolução.

Dentre a vasta contribuição teórica existente é possível identificar, conforme afirmou Gaiger (2003), distintas nuances e paradigmas metodológicos que permitem colocar em destaque as teses interpretativas mais relevantes acerca da Ecosol. Sob esse prisma, assumiu um importante papel na apreensão subjetiva da Ecosol a discussão sociopolítica de caráter marxiano desenvolvida, no Brasil, primeiramente por Paul Singer, em seus estudos e ensaios teóricos, (Singer, 1999, 2002, 2003, 2004, 2007, 2010) e, posteriormente, pelas pesquisas realizadas por Gaiger (2003), Novaes (2004, 2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008); Novaes e Dagnino (2004); Novaes, Assis e Dagnino (2004); Faria, Novaes e Dagnino (2008); Benini e Benini (2010); Benini, Benini e Figueiredo Neto (2007); Dagnino e Novaes (2004); Batista e Novaes (2011).

No entanto, embora possa se pensar que essas reflexões marxianas acerca da Ecosol desenvolvem-se sob uma forma linear e complementar, fica nítido, sob um exame acurado, o caráter antagônico existente entre a perspectiva de Paul Singer e a defendida pelo outro grupo de autores em pesquisas subsequentes. A divergência situa-se não só num patamar teórico, pois diferentes formas de se apreender a Ecosol traduzem-se, inevitavelmente, em conteúdos programáticos totalmente divergentes e irreconciliáveis.

O questionamento fundamental que desencadeia tamanha oposição entre autores assume sua forma na seguinte problematização: seria a Ecosol portadora de relações de produção superiores àquelas estabelecidas no modo

² Sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES, ver, por exemplo: Mance (2001, 2002a, 2002b), Novaes (2007, 2008), Benini e Benini (2010), Singer (2010)

de produção do capital, e, nesse caso, seria a Ecosol uma alternativa estrutural viável ao sociometabolismo do capital?

A concepção de Paul Singer sobre essa questão, tornada clara em seus trabalhos, configura resposta afirmativa a esse problema, de modo que este autor, como será evidenciado em fase posterior da pesquisa, torna, de forma apriorística, a Ecosol em base material sobre a qual, como sugere, poderá ser erguida uma nova forma de estrutura social.

De forma antagônica a essa concepção, os outros autores relacionados promoveram em suas obras um exame exaustivo sobre as concepções marxianas de relações de produção, modo de produção, tecnologia, forças produtivas, alienação e totalidade sistêmica, com o intuito de apontar as claras falhas existentes em se assumir *a priori* a possibilidade de superação do capital pelo desenvolvimento da Ecosol. O resultado desse exame implicou, automaticamente, veemente crítica ao pensamento de Paul Singer, que além de despontar como autor proeminente na área, também acumula o cargo de secretário nacional responsável pela Senaes.

A crítica à Singer, *grosso modo*, estabeleceu conexões importantes entre as representações concretas da economia solidária e seu devido tratamento sob uma perspectiva marxiana clássica, e desse modo introduziu uma pesquisa com forte viés normativo, tendo como foco principal a necessidade de transformação radical das forças produtivas por meio do processo de adequação sócio-técnica da tecnologia e da educação para a autogestão.

No entanto, e não se pretende aqui subestimar de nenhuma forma o potencial explicativo contido nessas análises, parece haver ainda um caminho inexplorado e, de certa forma, uma questão subjacente, muito mais delicada e complexa que se divide em dois pontos norteadores. Nesse sentido, tendo-se em vista que a formação da Ecosol não se deu de forma isolada, mas sim totalmente engendrada em meio ao ordenamento global de determinações e relações dialéticas inerentes à formação societal do capital, pergunta-se: o que a Ecosol e suas determinações estruturais específicas permitem compreender sobre o movimento histórico do metabolismo do capital?

É na tentativa de se encontrar uma resposta para essas questões que se funda a presente pesquisa, a qual necessariamente se posiciona em complementaridade aos estudos de Novaes (2004, 2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008); Novaes e Dagnino (2004); Novaes, Assis e Dagnino (2004); Faria, Novaes e Dagnino (2008); Benini e Benini (2010); Benini e Figueiredo Neto (2007); Dagnino e Novaes (2004); Batista e Novaes (2011).

1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Sob a perspectiva de que a Ecosol se reproduz em meio ao sistema metabólico do capital, o estudo que aqui é proposto tem como objetivo geral analisar as manifestações concretas da Ecosol em seu meio imediato face ao metabolismo orgânico do capital, ou seja, descrever e inter-relacionar as dimensões da reprodução metabólica da economia solidária. Para isso, no entanto, é necessário:

- a) Identificar as determinações estruturais e históricas que constituem o metabolismo do capital em seu movimento de produção e reprodução para se extrair desse contexto global a genética histórica da Ecosol;
- b) Evidenciar, a partir de manifestações concretas da Ecosol, de suas políticas e públicas e de estudos empíricos, o conjunto de determinantes materiais que a constituem e seu reflexo jurídico-político. Nesse sentido, se pretende demonstrar a “arquitetura” sistêmica da Ecosol;
- c) Inter-relacionar os determinantes estruturais e históricos do sistema do capital com as dimensões da reprodução metabólica da Economia Solidária.

1.3 Justificativa da Pesquisa

Diante dos imperativos materiais de reprodução da ordem sociometabólica vigente e suas consequências – a globalização do desemprego e a multiplicação das carências sociais, entre outras – a necessidade de se estudar uma forma de ocupação para o trabalho se apresenta como um compromisso não só acadêmico, mas, sobretudo, histórico no sentido de se compreender as dimensões práticas que permitem a reprodução dessa iniciativa autogestionária de produção social. Nesse sentido, a aproximação entre o estudo da Ecosol e a perspectiva marxiana também deixa de ser meramente acadêmica, uma vez que as próprias determinações estruturais e históricas da ordem vigente conduzem qualquer iniciativa de se superar a organizar-se em torno da centralidade do trabalho e de seu papel emancipador.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Fundamentos da Perspectiva Marxiana

A adequada investigação dos determinantes objetivos que constituem o conteúdo, a base estrutural, sob a qual se solidifica e desenvolve historicamente a Ecosol só pode ser devidamente realizada, de acordo com Mészáros (2011), por meio da apropriada interpretação da multiplicidade de relações causais que compreendem e determinam a formação social que se pretende analisar. Tal interpretação, segundo o autor, só se faz possível na medida em que se compreende e se parte analiticamente de uma relação dialética entre estrutura e história, pois:

A questão da *estrutura social* não pode ser colocada em sua perspectiva correta sem uma avaliação *dialética* multifacetada dos complexos fatores e determinações envolvidos. Pois a pura verdade é que em *qualquer* tipo particular de ordem reprodutiva da humanidade, a *estrutura social* é impensável sem sua *dimensão histórica* apropriadamente articulada; e vice-versa, não pode haver nenhuma compreensão verdadeira do *movimento histórico* em si sem que se apreenda ao mesmo tempo as correspondentes *determinações materiais estruturais* em suas especificidades³. (MÉSZÁROS, 2011, p. 13)

No que tange a presente pesquisa, fica evidente, portanto, que é de vital importância investigar o desenvolvimento particular da Ecosol, sua história e estrutura, a partir de sua dotação como elemento pertinente a uma formação social “totalizante” em cujo bojo subjaz a Ecosol, sob o risco de apenas suscitar um “particularismo anedótico” – Mészáros, 2011, p. 13 – caso o estudo não se guie na tentativa de evidenciar as mediações dialéticas que interligam a Ecosol ao movimento histórico da estrutura social generalizada.

Nesse ponto, é necessário assumir, em primeiro lugar, que determinada estrutura social se faz produzir e reproduzir a partir de uma totalidade de relações sociais que tem como fundamento uma base material de

³ Itálicos do autor.

determinações concretas. Para esclarecer esse argumento será necessário citar a extensa, porém vital, passagem de Marx (1977, p. 24-25) em seu conhecido prefácio de 1859:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social, que inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura.

Evidencia-se a partir desse excerto que a estrutura social e seu desenvolvimento histórico particular, na concepção de Marx (1977), estão em constante estado de inter-relação dialética, de modo que as passagens de uma formação social a outra inexoravelmente devem implicar em transformação estrutural de todas as determinações sociais, um salto qualitativo para relações sociais superiores.

Esclarece Marx (2008a) em outra passagem, que, tendo em vista o crescente antagonismo estrutural entre forças produtivas e relações de produção, o que deve ser compreendido, portanto, é o fato de que entram em conflito direto o desenvolvimento material da produção e a forma social dela, ou seja, a totalidade das determinações objetivas que condicionam a estrutura social.

É preciso compreender, no entanto, que não existe uma concepção estanque, “atomizante”, de estrutura social e história na medida em que esses

dois conceitos para Marx, como explicita Mészáros (2011), estão em ininterrupto estado de codeterminação dialética, pois:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e a ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como fundamento de toda história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência [...] e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como uma ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (MARX e ENGELS, 2005, p. 65-66)

Ao serem edificadas as bases da concepção materialista da História, fica patente a interação dialética que percorre todo o desenvolvimento e a interlocução entre história e a estrutura social determinada. Nesse sentido, cabe salientar alguns pontos relevantes para essa pesquisa que são destacados por Mészáros (2011) a respeito dos fundamentos filosóficos que permeiam essa perspectiva marxiana: 1) a diferenciação feita entre “criações teóricas” e “formas de consciência”; 2) a necessidade do fundamento material para a formação de ideias as quais são produtos da consciência; 3) a importância do conceito de totalidade para a adequada avaliação do complexo social; 4) as relações de reciprocidade dialética existente entre os constituintes do complexo social, base e superestrutura; e 5) a revolução é a força motriz da história, ou seja, a mudança estrutural deve ser encarada como condição posta e pressuposta para o movimento histórico.

A partir desse quadro conceitual pode se conceber que a validade desse construto teórico, que se pode comprovar, nas palavras de Marx (1977, p. 25) “de maneira cientificamente rigorosa”, se verifica na capacidade de se correlacionar dialeticamente base, totalidade das relações de produção, e superestrutura jurídica e política a partir de uma fundação concreta.

Tal fundação concreta pressupõe, complementa Mészáros (2011, p.49), a unidade entre determinações estruturais e históricas, de modo que “não pode haver espaço para absolutos, para qualquer “eternização das relações de produção”, muito menos para o seu oposto: um relativismo histórico”.

Não obstante, Mészáros (2002, p. 65) aponta para a existência de três problemas fundamentais, vitais para uma legítima concepção histórica das determinações estruturais que constituem qualquer formação social determinada. Em primeiro lugar, é necessário ter-se em mente a determinação da “ação histórica”, no sentido de se expor todas as problematizações concernentes à percepção de um movimento dialético. O segundo ponto refere-se à concepção de mudança como movimento estrutural de ordem cumulativa, que implica “evolução e desenvolvimento”. O terceiro aspecto a ser considerado é a oposição primordial entre universalidade e particularidade, no sentido de se articular uma “síntese entre ambas” que leve à transcendência da especificidade história particular.

A correta articulação entre esses problemas permite que a inteligibilidade dos arranjos processuais, que constituem determinada estrutura social em movimento, seja factível, sem o auxílio de recursos metafísicos e/ou autoevidentes cuja utilização fatalmente levaria a uma circularidade mecânica intransponível.

Dessa forma, uma leitura atenta de Marx (2008), permite compreender que deve ser feita uma captura subjetiva da singularidade inscrita em cada forma particular, “atomizada”, do microcosmo social analisado. Ao se realizar essa apreciação subjetiva, tem-se, por consequência, a separação entre a forma, meio pelo qual se apresenta determinado microcosmo, e seu conteúdo, e abstraem-se, dessa maneira, os componentes últimos que determinam a constituição objetiva de um microcosmo particular.

A determinação do conteúdo, da singularidade em si, só pode ser conduzida por meio do adequado entendimento da totalidade na qual se inscreve determinado microcosmo particular – microestrutura social, momento histórico específico ou categoria. De fato, o que se abstrai da particularidade, sob forma de conteúdo, é um conjunto de caracteres específicos comuns às formas particulares que as torna qualitativamente iguais entre si – prescindese, portanto, de qualquer tegumento específico e mistificador dessas formas particulares – e as coloca em uma totalidade corente de determinações.

A singularidade abstraída torna-se, por consequência, passiva de condução à generalidade, e é esse movimento subjetivo de abstração, generalização e consequente articulação em totalidade que fundamenta a mediação particularidade-universalidade e possibilita a integração da primeira ao ordenamento global das determinações pressuposto pela última. Desse processo de integração na oposição entre particularidade e universalidade – transcendência da particularidade – obtém-se por sua vez, a síntese dialética entre ambas.

Para se evitar o emprego de qualquer forma mistificadora, determinista e não dialética de investigação social é necessário assumir que a análise das determinações estruturais e históricas deve estar totalmente voltada, como já vislumbrado, para a totalidade do complexo social, definido, de acordo com Mézáros (2011), como um todo rigorosamente estruturado, a partir de hierarquias internas – base e superestrutura.

Por sua vez, e como consequência do argumento acima, os elementos dispostos por Marx (1977) em seu prefácio, constituintes da estrutura econômica e da superestrutura jurídica e política, estabelecem relações de codeterminação dinâmica e não linear, no sentido de que se pressupõe certa alternância da hierarquia interna em que se fundam.

Como desdobramento lógico, é importante frisar, como coloca Mézáros (2011, p. 51), que “os complexos superestruturais somente se originam nas determinações básicas da vida social”, ou seja, a superestrutura, em determinado momento histórico, se desenvolve com relativa autonomia com relação às determinações materiais que lhe deram origem.

A despeito dessa relativa autonomia exibida pela superestrutura, no decorrer do movimento histórico, não se pode esconder que, embora as determinações materiais entrem em contradição com as forças produtivas sociais à medida que as últimas se desenvolvem, são os componentes da base estrutural os elementos que fundamentam a qualquer que seja a formação ideológica em questão e as formas de consciência produzidas.

À medida que as determinações estruturais e históricas conduzem a um estágio superior de desenvolvimento social e colocam em cheque a viabilidade material da conciliação entre relações sociais de produção e forças produtivas, é possível vislumbrar tal aumento da autonomia superestrutural, que só pode devidamente ocorrer por meio da ação estruturante de mediações institucionais cada vez mais complexas. No entanto, ressalta-se que as mediações institucionais são portadoras sócio-históricas das determinações materiais que fundamentam toda a estrutura social e, dessa forma, não é possível conceber um desenvolvimento completamente à parte, da base ou da superestrutura, embora a hierarquia entre ambas possa ser alterada em determinados movimentos históricos.

Em decorrência dessa perspectiva, Mészáros (2011) destaca que a inter-relação de base-superestrutura pode ser entendida ao se distinguir os seguintes movimentos: 1) dentro de cada nível, ou seja, dentro da base – divisão técnica do trabalho, produtividade, meios de produção etc. – ou dentro da superestrutura – leis, filosofias e expressões artísticas, entre outros fatores; e 2) entre cada nível, de forma recíproca e dinâmica a partir de ligações e mediações apropriadas, as quais, pela sua ação, tornam possível a maleabilidade da hierarquia das determinações internas a estrutura social.

Embora se tenha conseguido apreender o fundamento dialético que torna inteligível as múltiplas relações entre base e superestrutura, falta à análise aqui depreendida a introdução de um relevante elemento, sem o qual, todo esforço de operar um estudo dialético iria subitamente recair numa abordagem relativista do objeto estudo.

Nesse sentido, é vital compreender que todo o conjunto de determinações históricas e estruturais é portador de um conteúdo “trans-

histórico” elementar. Essa substância essencial, comenta Mészáros (2011), é formada pelas determinações ontológicas sociais expressas no metabolismo primordial entre humanidade e natureza.

Esse metabolismo é descrito por Marx (2011) como o processo em que o ser humano transforma a natureza e, ao fazê-lo, acaba por também transformar-se. O metabolismo assume, dessa forma, um caráter inerentemente dialético, pois sua efetividade não pode prescindir da ação transformadora recíproca entre homem e natureza. Em continuação, o autor deixa claro que a fonte mediadora desse metabolismo elementar e trans-histórico é o trabalho.

Dessa forma, o trabalho, para a perspectiva marxiana, é o predicado ontológico do sujeito na medida em que para obter os meios dos quais necessita para a produção de sua vida material, a humanidade, vê-se obrigada a transformar a matéria em algo útil, algo que satisfaça as necessidades sociais. Conforme a citação abaixo:

O trabalho [...] é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. Os valores de uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. (MARX, 2011, p. 65)

Em outra passagem, Marx e Engels (1975, p. 63-65) articula uma visão complementar: à evidenciada acima por Marx (2011). Nela, o autor insiste que:

O trabalho é fonte de toda riqueza [...] ao lado de da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho [...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem [...] Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas.

A trans-historicidade do metabolismo essencial entre humanidade e natureza é habilmente descrita na passagem “quaisquer que sejam as formas sociais” e, como explica Mészáros (2011), esse metabolismo não deve ser entendido como algo supra-histórico, determinado por fatores metafísicos e/ou mistificadores, mas sim compreendido como uma necessidade elementar eterna.

Em outra passagem, Mészáros (2011, p.55) descreve o papel do trabalho como fonte da teleologia objetiva necessária a compressão desenvolvimento histórico. O autor alega que:

De fato, a história humana não é inteligível sem algum tipo de teleologia. Mas a única teleologia consistente com a concepção materialista da história é a teleologia objetiva e com fim aberto do trabalho em si. No nível ontológico fundamental, essa teleologia está preocupada com a forma pela qual o ser humano [...] cria e desenvolve a si próprio por meio de sua atividade produtiva dotada de propósito. Nesse processo, o trabalho cumpre a função de mediação ativa no metabolismo progressivamente em mutação entre humanidade e natureza. Todas as potencialidades do ser humano socializado, bem como todas as características do intercâmbio social e do metabolismo social, surgem da teleologia objetiva dessa mediação. E como o trabalho envolvido nesses processos e transformações é o próprio trabalho dos homens, a mediação ativa entre humanos e natureza, também, não pode ser considerada outra que não a *automediação*⁴ que, como quadro de explicação, é radicalmente oposta a qualquer concepção teológica de teleologia.

O trecho “com fim aberto do trabalho em si” expõe com todas as nuances o real valor da concepção marxiana, pois leva à conclusão, contra qualquer crítica de determinismo histórico, econômico ou tecnológico, de que o próprio movimento histórico não pode ser pré-determinado teórica ou praticamente, mas unicamente apreendido dentro de uma concepção dialética.

Salientadas as relações inerentes entre determinações estruturais e históricas é preciso, no entanto, evidenciar de quais são os postulados filosóficos que fundamentam a perspectiva dialética dessa relação e

⁴ Itálico do autor.

compreender as categorias que expressam os condicionantes da ação histórica e de seu aspecto cumulativo.

A dialética materialista é, portanto, a expressão filosófica que contempla a análise das formações sociais a partir de sua base concreta, a matéria e coloca essa em movimento em seu respectivo reflexo historicista. Compreendendo-se história como a matéria em movimento, necessariamente chega-se à conclusão de que a história humana não é senão o processo socialmente fundado de desenvolvimento material. Mas esse desenvolvimento, deve, de forma imprescindível, ser passível de percepção pela consciência humana a qual, por sua vez, é capaz de apreendê-lo em sua substância. (MÉSZÁROS, 2011; LENIN, 1974)

Segundo Lenin (1974), a dialética é a teoria que mostra como os contrários podem e geralmente são idênticos; em que condições são idênticos, ao transformarem-se uns nos outros; de forma que a consciência não deve entender esses contrários como posições inertes e mecânicas, e sim como vivas, condicionais, móveis. Por exemplo, a oposição entre forças produtivas sociais e relações de produção; entre produção e seu controle; entre a produção e o seu consumo e; entre a produção e sua circulação.

Como método de abordagem, a dialética materialista assume como postulado um quadro de critérios que fundamentam a análise dos processos sociais tendo em vista o seu padrão de evolução. Tais critérios são conhecidos como “leis da dialética” e se subdividem, de acordo com Triviños (1987) em quatro pressupostos: 1) lei da passagem da quantidade à qualidade e da qualidade à quantidade; 2) Lei da contradição e; 3) lei da negação da negação. Convém explicar que essas “leis” não devem ser tomadas como axiomas, pois não são outra coisa senão a abstração e generalização do movimento histórico em si observável e cientificamente constatável, como o próprio Marx (1977) proclama em seu método.

A primeira dessas generalizações explica quais são os mecanismos que atuam no desenvolvimento histórico das formações sociais a partir de uma base material coerentemente ordenada. A matéria, por sua vez, é entendida por Marx (1977, 2008c, 2011a) e Marx e Engels (2005), como categoria que

representa aquilo que é externo à humanidade, mas ao mesmo tempo perceptível a ela. O homem entra em contato com a matéria a partir de sua necessidade de produção e reprodução material de sua existência, mudando a forma da matéria por meio da “atividade humana sensível”, como coloca Mészáros (2011): o trabalho. A matéria, como categoria social, é a “forma de ser” da prática social dos indivíduos e, portanto, é resultado da trans-historicidade do metabolismo entre humanidade e natureza.

A matéria apresenta-se em conteúdo e forma, ou seja, em qualidade e quantidade e a inter-relação entre as dimensões qualitativa e quantitativa que interessam à compreensão desse primeiro enunciado. O excerto abaixo ajuda a ilustrar a argumentação:

No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de trocas, as quais, no quadro das relações existentes, produzem apenas estragos e não são mais forças produtivas, e sim forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e, junto disso, surge uma classe que tem de suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens; que é classe excluída da sociedade, é obrigada à mais aberta oposição às demais classes [...] Chegamos pois, até o ponto em que os indivíduos [da classe excluída] precisam apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não só para alcançar a atividade como manifestação de si, mas simplesmente para assegurar a sua existência. (MARX e ENGELS, 2005, p. 103-105)

Na citação acima, tem-se que a multiplicação das forças produtivas chega a determinado grau em que a estrutura social que a havia lhe proporcionado esse avanço não mais lhe serve como meio de desenvolvimento. No curso de seu movimento histórico esse avanço material alcança seus limites de viabilidade social ao deflagrar um conflito de classes sem precedentes. Desse conflito são erigidas as condições materiais para a passagem dessa estrutura social a uma que lhe seja superior. Dessa forma, o avanço quantitativo das forças produtivas culmina em salto qualitativo ao se transformar a forma social de produção.

No que tange ao segundo enunciado, a contradição opera como categoria onipresente na perspectiva marxiana. Têm-se como exemplos as

oposições fundamentais entre classes – capitalistas e trabalhadores assalariados –; entre forças produtivas e relações de produção; entre produção e controle; e entre produção e circulação, etc.

Segundo Lenin (1974) a contradição representa o elemento fundante de toda dialética materialista, pois é a partir dela que se entende a unidade e a luta dos contrários; por meio dela se compreende como os contrários se interpenetram e se transformam uns nos outros, movendo-se da luta à unidade.

Esse enunciado que versa sobre a contradição pode ser bem ilustrado pela passagem anteriormente citada de Marx (1977, p. 24-25):

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura.

A citação acima exemplifica a contradição entre forças produtivas e relações de produção, ou seja, entre a forma material da produção e sua forma social. A estrutura social que subjaz a essa oposição compreende em seu interior uma contradição entre classes – capitalistas e trabalhadores assalariados -, de forma que o metabolismo trans-histórico entre humanidade e natureza não se faz possível em meio a essa estrutura social determinada, sem o recurso a formas antagônicas de mediação entre homens e entre homens e seu trabalho. Como resultado das imbricações entre essas contradições obtém-se a unidade como categoria subjacente, cujo caráter principal é a própria efemeridade, pois os próprios elementos que constroem essa unidade atuam no sentido de desequilibrá-la.

O terceiro e mais complexo enunciado da dialética materialista corresponde ao desdobramento lógico dos enunciados anteriores. Segundo Triviños (1987), a negação da negação explica qual a relação entre o *neo* e o *gero* no curso do desenvolvimento histórico. A passagem do “velho” ao “novo” pressupõe uma etapa de “transição” na qual as bases materiais que

fundamentaram a formação social do feudalismo também puderam ser observadas na constituição da sociedade burguesa pós-revolucionária, base sobre a qual se desenvolveu a acumulação capitalista, pois:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. [...] As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social. [...] No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver essa contradição. (MARX, 1977, p. 25)

O excerto acima expõe a natureza dinâmica da perspectiva dialética, pois no seio de uma formação social determinada são construídas as condições para a passagem dessa estrutura social a uma que lhe seja superior. No entanto, a estrutura desse processo é composta por uma inter-relação dialética entre tese e antítese cujo resultado constitui síntese, conforme o exposto, *grosso modo*, na **Figura 1**. A força motriz desse processo é a contradição, e é sob ela que se percebe o movimento cumulativo dos fenômenos e seus respectivos saltos qualitativos.

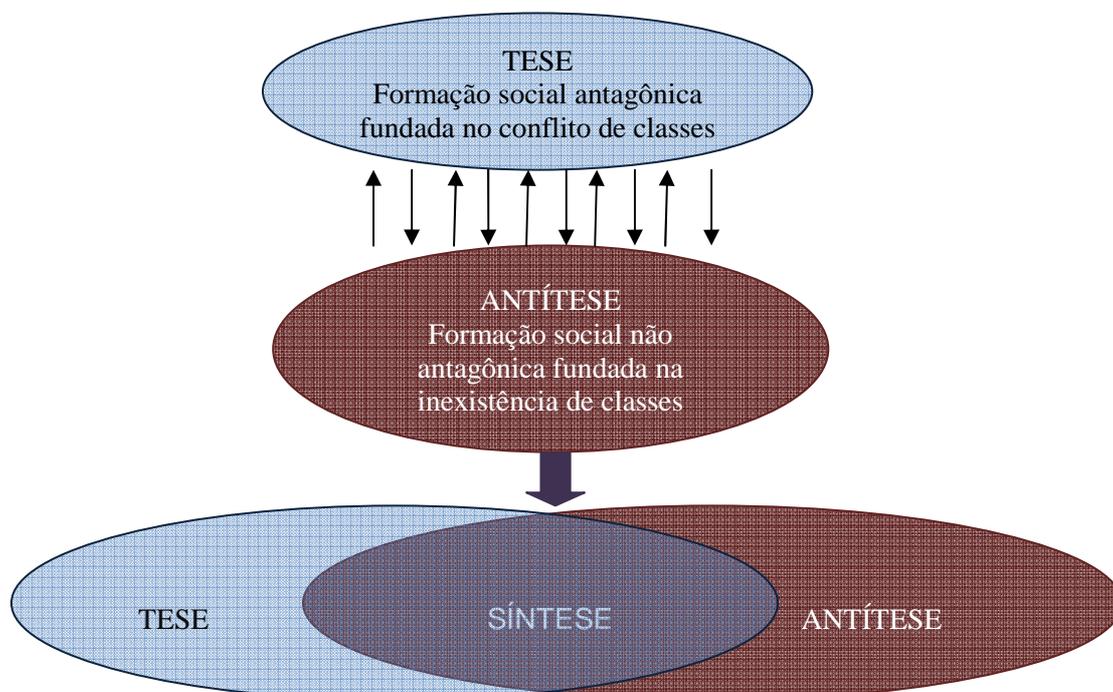


Figura 1 - Tese, Antítese e Síntese: a lei da negação da negação.
Fonte: elaborado pelo autor com base em Triviños (1987).

Assim sendo, a formação social burguesa que enquanto síntese é a negação da sociedade feudal em si, também é, por sua vez, negada por uma formação social que lhe deve sobrepor sobre as próprias bases que antes serviam de desenvolvimento à antiga ordem estabelecida. Nesse sentido, a dialética pressupõe movimento e transformação em todas as dimensões e chega-se, portanto, à negação da negação.

Concluída a descrição do método dialético e suas implicações teórico-filosóficas cabe destacar que como o quadro metodológico pressuposto pela perspectiva marxiana de estrutura social e desenvolvimento histórico, a partir de sua posição materialista, tem como determinação ontológica a prática social, a pesquisa de cariz marxiano tem como propósito central encontrar no estado da práxis humana suas determinações e limitações no intuito de se transformar essa práxis e, por conseguinte, a realidade concreta que a circunscreve.

Nesse sentido, a perspectiva marxiana transmuta-se de práxis teórica em teoria da práxis. Esse processo pressupõe uma forma sistematizada de mediação entre teoria e práxis social, no sentido de se estabelecer os procedimentos necessários para a apreensão da realidade concreta por meio da teoria e, no sentido inverso, voltar a teoria para a transformação dessa realidade concreta.

Tem-se, num primeiro momento, o concreto imediato em sua totalidade superficial, tal como expõe Marx (1977), e dessa totalidade extrai-se aquilo que lhe é substância e conteúdo ativo de sua produção, no caso a prática social. Da práxis assinalada pela orientação filosófica materialista é preciso conceber suas determinações e inter-relações dialéticas com a estrutura social generalizada e, para tanto, a teoria marxiana da estrutura e da história é imprescindível.

Por sua vez, da concepção teórica reconstrói-se o concreto outrora observado, mas agora como síntese das concatenações subjetivas que haviam submetido a realidade concreta ao processo de análise, categorização, ordenamento lógico e sistematização de seus elementos. Como consequência opõe-se ao concreto imediato o concreto abstrato e, nesse sentido, orienta-se a

práxis social para a transformação da realidade. A **Figura 2** tem a intenção de ilustrar o processo, descrito acima, de apreensão do concreto imediato por meio da abordagem pretendida, fazendo a adequada mediação teoria-práxis.

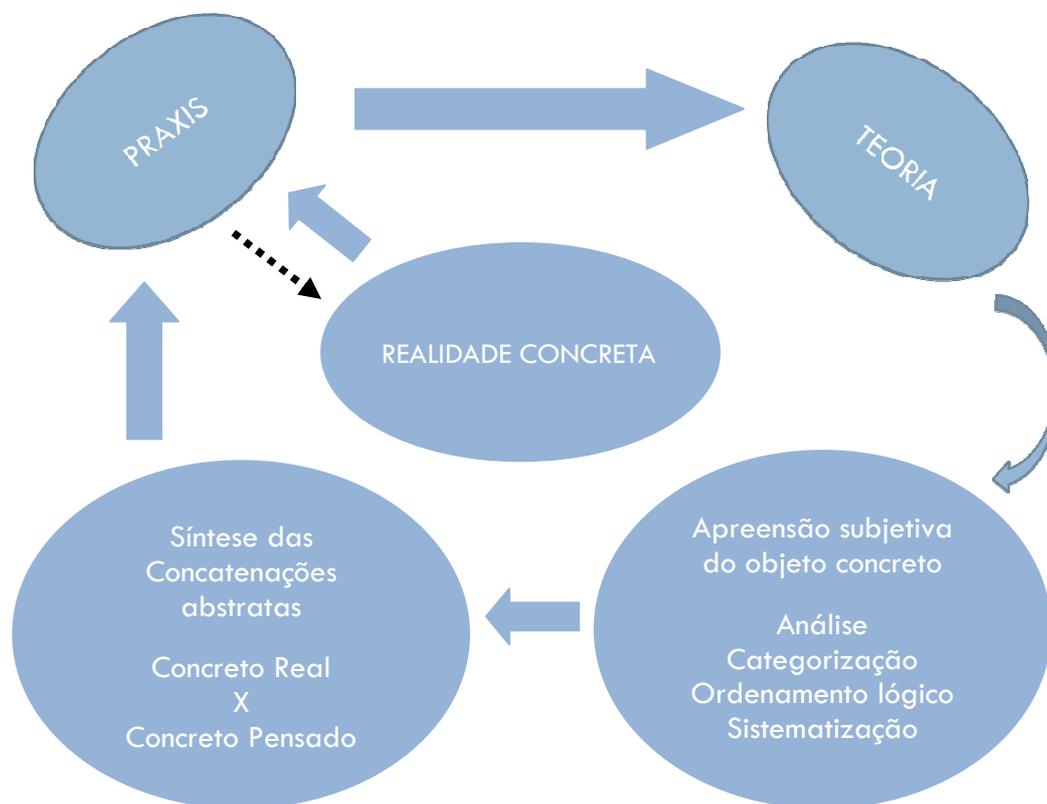


Figura 2 - Apreensão da Realidade Concreta e mediação teoria-práxis
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marx (1977) e Triviños (1987)

Nesse sentido, há, como Marx (1977) explica, a clara orientação em se empreender um estudo que possibilite a adequada interpretação do concreto imediato, uma vez que:

O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. (MARX, 1977, p. 218-219)

Extrai-se desse excerto que o método se refere ao processo de abstração do concreto imediato o qual permite a adequada representação subjetiva de sua totalidade concatenada. Nesse sentido, captura-se a essência das determinações objetivas do objeto concreto e as abstrai pelo método lógico-dedutivo. Por outro lado, quando, por meio do primeiro passo, chega-se ao concreto abstrato em suas múltiplas partes, sob o efeito da catálise subjetiva, completa-se o movimento de apreensão pelo método histórico-indutivo, cujo papel é dirigir a abstração a sua forma real, opondo concreto real ao concreto abstrato. A **Figura 3** ilustra esse processo de apreensão:

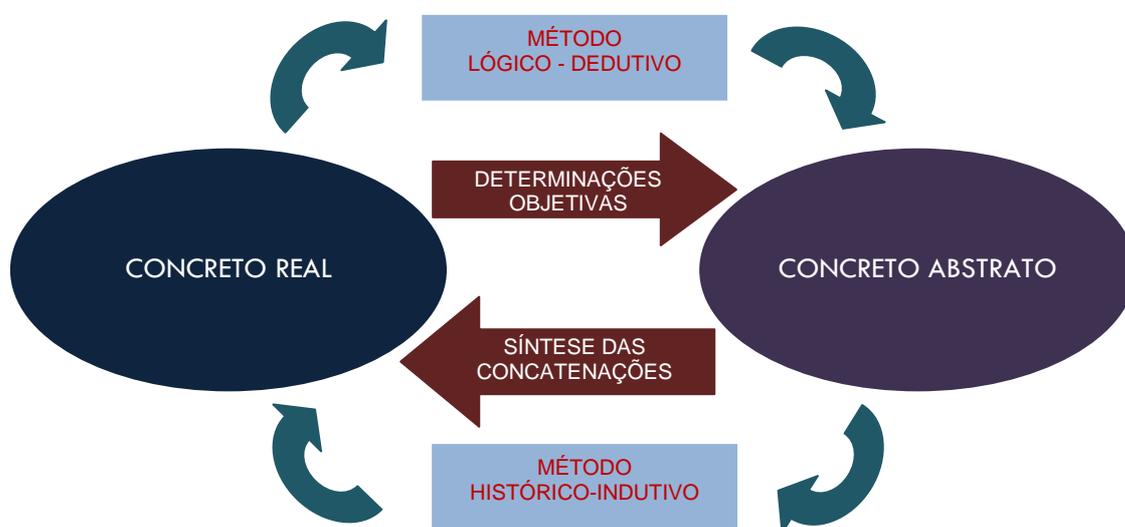


Figura 3 – processo de apreensão do concreto imediato

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marx (1977), Marx e Engels (1976, 2005) e Mészáros (2011).

Explorados todos os fundamentos subjacentes à compreensão marxiana dos fenômenos sociais, resta apenas descrever o que foi entendido como realidade concreta, como foram identificadas suas determinações objetivas e como o resultado da pesquisa foi exposto. Isso, no entanto, é objeto da próxima seção.

2.2 Estrutura da Pesquisa e Procedimentos Metodológicos

A perspectiva marxiana concebe, conforme demonstrado na seção anterior, que a realidade concreta deve ser o ponto de partida em qualquer que seja a investigação social que se pretenda realizar. A realidade concreta, por sua vez, é o resultado material da atividade prática do homem em seu metabolismo trans-histórico com a natureza, a partir do qual se tem a constituição das forças produtivas sociais e às quais corresponde certa forma de intercâmbio entre os homens, a saber: a estrutura social.

A presente pesquisa parte então da práxis social de indivíduos inscritos em uma estrutura social historicamente determinada e condensada sob a forma de sociedade civil, a qual, por sua vez, se reproduz pela destrutividade do conflito de classes e por suas contradições pressupostas. Assim, a realidade concreta apresenta-se como a totalidade de relações de produção e forças produtivas contidas nessa formação societal generalizada que é a sociedade civil capitalista.

No entanto, o estudo em questão foca-se em um componente específico dessa estrutura social geral, um componente que se desenvolve pelo movimento histórico das contradições envolvidas no modo de produção específico dessa sociedade. Esse componente não é outro senão a Ecosol em suas múltiplas determinações materiais e superestruturais.

O ponto de partida definido para pesquisa em questão é, portanto, situar a Ecosol em meio ao contexto mais geral que a engloba e determina e, para tanto, é necessário que seja realizado um exame descritivo das relações e inter-relações dialéticas contidas na formação societal generalizada. Desse modo, partiu-se da hipótese central de que o microcosmo estrutural da Ecosol não se cria espontaneamente, mas, sobretudo, se deve a ação historicamente totalizante das relações sociais globais de produção e desenvolvimento das forças produtivas.

Explicar a gênese da Ecosol significa analisar o movimento histórico das determinações materiais e superestruturais da sociedade civil até seu estado

presente quanto têm origem as experiências tidas como pertencentes à Ecosol. Dessa forma, obtém-se como resposta o papel da Ecosol dentro desse sistema global de relações; como esse papel foi constituído historicamente; e que a Ecosol permite compreender a respeito do desenvolvimento ulterior dessa formação societal generalizada

O propósito da primeira etapa descrita consiste naquilo que Lefebvre (1978, p. 71) identifica como método histórico genético;

Estudo das modificações ocorridas à estrutura em questão, uma vez fechada, pelo desenvolvimento ulterior (interno e externo) e por sua subordinação a estruturas de conjunto. Na tentativa de uma classificação genética das transformações e estruturas, no marco do processo de conjunto. Tenta-se, portanto, regressar ao atual precedente descrito, para reencontrá-lo, mas elucidado e compreendido: explicado.

A citação acima esclarece o fato de que não só se necessita compreender a estrutura das determinações objetivas da Ecosol como é imprescindível fazê-lo de forma lógica e em consonância com o “processo de conjunto”. A sentença “uma vez fechada” foi compreendida apenas em termos metodológicos, no sentido de se obter um encadeamento inteligível e coerente entre categorias, e não em um sentido histórico, pois isso seria impróprio para uma avaliação dialética do objeto.

O estudo presente adotou, portanto, um ponto de vista dinâmico entre as relações dialéticas desenvolvidas por um microcosmo social particular, a Ecosol, e a formação societal geral, pois ao mesmo tempo em que a Ecosol surge no seio da sociedade civil ela também se mostra presa aos seus antagonismos intrínsecos.

Para concretizar essa pesquisa, dentro dos moldes metodológicos marxianos, foi necessário o estabelecimento da seguinte estrutura de investigação:

- 1) Identificação os imperativos estruturais e históricos responsáveis pelo desenvolvimento do sistema metabólico do capital,

esclarecendo como o metabolismo entre humanidade e natureza é mediado por essa formação social;

- 2) Identificação das contradições inerentes à formação societal do capital e suas implicações históricas, bem como os processos em que este incorre para tentar “deslocar” suas contradições ao longo de sua determinação histórica;
- 3) Identificação da gênese histórica da Ecosol a partir do movimento histórico do metabolismo global do capital e de suas contradições inerentes;
- 4) Estabelecimento da “arquitetura sistêmica” da Ecosol com o objetivo de sistematização das variáveis responsáveis por sua constituição estrutural;
- 5) Identificação das determinações materiais responsáveis pela mediação entre a estrutura global de determinação social gerida pelo capital e a microestrutura contida na Ecosol.

Esse esquema de etapas subsequentes, definidas desse modo para garantir a inteligibilidade da pesquisa, deve sua forma ao conjunto de objetivos específicos expostos em seção anterior, de modo que os sete tópicos enumerados se referem à distinção entre o ordenamento global de relações capitalistas e os aspectos condicionantes da produção e reprodução metabólica da Ecosol, com a clara finalidade de se expor as limitações e os possíveis caminhos a serem trilhados para que a práxis da Ecosol se expanda.

Precisados os elementos que devem ser obtidos em resposta aos objetivos, parte-se à fase de definição dos meios utilizados para que esses elementos sejam observados e adequadamente codificados, em termos das variáveis escolhidas.

Para a apreciação sistemática das determinações estruturais e históricas envolvidas na formação societal capitalista foi utilizada como instrumento a produção teórica de Marx (1977, 2008a, 2008b, 2008c, 2011b), Marx e Engels (1975, 1976, 1977, 2005) e Mészáros (2002, 2004, 2006, 2011). O propósito

dessa etapa consiste em apontar os elementos e categorias fundantes do sistema do capital e suas inter-relações dialéticas como forma de controle do metabolismo social, a saber: os determinantes da base material e da superestrutura, e suas relações de reciprocidade, conforme ilustra a **Figura 4**. Desse modo, pretende-se expor as contradições inerentes a essa formação societal e os elementos necessários para superá-las.

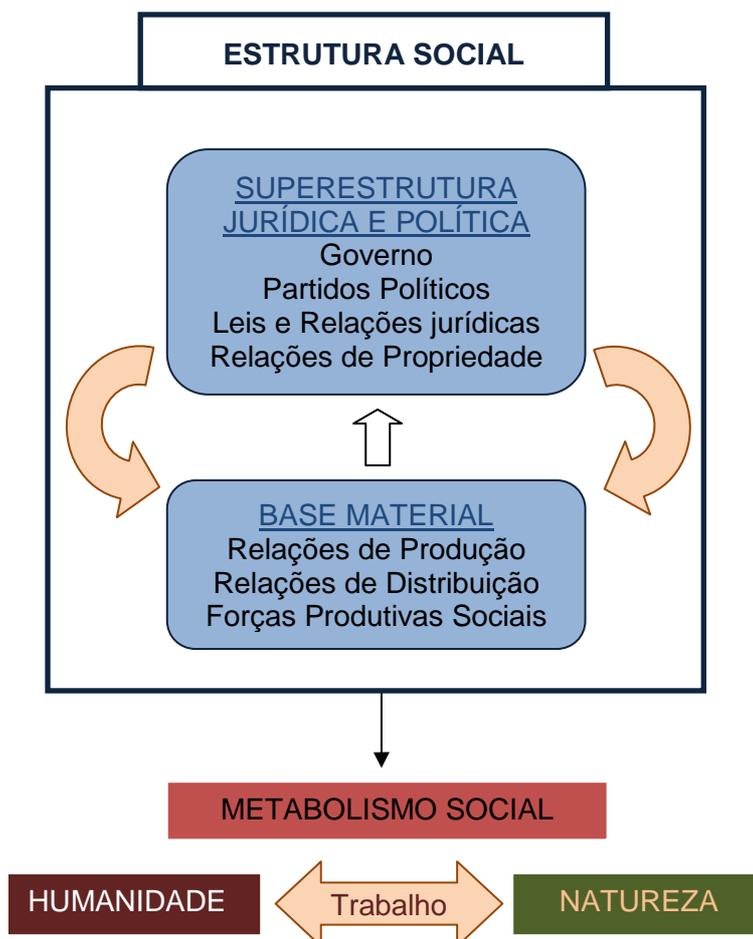


Figura 4 – Metabolismo e Estrutura Social Geral.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marx (1977) e Mészáros (2002, 2011).

De fato, como a natureza metodológica do estudo proposto o compele a admitir a totalidade dialética como categoria elementar, uma problemática epistemológica emerge com o seguinte desdobramento: ao passo que se admite como totalidade a estrutura social fundada pela sociedade civil capitalista em seus componentes de base e superestrutura, entende-se que o desenvolvimento da economia solidária não se constitui, inicialmente, “em si” nem “para si”, porquanto as contradições e desdobramentos internos à

estrutura social dada são os veículos preliminares da fortuita subestrutura material da Ecosol. Isso posto, conclui-se, portanto, que a Ecosol e suas determinações estruturais, como não são a totalidade social em si, pois são tão somente parte dela, só podem ser devidamente analisadas e contrapostas à essa totalidade ao se levar em consideração sua natureza atípica de sua produção e reprodução metabólica.

Dessa forma, a Ecosol emergirá, tal como Gaiger (2003) aponta, enquanto conjunto de relações atípicas de produção, pautado em elementos distintivos, perceptíveis e passíveis de abstração. Nessa perspectiva, a Ecosol figura como ordenamento de determinações causais que se proliferam “endemicamente” no bojo da totalidade de relações sociais.

A necessidade de conduzir a pesquisa face à problemática aponta que o adequado direcionamento epistemológico só pode ser devidamente satisfeito ao se recorrer à noção de “unidade metodológica”, no sentido de se aplicar os mesmos termos, critérios e categorias aos objetos de pesquisa, permitindo certo grau de comparação e distinção entre eles, respaldando ou não a natureza atípica da Ecosol. Esse procedimento é particularmente decisivo para se alcançar uma resposta objetiva ao problema de pesquisa proposto em seção anterior.

À guisa de ocorrer a pretendida correspondência metodológica entre as análises dos objetos, a compreensão, em termos técnicos, da Ecosol foi feita de forma análoga à compreensão marxiana do próprio processo de totalização das relações de produção capitalistas, quando estas representavam, como aqui representa a Ecosol, um conjunto de relações atípicas se comparadas às relações estruturantes do sistema feudal.

A linha argumentativa apontada por Marx (1977, 2008a, 2008b, 2008c), Marx e Engels (1976, 1976, 1977, 2005) e Mészáros (2002, 2004, 2006, 2011) permite concluir que o desenvolvimento do ordenamento global de determinações estruturais da sociedade capitalista só logrou expandir-se à totalidade das relações sociais na medida em que as relações de produção – que, por sua vez, pressupõem relações de distribuição e propriedade – contidas em germe na manufatura e na indústria, traduzidas na divisão

hierárquica e contraditória do trabalho, generalizaram-se como forma material de produção do valor.

De forma análoga, a subestrutura “isolada” da Ecosol só pode devidamente ser compreendida pela investigação das relações de produção, propriedade e distribuição, *in statu nascendi*, contidas em germe em sua respectiva forma material de produção. Dessa maneira, resta apenas definir qual é essa forma material de produção – sua base concreta – suas características que lhe são próprias, e nesse ínterim descortinar o concreto imediato que lhe serve de meio para seu desenvolvimento.

Para tanto, a base concreta sobre a qual se desenvolvem as iniciativas de Ecosol foi definida como objeto que assume foco central na perspectiva dialética adotada, e, portanto, é ele que se revela portador das relações de produção, propriedade e distribuição, *in statu nascendi*, das relações sociais próprias a Ecosol, a saber: o Empreendimento Econômico Solidário (EES). Segundo Anteag (2009, p. 18), esses empreendimentos:

- a) São organizações coletivas, organizações suprafamiliares singulares ou complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.;
- b) Os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) São permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento ou em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) Contam com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) Realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos ou serviços) e de consumo solidário.

Esses empreendimentos foram tomados como formas corporificadas das relações de produção, propriedade e distribuição específicas da Ecosol. No entanto, os EES são apenas um entre os sujeitos inscritos na Ecosol, como pôde ser vislumbrado na introdução da presente pesquisa. Desse modo, é necessário que as relações entre esses sujeitos sejam, também, reconhecidas como força motriz da forma social da produção da Ecosol.

Vislumbrar essa “totalidade” particular de relações não é qualquer coisa senão a própria tentativa de ilustrar a realidade concreta imediata que cristaliza esses sujeitos sob a forma de estrutura cognoscível e historicamente determinada. Nesse sentido, enquanto forma particular de relação social – relação atípica – a estrutura da Ecosol não se reproduz simplesmente em uma escala material, mas também, como já abordado, é resultado de certa influência superestrutural política e também jurídica.

Dessa forma, sobressaem-se dois polos metodológicos para essa investigação. No primeiro realizou-se a aplicação das categorias marxianas para se fundamentar a compreensão da singularidade presente na forma material de produção da Ecosol. Em seguida, realizou-se a captura dos elementos que compõem o “concreto imediato” da Ecosol, possibilitando a apreensão das formas organizativas e processuais que a estruturam.

Deduziu-se desses polos o imperativo de se elucidar como se desenvolve e como se apresenta a “arquitetura sistêmica” da Ecosol, tendo-se em vista o mapeamento dos elementos de base e superestrutura que a determinam e a colocam em movimento.

Não obstante, à diferença da exposição dos determinantes históricos e estruturais que constituem o sistema metabólico do capital nos termos de base e superestrutura social, a forma de representação da “arquitetura sistêmica” da Ecosol foi concebida como desdobramento da inter-relação dialética entre os elementos identificados como componentes de sua concretude imediata.

Para se chegar a tal representação teórica, no entanto, foi necessário agrupar esses elementos condicionantes em espécies distintas, pressupondo certa forma ordenada de relações recíprocas entre elas. Dessa forma, optou-se

pela elaboração de quatro classes, tidas como “dimensões da reprodução metabólica da Ecosol”, pois é a partir da ação desses elementos que a Ecosol aspira sua existência como forma de relações sociais *in statu nascendi*.

A opção por representar a Ecosol como sistema iterativo entre distintas dimensões é um recurso metodológico que visa à inteligibilidade da forma de exposição dos resultados da pesquisa e não significa, por sua vez, que a ideia central de base-superestrutura seja abandonada, simplesmente essas relações dialéticas foram planificadas, apenas foram representadas longitudinalmente.

A determinação de cada dimensão está intrinsecamente ligada à obtenção dos seus elementos constituintes via apreciação dos dados obtidos, de modo que o concreto imediato da Ecosol, suas dimensões reprodutivas e seus determinantes devêm da obtenção de respostas ao seguinte roteiro de perguntas norteadoras:

- a) Quantos são os EES em operação no Brasil? Como estão distribuídos geograficamente? Quais suas principais atividades? Quantos trabalhadores estão ocupados por esses empreendimentos e qual o valor de sua remuneração?
- b) Sendo os EES a forma organizativa responsável por conter as relações de produção, propriedade e distribuição em germe, quais são as formas de atuação desses empreendimentos, quais seus objetivos imediatos, qual sua razão de ser? Quais são suas principais dificuldades?
- c) Como se dá a formação dos EES? Ela se faz espontaneamente ou necessita de uma etapa de incubação? Se sim, como é feita essa mediação?
- d) Quais são os espaços públicos e instâncias específicas para deliberação sobre a Ecosol e de que forma os EES se beneficiam desses debates?
- e) Como são desenvolvidas as políticas públicas de Ecosol, como elas organizam seus atores e como eles participam do planejamento e da execução dessas políticas?

- f) Em que consiste o marco jurídico da Ecosol e quais suas implicações para os EES?
- g) Como é a organização política da Ecosol? Quais são seus atores e em que instâncias atuam?
- h) Como os EES se reproduzem economicamente? Como competem com outras empresas e como cooperam entre si? Quais as formas de integração econômica entre os EES?
- i) A Ecosol articula seus interesses com outros grupos e movimentos sociais? Se sim, como ela o faz?

Esses questionamentos gerais servem de fio condutor para a pesquisa e por meio da sistematização dos elementos que respondem a eles pode-se almejar atingir o objetivo geral da pesquisa.

A fonte de dados e pesquisas bibliográficas utilizadas para compor a análise descrita é composta por: Anteag (2009), DIEESE (2009) Brasil (2005a, 2005b), Arroyo (2008), Lacerda (2009), Singer (1999, 2002, 2003, 2004, 2007, 2010) Novaes (2004, 2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008); Novaes e Dagnino (2004); Novaes, Assis e Dagnino (2004); Faria, Novaes e Dagnino (2008); Benini e Benini (2010); Benini, Benini e Figueiredo Neto (2007); Dagnino e Novaes (2004); Batista e Novaes (2011) e Gaiger (2003).

3. O SISTEMA METABÓLICO DO CAPITAL

3.1 Gênese Histórica: a acumulação primitiva

No curso do desenvolvimento histórico, o metabolismo elementar entre humanidade e natureza encontra-se submetido a formas variadas de estrutura social determinadas, em última instância, pelo conjunto de relações de produção e pelo correspondente grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Essas estruturas sociais, conforme coloca Marx (2008c), caracterizam-se pela presença do trabalho como mediação primária do metabolismo social, de forma que só a partir dele tem-se a produção daquilo que se necessita para satisfazer as necessidades sociais.

O trabalho, por sua vez, divide-se, *grosso modo*, em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. O primeiro consiste na porção de trabalho necessária à subsistência imediata dos responsáveis diretos pela produção, já o segundo refere-se ao trabalho cujos frutos atendem as necessidades de reprodução metabólica da ordem social à qual os produtores estão submetidos. O intercâmbio social que se origina desse imperativo de produção em sociedade consolida-se como o conjunto de relações de produção social as quais pressupõem determinadas relações de propriedade e de distribuição. Dessa forma, Marx (2008c, p. 1154) afirma que:

“... o modo capitalista de produção tem natureza particular, especificidade historicamente definida; como qualquer outro modo determinado de produção pressupõe, como condição histórica, dado estágio das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento; essa condição é o resultado histórico e o produto do processo anterior, e dela parte e nela se baseia o novo modo de produção; as relações de produção correspondentes a esse modo particular de produção historicamente determinado – relações que os homens estabelecem no processo da vida social, na formação da vida social – têm caráter específico histórico e transitório...”.

Extraí-se da citação acima que, qualquer que seja a forma social em questão, sua gênese deve pressupor uma etapa de transição entre a formação

social precedente e a nova ordem que se desenvolve. Essa etapa de transição, por sua vez, consiste no desenvolvimento interno à formação social original das condições materiais que servem de força motriz para o surgimento da nova ordem social.

Sendo o modo de produção do capital necessariamente uma forma determinada de estrutura social, sua gênese deve ser explicada a partir das condições materiais, engendradas no seio ordem feudal, necessárias a articulação ulterior das relações sociais capitalistas. Marx (2011b) caracteriza essa etapa de transição entre o modo de produção feudal e o capitalista como “acumulação primitiva”, pois só a partir desta a acumulação capitalista, propriamente dita, logrou desenvolver-se e reproduzir-se em escala cada vez mais ampliada. Conforme Marx (2011b, p.828) explica:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.

De acordo com o que a citação expressa, a acumulação primitiva, enquanto estágio de transição, concebe em seu interior a transformação radical das relações de propriedade, ao passo que para isso condiciona a transformação do camponês independente em trabalhador assalariado e a propriedade comunal em propriedade privada, cuja exploração não pode ser realizada por trabalhadores.

Essa etapa de transição fornece ao modo de produção capitalista um ponto de partida, um ponto em que as condições materiais já permitem que novas relações sociais substituam o regime feudal. No entanto, como apresenta (Marx, 2011b, p. 828), esse processo de transformação das relações de propriedade e do campesinato em trabalho assalariado não é de modo

algum idílico na medida em que se realiza “pela conquista, pela escravização, pela rapina, pelo assassinato, em suma, pela violência”.

Esse processo de transformação da exploração feudal em exploração capitalista tem início no último terço do século XIV e o prenúncio das relações capitalista pode ter seu início demarcado nas primeiras décadas do século XV. Segundo Marx (2011b, p. 829):

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.

Para ilustrar o processo de proletarização do campesinato, Marx utiliza como exemplo os acontecimentos ocorridos na Inglaterra em transição do século XV ao XVI. Grosso modo, esse processo assume três etapas complementares: a apropriação privada das terras comunais, o êxodo do camponês para as cidades em formação, seguida pela aplicação de leis que, não só destituem esses ex – camponeses de quaisquer direitos, mas sobretudo, impõem a eles a obrigação do trabalho assalariado nas indústrias recém erigidas. Nesse sentido, tem-se a formação de um “trabalhador livre”, cuja gênese é explicada abaixo:

O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e a coerção corporativa; (MARX, 2001b, p. 829)

O processo de proletarização do campesinato, embora condição necessária para a acumulação capitalista, ainda não constituiu em si o marco das relações capitalistas, era vital, portanto, que ocorresse uma transformação

radical também no outro polo das relações de produção, formado por aqueles responsáveis por controlar esse processo e extrair dele o seu fruto. Essa transformação radical só se fez possível, por sua vez, por meio da gênese do arrendatário capitalista, no campo, e do capitalista industrial, nas urbes.

No campo, a figura do capitalista, enquanto arrendatário, deve sua constituição ao processo que livra da terra os camponeses e sua exploração em pequenos lotes, para dar lugar ao grande latifundiário, o *landlord*. De fato, essa é somente uma pré-condição, uma vez que a propriedade, não é produção, em si, e para que essa fosse realizada seria necessária a figura do arrendatário. Num primeiro momento, explica Marx (2011b), essas duas personificações do capital, o *landlord* e o arrendatário, atuam como parceiros uma vez que o primeiro fornece uma parte do capital e o segundo, a outra.

No entanto, a revolução agrícola do último terço do século XV, possibilitou ao arrendatário um elevado acúmulo de capital, ao passo que conseguia aumentar seu rebanho com menor montante de gastos, aumentando também a quantidade de adubo para seus pastos. Outro fator que afetou sobremaneira o arrendatário foi a redução real dos salários dos trabalhadores em função das subseqüentes desvalorizações monetárias. Não obstante, as elevações dos preços dos produtos agrícolas também impulsionaram a acumulação de capital por parte do arrendatário qual, dessa forma, limitou a figura do *landlord* a um simples parasita a quem pagava compulsoriamente um montante fixo. (MARX, 2011b)

No meio urbano, por outro lado, a figura do capitalista adveio do surgimento de uma burguesia mercantil e bancária. Como explica Marx (2011b, p. 863):

A gênese do capitalista industrial não se processou de maneira gradativa como o arrendatário. Sem dúvida, certo número de mestres de corporações, número maior de artesãos independentes e, ainda, assalariados se transformaram em capitalistas rudimentares e, através da exploração progressivamente mais ampliada do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, chegam a assumir realmente a figura do capitalista. [...] A marcha lenta do período infantil do capitalismo não se coadunava com as necessidades do novo mercado mundial criados pelas grandes descobertas dos fins do século XV. A idade média fornecera duas formas de capital que

amadureceram nas mais diferentes formações econômico-sociais e foram as que emergiram como capital antes de despontar a era capitalista, a saber, o capital usurário e o mercantil.

Ao início da marcha capitalista eram essas duas formas de capital – o mercantil e o usurário – que mantinham o controle metabólico do recém-constituído capital industrial. Porém, como alerta Marx, o regime feudal em sua formação tanto rural, na forma de propriedade comunal, quanto nas cidades, na forma da exploração corporativa do trabalho, não permitia que essas duas formas de capital se transformassem em capital industrial.

A dissolução dos institutos feudais no campo pela expropriação dos camponeses das terras comunais, a qual conduziu hordas de proletários às cidades não foi condição suficiente para o surgimento do capitalista industrial, era vital que a corporação de ofício e seu regimento estatutário anacrônico também fossem dissolvidos e substituídos por uma nova forma de exploração do trabalho: a manufatura.

A manufatura representa, por sua vez, a ascensão do capitalista industrial principalmente por duas razões. De um lado, a manufatura permite a ampliação da exploração do trabalho assalariado, favorecendo a acumulação e, de outro lado, o trabalho assalariado fornece à indústria um mercado interno para seus produtos, permitindo que essa forma de exploração do trabalho se reproduza de forma generalizada. (MARX, 2011b)

Tem-se como resultado de todo esse processo descrito, a formação das duas classes antagônicas responsáveis pelo desenvolvimento do sociometabolismo do capital, a saber: o capitalista e o trabalhador assalariado. A descrição preliminar dessa acumulação prévia de capital, ou como o próprio Marx (2011b) coloca, da pré-história do capital, permite entender o movimento histórico e estrutural que se faz acontecer pelas contradições internas de determinada sociedade e cuja consequência é a emergência de uma nova ordem de determinações objetivas.

Compreender a gênese do capitalismo é passo importante para a identificação do surgimento de novas relações de produção em seu interior na medida em que as contradições pertinentes a esse modo de produção se apresentam como fios condutores de outra ordem metabólica. Nesse sentido, para se compreender a própria gênese da Ecosol é vital que se utilize do mesmo referencial analítico marxiano, uma vez que a passagem de sistema metabólico a outro invariavelmente se processa pela criação destrutiva de novas classes sociais, novas relações de propriedade, produção e distribuição e novas superestruturas jurídicas e políticas.

3.2 Elementos do sistema metabólico do capital

Para se entender o metabolismo do capital em sua ordem sistêmica é imprescindível que se faça a descrição dos constituintes estruturais e das determinações históricas que se fazem sobressair pela ascensão da classe burguesa ao domínio da forma social da produção, dando origem ao modo capitalista de produção. Dessa forma, torna-se necessário, como ponto de partida, fazer referência novamente ao famoso prefácio de 1859:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social, que inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura.

A partir desse excerto tem-se que a descrição da forma social burguesa de produção deve ser, antes de tudo, explicada pelas determinações materiais dessa forma específica de produção social, uma forma social orientada para a produção de valor e subordinação de todo o universo de relações sociais a esse objetivo.

Segundo Marx (1977, p. 223) “a sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe”. Nesse sentido, a ascensão da classe burguesa à elite dirigente, em decorrência das revoluções sociais promovidas na Europa nos séculos XVII e XVIII, deu ensejo a uma nova conformação social, baseada em princípios e valores completamente dirigidos à instrumentalidade e à fetichização, impostas, sobretudo, pela necessidade de expansão constante das forças produtivas.

Em Mézáros (2002) compreende-se que somente com a ascensão da burguesia foram rompidos os constrangimentos impostos ao capital pelos modos de regulação metabólica precedentes, tais como: a escravidão e o feudalismo. O capital, na sociedade burguesa, é o centro do sistema metabólico que organiza em si e para si as ações da sociedade, subsumindo todos os alicerces do sistema social à sua vontade.

Para Alves (2007, p.16), a sociedade burguesa é “a sociedade mais *social* que já existiu no decorrer da história humana”, pois foi nesta forma de organização do metabolismo social que se deu a transformação da mediação entre os homens, e entre esses e a natureza.

Por um lado, as interações entre os indivíduos passaram a se fundar em relações governadas pela instrumentalidade do cálculo racional e pelo antagonismo de classes, dando origem à alienação do homem em relação a si mesmo e em relação aos outros.

Por outro lado, a mediação entre homem e natureza passou por profundas transformações ao passo que a ideologia burguesa, na tentativa de impor seu domínio social e transpor as barreiras físicas ao acúmulo de Capital, privilegiava a ciência e a técnica como forma de desenvolver a expansão das forças produtivas. Extrai-se disso, a afirmação de Alves (2007, p.16) sobre o

fato de que “a natureza é, cada vez mais, natureza social ou socializada, no sentido de ser construída, em si e para si, por determinações sociais.”.

A burguesia em seu ímpeto irreprimível conseguiu romper com a regulação religiosa e política da sociedade, e construiu em seu lugar um sistema social cujas forças produtivas devem continuamente prover os excedentes necessários à acumulação do capital. Em meio a esse processo, o trabalho assume posição central à medida que representa a fonte de extração do excedente que se pretende acumular.

Ao ocupar um lugar central no metabolismo do capital, o trabalho vê-se dominado por uma necessidade de lucro que nunca cessa e, diferentemente dos sistemas de produção anteriores ao fundado pela ordem burguesa, o trabalho, no contexto moderno, deixa de representar o controle do homem sobre sua produção.

O capitalismo compreende a existência, como será apresentado adiante, de um antagonismo de classes em face da propriedade privada dos meios de produção que aplaca aos desprovidos de capital a necessidade vital da venda de sua força de trabalho. O capitalismo, por outro lado, em sua base material, apresenta-se como um modo de produção de mercadorias no qual habitam processos intensos de divisão e de dominação do trabalho. (MÉSZÁROS, 2002)

Para Marx (2008c) o modo capitalista de produção se distingue dos sistemas metabólicos precedentes por duas características principais. Em primeiro lugar pelo fato da mercadoria ser a forma dominante e determinante do caráter dos produtos desse sistema. Isso implica, segundo o autor, que o próprio trabalhador se apresente apenas como vendedor de mercadoria – sua força de trabalho – e, por conseguinte, como assalariado livre, aparecendo o trabalho em geral como trabalho assalariado. O modo de produção capitalista é determinado, portanto, pelas relações entre capital e trabalho assalariado, de forma que capitalista e assalariado são apenas encarnações do processo social de produção.

Abstrai-se disso que o produto do modo de produção capitalista, a mercadoria, é, portanto, produto do capital e, nesse sentido, contém em si os determinantes não só do processo de produção, mas também do processo social definido por que os produtos têm de passar e em que assumem caracteres sociais definidos. Essa característica da mercadoria ser produto do capital implica também dadas relações entre os agentes de produção, capitalista e produtor direto as quais determinam que o produto se converta em valor e se reconverta em meios de subsistência e meios de produção (MARX, 2011b)

Toda a determinação do valor, o qual é a função-objetivo da produção capitalista, é condicionada pelo fato de que os produtos são mercadorias e as mercadorias, por sua vez, são produtos do capital. Nessa forma de valor específica, valor-mercadoria, o trabalho só atua como trabalho social, mas sua repartição, a integração recíproca e a troca de produtos, a subordinação social e inserção nesse mecanismo são deixadas por conta dos capitalistas individuais. (MARX, 2008c)

Com efeito, a mercadoria como produto do capital já traz em si, segundo Marx (2008b), a reificação dos caracteres sociais da produção e a subjetivação dos fundamentos materiais da produção, o que marca por inteiro o modo capitalista de produção.

Em segundo lugar, o que distingue o modo capitalista de produção de qualquer forma social precedente é a circunstância da produção de mercadorias ser marcada pela necessidade de extração de trabalho excedente, e isso se tornar o objetivo e causa determinante da produção. Sobre isso Marx (2008c, p. 1157) expõe:

O capital produz essencialmente capital, e só o faz se produzir mais-valia [...] A produção pelo valor e pela mais-valia implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário á produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente. O impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para acrescer a produtividade social do trabalho; mas, esse acréscimo toma a aparência de elevação constante da produtividade do capital [...] No regime capitalista de produção, a massa de produtores diretos enfrenta o caráter social da respectiva produção na forma de severa autoridade reguladora e

de mecanismo completamente organizado segundo uma ordem hierárquica, mas, os detentores dessa autoridade não são mais, como nas formas antigas de produção, os dominadores políticos e teocráticos.

Como efeito dessa característica, só por existirem, antes, o trabalho na forma de trabalho assalariado e os meios de produção na forma de capital, tem-se que parte do valor da mercadoria deve configurar-se como mais-valia, e essa, o lucro do capitalista. No entanto, só por configurar-se como mais-valia, o lucro do capitalista patenteia a transformação dos meios destinados para ampliação da produção de valor em novo capital adicional, e a própria ampliação da produção, em acumulação capitalista.

É preciso lembrar, como o faz Marx (2008a), que embora o trabalho na forma de trabalho assalariado seja decisivo para a estrutura do processo de todo e para o modo específico dessa produção, o trabalho assalariado não determina o valor. Na determinação do valor trata-se de do tempo de trabalho social, da quantidade de trabalho de que a sociedade pode dispor e cuja absorção relativa pelos diferentes produtos determina sua função social.

A produção de mercadorias só se torna a forma geral de produção, de acordo com Marx (2011b), pelo fato de que a forma definida em que o tempo de trabalho impõe-se à formação do valor está ligada ao trabalho na forma de trabalho assalariado, e os meios de produção, na forma de capital. É a existência desses dois elementos que torna possível a produção do valor na forma social burguesa.

Pode-se concluir preliminarmente, portanto, que é a relação entre a mercadoria e a produção do valor em geral, da qual se constitui o capital, o mais relevante aspecto da análise marxiana sobre a formação social capitalista. Corrobora essa afirmação o fato de Marx (2011a) iniciar a exposição de seus estudos pelo exame minucioso do conteúdo real presente nas mercadorias.

Para Mészáros (2002) o capitalismo é a resultante da injunção sistêmica de seis elementos: 1) a produção para a troca, e, dessa forma, a mediação da dominação do valor de uso pelo valor de troca; 2) a reificação de

todos os elementos da estrutura social, entre eles o trabalho; 3) o lucro capitalista como força reguladora da produção; o mecanismo de extração da mais-valia que supõe a separação radical, e inerentemente econômica, entre os meios de produção e os produtores diretos; a mais-valia extraída é apropriada de forma privada pela classe capitalista; e 6) de acordo com seus imperativos econômicos, a produção capitalista tende à integração global, como um sistema interdependente de dominação e subordinação econômica.

Para se valer desses mecanismos e processos internos o capital necessita de mediações eficazes que controlem o metabolismo social de forma favorável a ele. Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 180) aponta a existência de mecanismos reprodutivos do capital em meio a esse sistema metabólico que o permitem organizar-se sobre os processos acima, sejam eles:

- 1) A família nuclear articulada como “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;
- 2) Os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquiria rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências e objetivos da ordem sociometabólica existente;
- 3) O dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico, passando pelo baú do usurário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje;
- 4) Os objetivos fetichistas da produção, submetendo a satisfação das necessidades humanas aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;

- 5) O trabalho estruturalmente separado da possibilidade de controle, tendo que funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica;
- 6) As variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam como Estados nacionais autônomos; e
- 7) O incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevalentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se para obter para si as maiores vantagens possíveis.

O capital, dessa forma, deve ser articular metabolicamente para envolver os agentes de produção em relações historicamente determinadas das quais emerge a divisão hierárquica e contraditória do trabalho (divisão técnica e social do trabalho), as relações de propriedade capitalistas e relações de distribuição que reproduzem o sistema metabólico em sua esfera material da estrutura social. (MARX, 2008c)

Para estruturar-se dessa forma, o capital não deve ser entendido como uma “entidade material” controlável ou um “mecanismo de mercado” neutro, ele é, sobretudo, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. Sobre essa característica, explica Mézáros (200, p. 96):

A razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais inclusive, seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão

dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos.

Em consequência das afirmações contidas no excerto acima, o capital, como forma de controle sociometabólico, Mészáros (2002), que sobrepõe a tudo o mais, retém o primado sobre as formas parciais de controle nos “microcosmos” por meio de seu corpo jurídico que pode se manifestar de forma distinta em distintas fases históricas. Ou seja, o capital, ao constituir-se em sistema metabólico de controle global, engendra as condições irrevogáveis de sua reprodução metabólica na superestrutura jurídico-política da forma social burguesa. (MARX e ENGELS, 1975)

Deriva de todo esse domínio exercido pelo capital, uma estrutura social constituída por classes antagônicas, conforme Marx e Engels (2005), - o proletariado e os capitalistas – irreconciliavelmente opostas entre si por bases materiais e pela forma de exercício do poder político. Mészáros (2002) aponta que essa dualidade material/política da sociedade em classes só se torna possível à medida que esta pressupõe certo denominador comum para sustentá-la. Esse denominador comum, entretanto, é, também, uma forma dual de determinação, uma vez que se baseia na injunção entre a divisão social e hierárquica do trabalho e a divisão funcional-técnica do trabalho, sendo que a primeira deve se sobrepor à última. Para esclarecer esse argumento, pode-se inferir que:

Esta imposição social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. (MÉSZÁROS, 2002, p.99)

No entanto, embora seja vital esse caráter dual da “divisão do trabalho”, a constituição instável do sistema do capital apenas se sustenta pela fusão entre as duas formas de divisão de trabalho, apresentada sob a forma de justificações ideológicas absolutamente inquestionáveis. Essa justificação, por sua vez, assume a forma de mediação institucional fundamental à incorporação da necessidade global da divisão social do trabalho pelos microcosmos produtivos do sistema do capital. É por meio dessa mediação que a divisão técnica do trabalho tem seu reflexo social, e isso que provoca o alinhamento, em primeiro lugar, das relações de produção, propriedade e distribuição, e após isso, de toda a formação social que se desdobra dele em prol da acumulação de capital. (MARX, 2008c; 2011a)

Essa perspectiva ideológica de subsunção social será tratada devidamente em seção posterior, na qual ela se materializa na ideologia administrativa e econômica que incute no assalariado uma forma de consciência fundamentada na racionalidade instrumental, ênfase na eficiência econômica e na heterogestão. Com efeito, esses elementos são tomados como forma de sustentação subjetiva dos parâmetros materiais da acumulação do capital, de modo que constituem aquilo que será definido como o “espírito do capitalismo”.

A perspectiva de Mészáros (2002) sobre o distanciamento entre o Capital e o Capitalismo aponta para uma anterioridade do primeiro sobre o segundo, de forma que o Capital, antes de ser encarnado na teoria econômica como um simples fator de produção, possui uma profundidade conceitual muito mais pertinente enquanto mecanismo coordenador das relações metabólicas da sociedade. O autor expressa que:

O capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua, mesmo que numa forma híbrida [...] O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas diferentes. (Mészáros, 1995, p.130)

A partir da passagem acima se pode entender que os elementos constitutivos do sistema do capital conhecidos como o capital monetário/mercantil e a produção de mercadorias fazem referência a momentos históricos muito anteriores ao contexto moderno e, nesse período anterior, pode-se identificar uma visível subordinação desse sistema ao conjunto de normas sociais que vigoraram de civilização a civilização, sob o predomínio do modo de produção escravista e feudal.

Segundo Mészáros (2002,2009), a subordinação do capital a outras formas de regulação da sociedade teve fim com o surgimento do Capitalismo burguês e pôde, a partir de então, se transformar permanentemente em um sistema orgânico. Esse sistema, conforme Marx (2008c), consiste na subordinação de todos os elementos da sociedade a si próprio, construindo historicamente uma totalidade.

O capital deve ser entendido, como propõe Mészáros (2002), como uma relação social de produção, que tem como base fundamental a estrutura hierárquica de trabalho com o propósito de dominação do trabalho, o poder de decisão e a extração de sobretrabalho.

Dessa forma, ao se libertar dos elementos que faziam referência aos sistemas de regulação sociometabólica precedentes, o Capital assegurou sua posição hegemônica, no que consta aos aspectos de organização da sociedade, por meio da produção generalizada de mercadorias-objetos. A superação desses elementos só foi possível por meio de uma mudança essencial de paradigma. Enquanto em sistemas metabólicos precedentes a produção e a circulação atendiam ao princípio da autossuficiência, segundo o qual as necessidades humanas se limitavam a valores de uso intangíveis, no sistema do Capital, em contraste, o intercâmbio produtivo objetiva atender a produção de mercadorias “fetichizadas” pelo seu valor de troca tangível. (MÉSZÁROS, 2009; ALVES, 2007)

Alves (2007) considera que a abordagem de Mészáros acerca do Capital, enquanto sistema metabólico, indica, de acordo com seu pensamento, que a crítica de Marx ao Capital se trata da crítica à modernidade do Capital,

tendo em vista um contexto histórico específico em que a acumulação passou a ser dirigida por uma classe burguesa nascente.

Considerado sob esse aspecto, o Capital evoluiu para uma ordem que assegura ao sistema social a orientação necessária à extração do excedente de trabalho presente nas mercadorias, conforme a equação de produção do capital em Marx (1977), $D - M - D'$. Essa equação, segundo Alves (2007), é diferente da fórmula da circulação simples de mercadorias, $M - D - M$, pois na anterior está implícito o aspecto primordial da transformação do trabalho em mercadoria, que ocorre por meio do trabalho livre e assalariado.

O termo D' representa um ciclo de reiteração e autovalorização do Capital, enquanto $D' > D$, desse modo, a acumulação está intimamente ligada à extração do sobretrabalho, pois o capitalista, em sua busca obsessiva pelo lucro, necessita assegurar que o excedente do trabalho, mais-valia, esteja alinhado ao propósito de acumulação capitalista infundável. O que é necessário ressaltar, como o fazem Marx (1977) e posteriormente Alves (2007), é que o capital não consiste em apenas D' ou M , mas sim nesse movimento de autovalorização cíclica.

A partir da revisão crítica da obra de Marx, Mészáros (2002), estabelece cinco características essenciais do Capital, sejam elas: expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável. Essas cinco dimensões do Capital promovem o poder do mesmo sobre a ordem social burguesa e que estabelece, desse modo, uma forma de atuação sistêmica reguladora das relações sociometabólicas da sociedade.

Outra característica do sistema do Capital é seu caráter de estranhamento. Segundo Alves (2007), esse estranhamento é a teoria crítica de Marx ao Capital e se desenvolve na medida em que a objetivação do trabalho, sob o propósito da produção de mercadorias, nega o próprio ser humano e, dessa forma, o aliena. O estranhamento, alienação, ainda de acordo com esse autor, é uma das mais importantes categorias sociológicas por representar o conteúdo material do Capital e por oferecer um entendimento sobre o processo de reprodução social burguês.

Explica Mézáros (2006) que a alienação significa perda de controle e indica, por meio da leitura em Marx, os seus quatro principais aspectos: alienação do processo de trabalho, alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da civilização humana.

O poder do Capital, nesse caso, se faz acontecer pela sua capacidade em extirpar do capitalista a sua humanidade, de forma que este imprima sua lógica destrutiva em todas as dimensões sociais, e atenda ao apelo do Capital por acumulação.

O Capital, segundo Mézáros (2009), de acordo com suas características enumeradas anteriormente – expansionista, incontável, incorrigível e insustentável – possui em seu âmago uma irreprimível necessidade de expansão a qual, por sua vez, tem encontrado, ao longo dos tempos, diversas limitações.

Várias tentativas de romper as barreiras à acumulação do Capital foram instauradas, porém com pouca eficácia. Alguns exemplos remontam aos sistemas de regulação da extração do sobretrabalho presentes no Estado Keynesiano e no Estado Socialista intervencionista. O único resultado, segundo Mézáros (2009), foram formas de regulação híbridas em que a solução – maior participação do Estado no processo de articulação produtiva – ameaça o próprio sistema do Capital.

É essa maior intervenção do Estado, em um modelo atual de mundialização do sistema do Capital, que provoca uma contradição sem precedentes. Pois enquanto, por um lado, é necessário subordinar o Estado à necessidade de reprodução ampliada do Capital, por outro a atuação de empresas multinacionais – ou transnacionais – sob a “ética” de uma integração mundial, tem provocado a crescente diminuição da capacidade de administração estatal em prover um Estado de sistema do Capital.

A hibridização, entendida como solução, apresenta, no longo prazo, uma limitação crescente da “ajuda externa”, de acordo com Mézáros (2009), e não tem conseguido atacar os principais problemas do sistema do Capital que emergem a partir do conflito entre três esferas, sejam elas: 1) produção e seu

controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional).

A dificuldade em promover uma harmonia estável entre os elementos enumerados acima – tal como propuseram Adam Smith, Kant e Hegel – revela que o sistema do Capital compreende falhas críticas irreparáveis, pois dados os aspectos incontrolável e incorrigível do Capital fica clara a existência de contradições em um sistema que subordina o trabalho ao capital. (MÉSZÁROS, 2009)

A crise estrutural do capital, a partir de Mézáros (2009), é o resultado do encontro do sistema do Capital com suas contradições intrínsecas, e a capacidade desse sistema em superar suas limitações depende da articulação entre “ajuda externa” e os limites à hibridização que esse sistema de regulação sociometabólica permite.

Desse modo essa seção da pesquisa permitiu que fossem identificadas várias categorias essenciais para a perspectiva marxiana do sistema societal vigente, de modo que se pode apontar certa estrutura do sistema metabólico do capital, conforme ilustra a **Figura 5** na página 67.

A partir da breve discussão sobre o sistema metabólico do capital percebeu-se a causação circular que une os elementos e categorias necessários para a articulação sistêmica dessa ordem metabólica. Sendo o metabolismo orgânico do capital voltado inteiramente para a acumulação e sendo o capital, em si, a forma *par excellence* de produção do valor, tem-se que a constituição de toda estrutura social que se ergue sob os determinantes materiais dessa ordem, são apenas as manifestações concretas de uma forma de controle da sociedade marcada pela alienação e reificação que impõem a todos os critérios da vendabilidade universal e da separação entre produtores diretos e seus produtos.

Ao mesmo tempo em que processa suas vicissitudes, o capital expõe suas falhas estruturais advindas da subsunção alienante do trabalhador e demandas ações corretivas do Estado, que, no entanto, possui como campo de ação apenas aquilo que o capital lhe permite, ou seja, apenas pode deslocar

temporariamente as contradições do controle metabólico do capital, ou, no caso do sistema global, impor a outros Estados, pela força, suas exigências corretivas. (MÉSZÁROS, 2002)



Figura 5 – Elementos do Metabolismo do Capital
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 O Capitalismo em suas fases iniciais

No contexto de crise histórico-estrutural do Capital, o sociometabolismo burguês tem sofrido constantes reformulações ao longo de sua evolução. Uma mudança radical no processo de acumulação capitalista se deu ao longo dos dois últimos séculos e a esfera produtiva cedeu um espaço crescente a uma nascente ascensão do dinheiro.

Para se entender como o capitalismo se encontra tal como está faz-se necessário compreender a essência de suas transformações ao passar de um modo de acumulação primitiva, que é seu ponto de partida, para um modelo de

acumulação flexível, incorporando nessa análise as mudanças que essas transformações implicaram ao “Mundo do Trabalho”.

O Capitalismo será aqui caracterizado pelo trabalho assalariado, pois, entre outros elementos, esta parece ser a definição comum a que chegam tanto Weber (2006), Hirschman (1977), Alves (2007), Mészáros (2002) e Boltanski e Chiapello (2009), entre outros. O Capitalismo depende da transformação do trabalho em mercadoria e, para que tal ocorra, a existência de trabalhadores livres se faz premente, desenvolvendo-se, portanto, nesse contexto, a crescente proletarização da massa trabalhadora. (BRAVERMAN, 1987)

Marx (2011a) enfatiza que a liberdade do trabalho ocorre quando o trabalhador não é passivo de uma relação servil ou de escravidão, não sendo, portanto, ele mesmo a mercadoria ou parte dos meios de produção. Em adição, o trabalho livre possui uma conotação de privação em Lenin (2006), ao ser, o trabalhador, desprovido da posse de terras e da posse de meios de produção.

O modo de produção do Capital, portanto, tem como pressuposto, (Marx, 2008c), a existência de um divórcio entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho, mas não se limita a essa separação somente, reproduzindo socialmente essa condição de forma cada vez mais ampliada. O capitalismo emerge, dessa forma, como o sistema de reprodução sociometabólica em que o Capital aparece como o elemento que orchestra todos os aspectos da vida em uma sociedade orientada pela ordem burguesa.

A partir de Weber (2006), conclui-se que o cálculo racional e o desenvolvimento de uma organização burocrática da sociedade se apresentam como instrumentos decisivos para a constituição do Capitalismo. Essa forma de organização das relações sociometabólicas, a partir da instituição de uma burocracia racional, desenvolveu, na e para a sociedade moderna, uma consciência humana representante da alienação, na medida em que compreende o Homem como um instrumento necessário para se atingir um objetivo maior, qual seja: a acumulação material.

A essa forma alienada de consciência dá-se o nome de Racionalidade Instrumental. De acordo com Alves (2007), é a partir dessa racionalidade que o sociometabolismo burguês subjuga todos os elementos da sociedade ao poder de dominação do Capital, alimentando-o por meio da ampliação do acúmulo de riquezas, não obstante o custo social necessário para gerá-la.

De acordo com Lenin (2006), a hegemonia do modo de produção capitalista como sistema orgânico exigiu certo nível de acumulação prévia em um estágio consideravelmente elevado de produção de mercadorias, pois como alerta Marx (2011a, p. 273):

É preciso ter em mente que as novas forças de produção e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, não caem do céu, nem das entranhas da Ideia que se põe a si própria; e sim no interior e em antítese ao desenvolvimento existente da produção e das relações de propriedade tradicionais herdadas. Se no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe outra sob a forma econômico-burguesa, e assim cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, tal é o caso em todo sistema orgânico.

A transição do sistema metabólico feudal para o sociometabolismo burguês não foi marcada somente pelo inexorável antagonismo entre duas classes, mas também por uma mudança radical no processo de regulação do sistema, pois enquanto no primeiro a regulação era realizada politicamente, no segundo, por outro lado, a regulação era eminentemente econômica.

Nesse caso, entretanto, é mister entender as condições materiais que propiciaram a transição entre dois regimes completamente distintos. Decorre dessa necessidade, a preocupação de descrever um processo de acumulação que precede o capitalismo, sendo, de certa forma, o seu germe: a acumulação primitiva.

Em Marx (2011b) ficou latente que a acumulação primitiva consistiu em um conjunto de métodos e procedimentos cujo objetivo era fornecer oferta de trabalho livre às indústrias das cidades. Entre esses métodos e procedimentos configuraram a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada e a incorporação das terras nos

moldes produtivistas necessários ao capitalista. Um exemplo emblemático desse conjunto de práticas foram os *Enclousure Acts*, ou lei dos cercamentos, que expulsaram, no Reino Unido, os camponeses de suas terras e os obrigaram a ir às cidades competir em um nascente mercado de trabalho.

A transformação de dinheiro e meios de produção em capital exige a compreensão de que neste habita uma composição orgânica a qual consiste em uma parte fixa, os meios de produção, e outra variável de onde possa ser extraído um excedente, o trabalho.

A extração desse excedente implica a criação de uma categoria importante no pensamento de Marx, chamada mais-valia a qual, *grosso modo*, é a diferença entre o valor gerado pelo trabalho no processo de produção das mercadorias e o valor recebido pelo trabalho em retribuição a essa produção. (MARX, 2011b)

A criação de mais-valia, segundo Marx (1980), pode ser alcançada de dois modos, a saber: por meio do aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou por meio do aumento da produtividade do trabalho que diminui o número de horas necessárias para se atingir o patamar anterior de produção (mais-valia relativa).

Esse processo de extração de mais-valia (absoluta ou relativa) dá origem ao circuito de autovalorização do capital, discutido anteriormente, cuja existência só pode ser considerada em um contexto em que coexistem aqueles que exercem seu direito à propriedade privada e aqueles que são privados de sua propriedade.

É interessante entender que, de acordo com Marx (1977), o processo simples de produção de mercadorias consiste na unidade do processo de trabalho e do processo de formação do valor da mercadoria, mas o processo de produção capitalista, porém, é a unidade entre o processo de trabalho e o processo de autovalorização, ou seja, é a forma capitalista de produção de mercadorias.

O Capitalismo, em suas fases iniciais, de acordo com Lenin (2006) e Romero (2005), compreende três momentos de aumento da produtividade do

trabalho e, portanto, de produção de mais-valia relativa que se distinguem entre si pela forma na qual o trabalho se subsume ao processo de valorização. É necessário entender, no entanto, que a promoção de métodos e procedimentos de trabalho com o propósito de se elevar a produtividade do trabalho e a mais-valia relativa está inserida no contexto de busca incessante pela eficiência econômica, enquanto um elemento fundamental para a empresa capitalista.

A primeira fase compreende a cooperação simples, embora seja importante ressaltar que esse processo não decorre do modo de produção capitalista, sendo apenas, segundo Benini (2008), uma combinação social do trabalho. Motta (1981) complementa o entendimento ao identificar que a cooperação simples fora usada em demasia para fazer frente a um conjunto de operações que não podiam ser tecnicamente diferenciáveis. No estágio da cooperação simples no Capitalismo, de acordo com o autor, a subordinação do trabalhador ao processo de valorização promove novas relações de dominação marcadas por um forte ímpeto mercantil.

A divisão do trabalho e a manufatura representam a segunda fase inicial do Capitalismo. Nesse sistema sociometabólico burguês as operações de produção são passíveis de um encadeamento de atividades divididas social e tecnicamente. Segundo Braverman (1987), essa forma de divisão já havia sido contemplada em diversas sociedades e de distintas formas de modo a melhor se adequar às exigências de cada ramo de atividade.

No Capitalismo, na produção manufatureira de mercadorias, a divisão do trabalho num sentido formal é estabelecida por Braverman (1987) como o parcelamento dos processos implicados na feitura de um produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores. A divisão do trabalho produz um escalonamento de salário que reproduz socialmente as diferentes atribuições de cada trabalhador no processo de produção, ou seja, a divisão do trabalho, e por consequência o escalonamento de salários, dá origem a uma sociedade igualmente heterogênea.

No entanto, até o exato momento da discussão, o controle sobre o processo de produção de mercadorias ainda era possuído pelo trabalhador e deste dependia para se desenvolver. Porém, uma contradição em especial

parece emergir: ao mesmo tempo em que o processo de produção dependia essencialmente da habilidade do trabalhador em transferir valor à mercadoria, por meio de suas ferramentas, o processo de valorização do capital dependia essencialmente da extração do sobretrabalho (mais-valia), ou seja, da exploração desse mesmo trabalhador.

A solução para essa contradição foi encontrada na terceira fase inicial do Capitalismo pela emergência da “máquina”, principalmente após a Primeira Revolução Industrial, pois somente esta conseguiu expropriar do trabalhador seu monopólio sobre o conhecimento do processo produtivo. Sob esta dimensão, conclui Benini (2008) que a relação de dominação do trabalho pelo capital passou de uma forma estritamente formal, quando o trabalhador ainda possuía o monopólio do conhecimento, para assumir sua forma real, quando o monopólio do conhecimento é quebrado.

A quebra desse monopólio causa uma profunda transformação no mundo do trabalho, pois, segundo Braverman (1987), ao destituir-se o conhecimento do trabalhador e dividi-lo em parcelas interconectadas, mas tecnicamente distintas, não se fazia mais necessária a contratação de um trabalhador que possuísse perícia em todo o processo produtivo, e sim numa pequena parte dele. Desse modo, foi instituído um novo mercado de trabalho em que a qualificação não seria, definitivamente, um elemento decisivo.

A subsunção real do trabalho inaugura a ascensão hegemônica da empresa capitalista sobre qualquer outro sistema de produção, seja ele sob a forma de regime familiar, doméstico ou de corporações. A empresa capitalista possui em seu cerne os elementos centrais que engendram o fluxo contínuo da acumulação de Capital, por isso sua ascensão. Esses elementos, que serão demonstrados ao longo dos capítulos, constituem-se em: racionalidade instrumental, ênfase na eficiência econômica e na divisão hierárquica do trabalho – heterogestão –.

Segundo Heilbroner (1996), o Capitalismo possibilita não só a concorrência entre trabalhadores, conforme demonstrado, mas também a disputa entre capitalistas, que ao tentarem recuperar seus investimentos acrescidos pelo lucro ficam a mercê de um processo cíclico de instabilidade,

que gera neles o senso de autoconservação necessário à continuidade do processo de acumulação.

Esse processo de disputa entre capitalistas, sobretudo, não dá origem a uma estrutura de mercado clássica sob a égide da concorrência perfeita, na qual o capitalista obtém um lucro econômico no longo prazo, mas é razão para regimes de concorrência imperfeita, nos quais o ofertante pode exercer algum poder de mercado e almeja sempre lucros extraordinários.

É importante ressaltar, como o faz Braudel (1996), que o Capitalismo não possui um compromisso tácito com uma economia de mercado, pois a última precede o contexto de surgimento de uma classe burguesa voltada para a acumulação ilimitada, caracterizada pelo primeiro. A acumulação ilimitada, ainda segundo o autor, só se regula pelas regras de mercado quando outras oportunidades mais diretas de lucro não estão disponíveis e, dessa forma, o ímpeto de acumulação vê-se resguardado por normas antitruste e por práticas de livre comércio. O Capitalismo se apoia em contratos e transações, mas esses elementos dão origem a arranjos de trocas discretos nos quais não há publicidade nem fomento à concorrência, como deveria ocorrer em uma situação ideal de concorrência perfeita.

3.3 Capitalismo em Transformação: do Liberalismo à Reestruturação

O Capitalismo passou por várias transformações em seu sistema de regulação sociometabólica e o papel do Estado se modificou profundamente em razão das limitações históricas do sistema do capital descritas por Mézáros (2009) cuja solução foi provocar um sistema híbrido de regulação com crescente participação do Estado, o que estruturalmente ameaçava a expansão da acumulação. Dessa forma, o processo de transmutação do Capitalismo envolve, em si, a transmutação do Estado.

Em primeiro lugar, deve-se atentar para a ascensão e a posterior queda em 1929 do liberalismo econômico, levando em consideração não só a crise

econômica ocorrida nesse ano, mas por esse período intermediar duas guerras mundiais que marcam a transição de uma economia liberal para uma economia dirigida na qual o comércio internacional sofreu forte inflexão em seu fluxo em decorrência da utilização de medidas protecionistas. Os elementos materiais que marcam esse período são a ascensão do modelo Fordista de produção e o emprego crescente, em organizações industriais, da Administração Científica desenvolvida por Frederick Taylor que possibilitou um grande aumento da mais-valia relativa e promoveu um longo ciclo de acumulação. Sobre a doutrina Liberal ressalta Filgueiras (1997, p. 10) que:

Surgiu e ganhou influência na sociedade europeia com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da ordem burguesa, contrapondo-se claramente e de forma direta ao chamado “Estado Absolutista”. Este tipo de Estado, que fora, nos primórdios desse modo de produção, uma alavanca decisiva para a “revolução comercial” e a chamada “acumulação primitiva”, passou a se constituir em um entrave à “liberdade do capital”. No momento de destruição da produção artesanal, surgimento da manufatura e, posteriormente, da grande indústria, num processo que culminou com a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, a regulamentação existente e a interferência do Estado na vida econômica, na forma e conteúdo como vinha sendo feita, dificultavam a “livre mobilidade do capital” e a “liberdade contratual” [...] O ataque às restrições impostas pelo Absolutismo assume, no liberalismo, a feição de um ataque à intervenção do Estado em geral, que se expressa na sua tese principal, qual seja, a de que o indivíduo se caracteriza por ser a célula elementar de constituição da sociedade, cuja iniciativa e ação não podem ser contrariadas pelo Estado, tendo o mesmo, portanto, direito à total liberdade econômica e política.

O liberalismo, enquanto um conjunto de princípios e práticas desenvolvidas com o intuito de permitir o avanço das forças produtivas sem o fardo da intervenção estatal, encontrou na Ciência Econômica, principalmente em suas vertentes clássicas e neoclássicas, a justificação que necessitava para implantar as instituições necessárias ao livre mecanismo de comando e controle do capital burguês. (Boltanski e Chiapello, 2009)

Os pensamentos de Adam Smith, David Ricardo, James Mill e John Stuart Mill tiveram grande impacto no desenvolvimento do corpus da economia

política clássica e várias categorias foram analisadas mantendo-se a atenção voltada ao comércio livre entre nações, à divisão internacional do trabalho, as teorias das vantagens absolutas e comparativas, ao equilíbrio de mercado proporcionado pela satisfação individual do Homem e à análise da força metafísica que regula os mercados, ou seja, a “mão invisível”. Essas ideias em conjunto favoreceram a ascensão do liberalismo como ideologia apologética de um capital livre para produzir-se e reproduzir-se.

Segundo Hobsbawm (1995), a condição liberal do Estado durante o século XIX e o conseguinte avanço industrial legaram à Europa, e principalmente à Inglaterra, uma hegemonia na arena econômica internacional. A centralidade da Europa, ainda segundo o autor, foi ocasionada por essa ser o berço das revoluções científicas, artísticas, políticas e industriais provocadas pelas revoluções burguesas, principalmente na Inglaterra (1688) e na França (1789), que deram origem a uma civilização capitalista exultante com o avanço do progresso moral e material.

Esse sistema de organização social promovido pelo capital em sua era burguesa-liberal encontrou sua decadência no século XX em meio a duas conflagrações mundiais separadas por um agudo período de crise econômica que assolou o Capitalismo liberal do século XIX.

De acordo com Hobsbawm (1995) a democracia, um dos pilares do pensamento liberal, só se salvou nesse período pela associação improvável do Capitalismo e do Comunismo com o intuito de impor derrota ao regime nazifascista Alemão sob a direção de Hitler. A ascensão do totalitarismo em países como Itália e Alemanha impôs um grande revés ao mundo liberal e à democracia o qual nunca mais se regenerou de forma completa.

A crise do liberalismo econômico comporta uma grande confluência de fatores que, em conjunto, suscitaram uma trajetória de transmutação sistêmica do sociometabolismo burguês.

Em uma dimensão, o liberalismo era atacado pelo crescente poder econômico concentrado em poucos grupos de corporações e, dessa forma, a “competição perfeita” cedia lugar ao Capitalismo monopolista. Por outro lado, a

necessidade de combater o desemprego na Itália e na Alemanha, países que haviam perdido grande parte de sua infraestrutura durante a Primeira Guerra Mundial, criou o ambiente perfeito para que o discurso nazifascista florescesse e ganhasse terreno, atingindo seu ápice na ascensão de Hitler a Chanceler em 1933. (HOBSBAWM, 1995; LENIN; 2006; BRAVERMAN, 1987)

Em outra faceta, o liberalismo foi atacado por uma grande contração econômica em 1929 originada, entre outros motivos, por contradições macroeconômicas desenvolvidas pelo padrão-ouro que expuseram a fragilidade econômica de vários países centrais e periféricos. Por último, em uma quarta dimensão, a própria ciência econômica, que a tanto serviu de justificção ideológica para o Capitalismo liberal – Boltanski e Chiapello (2009) –, passou a enfrentar, a partir da crise de 1929, duras críticas internas, pois suas recomendações de políticas econômicas, derivadas de pressupostos que fugiam à realidade prática, se aplicadas de forma literal, poderiam dar lugar a um grande colapso econômico de magnitudes extremas, assim como ocorreu em 1929. (FRIEDMAN, 2009; KEYNES, 1982)

Segundo Hobsbawm (1995), o liberalismo clássico estava condenado a definir e três propostas políticas emergiram na tentativa de alcançar uma posição hegemônica. Entre essas propostas estavam: 1) o Comunismo posto como objetivo maior da Revolução de Outubro que legou à Rússia e seus países vizinhos, sob o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um governo proletário socialista cujo propósito era planificar a economia e promover a igualdade entre os homens ao tornar supérfluo o capitalista. 2) A social – democracia que emergiu dos movimentos trabalhistas que não tinham como proposta o radicalismo do Comunismo, mas propunham uma conciliação entre os desígnios do livre – mercado e as necessidades de proteção social ao trabalhador. 3) A proposta Nazifascista que amadureceu nos regimes totalitários da Alemanha e da Itália cujo propósito ia de encontro ao pensamento liberal, pois o desemprego deveria ser combatido a todo o custo pelo Estado ao contrário de delegar essa função às forças de mercado movidas pelo princípio do *Laissez Faire*.

Segundo as colocações de Hobsbawm (1995), essas propostas não poderiam existir e nem mesmo coexistir se as condições econômicas do centro capitalista não estivessem tão fragilizadas quanto se apresentavam no período de 1929 a 1933. O autor cita como exemplo a URSS, que não teria como se sair bem sucedida em meio à prosperidade econômica do Capitalismo Ocidental, pois herdou uma estrutura produtiva basicamente agrária e arruinada do período Czarista. Mas ao contrário, em uma situação em que o Capitalismo liberal enfrentava suas limitações, a proposta socialista viu-se capaz até de almejar a superação econômica ante os países capitalistas.

O ano de 1929 representa, portanto, um ponto de inflexão do processo de acumulação capitalista e seu entendimento, dessa forma, se faz premente. Para Hobsbawm (1995), a causa para a crise consiste em um descompasso estrutural entre a enorme capacidade produtiva da maior economia mundial, os Estados Unidos, o qual criou para si uma síndrome da autossuficiência, e a insuficiência das demandas interna e externa para seus produtos. Esse descompasso emergiu a priori em economias cujo padrão de produção era pautado pelo modelo fordista que, em resumo, foi responsável por uma crise de superprodução sem a companhia de uma demanda crescente.

A análise econômica de Friedman (2009) para esclarecer as origens da crise pauta-se em elementos intrínsecos ao padrão monetário utilizado pelo sistema internacional e cujas contradições promoveram, em sua opinião, a grande ruptura de 1929. Segundo esse autor, o padrão-ouro que orientava o sistema monetário internacional determinava regras restritivas para o entesouramento de ouro pelas autoridades monetárias de cada país. De modo grosseiro, o padrão-ouro estabelecia que o volume de papel-moeda emitido pelas autoridades deveria ser lastreado por uma quantidade de ouro que respeitava uma cotação específica para a conversibilidade das moedas. Dessa forma, criava-se um circuito monetário entre estoques de ouro, autoridades monetárias, bancos comerciais, empresas e público em geral.

Em termos de comércio internacional, o padrão ouro fazia vigorar um sistema de compensação internacional o qual consistia no seguinte raciocínio: se um país apresentasse um saldo positivo em sua balança comercial deveria

receber um influxo de igual valor, respeitando-se o padrão de conversibilidade, em ouro monetário e, caso o contrário, se apresentasse um déficit, deveria conceber um afluxo de ouro em quantidade proporcional.

As limitações desse sistema começaram a ficar transparentes, segundo Friedman (2009), a partir do momento em que a autoridade monetária estadunidense não agiu de acordo com as regras, dando origem a uma crise sistêmica.

Como havia um hiato crescente entre produção e consumo, de acordo com a proposta de Hobsbawm (1995), o sistema econômico de vários países começou a apresentar limitações ao processo de acumulação capitalista, Braverman (1987), e como consequência os países, para protegerem suas indústrias nacionais, adotaram procedimentos protecionistas que, no entanto, não foram capazes de eliminar seus déficits comerciais com os Estados Unidos.

De acordo com as regras do padrão-ouro, o estoque de ouro estadunidense aumentou proporcionalmente ao seu superávit comercial, porém esse ouro não foi utilizado para recompor sua estrutura monetária, sendo apenas confinado em cofres e não utilizado para incrementar a atividade econômica. Em decorrência dessa atitude da autoridade monetária estadunidense, um ciclo de desconfiança rondou o mercado de ações da bolsa de Nova Iorque, afetando o sistema bancário e por seguinte o crédito que o mesmo concedia à atividade produtiva e, dessa forma, o sistema como um todo foi contaminado pela crise e, posteriormente, pela recessão. (FRIEDMAN, 2009)

Ao analisar os elementos que compreendiam o “receituário” da economia clássica- liberal para o problema da recessão econômica derivada da crise de 1929, Keynes (1982) explica que os axiomas restritivos da escola clássica deturpavam a realidade econômica. Segundo o autor, o *corpus* da economia clássica, assim denominada por Marx, não compreendia a hipótese de haver uma forma de desemprego que fosse involuntária e ocasionada pela queda do ritmo da atividade econômica. Em segundo lugar, a abordagem clássica não compreendia a ociosidade de fatores produtivos, estando a

economia sempre em pleno emprego dos recursos produtivos e sempre regulada pelo princípio do livre mercado em que deveria imperar a perfeita flexibilidade de salários e preços. Em terceiro lugar, não possibilitava um real entendimento do papel da moeda frente às transações, limitando a esse um real papel de intermediária de trocas, o que impôs à mesma um inevitável caráter de neutralidade.

Dentre todas as propostas de Keynes a que obteve maior impacto claramente foi a de atribuir à ação estatal um importante papel para a manutenção ou geração de empregos e renda em períodos de crises econômicas. A intervenção estatal, nesse caso, serviria para compensar a queda dos gastos privados em períodos de crise, o que decorre, por sua vez, da falta de expectativas por parte dos empresários em auferir o excedente econômico esperado a partir do volume de produção contratado. (KEYNES, 1982)

Essa modificação estrutural do pensamento econômico serviu mais uma vez para justificar ideologicamente a hibridização necessária à continuação e ampliação do processo de acumulação capitalista. Essa hibridização era atestada por meio da maior participação do Estado na arena econômica e foi adotada como solução para romper com as limitações do sociometabolismo burguês-liberal, sem necessariamente se recorrer a opções extremas que envolviam a destituição do capitalista. (MÉSZAROS, 2009)

O Capitalismo resultante dos dois conflitos mundiais e da crise econômica de 1929 encontrava-se profundamente modificado em sua estrutura e forma de regulação sociometabólica. Sua principal característica que outrora havia sido a livre concorrência assumiu uma postura monopolista de acumulação, baseada na grande corporação industrial que ascendeu a uma posição hegemônica meio século depois de se consolidar nas economias centrais. (BRAVERMAN, 1987; BARAN e SWEZZY, 1966)

Além de possuir em seu cerne a presença hegemônica da Grande Empresa, o Capitalismo monopolista, de acordo com Braverman (1987) contava com uma forma híbrida de regulação, declarada por uma maior participação do Estado. A necessidade de hibridização se evidenciou por uma

enorme transformação da estrutura social e sua conformação nas cidades, centros econômicos do Capitalismo.

Economia à parte, a exigência de atuação do Estado se fazia constante pois, em meio ao pavor do comunismo, o bem-estar da população, principalmente do proletariado, deveria ser priorizado por meio da institucionalização de políticas trabalhistas, de renda e de proteção social a fim de que a acumulação prosseguisse em padrões que não incitassem insurreições populares, ou seja, em padrões pacíficos. (BRAVERMAN, 1987; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Em se tratando da Grande Empresa capitalista, enquanto elemento central do Capitalismo monopolista, esta só pode ser viabilizada por uma estrutura produtiva voltada à produção de grandes volumes e à divisão de trabalho levada aos limites. De acordo com Filgueiras (1997), tal modelo de produção foi denominado Fordismo e consistiu na adoção de inovações no campo da eletricidade, química, transportes e comunicação, e do modelo gerencial taylorista que, entre outros elementos, compreende a padronização de tarefas, a separação entre planejamento e execução, e grande especialização do trabalho.

No cenário político, nesse período, viu-se a instauração pela Europa das sociais-democracias que tinham como proposta a aliança, sob a forma de contrato social, entre capital e trabalho. Como possuíam em sua base uma inspiração proletária, a conquista da introdução de políticas sociais e trabalhistas no ordenamento jurídico dessas nações acabou por implicar no que se convencionou denominar Estado de bem-estar Social. (FILGUEIRAS, 1997)

A orientação social dessa forma de regulação sociometabólica burguesa se justificou pelo crescente temor de que o Socialismo soviético aumentasse seus domínios pela Europa, na medida em que se avançasse a Guerra Fria que colocava em antagonismo o Capitalismo Ocidental, representado pelos Estados Unidos, e o Socialismo soviético, representado pela URSS. (HOBSBAWM, 1995)

A necessidade de reconstrução dos países europeus e do Japão foi vista pelos Estados Unidos como uma oportunidade para isolar ideologicamente a URSS, e com essa intenção foi concebido o Plano Marshall em 1947. O plano, segundo Hobsbawm (1995), consistia no direcionamento de verbas, mais do que empréstimos, para a reestruturação industrial desses países e, em sua estrutura lógica, concebeu também uma aliança militar antissoviética denominada OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1949.

Como consequência do plano Marshall, a saída de dólares dos Estados Unidos para as economias europeia e japonesa deslocou o centro do Capitalismo mundial para os últimos em detrimento do primeiro. A Europa, então reconstruída, ainda de acordo com Hobsbawm (1995), logrou realizar, durante a década de 1950, vários acordos de livre comércio entre seus países que culminou na criação, em 1957, da Comunidade Europeia.

Ao lado do plano de reconstrução das economias europeia e japonesa estava o plano para reestruturar o sistema financeiro internacional que não poderia, por sua vez, permitir que as contradições macroeconômicas, pertinentes ao padrão-ouro, persistissem. Em 1944, reuniram-se, então, representantes de quarenta e quatro nações para discutir as propostas inglesa, encabeçada por Keynes, e a americana, defendida por White, em Bretton Woods. (SIMONSEN e CYSNE, 2007)

A proposta vencedora, a de White, retomava a experiência do padrão-ouro, mas tornava o dólar a divisa-chave do sistema internacional. De acordo com os princípios desse novo padrão monetário, as moedas poderiam ser convertidas, dada uma taxa fixa de câmbio, livremente em dólares e estes, por sua vez, deveriam ser lastreados por uma quantidade fixa de ouro, a saber: trinta e cinco dólares por onça-troy de ouro. (BERNSTEIN e MILZA, 2007)

Além de modificar o padrão monetário internacional, o acordo de Bretton Woods viabilizou a criação de duas organizações internacionais, quais sejam: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O primeiro tinha a função de administrar o novo sistema de pagamentos internacionais e de zelar para que as regras fossem respeitadas pelas partes. O segundo, por outro lado,

tinha a função de providenciar recursos de longo prazo para a reconstrução e o desenvolvimento das economias. (SIMONSEN e CYSNE, 2007)

As sociais-democracias europeias, bem como o conjunto da economia mundial, viveram, sob a égide desse novo sistema, o que Hobsbawm (1995) descreve como sendo a Era de Ouro do Capitalismo, a qual consistiu num período de vinte e cinco anos de prosperidade econômica, abrangendo o pós-guerra de 1945 até o início da década de 1970. Explica Filgueiras (1997, p. 13):

Assim, durante pelo menos 25 anos, os sucessivos governos sociais-democratas construíram um capitalismo "organizado", tendo por base as políticas macroeconômicas de cunho neokeynesiano, de natureza anticíclica, que levavam o Estado a aumentar ou diminuir os seus gastos de acordo com o momento do ciclo econômico. O seguro-desemprego, e a rede de benefícios sociais construída ao longo de todo esse tempo, foram sustentados por uma forte e progressiva taxa de capital e dos rendimentos mais elevados, viabilizada pelo elevado crescimento econômico do período, este último definido por alguns economistas como produto de um "círculo virtuoso", no qual o crescimento da produtividade, a distribuição dos ganhos daí decorrentes, a contínua expansão da demanda e a estabilidade dos mercados consumidores eram os elementos fundamentais.

O **Quadro 1** apresenta os dados de uma parte desse período, contemplando a taxa de crescimento de economias-chave no conjunto de dez anos entre 1949 e 1959.

Quadro 1 – Crescimento médio do Produto Nacional Bruto entre 1949 e 1959 (% a.a)

| País | Cresc. médio do PNB* de 1949 a 1954 (var.% a.a) | Cresc. médio do PNB de 1954 a 1959 (var.% a.a) |
|--------------------|--|---|
| Alemanha Ocidental | 8,40% | 8,60% |
| Áustria | 5,70% | 5,70% |
| Itália | 6,40% | 5,70% |
| França | 4,80% | 4,10% |
| Bélgica | 3,70% | 2,50% |
| Grã- | 2,30% | 2,70% |

| | | |
|---------------|-------|-------|
| Bretanha | | |
| Dinamarca | 3,70% | 3,40% |
| Suíça | 5,70% | 4,60% |
| Finlândia | 5,30% | 3,50% |
| Países Baixos | 4,90% | 4,10% |
| EUA | 3,60% | 3,30% |

* PNB: Produto Nacional Bruto. Equivale ao Produto Interno Bruto adicionado ao saldo da renda líquida recebida/enviada do/ao exterior, tal como segue: $PNB = PIB + RLE$. (DORNBUSCH E FISCHER, 1991)

Fonte: Adaptado pelo Autor com base em Ritteshausen (2006)

Sob a nova estrutura de regulação capitalista baseada no Estado de bem-estar Social e no modelo de produção Fordista-Taylorista, a economia mundial logrou alcançar um patamar de riqueza nunca antes produzido em tão curto período. Entre as economias centrais tem-se o caso emblemático da Alemanha Ocidental que viveu, nesse período, seu segundo milagre econômico e, entre as economias periféricas, o Brasil, que sob comando despótico da ditadura militar testemunhou seu crescimento a passos largos no período entre 1969 e 1973, que caracterizou seu milagre econômico. (HOBBSAWM, 1995; GIAMBIAGI et al, 2005)

Durante a década de 1960 o Capitalismo monopolista esbanjava características particulares. Segundo Hobsbawm (1995), o Capitalismo da “Era de Ouro” estava em franco processo de internacionalização produtiva aliado a uma ascensão dos fluxos financeiros entre os mercados internacionais. O autor destaca três aspectos da internacionalização, a saber: a empresa transacional, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento *offshore*, realizado por meio da existência de territórios nos quais a legislação tributária é menos onerosa do que em outros.

A conjuntura de recuperação das economias europeias fortaleceu suas moedas nacionais e deslocaram o centro capitalista dos Estados Unidos para a Europa, criando-se um mercado de moedas sobrevalorizadas, chamado de mercado dos Eurodólares. Não obstante, o ganho espetacular dos países

árabes exportadores de petróleo foi decisivo para o influxo dos chamados petrodólares que ampliavam a valorização real das moedas europeias. (HOBSBAWM, 1995)

Um descompasso estrutural se anunciava, pois, se por um lado, as moedas europeias eram alvo de valorização crescente, por outro, o volume dos gastos estadunidense fazia com que o dólar se desvalorizasse em igual proporção, Gonçalves *et al* (1998). Dessa forma, segundo Hobsbawm (1995), em 1971 a livre conversibilidade entre as moedas, principalmente europeias, e o dólar foi abandonada e, em 1973, o câmbio fixo, um dos pilares de Bretton Woods, cedeu lugar ao câmbio flutuante.

A destituição de um dos principais elementos do acordo de Bretton Woods e a crise do Petróleo em 1973 marcaram o fim da Era de Ouro do Capitalismo e, por conseguinte, dão início ao processo de crise do Fordismo enquanto modo material de produção. Segundo Filgueiras (1997), as economias começaram a apresentar, no início da década de 1970, um quadro de estagflação caracterizado pela conjunção entre níveis de desemprego crescentes e a aceleração das taxas de inflação.

O modelo Fordista de desenvolvimento, pautado pela produção em massa de mercadorias, necessitava da expansão crescente de sua base de consumidores. No entanto, a partir da crise de 1973, a constante diminuição da demanda desmoronou os fundamentos do Fordismo nas principais economias do centro capitalista. Dessa forma, imperou a busca por uma reestruturação do Capitalismo, especialmente em relação ao seu modelo de organização produtiva. (FILGUEIRAS, 1997; ALVES, 2007)

De acordo com Antunes (1995), a superação da crise do Fordismo se apresenta sob a ação de duas forças. A primeira surge no interior da empresa capitalista e demanda a utilização de inovações tecnológicas e a reorganização dos métodos de controle e gestão da força de trabalho. A segunda impõe-se ao mercado de trabalho sob a forma de flexibilização das relações de trabalho e das importantes instituições trabalhistas conquistadas por meio de reivindicações e lutas.

A crise do Fordismo mostrou, em primeiro lugar, que estruturas organizacionais rígidas, centralizadas e excessivamente burocráticas são incapazes de responder competitivamente aos incentivos e ameaças do mercado, e, em segundo lugar, que o sistema *Just-in-Case*, pautado por grandes estoques estratégicos de mercadorias e insumos, não era mais viável haja vista o aumento excessivo dos custos em razão das crises do petróleo em 1973 e 1979. (FILGUEIRAS, 1997)

A solução para a reestruturação produtiva, segundo Antunes (1995), foi encontrada pelo Japão em seu período de reconstrução no qual a demanda por mercadorias enfrentava a estagnação, pois se baseava na aquisição de pequenas quantidades e certa variedade de produtos. Tal condição da demanda ia de encontro com os fundamentos do Fordismo, pautados pela produção de mercadorias homogêneas e em grandes volumes. Filgueiras (1997, p. 15) explicita que:

A reestruturação produtiva, fenômeno que se desenrola essencialmente na órbita microeconômica, diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, e pode ser vista sob dois aspectos. No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais (siderurgia, têxtil). E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, a introdução de novos padrões de gestão/organização do trabalho (o "modelo japonês"); acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos.

Esse novo modo de organização da produção tinha como proposta a flexibilização da rígida estrutura hierárquica e centralizadora do capital monopolista. Dessa forma, o Toyotismo, como foi denominado, direcionava a produção ao consumidor, que, em primeira instância, determinava o que seria produzido. Prevalece, nesse contexto, o princípio do estoque mínimo aliado ao

aproveitamento máximo do tempo de produção e transporte, possibilitado pelo sistema *Just-in-Time*. Os alicerces fundamentais desse novo paradigma consistiam em: 1) controle intensivo da qualidade por meio dos círculos de qualidade; 2) grupos autogeridos de trabalho capazes de corrigir erros no processo produtivo; e 3) achatamento da estrutura organizacional da empresa concomitantemente ao emprego da terceirização e de contratos para assegurar o fornecimento de ativos específicos. (FILGUEIRAS, 1997; ANTUNES, 1995)

Sob o paradigma toyotista há uma importante modificação não só objetiva e atrelada aos novos métodos de organização do trabalho, mas também subjetiva, pois, para Alves (2007), o Toyotismo exige a participação ativa da inteligência e da iniciativa do trabalhador no processo de trabalho.

O resultado, conforme Filgueiras (1997), é um tipo de trabalhador com maior capacitação do que o trabalhador fordista, em particular aqueles pertencentes ao núcleo central da mão de obra da empresa, que torna dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes.

O trabalhador ao ser inserido no paradigma produtivo do Toyotismo, complementa Antunes (1997), se submete à lógica do capital de forma mais participativa e com seu consentimento, ao contrário do que acontecia no modelo fordista cuja lógica se imprimia ao trabalhador de forma despótica.

No mercado de trabalho a exigência por flexibilidade fez emergir temas como a livre contratação da força de trabalho, por meio da livre negociação entre capitalistas e trabalhadores, sem a intervenção e regulamentação por parte do Estado. Segundo Filgueiras (1997, p.16) o objetivo é "flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais existentes". A busca por flexibilidade deu origem a uma segmentação da força de trabalho, por meio do crescimento da qualificação de um grupo diminuto de trabalhadores em detrimento da desqualificação de uma parcela majoritária. Os trabalhadores do segundo grupo tendem a fazer parte da mão de obra subcontratada pela empresa nos momentos de necessidade, enquanto os do primeiro grupo tendem a se constituir num segmento mais estável da empresa.

A instauração de novas legislações trabalhistas, as quais, segundo Alves (2000), permitem a negociação e contratação livre e flexível, deram origem a nova regulação institucional do trabalho assalariado adaptando-o às necessidades do capital. Essa forma de subsunção formal do trabalho mais intensa, com maior captura da subjetividade do trabalhador, mais flexível e com menos garantias sociais, faz emergir um cenário de precarização das relações de trabalho.

Bourdieu (1998) atribuiu a essa forma de precarização do trabalho o nome de “flexploração” que implica a redução sistemática do contingente de trabalhadores assalariados, aumentando o número de desempregados e/ou do trabalho informal, fenômeno também conhecido pela categoria marxiana de aumento do exército industrial de reserva.

A flexibilidade assume, a partir da reestruturação capitalista, o papel de ser a força motriz da acumulação, não obstante o fato de ser uma característica histórico-ontológica da produção capitalista. Nesse ponto, na acepção de Alves (2000) a flexibilidade é um fundamento do sociometabolismo burguês que se origina da distinção primordial entre capital e trabalho e a consequente privação do segundo da posse dos meios de produção. A flexibilidade do trabalho, colocada por Boyer e Freyssenet (2000) se concentra em cinco dimensões, quais sejam: a flexibilidade inerente à organização da produção; à mobilidade interna dos trabalhadores; aos contratos de trabalho; à relação salarial e à regulamentação trabalhista.

A transição do paradigma fordista para o toyotista provocou uma importante mudança no que se refere às contrapartidas. De acordo com Oliveira (2004), enquanto no Fordismo as altas remunerações criavam condições suficientes para a autodisciplina e a autocoção, no Toyotismo a alta remuneração não é condição suficiente e nem desejada pela empresa, de forma que os ganhos salariais do trabalhador são uma função de seu envolvimento no processo produtivo, dando contribuições e soluções para este.

Na esfera produtiva, a acumulação flexível, entendida a partir da flexibilização da força de trabalho, enseja uma nova forma de organização da sociedade ditada por um reformado Capitalismo, no contexto de um

sociometabolismo burguês revigorado. No entanto, as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva só conseguiram almejar tamanho alcance reprodutivo à medida que a esfera política-ideológica também sofria modificações estruturais.

O fracasso das sociais-democracias em promover uma aliança duradoura entre capital e trabalho, sob as sombras do Estado de bem-estar Social foi, ao lado do fordismo, a grande derrota dessa forma híbrida de regulação sociometabólica. Essa derrota ideológica do Estado de bem-estar social suscitou o debate intelectual acerca dos limites para a ação estatal, provocando a ascensão do discurso liberal em oposição ao Estado Keynesiano. Nessa nova roupagem esse discurso emergente foi denominado neoliberalismo.

Embora a doutrina neoliberal tenha surgido de forma quase que imediata à assunção do Estado Keynesiano, somente após a crise absoluta dessa forma de regulação da acumulação capitalista que, de fato, despontou como ideologia dominante, principalmente a partir da execução de políticas liberais nos Estados Unidos e na Inglaterra, respectivamente orquestradas por Reagan e Margareth Thatcher, ao longo da década de 1980. Acerca das políticas neoliberais nos dois países Filgueiras (1997, p 17) explica:

Na Inglaterra, os principais pontos da política implementada, conforme a doutrina neoliberal foram: contração da emissão monetária e elevação das taxas de juro, diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos e abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, criação de desemprego massivo, repressão às greves, instituição de uma legislação anti-sindical e corte dos gastos sociais; tudo isso, acompanhado por um amplo programa de privatização, que viria a se tornar, principalmente nos países periféricos na ordem capitalista internacional, o "carro-chefe" das políticas neoliberais. Nos Estados Unidos a receita se repetiu, com a exceção do fato, relevante, de que foi o Governo em que mais cresceu o déficit público (gastos militares) na história americana; em razão de uma nova escalada da "guerra fria" no início dos anos 80.

O discurso neoliberal inspirava uma série de práticas e opções de políticas estatais que tinham por objetivo a desregulamentação dos mercados de trabalho e de bens e serviços, bem como a minimização da intensa

intervenção econômica estatal vigente no Estado de bem-estar Social. Filgueiras (1997, p. 11) explica o neoliberalismo na extensa, porém necessária, passagem a seguir:

As suas críticas se voltam, mais uma vez, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado; o "mercado livre" é a garantia da liberdade econômica e política, esta última também ameaçada pelo intervencionismo. Portanto, neste caso também, é uma doutrina que se constrói em oposição a uma certa forma de intervenção do Estado, isto é, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o New Deal norte-americano, e tendo por princípio mais geral que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática, pois é a base da liberdade e da vitalidade da concorrência. A decorrência dessa visão se expressa, do ponto de vista econômico, na recusa em aceitar o exercício de políticas ativas por parte do Estado; quer sejam macroeconômicas, no sentido de estimular em geral a atividade produtiva e o emprego, quer sejam políticas setoriais (industrial, por exemplo) e regionais. Em ambos os casos, o resultado final é um desastre; porque a tentativa de impulsionar a economia, através de políticas monetárias e fiscais, termina apenas com mais inflação, sem, contudo, reduzir o patamar de desemprego, enquanto o apoio a regiões e setores específicos provoca ineficiências e desperdícios, em virtude da distorção que provoca no "livre" funcionamento do mercado. Por isso, o objetivo maior, e quase que único, da política econômica, deve ser o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir o cumprimento dos contratos e da "livre concorrência". Esta última deve ser viabilizada através da desregulamentação em geral, e do mercado de trabalho em particular, com destaque para a flexibilização das relações trabalhistas. No plano internacional se materializa na livre mobilidade de capitais e mercadorias, com a derrubada de restrições ao comércio e a livre circulação do capital financeiro. Do ponto de vista social, também não deve haver políticas ativas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, pois isto acomoda seus beneficiários e arrefece a competição, motor maior da sociedade e da liberdade.

A perfeita simbiose entre o discurso neoliberal e o paradigma produtivo toyotista logrou realizar a reestruturação do sociometabolismo burguês e direcionou a acumulação capitalista a um padrão global. O Estado neoliberal longe de ser um ente passivo, como deveria sê-lo de acordo com o liberalismo clássico, assume uma postura ativa no que concerne à proteção dos elementos que garantem sustentação ao novo paradigma produtivo. (PRADO, 2005; BENINI, 2008)

É interessante notar que a ação estatal neoliberal está permeada de nuances ora passivas ora ativas na tentativa de melhor acolher e defender o padrão de acumulação capitalista vigente. Para isso, o Estado neoliberal se utiliza de um arcabouço de medidas políticas que visam tanto à redução de seu campo de atuação como produtor de bens e serviços quanto à ampliação de seu espaço como “regulador-flexibilizador” do processo econômico dominado pela livre iniciativa.

Essa nova forma de articulação metabólica entre Capital, Trabalho e Estado exige um importante comprometimento do último em assegurar o fim do pacto social entre capital e trabalho, que vigorou nos Estados de bem-estar Social. O rompimento deste “contrato” implica um desequilíbrio de forças produtivas, do qual renasce a figura hegemônica do capital em detrimento da degradação dos postos de trabalho e da precarização das relações de trabalho.

Sobre esse aspecto, Vasapollo (2005), afirma que o neoliberalismo reestruturou juridicamente o Estado e que esse, por sua vez, passou a orientar suas ações por um ímpeto liberalizante que possuiu como foco a Empresa Capitalista. A empresa, no Estado neoliberal, tem o direito de demitir funcionários sem sofrer sanções na medida em que a produção e a demanda não se comportarem como esperado; a empresa tem o direito de reduzir ou expandir a jornada de trabalho, sem aviso prévio; a empresa passa a exercer o direito de subdividir a jornada de trabalho, mudando suas características e horários, entre outros direitos.

Nas economias capitalistas centrais, no contexto de assimilação estatal das bases necessárias ao avanço das forças produtivas, o neoliberalismo logrou realizar, por um lado, a redução das taxas de inflação e a recuperação da rentabilidade do capital, e, por outro, a contenção dos salários, o aumento no grau de desigualdade social e o crescimento das taxas de desemprego. (FILGUEIRAS, 1997)

O modo de produção capitalista, sob os auspícios do Estado neoliberal, revelou novamente o caráter irremediável do Capital, principalmente após a consolidação do Toyotismo enquanto paradigma produtivo hegemônico e o

aprofundamento das finanças internacionais, por meio da integração entre os mercados financeiros.

O Toyotismo, como descrito anteriormente, acentuou as relações contratuais entre as firmas à medida que a centralização e a verticalização, típicas do Fordismo, foram veementemente eliminadas. O aprofundamento financeiro das economias, por outro lado, foi largamente promovido pela regulação/flexibilização dos mercados de capitais, o qual permitiu a desregulamentação das finanças internacionais e lhes possibilitou grande mobilidade entre os mercados.

3.4 O Capitalismo em seu estágio Global

Embora o centro capitalista comportasse um grande desenvolvimento financeiro e produtivo, a necessidade, apresentada pelas empresas transnacionais, por fornecedores mundiais de insumos a preços competitivos e por mercados consumidores em franco crescimento, bem como a busca do capital financeiro por oportunidades de rendimentos extraordinários, exigiram a integração econômica da periferia do sistema econômica. A esse ímpeto de integração pode-se denominar Globalização. (CARNEIRO, 2007; GONÇALVES *et al*, 1998)

A globalização, tal como foi denominada, pode ser compreendida como a interação de três esferas distintas: 1ª) a Produtiva, em que o arranjo global das cadeias produtivas segue a orientação das estratégias empregadas pelas corporações transnacionais; 2ª) a Financeira, em que os fluxos de capitais de curto e de longo prazo promovem um grande direcionamento de recursos aos países periféricos e determinam um novo sistema financeiro; e 3ª) a Ideológica, em que a difusão do discurso neoliberal na periferia capitalista, por meio do Consenso de Washington, possibilitou aos países menos desenvolvidos o engajamento necessário à integração núcleo-periferia.

O resultado das injunções sistêmicas realizadas por essas duas esferas da mundialização do Capital suscitou, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009), a formação de uma economia em rede, pois ao mesmo tempo em que houve maior integração dos mercados de capitais via aprofundamento das finanças globais, ocorreu, no campo produtivo, a estruturação de vastas redes de integração entre empresas, motivada pelo paradigma produtivo toyotista, a qual Alves (2000,2007) identifica como “fragmentação sistêmica”.

A atuação conjunta das duas esferas do Capitalismo em seu estágio global refletiu-se, sobretudo, em uma nova conformação histórico-cultural da sociedade onde imperam várias contradições.

No centro dessas contradições, como mostram Harvey (2010) e Boltanski e Chiapello (2009), está a dialética da sociedade em rede: de um lado, tem-se a superação das fronteiras geográficas e o surgimento de um mundo que, embora seja permeado por ‘vozes” fragmentadas, está integrado em redes não só econômicas, mas também sociais; por outro lado, na contramão da integração em rede, atinge-se, no Capitalismo global, um patamar de exclusão social nunca antes tão profundo, como pontuam Dupas (1999) e Cattani (2003).

No entanto, para se compreender como os movimentos de mundialização do Capital acabaram por engendrar os mecanismos de intensificação da exclusão social, faz-se premente uma análise da integração econômica das nações periféricas às centrais.

De acordo com Carneiro (2007), a integração da periferia ao centro não se deu de forma linear, pois havia e ainda há grande heterogeneidade entre os países que compõem o bloco periférico: para uns, prevaleceu uma integração pautada pelo influxo de capitais de risco e de investimentos externos orientados para a privatização de plantas produtivas, que outrora pertenciam aos Estados, sem, portanto, expandir a capacidade produtiva desses países; para outros, a integração baseou-se em exportações de manufaturados e em fluxos de investimentos estrangeiros interessados em originar novas plantas, e dessa, ampliar a capacidade produtiva dos países.

É necessário ressaltar que a periferia do Capitalismo será aqui considerada como o grupo formado, por um lado, pelos países asiáticos e, por outro, pelos latino-americanos. Esses dois grupos assumiram formas distintas de integração ao centro capitalista, principalmente pelo fato de terem atravessado a década de 1980 de formas diametralmente opostas. Enquanto a Ásia testemunhou um grande crescimento econômico durante esse período, a América Latina, por sua vez, foi vítima de crises econômicas agudas, até poder se reestruturar em 1990.

No contexto asiático, o acordo entre as economias do então G5 (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Reino Unido), realizado em 1985, no hotel Plaza em Nova Iorque, com a intenção de coordenar as políticas macroeconômicas desses países para conter a sobrevalorização do dólar, deu ensejo a uma grande valorização do lene que, por sua vez, foi o passo inicial para a integração econômica da Ásia ao centro do Capitalismo. (MEDEIROS, 1998)

A valorização do lene no pós 1985 possibilitou o deslocamento da dinâmica produtiva do capital japonês para outros países asiáticos, os quais estavam em patamares distintos de desenvolvimento industrial. Dessa forma, ampliou-se o processo de divisão regional do trabalho, combinado a investimentos orientados para a substituição de importações e elevação das exportações.

Esses elementos, segundo Medeiros (1998), garantiram o forte dinamismo do Japão e dos “tigres asiáticos” (Coréia, Taiwan, Cingapura, Hong Kong) nesse período, caracterizado pela exportação de manufaturas e o superávit comercial com os Estados Unidos. Essa dinâmica asiática baseava-se num duplo movimento: por um lado havia um amplo déficit comercial dos “tigres asiáticos” com o Japão, os quais o financiavam por meio dos superávits comerciais com os Estados Unidos e do fluxo de investimentos japoneses; por outro lado, o Japão se beneficiava de sua posição industrial superior e consolidava regional e internacionalmente um mercado para a exportação de bens de capital.

Foi a partir do desenvolvimento dessa interdependência regional que a Ásia logrou alcançar um ritmo de crescimento superior ao do resto da periferia. A América Latina, por sua vez, só conseguiu se inserir no processo de globalização após ter passado, durante a década de 1980, por um longo período de crises de sua dívida externa. A reestruturação da dívida externa desses países os inseriu, enquanto receptores, no fluxo de investimentos estrangeiros de portfólio, possibilitando a abertura comercial e financeira, nesse caso, unilateral. Sobre esse fato, comenta Medeiros (1998, p. 281) que:

O deslocamento temporário da restrição externa decorrente do ingresso de capitais foi acompanhado por intensa e unilateral abertura financeira e comercial. Os EUA que acumularam ao longo dos anos 80 amplos déficits comerciais como região, necessários para servir à dívida externa do continente, reverteram intensa e rapidamente esta posição. É a inserção externa da América Latina como receptora de fluxos financeiros de curto prazo e como mercado em expansão para os EUA que confere uma especificidade comum à região.

Dessa forma, fica possível distinguir mais claramente o modelo de inserção que dominou o processo de integração da periferia capitalista, tendo em vista seus dois grupos distintos, ao centro do Capitalismo global. A esfera produtiva foi muito mais desenvolvida pelos países asiáticos, enquanto, nos países latino-americanos, imperou a inserção financeira.

No âmbito financeiro, a mundialização do capital se caracterizou pela crescente mobilidade de recursos estrangeiros, pela liberalização financeira no plano doméstico, por um regime cambial característico e pela subordinação das moedas inconversíveis à moeda internacional, o dólar. (CARNEIRO, 2007)

A livre mobilidade de capitais, sustentam Carneiro (2007) e Helleiner (1994), não tem origem nos avanços tecnológicos, mas sim na postura adotada pelos Estados capitalistas centrais em permitir um fluxo de recursos livre de regras restritivas. As necessidades de inserção periférica obrigaram aos governos a extinguir possíveis restrições, no plano doméstico, ao recebimento de capitais estrangeiros, em especial as regras que determinam tempo de permanência mínima dos recursos e taxas abusivas, que comprometem os rendimentos do capital.

A hegemonia do dólar, por sua vez, pontua Carneiro (2007), ocorre pelo perfil do sistema monetário internacional que se apoia na moeda estadunidense para sustentar suas bases. A dívida pública dos Estados Unidos possibilita às economias, principalmente periféricas, proteger o valor de suas reservas internacionais necessárias para se manter o equilíbrio das transações externas em períodos de crises. Dessa forma, o dólar se constitui como principal fonte de reserva de valor, no contexto global de mundialização do capital.

O regime cambial característico desse novo padrão de acumulação mundial manifesta-se pela presença da flexibilidade ante a rigidez exigida pelo sistema de Bretton Woods. Um aspecto intrínseco a esse regime é a crescente perda de autonomia da política macroeconômica dos Estados em favor da interdependência econômica entre si.

No plano produtivo, a mundialização do capital foi caracterizada pelo fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em direção à periferia, como parte da estratégia de integração produtiva dos grupos transnacionais. No contexto da globalização há uma clara mudança no perfil concorrencial, segundo Lall (2002), devido ao desmembramento geográfico das atividades, desencadeado pela estratégia de *global sourcing* (terceirização e subcontratação em níveis mundiais).

O IED com destino aos países periféricos derivou das estratégias de *resource seeking* (procura por recursos humanos e naturais baratos) e *market seeking* (procura por mercados em desenvolvimento), segundo Dunning (1993). Isso implicou a concentração das atividades com maior densidade tecnológica nos países centrais, enquanto imperou nos países periféricos a inserção baseada na extração de recursos naturais e na exploração de um exército industrial sujeito a salários de subsistência. Ao mesmo tempo em que essa inserção possibilitou o adensamento das cadeias produtivas globais, essa forma de integração gerou um evidente processo de concentração do valor agregado em países centrais, segundo Dupas (1999).

Tendo esclarecido alguns elementos da inserção periférica no Capitalismo global, sob a forma produtiva ou financeira, é necessário agora

promover uma análise de como se deu o engajamento das economias periféricas, principalmente latino-americanas, nesse novo sistema mundial de transações financeiras e de produtos. Dessa forma, o estudo será dirigido para uma breve descrição do Consenso de Washington, assumido, aqui, como a materialização do discurso neoliberal.

O Consenso de Washington, termo cunhado pelo economista responsável pelo plano, John Williamson, em 1989, foi um conjunto de dez recomendações de reformas econômicas para países periféricos. As dez propostas consistiam em: 1) disciplina fiscal e redução do déficit público; 2) aumento das despesas públicas em saúde e educação em detrimento aos subsídios; 3) reforma tributária, visando ao aumento de impostos e da base tributária; 4) taxas de juros determinadas pelo mercado e, de preferência, positivas; 5) taxa de câmbio flutuante e em níveis competitivos; 6) liberalização do comércio e sua orientação ao exterior; 7) Investimentos diretos sem restrições; 8) Privatizações de Empresas Públicas; 9) desregulamentação das atividades econômicas; e 10) Proteção à Propriedade Intelectual. (BRESSER-PEREIRA, 1991)

O Consenso de Washington, segundo (Bresser-Pereira, 1991) havia diagnosticado que a crise da dívida latino-americana possuiu duas causas estruturais. A primeira estava ligada ao grande crescimento do estado, impulsionado pelo modelo de inserção econômica internacional precedente, baseado na substituição de importações, excesso de regulação e grande número de empresas estatais com baixa eficiência. A segunda causa estava atrelada ao populismo econômico praticado pelos Estados latino-americanos, deflagrada pela incapacidade dos mesmos em promover a austeridade fiscal no contexto de fortes demandas salariais por parte dos setores privado e público.

O resultado da adoção do “receituário” de Washington foi a sumária adequação ideológica da América Latina aos princípios do Capitalismo global, reforçando um padrão global de divisão do trabalho e da mobilidade dos fluxos financeiros. Em meio a esse cenário, duas características despontam como principais: 1) a rápida ascensão da esfera financeira como protagonista da

Mundialização do capital; e 2) a crescente degradação social, tanto em economias centrais quanto em periféricas, decorrente da flexibilização do mercado de trabalho, em função da globalização produtiva.

A ascensão da esfera financeira pode ser observada nos últimos 30 anos, principalmente em virtude da ocorrência de inúmeras crises monetárias e bancárias, além da crise da dívida na América Latina na década de 1980, que têm afetado de maneira diversa as economias. Para se citar algumas, Dymski (2006) enumera: a crise das instituições de poupança e empréstimos nos Estados Unidos, em 1982; a crise bancária japonesa de 1990; a crise monetária e bancária mexicana em 1994-95; a crise financeira asiática em 1997-98; a crise monetária russa e brasileira em 1998-99; a crise monetária turca em 2000-01; a crise monetária e bancária argentina em 2001-02; e a crise financeira global originada do mercado hipotecário estadunidense, deflagrada em 2007.

A mobilidade dos fluxos de capital financeiro aliada à interdependência dos mercados, no contexto global, facilita a contaminação em massa das economias que, de acordo com Dymski (2006), não muito raramente, expõem, cedo ou tarde, suas fragilidades e contradições macroeconômicas. Sob este aspecto, a subsunção da produção às finanças evidencia o caráter perverso da acumulação capitalista contemporânea, pois nessa a expressão das características intrínsecas ao Capital é manifestada pela constante instabilidade financeira e crescente risco de um colapso sistêmico.

Dessa forma, é interessante que se entenda a natureza do capital financeiro e como este atingiu sua condição de protagonista das catástrofes econômicas no âmbito do Capitalismo global.

Resgatando-se o conceito de capital financeiro, ou capital a juros em Marx (1977), denota-se que este pressupõe que à propriedade do capital seja atribuída uma remuneração em retribuição ao seu uso, qual seja: o juro. O juro, por sua vez, é determinado pela relação de forças entre prestamistas e prestatários que definem política e juridicamente a remuneração pela propriedade do capital.

Para Carneiro (1999), o capital em sua forma geral (D – D'), que é um reflexo de sua forma particular (D – M – D'), conquista, ao longo do processo de evolução capitalista, sua autonomia. Essa autonomia, segundo o autor, deriva do fato de que o juro sobre o capital-propriedade é capaz de hierarquizar, por si só, a escala de “eficiência marginal do capital”, ao definir os custos de oportunidade do capital, ou seu “prêmio pela liquidez”, e, por conseguinte, a remuneração mínima exigida pela aplicação produtiva do capital. Dessa forma, conclui Carneiro (1999, p. 6) que “o juro constitui a remuneração da forma mais geral do capital e, portanto, um padrão para as demais formas”.

O capital-propriedade, ou capital em sua forma geral monetária, e o capital em processo, ou capital em sua forma particular, não possuem formas homogêneas de valorização, dando ensejo a uma forma distinta e complexa de relacionamento entre ambos. (CARNEIRO, 1999)

A existência do juro decreta uma distinção particular entre as duas formas de capital, pois enquanto a forma geral do capital, a financeira, depende das oscilações cíclicas das taxas de juros e dos rendimentos esperados, sua forma particular depende do movimento de transformação de dinheiro em mercadoria e de mercadoria em dinheiro, num processo de reiteração contínua. Disso decorre que o capital financeiro possui um valor fictício enquanto capital e que, portanto, a igualdade entre o capital em sua forma particular e o capital em sua geral não é esperada. (CARNEIRO, 2007; MARX, 1977)

As principais expressões do capital financeiro são os títulos de dívida, remunerados a uma taxa fixa, e as ações, sujeitas a remunerações variáveis. Segundo Carneiro (1999), a massa de rendimentos variáveis é calculada pela capitalização das remunerações à taxa de juros corrente. Esse valor, meramente imaginário, se materializa quando se permite a negociação de compra e venda desses valores mobiliários em mercados secundários. Por meio da ação desses mercados, ocorre a distinção entre o valor original e o corrente do capital financeiro, a qual pode ser ampliada por meio do crédito monetário que possibilita aquisições alavancadas.

A existência de títulos de propriedade, ou ações, dá ensejo a um tipo diferente de firma, denominada sociedade por ações. A principal característica dessa forma de organização privada consiste na total separação entre as funções de controlar e monitorar os fatores de produção dos direitos sobre os resultados da firma. Diferentemente do caso da firma individual, clássica, em que o proprietário da firma a mesmo tempo em que é responsável pelo monitoramento dos fatores, também possui os direitos sobre os resultados. (JENSEN e MECKLING 1976).

Nesse caso, o capital financeiro, sob a forma de ações, dá origem a um elo importante entre a esfera produtiva e a esfera financeira, ao determinar, em última instância, a viabilidade econômica das formas corporativas da organização privada moderna.

Ao se entender alguns aspectos sobre o capital financeiro faz-se premente uma breve descrição da evolução daquilo que é a unidade básica de análise dessa forma de capital, qual seja: o dinheiro.

O dinheiro como a forma geral em que se apresenta a riqueza tem profunda relevância para a história do Capitalismo. Ferguson (2009) relata a evolução das finanças como marco para a história da humanidade ao contextualizá-la no âmbito dos fatos que tiveram maior impacto para a organização da sociedade contemporânea. A transfiguração da riqueza por meio do dinheiro sofreu uma forte revolução desde a criação do papel-moeda até as formas mais complexas de finanças securitizadas.

No contexto atual, o mundo das finanças é governado por investidores institucionais sob a forma de fundos mútuos de investimento, companhias de seguro e fundos de pensão. Segundo Chesnais (1995), esses operadores recuperaram, no Capitalismo global, a mesma liberdade de ação que detinham às vésperas da crise de 1929. Boltanski e Chiapello (2009), por sua vez, afirmam que a desregulamentação dos mercados financeiros e a consequente inovação financeira multiplicaram as possibilidades de lucro, oriundo da especulação pura, sem necessariamente obrigar ao capital sua inversão no plano produtivo.

Enquanto de uma forma geral, a esfera produtiva do Capitalismo deve de ser reestruturada a partir da transição do Fordismo ao Toyotismo, a esfera financeira, por sua vez, evoluiu continuamente, por meio da articulação entre mercados de capitais, que passaram por um processo de intensa desregulamentação. Esse movimento de aprofundamento das finanças globais registra a tônica do Capitalismo reestruturado, movido pelas grandes corporações. Nesse cenário de mundialização do capital, em sua forma financeira, imperam os seguintes fatores: a assimetria de informações nos mercados de capitais e o constante perigo da instabilidade financeira.

A assimetria de informações nos mercados financeiros faz aparecer dois grupos distintos de investidores, segundo Ferguson (2009): os chamados *insiders*, que estão baseados em centro financeiros importantes, se preocupam em administrar os rendimentos financeiros promovidos pelo rápido crescimento das chamadas “companhias-bolha”; e os chamados *outsiders* que, de forma geral, não possuem o mesmo conjunto de informações que os insiders e nem a mesma experiência nos mercados financeiros. No contexto de competição pelos retornos financeiros nos mercados de ativos, os insiders têm a intenção de expropriar os recursos dos outsiders e, dessa forma, alimentam a criação de bolhas financeiras.

Não obstante, existe uma trajetória de expectativas que caracteriza os movimentos especulativos nos mercados financeiros. Essa trajetória, de acordo com Ferguson (2009), é composta por cinco estágios, quais sejam: 1º) Deslocamento: alguma mudança nas condições econômicas dá origem a oportunidades novas e lucrativas para determinadas companhias; 2º) Euforia: um processo de retroalimentação se manifesta, por meio do qual a expectativa de lucro das companhias dá ensejo a uma crescente valorização de suas ações no mercado secundário, alimentada por insiders; 3º) Bolha: a perspectiva de fáceis ganhos de capital atrai investidores do tipo *outsider* que já capturam preços inflados de ativos; 4º) Aflição: os *insiders* percebem que os altos preços dos ativos não são justificados pelos resultados esperados pelas companhias e começam a obter lucro ao vender suas posições antes do resto dos investidores; e 5º) Estouro da Bolha: à medida que a venda das ações dos *insiders* provoca a queda dos preços dos ativos, os *outsiders* começam a

vender suas posições em desespero, e isso provoca a deflação dos ativos em demasia, estourando a Bolha.

Embora o papel dos investidores seja essencial para se compreender como surgem bolhas financeiras no contexto de assimetrias de informação, o comportamento das empresas também corresponde a um elemento de grande relevância, pois a forma como estas financiam sua posição financeira pode contribuir para que se instaure um cenário de instabilidade econômica.

Acerca do comportamento econômico das firmas, Minsky (2009) explica que há três formas de financiamento da posição financeira em ativos: o sistema *hedge*, o especulativo e o Ponzi. Essas tipologias se distinguem, segundo o autor, pela forma distinta de relação entre o pagamento de compromissos sobre dívidas e os rendimentos esperados pelos ativos possuídos em portfólio.

Empresas que se utilizam do sistema *hedge* esperam que o fluxo de caixa dos rendimentos promovidos pelos bens possuídos seja mais do que suficiente para honrar os compromissos financeiros presentes e futuros. Nesse caso, são empresas que possuem um caráter conservador quanto às margens de segurança, o qual as protege de flutuações cíclicas dos mercados financeiros. (MINSKY, 2009; FEIJÓ, 1999)

O sistema especulativo surge, segundo Feijó (1999), quando uma empresa apresenta, por curtos períodos, excesso de compromissos financeiros sobre o montante de rendimentos esperados, implicando o refinanciamento ou reestruturação de suas dívidas. O refinanciamento depende do pagamento dos juros que incidem sobre as dívidas contraídas pela firma, e, dessa forma, é possível renovar sua posição especulativa sem acarretar aumento do valor devido.

O comportamento Ponzi surge quando a empresa não consegue fazer frente a seus compromissos financeiros nem por meio dos rendimentos esperados, nem pela liquidação de seu patrimônio. Nesse caso, a firma precisa de recursos externos para suprir o pagamento de seus credores, implicando em novo aumento do montante de dívidas. O modelo Ponzi é o modelo

extremo de postura especulativa e implica maior vulnerabilidade às mudanças nos termos de renegociação de débitos (MINSKY, 2009)

Uma empresa pode apresentar variados comportamentos financeiros ao longo do ciclo econômico, podendo apresentar um postura hedge quando as circunstâncias para renegociação de dívidas possibilitam a firma superar sua posição especulativa, mas também podem passar a um estágio Ponzi quando o quadro macroeconômico não favorece o surgimento de expectativas positivas quanto aos fluxos de caixa futuros da firma.

De acordo com Antoni (2006), a coexistência de firmas com posturas hedge, especulativa e Ponzi, é a medida da robustez de um sistema financeiro. Quanto maior a presença de unidades de negócio com postura hedge mais protegido estará o sistema financeiro de rupturas econômicas. Por outro lado, quanto maior o predomínio de empresas com comportamento Ponzi maior será a vulnerabilidade desse sistema.

A hipótese da instabilidade financeira, segundo Minsky (2009) sugere que a instabilidade é deflagrada endogenamente pelos mecanismos intrínsecos a um dado sistema econômico. Minsky (1975) explica que a estabilidade é geradora de instabilidade, pois em períodos de tranquilidade econômica, caracterizados pela expectativa de vultosos ganhos futuros, as firmas *hedgers* adotam uma postura agressiva para o financiamento de novos investimentos e, dessa forma, passam a exibir um caráter especulativo ou Ponzi. Quando as expectativas de ganhos são frustradas, uma espiral de perdas é deflagrada, afetando todo o conjunto do sistema econômico, o qual passa a ser testemunha de uma deflação de débitos que persistirá por quanto tempo o valor dos ativos financeiros estiverem sobreavaliados.

Embora as contribuições de Hyman Minsky tenham sido projetadas para uma economia fechada, quando se pensa em uma calamidade econômica advinda do comportamento especulativo no mercado financeiro em um contexto mundial, os problemas intrínsecos a determinada economia são automaticamente transferidos a todos os mercados, contaminando o conjunto do sistema econômico mundial.

Tendo o conhecimento de como se deu a ascensão da esfera financeira, baseada na construção de mercados financeiros complexos e das expressões do capital financeiro, bem como a contribuição de investidores e empresas para o surgimento e estouro de bolhas especulativas, é necessário, agora, compreender o segundo movimento que se seguiu à adoção dos princípios de Bretton Woods por parte dos países periféricos, qual seja: a degradação social oriunda da flexibilização dos mercados de trabalho.

Explica Dupas (1999) que a emergência de um padrão global de acumulação fez emergir um discurso “triumfalista” com relação aos benefícios que esse novo momento da economia mundial poderia propiciar, não só em termos de lucros, mas também em relação a livre circulação de pessoas e mercadorias. O autor considera que essa utopia globalizante logo perdeu sua força à medida que o sentimento de exclusão social começou a se intensificar tanto em economias centrais como periféricas.

Para Dupas (1999) esse sentimento está fortemente interligado ao processo de desregulamentação e degradação do mercado de trabalho, principalmente em economias não desenvolvidas, que se seguiu à hegemonia do corolário neoliberalista. Portanto, nesse momento, será descrito esse quadro de precarização das relações trabalhistas e suas consequências.

Alves e Antunes (2004) consideram que a classe trabalhadora emergente no contexto da globalização, assume características peculiares, pois se apresenta mais fragmentada, heterogênea e complexa. Esse cenário se deve, entre outros motivos, ao aumento do proletariado fabril e de serviços que são alvos da chamada “produção enxuta” a qual instituiu a terceirização, a subcontratação e o trabalho em tempo parcial.

Essas novas formas de relação de trabalho culminam na exclusão daqueles são considerados ou jovens ou idosos demais para o cumprimento da lógica do capital. Essa exclusão do mercado de trabalho dá origem à “sociedade do desemprego estrutural” em Alves e Antunes (2004). Dessa forma, novas expressões de ocupações marginais são cunhadas como: o trabalho informal e o trabalho voluntário. Outra forma de ocupação também se caracteriza como expressão da lógica do capital, qual seja: o trabalho em

domicílio, derivado da evolução no campo das telecomunicações e da existência de pequenas e médias unidades de negócios.

Segundo Alves (1999), o contexto de mundialização do capital dá origem a uma importante alteração ontológica da categoria “população trabalhadora de reserva”, pois, diferentemente do enunciado de Marx o qual expressa que a acumulação capitalista sempre enseja a criação de uma massa de trabalhadores supérfluos que excedem as necessidades do capital, o “trabalho excedente”, na nova fase do Capitalismo, equivale a “trabalho excluído”. Trabalho excluído porque os indivíduos que compreendem essa categoria não mais servem à lógica capitalista que se reergueu em um paradigma produtivo poupador de trabalho.

Não só o Toyotismo desponta como elemento central nesse processo de estagnação do trabalho, mas também a financeirização da economia suscitou no mercado de trabalho suas consequências, como aponta Alves (1999). Em decorrência do aprofundamento das relações entre o “Mundo da Produção” e o Mundo das “Finanças”, as estratégias corporativas, a partir de 1990 como explicam Boltanski e Chiapello (2009), tornaram-se submissas ao controle acionário de investidores institucionais.

Essa submissão trouxe à tona a necessidade das empresas em operar nas fronteiras mínimas de custos, o que levou à adoção de novos métodos de organização do trabalho, como o achatamento da organização (*downsizing*) e o empoderamento de funcionários (*empowerment*). O emprego desses métodos implicou a liberação de uma grande massa de trabalhadores que, sistematicamente, se tornaram excluídos da força de trabalho.

O segundo elemento de transformação no mercado de trabalho, além da massificação do desemprego estrutural, se caracteriza pelo desenvolvimento da “subproletarização tardia” que, segundo Alves (1999), consiste no conjunto de trabalhadores assalariados em tempo parcial, subcontratados ou temporários que se tornam reféns de relações de trabalho informais.

Os dois movimentos de transformação retratados por Alves (1999), o desemprego estrutural e a “subproletarização tardia”, dão origem à importante segmentação no mercado de trabalho. De um lado estão os subcontratados, os temporários e aqueles que não conseguem ocupação, os quais constituem a parcela da sociedade empobrecida e oprimida, na qual o sentimento de exclusão é engrandecido na medida em que se aumenta a privação a direitos sociais básicos.

Por outro lado, existem aqueles trabalhadores, cujas decisões afetam mais que proporcionalmente os indivíduos do primeiro grupo, que ocupam posições centrais na lógica da acumulação flexível. Esses trabalhadores, segundo Harvey (2010), constituem um grupo privilegiado de assalariados em tempo integral que gozam de maior segurança, e de vantagens como seguros, pensão e, para alguns afortunados, bônus milionários.

Esse movimento de inclusão, e ao mesmo tempo de exclusão dos trabalhadores, se constitui em uma das principais contradições do padrão atual de mundialização do capital. Como consequência dessa dialética, não só o trabalhador se vê excluído do processo de trabalho, mas vê-se também como indivíduo apartado das condições necessárias para atender a um padrão satisfatório de vida, segundo Dupas (1999) e Alves (1999). Acerca do fenômeno da exclusão social, faz-se premente uma descrição de sua essência.

O fenômeno da exclusão social, apesar de não constituir privilégio da periferia, teria sido observado com mais intensidade, como mostra Dupas (1999), a partir da consolidação de um padrão global de acumulação, o qual só foi possível pela anexação periférica.

As distorções criadas por esse novo padrão permitiram a construção de uma sociedade global de consumo, em que todos os elementos sociais possuem como referência uma relação “coisal” entre si, Alves (2007) - talvez como forma de reprodução própria da sociedade pós-industrial, a como se refere Gorz (1986).

O pertencimento a uma sociedade do consumo insere no indivíduo anseios diversos que só podem ser satisfeitos quando a necessidade, ou forma

de reproduzir-se socialmente, projeta-se materialmente pela aquisição de “mercadorias-coisas” – Alves (2007). Porém, a reificação do desejo de consumo só se faz possível pela posse de mercadorias que assumam a forma pela qual o desejo do consumo se materializa. A mercadoria que possui essa propriedade de transfiguração é o dinheiro, e a quantidade deste sob a forma de renda, define os limites em que o indivíduo é capaz de satisfazer suas necessidades de consumo.

Como propõe Dupas (1999), existe, portanto, uma relação de causalidade entre desemprego e exclusão social na medida em que indivíduos postos à margem do processo de produção são privados de renda e, por consequência, do acesso a bens e serviços que anteriormente gozavam.

O fenômeno da exclusão social emerge sob dois aspectos principais, a saber: o subjetivo e o objetivo. O caráter subjetivo da exclusão, conforme Wolfe (1995), depreende-se do sentimento de exclusão que pode surgir independentemente de condições socioeconômicas, mas que guarda relação estreita com a frustração dos anseios pessoais. Não se trata propriamente de um sentimento de infelicidade, pois de acordo com Murray (1988) a felicidade não depende só do acesso a bens materiais, mas também de segurança e amor próprio. O que determina a magnitude da exclusão é, no entanto, a percepção que a sociedade desenvolve acerca do que considera ser um padrão mínimo de vida. (DUPAS, 1999)

A subjetividade do fenômeno da exclusão implica a este um caráter multidimensional, como retratado por Rogers (1995), pois está relacionada a questões de justiça e cidadania. Essa esfera da exclusão envolve a percepção de distintas formas de desigualdade social que remetem a aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, históricos, entre outros. Portanto, como ressalta Dupas (1999), a exclusão percebida por um indivíduo pode ser distinta da percebida por outro.

É na exclusão efetiva, e não na percebida, que a exclusão social guarda sua objetividade. A intersubjetividade exercida pelos indivíduos que partilham da mesma condição (econômica, política, social, cultural) dá origem ao paradigma da exclusão em seu espectro objetivo – fazendo-se apelo à

fenomenologia da exclusão – pois a força de trabalho excluída e marginalizada, enquanto uma totalidade, tem como experiência vivida a condição de privação efetiva do acesso a bens, serviços, justiça e cidadania.

Associa-se, portanto, a essa noção de exclusão social, a tese de Sen (2000) na qual fica explicitada a perda das liberdades substantivas dos indivíduos aplacados pela exclusão social. Não se trata, no entanto, de liberdades, ditas formais encontradas nos variados ordenamentos jurídicos que prezam pela liberdade de ir e vir, pela livre iniciativa, pela liberdade de expressão e pela proteção à propriedade privada.

As liberdades substantivas, sobretudo, desenvolvem-se em termos da capacidade do indivíduo em alimentar-se de forma adequada, vestir-se de forma apropriada, saciar suas necessidades fisiológicas, ter acesso a medicamentos e a serviços de saúde e exercer suas liberdades políticas. (SEN, 2000)

Dessa forma, a exclusão social provocada pelos deslocamentos no mercado de trabalho incorpora a percepção de ameaça ou perda de liberdades substantivas. No sentido objetivo da exclusão, no entanto, deve-se entender que para o indivíduo marginalizado a perda das liberdades substantivas transforma-se em realidade concreta e inquestionável na medida em que há privação de renda, em primeiro plano, e a privação de outros elementos considerados imprescindíveis para a manutenção de um padrão de vida digno.

Embora o caráter multidimensional reapareça, o aspecto mais interessante para o contexto da sociedade do consumo é o de que a exclusão guarda relação especial com a privação efetiva das aspirações de consumo, e tem no desemprego estrutural e nas formas precárias de relações de trabalho suas principais causas. (DUPAS, 1999)

A fim de se combater a exclusão social é necessário ter-se em mente que diferentes visões acerca do que se entende ser a ordem social produzem distintas formas de se ver o fenômeno da exclusão social, de acordo com Silver (1995). Dessa forma, Dupas (1999) salienta que existem três formas de se

entender a integração social, relacionadas a três filosofias políticas distintas, quais sejam: o paradigma da solidariedade, associado ao republicanismo; o paradigma da especialização, proveniente da filosofia liberal; e o paradigma do monopólio, derivado de uma concepção socialdemocrata.

O paradigma da solidariedade compreende a exclusão como ruptura do vínculo social entre indivíduos e sociedade. Nesse caso, o ônus da reinserção social caberia ao Estado. Por outro lado, o paradigma da especialização entende que a exclusão tem como referência a discriminação, a qual ocorre pela existência de barreiras que dificultam o trânsito dos indivíduos pelas categorias sociais, sendo dever do Estado eliminá-las. Por último, o paradigma do monopólio identifica que a exclusão é resultado de um processo de formação de monopólios de grupos sociais. A solução para a exclusão estaria no emprego de modelos que implicam maior participação popular. (DUPAS, 1999)

Essas três perspectivas acerca da exclusão social, além de pertencerem a ramos filosóficos distintos, servem como referência para se entender como o processo de exclusão suscitou a formação de estratégias de integração social distintas entre países centrais e periféricos. Dupas (1999) explica que, em decorrência da trajetória socialdemocrata dos Estados da Europa continental, uma ampla rede de proteção social, financiada por transferências de bem-estar social, foi desenvolvida nesses países após o segundo conflito mundial, bem como o surgimento de resistências à flexibilização do mercado de trabalho. Por outro lado, Estados periféricos que adotaram a filosofia neoliberal, tiveram como resultados a flexibilização dos mercados aliada a uma precária estrutura de gastos voltada ao combate às desigualdades sociais.

A ausência de uma estratégia eficaz implica para os países periféricos, que não possuem vastas redes de proteção social, um entendimento de que a exclusão efetiva, como insiste Dupas (1999), tem como sua expressão fundamental a pobreza.

Nesse caso é possível concluir que a exclusão social responde aos encadeamentos lógicos do padrão de acumulação capitalista pós-reestruturação, pois a inserção periférica, principalmente em sua esfera

produtiva, exigiu a adesão a práticas políticas neoliberais, que continuam em seu arcabouço o conjunto de elementos que sustentam o cenário atual de degradação social. A geração da exclusão social nos países periféricos é, portanto, imanente à mundialização do capital.

As distintas interpretações sobre o fenômeno da exclusão social e sobre como este deve ser encarado produziram, no entanto, um vácuo político profundo no que diz respeito a ação pública orientada ao retardamento ou até inversão dos padrões de exclusão e de desigualdades sociais. Esse vácuo político, contudo, sustentou a criação de novas organizações que tem como objetivo oferecer serviços que compunham ou que deveriam compor a agenda do estatal.

Nesse novo *front* para o combate da exclusão engendram-se novos mecanismos de controle social baseados na organização da sociedade civil e no surgimento de novas vidas organizativas não capitalistas que aparecem como uma salvação ao desemprego e à conseqüente marginalização.

3.5 A Ideologia do “espírito do capitalismo”

O poder do capital que envolve o metabolismo burguês não constitui sua natureza de forma despreparada ou ao acaso, mas é conseqüência inexorável de sua capacidade estruturante, como apresentam Mészáros (2002), Marx (2008c) e Alves (2007).

Esse aspecto estruturante guarda relação, em sua essência, com a notável habilidade demonstrada pelo metabolismo do capital em mobilizar os indivíduos em prol da satisfação dos anseios da acumulação ilimitada. Essa “habilidade”, no entanto, nada tem de metafísica, pois tão somente é a expressão material da incontabilidade total desse sistema social, a qual impõe aos microcosmos produtivos seu ordenamento global de determinações.

O doutrinamento burguês, conseqüente da subordinação ao poder do capital, baseia-se na assimilação do *modus operandi* capitalista, caracterizado pela subsunção do trabalho aos desígnios do lucro. Esse elemento desponta como alicerce fundamental no qual repousam as relações de produção e reprodução sociometabólica burguesa. Essa forma de controle desenvolvida pelo poder ideológico apresenta-se aos controladores dos microcosmos produtivos sob três formas: na racionalidade instrumental, na eficiência econômica e na heterogestão.

A racionalidade Instrumental se apresenta ora como legado do projeto iluminista de liberdade, igualdade e fraternidade, Harvey (2010), ora como consequência da racionalização prática da vida cotidiana, Weber (2006), e encerra em si uma ação racional burocrática de índole intencionalmente dirigida ao entendimento de que o indivíduo é mero elemento – instrumento – cuja humanidade pode ser dele extraída e dissociada, ou seja, implica a visão do homem como um ser funcional. Segundo Bernstein (1995), a racionalidade instrumental, ao contrário de possibilitar a libertação do indivíduo, compreende a conformação deste em uma “jaula de ferro” da qual não há e não pode haver escapatória.

A ênfase na eficiência econômica, como segundo parâmetro, fez da estrutura produtiva e dos processos de trabalho seus principais alvos. Primeiramente, pelo modelo fordista de produção, inspirado na rigidez do processo de trabalho, a ênfase na tarefa, a produção de bens em massa e em série, Filgueiras (1997) e Harvey (2010). Com o rompimento desse modelo, um novo paradigma produtivo foi erigido, sob os auspícios de um ideal “flexibilizante”, transformando a relação Estado-Capital-Trabalho em prol das mudanças na estrutura produtiva, *grosso modo* a partir da adoção do método *Just-in-Time*, e no processo de trabalho, por meio de uma nova forma de captura da subjetividade que exigiu do trabalhador uma forma mais intensa de engajamento. (ALVES, 2007)

A subsunção do trabalho aos desígnios da acumulação desenfreada, por sua vez, constitui condição *sine qua non* para qualquer forma em que se

pretende operar o modo capitalista de produção, como apontam Marx (1977), Mészáros (2002), e Boltanski e Chiapello (2009).

Por motivos óbvios, a categórica distinção dos indivíduos em dois grupos – um que possui meios de produção e outro privado dessa possibilidade – coloca em oposição uma classe nuclear do Capitalismo – a burguesia capitalista, de onde provêm as decisões centrais – e o proletariado, refém dessas decisões. A partir dessa oposição construída historicamente, há, como Alves (1999) analisa, a formação de uma “classe-que-vive-do-trabalho”, ou seja, uma classe que necessariamente vive da venda de sua força de trabalho àqueles que possuem os meios de produção. As transformações pelas quais o Capitalismo atravessou em sua evolução imprimiram um ritmo de intensificação dos modos por meio dos quais houve o reforço dessa oposição, que, intencionalmente, agiu em favor da subsunção do trabalho.

Baseado nesses três elementos – a racionalidade instrumental, a ênfase na eficiência econômica e a subsunção do trabalho – o poder ideológico do capital, emancipado pelo sociometabolismo burguês, tem articulado historicamente as inter-relações sistêmicas entre todos os agentes político-econômicos, constituindo-se de interlocutor entre o regime de acumulação e as formas de regulamentação sociopolíticas.

Embora essa articulação não seja desprovida de significado ou interesse – tanto não o é que, segundo Harvey (2010), se torna objeto de estudo da “escola da regulamentação” – o objetivo central da presente seção é examinar a “força” responsável por incutir nos agentes supracitados uma atitude no mínimo “não neutra” em favor da continuidade do Capitalismo, qual seja: o “espírito do capitalismo”.

O “espírito do capitalismo” é definido por Boltanski e Chiapello (2009, p.39) como “a ideologia que justifica o engajamento ao Capitalismo”, pois para que a doutrinação burguesa surta efeitos positivos é necessário que se estabeleça um vínculo transcendental entre o indivíduo e os três elementos fundamentais descritos anteriormente. É nesse vínculo que se desenvolve o poder do capital, que não surge sem propósito, mas devido à força que emana da ideologia do engajamento.

Em Weber (2006) é possível entender que o “espírito do capitalismo”, para o contexto em que analisa, deriva de um *ethos* imanente à construção do elo necessário à legitimação, em caráter metafísico, da acumulação material. Essa legitimação, segundo o autor, tem origem na ascensão da ética protestante enquanto reguladora de um amplo espectro de relações metabólicas, que sancionam um comportamento “racionalizante”, em uma sociedade que projeta no trabalho a realização dos desígnios divinos. Sobre isso, apontam Boltanski e Chiapello (2009, p.40) que:

Em vista do caráter singular e até transgressivo dos modos de comportamento exigidos pelo capitalismo em relação às formas de vida constatadas na maioria das sociedades humanas, ele [Weber] foi levado a defender a ideia de que a emergência do Capitalismo supusera a instauração de uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma vocação, de tal forma que cada um, independentemente de seu interesse e de suas qualidades intrínsecas, pudesse dedicar-se a ele com firmeza e regularidade. [...] A concepção do trabalho como *Beruf* – vocação religiosa que exige cumprimento – servia de ponto de apoio normativo para os comerciantes e os empreendedores do capitalismo nascente, dando-lhes boas razões – “motivação psicológica”.

Contrariamente à posição de Weber, Hirschman (1977) propõe outra visão sobre a mudança estrutural de concepção pela qual passou a sociedade, em seu processo de modernização. Ao invés de se enfatizar a presença de valores religiosos e motivações individuais como elementos cruciais à formação econômica do Capitalismo Ocidental, este autor se posiciona de forma diametralmente oposta a Weber à medida que invoca a laicidade do projeto iluminista como fonte primordial para a organização social necessária à acumulação capitalista. Desta forma, segundo Boltanski e Chiapello (2009, p.41), “as atividades lucrativas teriam sido valorizadas pelas elites, no século XVIII, devido às *vantagens sociopolíticas* que delas eram esperadas”. O argumento de Hirschman, continuam os autores, era que o pensamento iluminista justifica a busca pelo lucro por este se reverter em bem comum à sociedade.

A clara oposição entre as ideias apresentadas em Weber (2006) e em Hirschman (1977) suscita uma questão relevante: seria o engajamento ao Capitalismo inspirado por motivações morais individuais ou resultado da aspiração coletiva ao bem comum?

Para que essa situação fosse contornada sem prejuízos, Boltanski e Chiapello (2009) propuseram a utilização do termo justificação, pois seu significado poderia contemplar ambas as dimensões apontadas tanto por Weber (2006) quanto por Hirschman (1977). Segundo os autores:

Essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar., não só aos que são por ela oprimidos, mas também, às vezes, aos que tem a incumbência de mantê-la de transmitir seus valores por meio da educação. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009. p. 42)

A ordem capitalista necessita ser sustentada e justificada por um conjunto de crenças que legitimam os modos de ação e as disposições coerentes com sua conformação. A esse conjunto de crenças, segundo Boltanski e Chiapello (2009), que se dá o nome “espírito do capitalismo”.

Nesse caso, as ideologias que incitam o comprometimento à causa capitalista são de grande relevância para que a ordem capitalista consiga ser capaz de suportar suas constantes rupturas, originadas de processos, muitas vezes, contraditórios em seu interior.

É importante ressaltar que O termo “espírito do capitalismo” não se refere, na presente pesquisa, a uma expressão cultural ou religiosa que impõe uma forma de condicionamento da sociedade face ao Capitalismo, mas tão somente é empregado enquanto conjunto de que propiciam o engajamento à *manutenção da ordem vigente*.

O “espírito do capitalismo” é, portanto, a “força” que incute, nesses indivíduos, a “vontade” de se mobilizarem em prol da satisfação das necessidades do Capital. Não se constitui, contudo, em uma “força metafísica”,

que orienta a ação como que por meio de um capricho divino, mas, sobretudo, é a expressão material da necessidade de se atender às “vontades” do Capital, é o modo ideológico de personificação do capital.

Um dos principais instrumentos utilizados pela classe detentora dos meios de produção como mecanismo para alinhar interesses em prol do Capitalismo não foi por mero acaso a Ciência Econômica e a Ciência Administrativa: as escolas do pensamento Clássico e Neoclássico forneceram e até hoje contribuem para a sistematização lógica das justificações necessárias ao Capitalismo, bem como a administração a qual serviu aos interesses ideológicos á medida em que forneceu os elementos necessários para a extração mais eficiente do trabalho excedente ao viabilizar ideologicamente a mobilização dos trabalhadores.

Erigida pela inspiração positivista de Auguste Comte, a ciência econômica empreendeu a dissociação entre o fato e a moralidade e, desse modo, alienou-se abruptamente de sua função social, admitindo para si uma identidade pretensamente autônoma quanto à existência de ideologias dominantes. Essa ruptura com qualquer forma de crítica social fez da ciência econômica um corpo teórico fundamental para o Capitalismo esquivar-se de manifestações contrárias a suas propostas. (DUMONT, 1977)

Um ponto de partida essencial para as justificações incorporadas ao “espírito do capitalismo” foi a necessária ligação entre motivação individual e o bem-estar social, promovida por Adam Smith ainda no século XVIII a partir de seus escritos morais e de sua investigação sobre a riqueza das nações. Sua ideia seminal de que a busca pelo lucro individual serviria ao bem comum se tornou objeto de grandes debates na teoria clássica e constituiu a base do pensamento liberal do século XIX. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

A interseção entre o interesse individual e o geral ocupou lugar central na Economia Política Clássica e possibilitou que a acumulação capitalista, em sua fase de subsunção real do trabalho, encontrasse legitimação, frente a emergente crítica social que atingiu seu auge em 1848. Para se recuperar das críticas ao processo de exploração e marginalização crescente do trabalhador,

a investigação econômica necessitou reformular seu campo de estudo e foi a partir da contribuição de William S. Jevons que isso se tornou possível.

De acordo com Jevons (1983) o valor de uma mercadoria se dá pela sua qualidade intrínseca de ser útil ou de prover benefício a quem dela usufrui, constituindo relação direta entre valor e utilidade – contrariamente à teoria ricardiana do valor-trabalho. A introdução desse pensamento revolucionou o objeto da então economia política que passou a orientar sua pesquisa para “a maximização da felicidade por meio da aquisição de prazer, equivalente ao menor custo em termos de sofrimento”, de acordo com Jevons (1983, p. 38). Desse modo, a partir da formulação positivista de pressupostos comportamentais, ditos naturais, pôde a Ciência Econômica constituir as bases para uma forma de justificação à prova de críticas sociais – menos circunstancial e pretensamente mais orgânica do que sua forma precedente.

A reformulação da Ciência Econômica, baseada na incorporação do utilitarismo, teve como objetivo, segundo Heilbroner (1996), postular que tudo o que é bom para o indivíduo, é bom para a sociedade. De acordo com esse pensamento, concluem Boltanski e Chiapello (2009, p.44) que “só o crescimento das riquezas, seja qual for o seu beneficiário, é considerado critério do bem comum”. Embora seja uma proposta permeada por muitas lacunas, o discurso da classe nuclear ao Capitalismo – os donos dos meios de produção – adotou-a para findar a necessidade de justificação aos “meios e modos” prementes à acumulação capitalista. Dessa forma, o discurso capitalista foi responsável por subordinar o bem comum às estratégias individuais para obtenção de lucro, pois se difundiu a ideia de que o custo social do engajamento ao Capitalismo seria mais do que recompensado pela riqueza material dele advinda.

Outro trunfo da Ciência Econômica foi reafirmar a posição hegemônica da forma capitalista de organização privada sobre todas as outras formas que pretendam concorrer à ampliação do bem-estar material, sob o argumento de que a concorrência intercapitalista possibilita alocar recursos mais eficientemente e satisfazer as necessidades de consumo de forma mais eficaz. Dessa forma, compreendem Boltanski e Chiapello (2009) que a tendência à

mercantilização máxima de bens e serviços pode ser apresentada, de acordo com o espectro da ciência econômica, como a melhor solução do ponto de vista social, pois desperdícios podem ser reduzidos e as expectativas de consumo, atendidas.

Há ainda que se adicionar à justificação proposta pela Ciência Econômica, três pilares fundamentais ao espírito do capitalismo, quais sejam: progresso material; eficácia e eficiência na satisfação das necessidades; modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Embora estes compreendam os alicerces vitais ao espírito do capitalismo, a categorização empregada acima é deveras generalista e parece ser suficiente apenas ao engajamento daqueles que dispõem de meios de produção. Para a “classe-que-vive-do-trabalho”, entretanto, os elementos destacados acima não necessariamente produzem por si só as motivações que levam o trabalhador a engajar-se no Capitalismo, pois, como destacam Boltanski e Chiapello (2009), para o trabalhador pouco significa o fato de que sua atividade possibilita o progresso material da sociedade ou o de que participa de um sistema no qual impera a livre iniciativa para empreender, comprar e vender.

Tendo consciência dessa problemática normativa, o “espírito do capitalismo” é uma ideologia que distingue seu poder de engajamento conforme a classe de indivíduos a qual se dirige: para os capitalistas e aqueles que exercem atividades nucleares ao Capitalismo, esse espírito age em prol da concorrência, do ganho e da liberdade; para os que vivem da venda de sua força de trabalho (subproletariado), por outro lado, esse espírito inspira a conformação com a perda de liberdades e com a frustração dos anseios pessoais.

O que se pretende demonstrar, no entanto, é que há uma clara mutação observada entre os estados históricos do “espírito do capitalismo”. Quando os diversos conjuntos de justificações são analisados a partir do metabolismo social que envolve a relação Estado-Capital-Trabalho, a mutação refere-se à

transformação do foco central de cada estado histórico do conjunto de justificações.

Como será demonstrado, pode-se perceber que ao dirigir-se ao empreendedorismo do burguês detentor do Capital, o “espírito do capitalismo” projeta-se unilateralmente ao Capital, pois em meio a um Estado liberal resta ao Trabalho tão somente a subsunção ao que os burgueses considerarem como apropriado para a acumulação de Capital.

Após a segunda guerra mundial o “espírito do capitalismo” passa a se dirigir ao Estado, pois busca formas de se conciliar a produção capitalista às necessidades do Trabalho, tendo em vista a ameaça à hegemonia do Capital que o triunfo obtido pelo espectro socialista no oriente representava.

Por outro lado, já no contexto da pós-reestruturação do Capitalismo em meados da década de 1970 e em decorrência dos processos de globalização do Capital e da fragmentação no “mundo do trabalho”, tem um espírito do capitalismo que revela uma pretensão de dirigir-se ao Trabalho e em alterar profundamente suas dimensões.

Expandiram-se então os horizontes da acumulação capitalista por meio da flexibilização das leis trabalhistas e da dualização dos assalariados, que pôs de um lado os assalariados que exercem funções nucleares na condução da acumulação de Capital – os executivos – e, de outro, os trabalhadores que executam atividades marginalizadas no processo produtivo – o subproletariado contemporâneo.

Embora seja de extrema relevância empreender a análise de como o “espírito do capitalismo” incute nos trabalhadores, enquanto totalidade, a necessidade de engajamento, é em um grupo específico de indivíduos que o Capitalismo no contexto atual projeta sua continuidade. Esse grupo é formado pelos executivos, pois estes são responsáveis por assumir o comando central da acumulação capitalista, dado que exercem o controle operacional dos meios de produção. Além disso, como ressaltam Boltanski e Chiapello (2009), é importante denotar que como se exige desse grupo um alto nível intelectual, seu engajamento não pode ser obtido pela simples coerção, pois, como os

executivos estão em situação menos vulnerável do que operários desqualificados. pode haver focos de resistência e críticas internas capazes de minar a ordem capitalista.

Para que a adesão do grupo formado pelos executivos se concretize é necessário que se consolide um discurso, nas palavras de Boltanski e Chiapello (2009, p.46), “que pretende ser ao mesmo tempo formal e histórico, global e situado, misturando preceitos gerais e exemplos paradigmáticos”. Esse discurso dirigido aos executivos, ou futuros executivos, está compreendido pelas orientações de caráter normativo que caracterizam a linguagem da gestão empresarial. É exatamente por meio da literatura gerencial que o “espírito do capitalismo” se dirige a esse grupo de indivíduos, do qual se espera o fundamental engajamento.

Ao se constatar que o “espírito do capitalismo” se materializa, para esse grupo específico, por meio da literatura voltada à gestão de empresas, as justificações para o engajamento destinadas aos executivos devem propor um senso de bem comum que deriva, segundo Boltanski e Chiapello (2009), de juízos locais e globais.

Os juízos locais têm como alvo a empresa em que esses executivos trabalham e são responsáveis por aferir com que grau as decisões tomadas pelos mesmos são justificáveis, tendo como fator denominador as consequências que estas decisões trazem para os trabalhadores que essa empresa emprega.

No sentido global, os juízos voltam-se ao bem comum capaz de ser proporcionado pelos executivos, levando-se em consideração as esferas geográfica e política que circunscrevem a empresa. A existência de juízos locais imputa certa contingência a essa forma de justificação, pois as preocupações em termos de bem comum se associam a estágios evolutivos específicos a cada fase histórica do Capitalismo, de tal forma que, em cada momento distinto, a justificação deve provocar tanto a mobilização quanto dar garantias de que as ações são moralmente aceitáveis. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

As justificações ao engajamento dos executivos não têm como destino apenas o espectro do bem comum, como retratadas por Hirschman (1977), mas também podem ser direcionadas para motivações pessoais, como em Weber (2006).

Para que a adesão seja vista como benéfica sob o ponto de vista individual, o “espírito do capitalismo” deve ser capaz de constituir uma matriz de incentivos que proporcione ao executivo estímulo, possibilidades de autorrealização e liberdade de ação. No entanto, embora esses sejam elementos necessários não podem ser considerados suficientes, pois os benefícios advindos da promessa de bem-estar devem superar meras situações momentâneas e propiciar condições duradouras. Desse modo, o sentimento de autorrealização, estímulo e liberdade deve ser complementado com o surgimento de expectativas de garantias de durabilidade dos benefícios. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Cada fase do Capitalismo analisada nas seções anteriores está associada a um conjunto próprio de justificações individuais e de bem comum que é oferecido àqueles dos quais o engajamento é imprescindível. Portanto, o “espírito do capitalismo” está sujeito, entre outras coisas, à especificidade espaço-temporal das sociedades, pois assim como o Capitalismo viu-se em mutação a partir do século XIX, o seu espírito também precisou assimilar novos argumentos para a mobilização favorável dos agentes político-econômicos. Porém, existem três critérios importantes, de caráter aparentemente imutável, que devem ser respeitados para que o engajamento ao Capitalismo se torne justificável, quais sejam: o grau de estímulo para a ação; a expectativa de garantias sob a forma de benefícios duradouros; e a aceitação moral das ações da empresa capitalista (juízos locais e globais) em prol do bem comum.

Com respeito aos três elementos supracitados, existem, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009), três estados históricos do “espírito do capitalismo” os quais apresentam justificações distintas em termos de estímulo, garantias e aceitação moral. Acerca das formas em que se apresentam as justificações, os autores afirmam:

Cada uma delas especifica os diferentes componentes [...] e indica, para seu tempo, qual foi a grande aventura dinamizadora representada pelo capitalismo, que sólidas fundações para a construção do futuro e que respostas para as expectativas de uma sociedade justa ele parecia conter em si. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 49)

O primeiro estado histórico do “espírito do capitalismo” estava associado à ascensão do pequeno burguês do qual dependia a dinâmica econômica, baseada no comércio e no pequeno capital industrial. Dessa forma, as justificações foram inseridas num contexto de especulação, risco e inovação no qual os capitalistas se lançavam à concorrência de forma heroica. O estímulo ao engajamento estava atrelado ao sentimento de libertação proveniente do desenvolvimento dos meios de comunicação e do trabalho assalariado, permitindo certa emancipação.

O espectro da garantia era defendido por meio da ligação entre racionalização e conservadorismo, pois o distanciamento entre a esfera profissional e a doméstica – promovida pela burocratização da vida cotidiana – possibilitou, como afirma Braudel (1996), que disposições econômicas referentes à austeridade no uso do dinheiro se associassem a posicionamentos domésticos movidos pelo tradicionalismo e pela necessidade de que as uniões matrimoniais burguesas contribuíssem ao engrandecimento patrimonial da família, além do caráter patriarcal do relacionamento do burguês com seus empregados.

O prisma do bem comum estava mais ligado às expectativas de progresso científico, técnico e industrial do que ao senso de liberdade e de mercado, contemplado pela ciência econômica, cuja difusão dos conhecimentos, segundo Boltanski e Chiapello (2009) ainda se dava de forma incipiente.

Para a sociedade capitalista nascente que estava em formação, o poder do capital, em seu aspecto irremediável, e a necessidade de preservação da riqueza deram ensejo a um “espírito do capitalismo” cuja essência, os três

elementos, produziu uma condição de modernização pautada pela hipocrisia e pelo fetiche. (MARX, 2011a; HARVEY, 2010)

A crise desse conjunto de justificações emergiu da profunda ruptura derivada da depressão econômica de 1929. “O espírito do capitalismo”, portanto, necessitava ser reformulado para, mesmo após a crise, ser capaz de angariar os indivíduos dos quais o apoio era necessário. Surgiu então, um segundo paradigma do engajamento que determinou os rumos do Capitalismo da década de 1930 a 1960.

A ascensão hegemônica do modelo Fordista de produção sob o contexto de florescimento do capital monopolista, caracterizado pela grande corporação, e o surgimento de uma ideologia que procurava coordenar o Capitalismo, orientando-o para uma forma mais equilibrada de composição da renda entre capital e trabalho, possibilitaram o reerguimento do modo de produção capitalista, bem como novas formas de justificação.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a ênfase desse segundo espírito recai menos sobre o empresário burguês e mais sobre a organização. De forma a atender aos anseios do paradigma Fordista, O “espírito do capitalismo” centralizou suas justificação no diretor da grande corporação, pois diferentemente do acionista, o diretor não se interessa somente pelo lucro, mas pelo crescimento do tamanho da firma, cuja produção em massa serviria de alimento para economias de escala a fim de se obter a máxima eficiência econômica. A Grande Corporação capitalista atendia bem ao critério dos estímulos, pois era capaz de produzir a expectativa do empoderamento socioeconômico, tão característico da sociedade burguesa que o valorizava em demasia.

A dimensão garantia, continuam Boltanski e Chiapello (2009), era atendida pela racionalização e a planificação de longo prazo. O próprio tamanho das organizações atuava como integrador e protetor, pois se fazia alusão a um sentimento de pertencimento e de construção de carreiras estáveis.

O bem comum, por sua vez, era contemplado pelo discurso “triumfalista” que caracterizou o pós-guerra de 1945 e atentava para a construção de uma ordem econômica, cujas crenças estavam associadas ao progresso técnico-científico, à produtividade e à eficácia. Constituiu-se, também, um contexto de solidariedade institucional, representada pela instauração de um contrato social entre capital e trabalho considerado mais justo, aliando dessa forma o Estado, as Corporações e os Sindicatos.

Vários elementos que deram origem à transformação do Capitalismo e de suas justificações podem ser enumerados: a existência de dirigentes assalariados, a instituição da categoria de técnicos, o aumento das restrições impostas às organizações para a gestão de sua força de trabalho, a atenuação do conflito de classes e a dissociação entre propriedade do capital e controle empresarial. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009; JENSEN e MECKLING 1976)

Sob o prisma da transição para uma nova cadeia de justificações racionais e morais, o “espírito do capitalismo” buscou seus alicerces fundamentais na literatura gerencial que se aprumava durante a década de 1960. Essa linguagem, como argumentado anteriormente, tinha por objetivo a adesão daqueles considerados imprescindíveis para garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista.

A literatura gerencial dos anos 60 manifesta, segundo Boltanski e Chiapello (2009), a preocupação com os aspectos motivacionais que, em última instância, são definidores da qualidade do engajamento dos executivos. Reconhece-se, nessa literatura, que o lucro não constitui mecanismo de mobilização suficiente, pois seu caráter puramente material carece de conteúdo moralmente aceitável, necessitando, portanto, ser complementado por motivações de origem subjetiva, ditas mais substantivas.

Procurando atender a essa problemática, três questões subjacentes ao padrão Fordista de produção mereceram destaque na literatura gerencial dos anos 60: a insatisfação dos executivos, a necessidade de se substituir a empresa familiar por uma forma burocrática de organização industrial e as dificuldades de gestão decorrentes do tamanho das corporações de produção massificada.

Como apresentam Boltanski e Chiapello (2009), os executivos inseridos em grandes empresas, durante os anos 60, não eram capazes de obter estímulos suficientes para justificar seu engajamento, pois suas atribuições meramente técnicas restringiam seu horizonte de ações e os impedia de participar com maior intensidade das decisões estratégicas da firma. Desse modo, era a expectativa de autonomia e de empoderamento que centralizava as aspirações da carreira executiva.

Em defesa da extinção da empresa familiar, a literatura gerencial, nesse contexto histórico, configurou como ponto pacífico que a sustentação econômica da grande corporação dependia essencialmente da separabilidade entre controle e propriedade, pois a eficiência econômica seria garantida de forma mais racional pelo emprego de um dirigente – assalariado em detrimento de um dirigente – proprietário.

As dificuldades de gestão da Grande Empresa eram provenientes de sua rígida estrutura hierárquica, alto nível de burocratização e do padrão centralizador do processo de tomadas de decisão – características próprias do Fordismo. Com a intenção de reverter essas características consideradas inadequadas a essas organizações, a literatura gerencial dos anos 60 foi responsável pelo desenvolvimento de novos modelos de gestão baseados na descentralização, meritocracia e administração por objetivos. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

A introdução da administração por objetivos procurou satisfazer as necessidades de autonomia e empoderamento dos executivos, de forma a modificar a estrutura de comando e controle que imperava nas organizações e que era resquício da administração científica de Taylor: a administração por tarefas. Essa forma de controle do desempenho, conforme Boltanski e Chiapello (2009), se mostrava inadequada em vista do gigantismo apresentado pelas corporações dos anos 60, e dessa forma a administração por objetivos logrou obter a ampliação das capacidades administrativas dos executivos, que passaram a ser avaliados pela sua eficácia.

A descentralização, por sua vez, foi obtida a partir da delegação descendente de atribuições e tinha por objetivo fazer com que as decisões

fossem tomadas num contexto de maior proximidade entre o tomador de decisão e aquele a quem a decisão se dirige.

A dimensão da meritocracia foi defendida no sentido de se deslegitimar as fontes autocráticas, e até patriarcais, do poder de decisão sobre os aspectos da firma. Essa defesa também se interessava pelos juízos contrários à interseção entre interesses privados e interesses familiares, própria da empresa administrada pela família. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Lutando nesses três *fronts*, o “espírito do capitalismo”, normatizado pela literatura gerencial, logrou alcançar vários resultados promissores ao atender boa parte de seus objetivos. Dessa forma, Boltanski e Chiapello (2009, p.97) resumem o que representou a literatura da gestão empresarial nos anos 60:

O projeto dos anos 60 orienta-se para a maior liberdade dos executivos e para a flexibilização da burocracia oriunda da centralização e da integração crescente de empresas cada vez maiores [...] A emancipação dos executivos ocorre sob o pano de fundo de uma hierarquia que não é questionada. Recomenda-se que ela seja esclarecida, que não lhe seja acrescentado um excesso de símbolos retrógrafos de dominação, que se evite passar por cima dos subordinados, dirigindo-se diretamente às suas equipes, mas sem nunca eliminar ou transgredir a hierarquia.

O segundo “espírito do capitalismo” conseguiu imprimir uma vocação modernista em favor da planificação e integração das organizações aos objetivos do bem comum. Dessa forma, conseguiu promover a inserção de valores coletivos, ditos gerais, no âmbito das exigências corporativas privadas, possibilitando a instauração do Estado de bem-estar Social.

Quando a ordem capitalista foi novamente atacada por uma crise, dessa vez em 1973, a necessidade de reestruturação produtiva foi suprida pela emergência de um novo paradigma produtivo, o Toyotismo, por uma nova ordem global promovida pelo ímpeto “mundializante” das novas forças produtivas e pela ascensão, de caráter ideológico, do discurso neoliberal que trouxe consigo várias transformações estruturais. (FILGUEIRAS, 1997; ALVES, 2007)

A confluência desses fatores ensejou não só transformações de caráter material, mas também significou mudanças estruturais para o arcabouço de justificações associadas ao Capitalismo. O espírito do capitalismo resultante desse movimento reestruturante deve sua forma ao Capitalismo operado em escala global e à sua dinâmica singular, multifacetada e aparentemente mais caótica e destrutiva do que suas formas precedentes.

O novo conjunto de disposições econômicas delineado pela organização global da produção e dos fluxos de capital financeiro empresta ao terceiro espírito do capitalismo elementos contrários às formas de operação desenvolvidas pelo espírito precedente. Por meios das transformações ocorridas no “Mundo do Trabalho”, as novas formas de convencimento representam argumentos que negam veementemente o Capitalismo coordenado para fins sociais, típico do sistema de bem-estar social. Acerca disso, Boltanski e Chiapello (2009, p.237) esclarecem que:

O novo espírito do capitalismo vai tomando forma progressivamente no rescaldo da crise dos anos 60-70 e assume a tarefa de revalorizar o capitalismo. Dando as costas às reivindicações sociais que haviam dominado a primeira metade dos anos 70, o novo espírito abre-se para as críticas que denunciavam então a mecanização do mundo (sociedade pós-industrial contra a sociedade industrial), a destruição das formas de vida favoráveis à realização das potencialidades propriamente humanas, em especial, da criatividade, ressaltando o caráter insuportável dos modos de opressão que, sem necessariamente derivar em linha direta do capitalismo histórico, tinham sido aproveitados pelos dispositivos capitalistas de organização do trabalho.

O conjunto de justificações que emanam do “espírito do capitalismo” em sua terceira fase foi responsável por adaptar questões reivindicatórias a novas formas de se conquistar o lucro, que possibilitam alcançar a autorrealização ao satisfazer os variados anseios pessoais. A qualidade libertária desse novo espírito entre em choque direto com a filosofia liberal clássica, pois se distanciou do livre mercado autossuficiente e coordenado por preços. Pelo contrário, o novo espírito inspira a necessidade de desenvolver outros modos de coordenação baseados, sobretudo, em novos vínculos interpessoais.

Em adição, o “espírito do capitalismo” que justifica o engajamento num paradigma mundial de exploração subverteu a ordem precedente por propiciar uma dinâmica de acumulação pautada por um projeto de autorrealização que se vincula ao culto do desempenho individual, a formas de vínculo social reticulares e à exaltação da mobilidade. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

A literatura gerencial, por sua vez, novamente possibilita um exame das experiências de materialização das propostas do novo “espírito do capitalismo”. Desse modo, as novas formas de engajamento dos assalariados responsáveis pelo controle central do novo padrão de acumulação estão contidas, como mostram Boltanski e Chiapello (2009), na literatura da gestão empresarial difundida na década de 1990.

Durante os anos 90, a preocupação da literatura ainda recaía sobre a burocracia, mas sua crítica incitava a rejeição à forma de dominação na qual se baseia a hierarquia, diferentemente dos anos 60 que a respeitava em todos os domínios. Dessa forma, ficou caracterizada a rejeição a hierarquia como primeiro atributo da nova literatura. Essa natureza de rejeição pode ser justificada pelo desinteresse em comandar ou ser comandado.

Outro traço marcante dessa nova literatura, segundo Boltanski e Chiapello (2009), é a ênfase na flexibilidade e na adaptação, pois o novo cenário de competição é modificado rapidamente devido ao progresso tecnológico.

Para fazer frente às novas questões que se apresentavam às organizações, a literatura gerencial da década de 1990 precisou articular novos conceitos e inovações na gestão empresarial. Entre os novos modelos de organização industrial, a empresa enxuta que se desenvolve em rede, se organiza em equipes autogeridas de trabalho e se utiliza da departamentalização por projetos é considerada a mais flexível para o “mundo competitivo” dos anos 1990.

Na literatura dos anos 90, o estímulo ao engajamento fazia-se presente pela expectativa de libertação, proporcionada pelas novas estratégias de organização racional do trabalho que tinham como foco a criatividade e a

reatividade. Outra dimensão considerada estimulante é o desenvolvimento pessoal, pois, em decorrência das novas capacidades necessitadas pelas organizações, as mais diversas habilidades pode sem se tornar fonte de agregação de valor. Esse novo modelo propõe uma forma real de autonomia baseada no autoconhecimento e realização pessoal.

A mobilização em caráter geral ou de bem comum na literatura desse período remete-se ao valor clássico do Capitalismo, qual seja: a liberdade. Associa-se a essa temática o novo padrão de controle exercido pelo cliente, que passou a assumir o foco das decisões empresariais. Embora há o resgate da “libertação”, o progresso econômico, outro aspecto clássico, possui escassas referências, devido ao fato de que o novo padrão de desenvolvimento baseia-se em crescimento econômico pífio e alto nível de desemprego nos países centrais ao Capitalismo

A dimensão da garantia de benefícios duradouros, assim como as justificações de caráter geral, concebe valores diametralmente opostos aos da década de 1960: o ideal de construção de uma carreira segura vê-se logo obstruído pelas novas formas em que são desenvolvidas as relações de trabalho. Há clara ênfase no desenvolvimento profissional calcado pela realização de projetos, como demonstram Boltanski e Chiapello (2009, p.125):

As pessoas não farão carreira, mas passarão de um projeto a outro, pois o sucesso em dado projeto lhes possibilitará acesso a outros projetos mais interessantes. Como cada projeto dá oportunidade de conhecer novas pessoas, há a possibilidade de ser apreciado pelos outros e, assim, poder ser chamado para outro negócio. Cada projeto diferente, novo e inovador por definição, apresenta-se como uma oportunidade de aprender e enriquecer competências que se tornam trunfos na busca de outros contratos.

O “espírito do capitalismo” em sua terceira fase, pode-se concluir, possui deficiências em demasia quando comparado a suas formas precedentes. Suas justificações ao engajamento não se baseiam, sob nenhum aspecto, em elementos que notavelmente são capazes de mobilizar a classe de interesse para o engajamento. No entanto, pode-se considerar que o novo espírito

concentra sua força de mobilização na coerção promovida pela insegurança e descontinuidade, em detrimento aos benefícios com garantia de durabilidade. Essa conclusão está visivelmente de acordo com as transformações do “Mundo do Trabalho” decorrentes da mundialização do capital e a consequente anexação da periferia do Capitalismo.

Ao se analisar as três formas nas quais o “espírito do capitalismo” demandou o fundamental engajamento, percebe-se que dentre os três elementos essenciais ao modo de operação do sistema capitalista – a racionalidade instrumental, a ênfase na eficiência econômica e a subsunção do trabalho pela heterogestão – foram as relações de subordinação e comando que sofreram as transformações mais profundas. Embora ainda se trate da heterogestão por definição, as formas com que o trabalho se submeteu aos desígnios do lucro foram alvo de várias modificações estruturais.

Os movimentos de individualização e ênfase no desempenho individual reforçaram o caráter instrumental da acumulação em sua busca por eficiência. Disso decorre que o ímpeto da nova fase do “espírito do capitalismo” é mais destrutivo e caótico, pois enquanto se pode perceber certo teor de divergência entre o contexto técnico em que se operava a produção material nos anos 60 e a literatura gerencial pertinente a esse período, por outro lado pode-se observar que o terceiro espírito serviu de vanguarda para a desconstrução do universo do trabalho, reforçando-a em todos os seus aspectos.

Enquanto se pode afirmar que a primeira e a segunda versões do “espírito do capitalismo” mantiveram estreita proximidade com o pensamento moderno, uma vez que compartilhavam da racionalidade pura, de formas contínuas e claras de evolução, pode-se também, por outro lado, concluir que o novo “espírito do capitalismo” é também o espírito da efemeridade, da fragmentação, do descontínuo e, desse modo, faz alusão às características que, de acordo com Harvey (2010), remetem a uma experimentação espaço-temporal distinta de suas formas precedentes a qual tem sido denominada, em meio a muitas controvérsias, com uma “pós-modernidade”.

Essa clara fragilização da ideologia do “espírito do capitalismo” obviamente está arraigada a profunda crise estrutural pela qual tem

atravessado o sistema metabólico vigente. Qualquer que seja a forma de crítica a esse modo de regulação societal, depreende-se que é inexorável que para se tornar uma alternativa estrutural viável ao capital essa crítica deve concentrar uma estratégia de rompimento material e ideológico da ordem do capital, ou seja, estabelecer relações de produção superiores e romper simultaneamente com os predicados ideológicos da racionalidade instrumental, da ênfase na eficiência econômica e da heterogestão.

4. A CRÍTICA À ORDEM VIGENTE E SEU DESENVOLVIMENTO.

4.1 A Crítica e suas Fontes Primárias

Como visto na última seção do capítulo anterior, o capitalismo necessita recrutar aqueles cujo engajamento é de vital importância para a continuidade do processo de acumulação. A fonte desse engajamento é precisamente o “espírito do capitalismo”, cujas justificações devem parecer convincentes o bastante para forçar os assalariados a se mobilizarem de forma favorável. Enquanto uma força suscetível às mudanças no plano ideológico e material, o espírito do engajamento necessita compor-se de motivações substantivas atraentes e, de certo modo, duradouras, mas, além disso, precisa ser capaz de resistir às críticas que reivindicam mudanças na ordem capitalista.

A crítica, desse ponto de vista, se apresenta como elemento essencial ao capitalismo, pois permite que esse encontre os “pontos de apoio morais que lhe faltam”, Boltanski e Chiapello (2009, p.61). Um exemplo emblemático dessa assimilação foi a segunda forma com que o “espírito do capitalismo” incitou o engajamento: esse espírito conseguiu conciliar o ímpeto de acumulação desenfreada à distribuição mais igualitária da renda entre assalariados e capitalistas, mas só foi necessário fazê-lo como resposta às críticas

anticapitalistas que denunciavam a injustiça social provocada pelo Capitalismo “de mercado”. Dessa forma, fez-se premente a assimilação da planificação e planejamento de longo prazo com o intuito de se orquestrar um Capitalismo coordenado.

É necessário destacar que a natureza da crítica anticapitalista é de ordem normativa, e não positiva, ou seja, a crítica existe porque há uma clara divergência entre os planos ideal e o real.

Ao conduzir sua reflexão acerca do que entende como ideal, a crítica exhibe sua natureza moral e, dessa forma, intenta aproximar as condições percebidas como socialmente nocivas pertencentes à realidade objetiva às condições que seus juízos críticos consideram pertinentes. Dessa forma, a crítica para ser válida deve, segundo Boltanski e Chiapello (2009, p.62), “estar em condições de justificar-se, ou seja, de esclarecer os pontos de apoio normativos que a fundamentam”.

A crítica possui três atributos principais. Em primeiro lugar a crítica é capaz de deslegitimar o “espírito do capitalismo” ao torná-lo ineficaz e, nesse caso, pode ser dado o exemplo da transmutação da ordem capitalista ensejada na década de 1960, quando o hedonismo do consumo de massa não mais pode sustentar-se pelos valores da ética protestante de trabalho e poupança – a crítica do utilitarismo sobre o labor e a previdência. Em segundo lugar, a crítica, quando se opõe ao Capitalismo, obriga aqueles que se engajam a dar justificativas de aceitação geral – de bem comum – acerca de suas ações. Em último lugar, a crítica, em certas condições, pode possibilitar ao Capitalismo uma via de escape na qual este não necessita reestruturar seus dispositivos de engajamento baseados no bem comum, pois pode tornar-se mais complexo e, dessa, forma, “indecifrável” pela crítica. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Sob as condições explicitadas acima, quando a crítica entra em falência ou em algum estado de perplexidade ideológica, o Capitalismo pode justificar-se, em termos de bem comum por meio de mecanismos mais brandos, que modificam os modos de realização do lucro em relação a seus estados precedentes. Por outro lado, quando a crítica se fortalece, o Capitalismo

precisa reforçar seus mecanismos de engajamento em termos de justiça e bem comum ou necessitará transformar suas instituições.

Assim como o “espírito do capitalismo” necessita de fontes de justificação para angariar o apoio de que necessita, a crítica, por sua vez, também se fundamenta em alguns elementos para que seja formulada. Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a crítica precisa emergir de um processo de Indignação. Para que haja crítica, no entanto, é necessário que se desenvolva, num primeiro momento, um elo emocional entre o crítico e os resultados que determinada circunstância promove.

Mesmo que conte com um forte apelo emocional, a crítica precisa ser sistematizada e articulada logicamente, caso contrário, limitar-se-ia à mera catarse. Um invólucro teórico-retórico pode fornecer à crítica a capacidade de universalizar as indignações de caráter individual e, desse modo, promover mobilização contrária às injunções sistêmicas do espírito do capitalismo, por meio de sua materialização sob a forma de ações reivindicatórias.

A partir de Boltanski e Chiapello (2009) pode-se concluir que a crítica ocorre, portanto, em três graus distintos. O primeiro grau corresponde à indignação pessoal, tida como resultado de circunstâncias materiais ou imateriais consideradas insatisfatórias. Em segundo grau está a transformação da indignação pessoal em uma retórica de caráter universal, capaz de promover a sistematização e a orientação ideológica necessárias à mobilização de um número considerável de pessoas. Em terceiro grau está a materialização da crítica, já universalizada, sob a forma de manifestação, conflitos ou formação de grupos e organizações que podem promover as mudanças consideradas prementes para o desenvolvimento de uma situação social mais justa.

Desse modo, os aspectos do Capitalismo que provocam indignação merecem especial destaque, pois a crítica precisa fundamenta-se neles caso tenha a pretensão de atingir o âmago das reivindicações e promover as mudanças necessárias.

Heilbroner (1996), ao considerar que as fontes de indignação presentes no Capitalismo permaneceram inalteradas, destacou quatro fatores que nutrem revoltas: 1) a inautenticidade e o desencanto dos elementos que permeiam a vida em sociedade, promovidas pelo metabolismo burguês; 2) a opressão provocada pelo cerceamento da criatividade e da autonomia, desencadeada, sobretudo, pela dominação hegemônica exercida pelo mercado enquanto dinamizador de relações de troca desiguais e impessoais; 3) A miséria dos trabalhadores que orbitam a periferia do comando central do Capitalismo, promovida pela ampliação das desigualdades materiais; e 4) as ações “oportunistas”, provocadas pela fragmentação social e destruição de vínculos – a alienação - e o egoísmo os quais favorecem apenas interesses de caráter particular.

O quadro de aspectos que dão origem à indignação é diverso o bastante para que seja possível a integração desses elementos em um único corpo crítico. Dessa forma, explicam Boltanski e Chiapello (2009), uma teoria crítica se apoia em um eixo apenas, preterindo aos outros com os quais possa constituir, no limite, relações marginais. Explicam os autores que:

Assim, a ênfase recai ora sobre as dimensões industriais do capitalismo (crítica à padronização dos bens, à técnica, à destruição da natureza e dos modos autênticos de vida, à disciplina numa fábrica e à burocracia) – de tal modo que as mesmas críticas podem prolongar-se numa denúncia do socialismo real -, ora sobre suas dimensões mercantis (crítica à dominação impessoal do mercado e à onipotência do dinheiro que cria uma equivalência entre todas as coisas e transforma em mercadoria os seres mais sagrados, as obras de arte e sobretudo os seres humanos, que submete a política ao processo de mercantilização, que se torna objeto de marketing e publicidade como qualquer outro produto). (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.73)

Além dessa distinção realizada pelos autores supracitados, as diferentes fontes de indignação podem dar origem a críticas cujas naturezas se caracterizam por relevante heterogeneidade. Por um lado, as duas primeiras fontes de indignação (desencanto e opressão) parecem ensejar críticas que se apoiam, majoritariamente, em transformações de caráter ontológico e fazem

parte de um escopo analítico próprio do campo da fenomenologia. Em contraste, os outros dois elementos (miséria do trabalhador e satisfação de interesses particulares) parecem estar mais arraigados a teorias críticas que fazem emprego do método dialético e partem do materialismo histórico para fazer suas reivindicações de caráter emancipatório.

Boltanski e Chiapello (2009, p.74) denominam as críticas provenientes das duas primeiras fontes de indignação de “Crítica Estética”, pois “baseiam-se na oposição entre apego e desapego, estabilidade e mobilidade”. A crítica estética, dessa forma, recai sobre os aspectos de desencanto, inautenticidade, opressão e tem o objetivo de explicitar a renúncia aos processos de racionalização e mercantilização do mundo, segundo os autores.

Por outro lado, as críticas que se baseiam nos dois últimos motivos de indignação – miséria dos trabalhadores e comportamento individualista – são referenciados, por Boltanski e Chiapello (2009), como elementos fundantes da “Crítica Social”. Essa forma histórica da crítica apela à moralidade para rejeitar o imoralismo ou a pretensa neutralidade das justificações do Capitalismo.

É interessante notar que há clara oposição entre a Crítica Estética e a Crítica Social: a primeira respalda-se pelo individualismo e pela libertação quando expõe a hipocrisia do projeto moderno de libertação, que ao invés de produzir autonomia, autogestão e criatividade, segundo os autores supracitados, acaba por subordinar todos os seres humanos à racionalidade instrumental a qual os aprisiona e trai. A Crítica Social, por outro lado, insiste na denúncia das desigualdades provocadas pela ordem social burguesa, que se constituiu de privilégios a uma pequena classe de afortunados. Desse modo, essa forma de crítica, ao focar a inexistência da solidariedade, tem por objetivo orientar suas reivindicações para a negação do individualismo. Por este motivo, a Crítica Social se desenvolve no seio da retórica socialista e, mais tarde, marxista. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

4.2 Uma Apresentação das Formas Históricas da Crítica

Após o esclarecimento do que é a crítica, quais suas origens e qual é o seu papel, é necessário que seja empreendida uma breve descrição das formas pelas quais a crítica conseguiu atingir seu terceiro grau, ou seja, se materializar ao longo do tempo. Nesse caso, é importante se enfatizar que uma mesma fonte de indignação pode fornecer diferentes interpretações à crítica e, dessa forma, orientar ações com grau de eficácia variável.

No entanto, é necessário ter-se em mente que cada ação reivindicatória está associada a uma retórica própria e distinta das outras e, desse modo, pode-se observar uma trajetória de amadurecimento da crítica à medida que se transforma e assimila novas interpretações sobre a produção e reprodução das condições materiais.

Como ponto de partida será adotada uma demarcação que, embora pareça arbitrária a primeira vista, pode facilitar o entendimento sobre a evolução das formas pelas quais a crítica se materializou. Desse modo, o fato gerador de ações reivindicatórias tem origem na terceira fase inicial do Capitalismo, a partir do rompimento do monopólio exercido pelo trabalhador na condução do processo de produção.

A quebra do controle operário do ritmo de produção fez-se possível pela introdução, em grande escala, das máquinas, que passaram, então, a controlar o ritmo do processo de produção, relegando ao trabalhador a simples tarefa de operá-las. Como resultado, a introdução das máquinas favoreceu a subsunção real do trabalho aos desígnios da acumulação ilimitada, transformando-o em mero artefato produtivo, cuja exploração deveria ser mantida o mais afastado possível das lentes da moralidade. Um aspecto intrínseco a esse processo de foi a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. (MARX, 2011b)

A “maxiexploração” da força de trabalho, por sua vez, era institucionalizada pelo arcabouço jurídico desenvolvido pela nova sociedade burguesa, a qual se utilizava do Governo Civil para operacionalizar e

compatibilizar a exploração do trabalho às necessidades de lucro. (HUBERMAN, 1980)

Em resposta à subsunção real do trabalho ao processo de valorização do capital e à inexistência de proteções jurídicas reais ao trabalhador, as quais tornavam o trabalhador num mero objeto a ser explorado, foram articuladas ações reivindicatórias cujo propósito era conquistar melhorias das condições sob as quais o processo de trabalho deveria ser conduzido.

As principais revoltas e conflitos foram deflagrados em solo britânico, principalmente na Inglaterra, pois despontava como potência hegemônica tamanho era seu grau de desenvolvimento industrial.

Entre greves e manifestações, o principal objetivo dos trabalhadores era estabelecer uma jornada diária de trabalho que não ameaçasse sua sobrevivência nem sua capacidade de reproduzirem-se social e biologicamente. Outro motivo para as revoltas, especificamente para o caso inglês, era a tentativa de se fazer revogar os *Combination Acts*, que proibiam qualquer forma de associação formal dos trabalhadores, entre elas os sindicatos os quais poderiam negociar melhores condições de trabalho com a elite dirigente. (SINGER, 2010)

O movimento ludita está entre as primeiras formas de revolta contra a exploração excessiva da força de trabalho, a depressão dos salários e a diminuição dos preços das mercadorias. As ações desse movimento recaíram em sua totalidade sobre as máquinas, pois, com razão, estas foram responsáveis por usurpar do trabalhador o seu conhecimento e sua utilidade. Explica Huberman (1980) que os luditas, como eram chamados esses trabalhadores, organizavam-se no interior das fábricas e elaboravam planos para a sabotagem e destruição do maquinário. Dessa forma, pensavam agir contra a opressão que a ordem capitalista lhes imputava.

Não por engano os objetivos desse movimento foram frustrados, pois, embora pudesse parecer, não era a máquina o inimigo, mas sim aqueles aos quais ela servia. O ato de impor destruição às máquinas reflete o desespero da força de trabalho o que, aliado à falta de uma retórica crítica racional, levou os

luditas ao fracasso. Disso extrai-se que, embora uma fonte de indignação possa ser partilhada por um número considerável de indivíduos, a concepção de ações reivindicatórias substantivas depende da universalização dos motivos pessoais, possibilitada por uma “metateoria” capaz de deslegitimar os elementos que compõem o âmago das relações de produção e suas consequências, ou seja, capaz de dissecar e expor o metabolismo da sociedade capitalista.

Em decorrência do fracasso do movimento ludita, ficou patente que a luta pelo desmantelamento do poder opressivo do capital deveria ser conduzida por um discurso racional capaz de promover uma retórica universalizante. À essa primeira tentativa de se universalizar a crítica deu-se o nome de Socialismo Utópico, cujas propostas foram guiadas pela filosofia e prática dos seguintes pensadores: Saint-Simon, Charles Fourier, Joseph Proudhon e Robert Owen. Esses intelectuais influenciaram profundamente os movimentos operários de sua época e são considerados os percussores do participacionismo. (MOTTA,1987)

Saint-Simon (1770-1825) foi um importante crítico da sociedade burguesa, pois esta inerentemente dividia os homens em duas classes visivelmente distintas, a saber: os trabalhadores que transferiam valor às mercadorias e os capitalistas ou *rentiers* os quais operavam em ociosidade, esperando pelo lucro. Segundo Marx e Engels (1975), para Saint-Simon, a ciência e a indústria, unidas por um novo laço religioso, um novo cristianismo, deveriam governar o Estado, haja vista que a ciência seria representada pelos sábios e filósofos e a indústria, por sua vez, pelos burgueses ativos.

. Na França, o filósofo Charles Fourier (1772 – 1837) foi responsável por desenvolver um projeto de organização da sociedade chamada de Falanstério. O principal objetivo de seu projeto era alocar os trabalhadores conforme a sua disposição para as atividades a serem realizadas, de modo que as preferências individuais fossem satisfeitas e que, assim, pudesse ser obtida uma maior produtividade do trabalho. Segundo Singer (2010), ao contrário do plano proposto por Robert Owen na Grã-Bretanha, o projeto de Falanstério de Fourier

não privilegiava o caráter coletivista dos trabalhadores e preservava o direito à propriedade privada e à liberdade individual.

A questão da propriedade dos meios de produção, tão fundamental para o socialismo, foi resolvida por Fourier a partir da propriedade acionária. Cada trabalhador seria possuidor da coletividade dos meios de produção, mesmo que em proporções desiguais entre si. Fourier estabeleceu um complexo sistema de mecanismos para evitar que sua sociedade ideal se visse polarizada por ricos e pobres. Entre esses mecanismos estava: 1) o rendimento das ações deveria ser inversamente proporcional à quantidade de ações possuídas pelo trabalhador; 2) os trabalhadores teriam direito a uma renda mínima.

O aspecto revolucionário do pensamento de Fourier estava contido em seu projeto que se fundamentava no princípio da livre iniciativa privada e descartava um papel essencial de um Estado de qualquer espécie. Sua visão de vida em comunidade e a divisão social do trabalho de acordo com as preferências individuais eram mecanismos que inutilizavam a imagem do Estado, tornando evidente o caráter liberal e ao mesmo tempo anarquista de Fourier. Singer (2010) relata que os discípulos de Fourier se congregaram a partir de 1825 para formar a “escola do associativismo” que se tornou vigorosa mesmo após a morte de seu mentor em 1837, chegando a marca de 3.700 alunos perto da época em que se conflagrou a revolução de 1848.

O único entre os pensadores socialistas-utópicos que propôs uma crítica contundente ao sociometabolismo burguês foi Joseph Proudhon, de acordo com Motta (1987). Segundo este autor, Proudhon enxergava que as contradições internas aos modos de produção engendrariam as condições necessárias à transição do feudalismo industrial ao Estado Industrial, mas que o último evoluiria para o estágio de democracia industrial, ou seja, para a sociedade socialista autogestionária.

A proposta de Proudhon era substituir o sistema de autoridade, e as relações de poder que dele se originam, por um sistema de coordenação entre as unidades autogestionárias de produção industrial ou agrícola. Para tanto, as unidades de produção deveriam ser de propriedade dos trabalhadores e filiar-

se-iam à sua respectiva Federação. No caso da agricultura, em especial, sua organização da produção se daria pela cooperação mútua entre os trabalhadores e as terras seriam partilhadas em pequenas comunas. Essa unificação das unidades produtivas autogestionárias por meio da federação industrial ou agrícola permitiria a transformação do metabolismo social necessária para a consolidação de uma sociedade socialista, de acordo com Proudhon. (MOTTA, 1987)

Embora seja enquadrado na lista de socialistas utópicos, Robert Owen, de acordo com Gaiger (2002), foi responsável por desenvolver na prática aquilo que pregava com tanto entusiasmo. Primeiramente, teve a oportunidade de implementar em seu grande complexo têxtil em New Lanark, Escócia, vários mecanismos que pretendiam combater a precarização do trabalho. Enquanto a exploração sem medidas do trabalho era a regra dentro das fábricas britânicas tradicionais, Robert Owen estabeleceu em seu empreendimento um limite para a jornada diária e a proibição do trabalho infantil. Tais elementos distanciavam o complexo têxtil em New Lanark das indústrias tradicionais.

Conforme explica Singer (2010), a principal contribuição de Owen, no entanto, foi mais substantiva quando este se propôs a formular um plano para tirar a economia britânica de uma depressão profunda após o período das guerras napoleônicas cujas consequências foram devastadoras. Robert Owen proferiu o diagnóstico de que tal crise era causada pelo desaquecimento da economia devido ao fim das guerras, a partir da queda da demanda por itens bélicos que, como consequência, dava origem ao desemprego generalizado.

Tentado empreender uma solução para esse problema, Owen apresentou um plano para a recolocação dos trabalhadores desempregados. Esse plano consistia na compra de terras, pelo Estado, para a criação de Aldeias Cooperativas nas quais os trabalhadores poderiam compensar os custos desse programa governamental por meio da produção tanto nas terras quanto nas indústrias, conseguindo prover sua própria subsistência.

No entanto, de acordo com Cole (1944) o que Robert Owen realmente pretendia com esse plano não era simplesmente compensar os gastos do governo com a execução de seu projeto, mas promover uma mudança radical

em âmbito social ao abolir a existência da empresa capitalista tradicional. Essa consequência seria inevitável, pois a criação das Aldeias Cooperativas implicava relações de trabalho que contradiziam a relação dominante-dominado presente nos empreendimentos capitalistas, aos quais eram seus contemporâneos. Dessa forma, ao valorizar-se elementos como o trabalho cooperativo, a autogestão e a busca pela subsistência, todos os participantes desses empreendimentos se tornariam inevitavelmente iguais e um novo tipo de sociedade se formaria.

O caráter revolucionário da proposta de Owen foi mal recebido pelas autoridades Britânicas que, evidentemente, se recusaram a executar seu projeto. Desiludido, Owen viajou aos Estados Unidos para construir, em 1825, no município de New Harmony uma Aldeia Cooperativa. Porém, sua ideia de organização do trabalho não conseguiu suportar a série de crises que se sucederam em sua Aldeia Cooperativa, fazendo-o retornar à Inglaterra abatido.

Singer (2010) explica que, enquanto Owen estava nos EUA, seus seguidores britânicos empreenderam tentativas de colocar em prática suas ideias por meio da criação de sociedades cooperativas, o que coincidiu com o período de surto do sindicalismo cuja causa era lutar para a revogação dos Combination Acts que, em resumo, proibiam que trabalhadores se reunissem em associações de classe e sindicatos organizados.

O owenismo foi adotado pelo crescente movimento sindical-cooperativista da classe trabalhadora britânica por permitir a emancipação do trabalhador em seu meio profissional. Essa emancipação foi conquistada quando o movimento operário implantou no mercado de trabalho o dilema entre salário e autogestão. Essa nova condição aumentava o poder de barganha dos trabalhadores devido à radicalidade das propostas sindicais que reuniam grevistas e descontentes e os incentivava a trabalhar em conflito com seus empregadores.

Outras formas de cooperativismo se desenvolveram além de sua forma operária. Estas formas compreendem: cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito, cooperativismo de compras e vendas.

O cooperativismo de consumo é uma forma de organização cooperativa voltada à satisfação das necessidades de consumo dos cooperados e tem como exemplo emblemático a cooperativa de Rochdale, criada em 1844 por 28 operários com o objetivo de estabelecer uma colônia comunista autossuficiente. A principal contribuição da cooperativa de Rochdale para o cooperativismo foi adotar um conjunto de princípios, que mais tarde, segundo Singer (2010), foram imortalizados como universais para o cooperativismo. Os princípios podem ser assim enumerados: 1) as decisões na cooperativa seriam tomadas em assembleia, de forma que cada indivíduo poderia dar seu voto independentemente do investimento que na este realizou; 2) A cooperativa se manteria aberta à adesão de novos membros; 3) sobre capital emprestado a firma pagaria uma taxa de juros fixa; 4) o excedente seria dividido entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5) as vendas realizadas pela cooperativa seriam feitas sempre à vista; 6) os produtos vendidos pela cooperativa não poderiam ser adulterados; 7) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; e 8) a cooperativa se manteria neutra em questões religiosas e políticas.

O sucesso da cooperativa de consumo de Rochdale foi indiscutível e a partir dele os membros conseguiram criar um canal de compras e vendas em atacado para abastecer outras cooperativas que avizinhavam Rochdale. Porém, entre as principais obras da cooperativa de Rochdale está a criação de uma Sociedade Cooperativa Manufatureira que atuaria no setor têxtil.

Uma controvérsia emergiu com a criação da Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale, pois esta funcionava sob o princípio da cogestão, e não da autogestão, que implicava a participação de acionistas, que não trabalhavam, e de trabalhadores nas decisões da cooperativa, ou seja, implicava o conflito de interesses entre capitalistas que receberiam juros fixos pelo capital emprestado e trabalhadores que tinham o propósito de atingir o objetivo maior da organização. (COLE, 1944)

Conforme afirma Singer (2010), a ideia de se estabelecer um canal de ligação entre cooperativas de consumo e de produção estava profundamente arraigada ao espírito da cooperativa de Rochdale, pois seu propósito maior era

o de constituir uma sociedade comunista em que os desejos de produção e consumo fossem satisfeitos pelo trabalho de seus membros.

A experiência cooperativista em Rochdale se expandiu durante as décadas de 1850 e 1860 com o renascimento do cooperativismo na Europa. A cooperativa de consumo se desdobrou em cooperativas de produção e em armazéns cooperativos para a distribuição da produção, adentrando áreas de varejo e atacado. O cooperativismo de consumo, na Grã-Bretanha, o cooperativismo de consumo, em 1881, superou a marca de 540.000 membros em 971 cooperativas.

Durante um período de forte crescimento econômico entre os anos de 1860 -1873, de acordo com Singer (2010), o cooperativismo viveu uma forte ascensão, principalmente por meio da associação, na Inglaterra, entre Firms Limitadas da Classe Operária constituídas pelos trabalhadores e sociedades atacadistas.

O cooperativismo de Consumo veio a encontrar uma profunda crise a partir da década 1850, por volta de um século depois de ter sido criado, após a segunda guerra mundial quando o varejo capitalista começou a se desenvolver com vigor nos países centrais, conquistando economias de escala ao suprir uma base de consumidores mais ampla do que a escala comunitária suprida pelas cooperativas.

O cooperativismo de crédito se desenvolveu a partir de 1850 primeiramente na Alemanha por meio das iniciativas de Hermann Schulze e Friedrich Wilhelm que respectivamente desenvolveram uma cooperativa urbana e rural. (Pinheiro, 2008)

O propósito do cooperativismo de crédito era o de financiar investimentos direcionados à produção de bens e garantir capital de giro para trabalhadores e pessoas que não possuíam condições, individualmente, devido a seu patrimônio limitado, de prover garantias de pagamento aos intermediários financeiros disponíveis no mercado. Ilustram Moody e Fite (*apud* Singer, p. 4-6) que:

Todos os empréstimos feitos pela cooperativa destinam-se a financiar investimentos produtivos. A garantia de empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam. Como todos penhoravam juntos seus bens, era de interesse de cada um admitir como sócios pessoas sóbrias, de hábitos regulares e frugais. Pois se parte dos sócios não honrasse seus débitos, os outros sócios tinham de pagar por eles, com seu dinheiro ou propriedades [...] Um princípio básico da cooperativa é que a porta estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe. Cooperativas com esses princípios passaram a ser conhecidas como “Bancos do Povo”.

O Banco do Povo era uma organização autogestionária, pois a autoridade sobre as decisões era proveniente de uma assembleia de sócios, cada qual com direito a um voto, independentemente de seu investimento na cooperativa. O papel da Assembleia era dar origem a um conselho supervisor que deveria consolidar um conselho executivo formado por presidente, tesoureiro e secretário. Após o seu sucesso inicial na Alemanha, o cooperativismo de crédito se desenvolveu em outros países da Europa, nos EUA e no Canadá. (SINGER, 2010)

Explica Singer (2010) que, diferentemente de suas tipologias produtiva ou de consumo, a iniciativa para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito não se deu pela atuação de seus principais beneficiários, mas sim pela opção política de representantes da população em ajudar pessoas pobres por meio de ações filantrópicas. Porém, esse propósito inicial rapidamente se desgastou, restando aos políticos a adoção dos princípios cooperativistas cunhados pelos pioneiros de Rochdale.

Em termos práticos, a Cooperativa de Crédito se distingue de um Intermediário Financeiro porque é uma associação de poupadores que se financiam mutuamente através de sua união. O benefício dessa união não era somente o financiamento mútuo dos membros, mas também a possibilidade da cooperativa obter empréstimos no mercado, a juros não abusivos, devido à “garantia solidária” fornecida pela responsabilidade ilimitada dos cooperados.

O cooperativismo de crédito, da mesma forma como o de consumo, começou a se enfraquecer nos países mais desenvolvidos em decorrência da

forte concorrência ocasionada pelo fortalecimento de organizações financeiras privadas e públicas que contavam com vantagens tecnológicas e uma dimensão de atuação maior. Assim, para contornar essas dificuldades as cooperativas deveriam abrir mão de seus princípios norteadores para competir em uma escala maior de clientes, oferecendo produtos massificados, centralizando seu poder de decisão, tornando sua burocracia mais complexa e abandonando seu propósito comunitário. (SINGER, 2010)

Como consequência desse acirramento da concorrência, as cooperativas de crédito tiveram que se adaptar ao funcionamento de uma economia monetária de produção moderna na qual o sistema bancário supre as necessidades de seus clientes por meio de produtos financeiros sofisticados e dependem cada vez menos de limitações geográficas. Ao ampliarem sua área de atuação, as cooperativas de crédito relegaram ao segundo plano o atendimento às necessidades de grupos sociais de menor rendimento. (BIRCHALL, 1997).

É interessante notar que enquanto no grupo de países desenvolvidos o cooperativismo de crédito sofreu grandes deformações em seus princípios para se adequar melhor a um padrão de renda e de consumo cada vez maior, no grupo de países pobres e em desenvolvimento ele ressurgiu em sua natureza original.

As cooperativas de Compras e Vendas, outra forma de cooperação segundo Singer (2010), foram originadas a partir da organização de pequenos e médios produtores que em conjunto conseguiam obter economias de escala na compra conjunta de insumos e/ou na venda conjunta de suas produções.

Singer (2010, p.84) discorre que “A cooperativa de compras e vendas iguala os pequenos produtores ou varejistas aos grandes” ao possibilitar que os preços de vendas e compras conquistados pela cooperativa possam compensar os preços obtidos por grandes varejistas e produtores individuais. Aliado a isso está o fato de que o sucesso da cooperativa de compras e vendas, no caso de produtos agrícolas, pode possibilitar a integração de um elo a mais na cadeia produtiva, responsável por processar a produção dos cooperados, aumentando o seu composto de produtos.

Esse ímpeto cooperativista, influenciado pelo discurso radical de pensadores utópicos, se alastrou rapidamente pelos países capitalistas centrais e rapidamente se chocou com a desilusão ao não conseguir dirigir o sistema econômico para uma sociedade guiada pela moral democrática e igualitária. Faltava a essas propostas uma justificação racional para a natureza das revoltas trabalhistas, ou melhor, sobre o motivo pelo qual era inerente que, em um modo de regulação econômica burguês, emergissem conflitos entre possuidores de meios de produção e trabalhadores. Essa preocupação em justificar historicamente as lutas trabalhistas foi o passo inicial para a transição do socialismo utópico ao socialismo científico.

A visão defendida pelos socialistas utópicos pode ser entendida como fragmentada e geradora de iniciativas isoladas, pois não confere a esse pensamento um caráter de totalidade, necessário à superação da ordem capitalista em toda sua dimensão. Desse modo, a utopia social desses pensadores não levou em consideração que as unidades cooperativas estariam imersas em um contexto marcadamente capitalista, orientado para a acumulação ilimitada, e que isso traria sérias complicações para suas propostas de transformação da sociedade.

O cooperativismo autogestionário representou a primeira tentativa de ruptura com o metabolismo do capital, logrando sucesso em negar, em casos isolados, os aspectos essenciais do Capitalismo, entre eles o assalariamento e a propriedade privada. A deficiência do modelo cooperativista de organização social, entretanto, estava contida no fato de que internamente às unidades cooperativas ainda imperava o poder do capital, pois os trabalhadores cooperados embora houvessem destituído seus patrões déspotas, acabaram por tornarem-se patrões de si próprios. Desse modo, a exploração do trabalho, embora não mais objeto de mais-valia, ainda estava arraigada à necessidade de se obter o excedente mercantil imprescindível à, no mínimo, garantia de subsistência da unidade cooperativa.

A interpretação de Marx a respeito do movimento cooperativista encontra-se diluída em suas obras, mas é possível inferir que houve um sentimento dual de esperança e suspeita acerca das capacidades do

cooperativismo enquanto uma nova ordem social. Sobre esse movimento afirma Marx (*apud* Hadad, 2003, p.31):

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns 'hands' [operários] audazes (...) Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848.

O excerto acima permite perceber que estava patente para Marx que o cooperativismo possuía o germe necessário para uma possível transformação social. Outra passagem que ilustra esse argumento está contida em Haddad (2003,p.6) que cita Marx:

As fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário. (...) Na fábrica cooperativa desaparece o caráter antitético do trabalho de superintendência, ao ser o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital em face deles.

Embora o cooperativismo pudesse ser enxergado por Marx como uma proposta, ainda que incipiente, de negação ao sistema do capital, as bases comunitárias dos empreendimentos cooperativos impediam que sua visão de emancipação pudesse ser alçada para o conjunto da organização social, ou seja, o cooperativismo não seria capaz de lançar luzes sobre uma revolução

social sem que sua proposta pudesse ser conduzida a um estágio de totalidade. Sobre isso, esclarece Marx (apud Hadad, 2003, p.36):

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária.

Mas caso o cooperativismo conseguisse coordenar-se em um sistema integrado de cooperativas autogeridas em prol de um plano unificado, o projeto comunista poderia ser colocado em prática. Acerca disso, Marx (1971, p. 197) propôs a seguinte questão:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”?”.

Outra interpretação fundamental sobre os limites e possibilidades de transformação social pela via cooperativista foi elaborada por Rosa Luxemburgo, para a qual o cooperativismo ensejava claras contradições em seu modo de operar. Para a autora em questão, o cooperativismo não engendrava os meios necessários para extirpar o despotismo da produção capitalista, constituindo-se em um regime de produção absolutista tão perverso quanto à tirania do capital. Esse pensamento fica exposto pela passagem a seguir, na qual o despotismo capitalista:

“... exprime-se pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução”. (LUXEMBURGO, 2005, p. 47)

Para Luxemburgo (2005) havia um dilema intrínseco à organização cooperativa que pairava sobre a escolha entre a busca pela eficiência econômica e a preservação da democracia autogestionária. Esse “*trade off*” resulta de uma questão subjacente ao paradigma organizativo incorporado ao cooperativismo, mas não dependia inteiramente deste, sendo, no entanto, determinado, em última instância, pelo processo de transformação de mercadorias em dinheiro. A passagem a seguir esclarece o posicionamento da autora:

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia, capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. (LUXEMBURGO, 2005, p.80)

Haja vista os problemas encontrados pelo cooperativismo para romper a mácula do capital, as únicas saídas para esse movimento seriam ou aprofundar seu isolamento por meio da integração coordenada entre cooperativas de produção e consumo, ou a sua inevitável absorção pelo Capitalismo.

A primeira saída levaria à proteção do cooperativismo ante a concorrência capitalista, criando um mundo isolado de trocas cujo denominador comum seria o trabalho. A segunda saída, por sua vez, implicaria a crescente

burocratização das unidades cooperativas, que, levadas pela concorrência com organizações capitalistas heterogestionárias, não teriam outra opção senão acatar as regras da ordem burguesa.

Como explicado anteriormente, a materialização da crítica sob a forma de ações de resistência e reivindicação depende primeiramente de um estágio de universalização de uma retórica capaz de generalizar as indignações pessoais. Desse modo, as carências apresentadas pelo cooperativismo, enquanto proposta de reforma da sociedade, são reflexos da ideologia utópica que lhe deu origem.

A essa ideologia ou “visão da sociedade” foram dirigidas duras críticas provenientes de Marx e Engels em seu “Manifesto Comunista” e Engels em sua obra “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”. Para que se possa entender a transição da crítica ao seu estágio de maturidade será apresentado em sequência o posicionamento dos autores supracitados acerca das propostas utópicas.

A crítica de Marx e Engels (1998) aos pensadores utópicos recai sobre os vários elementos estruturais que compõem os sistemas propostos por Saint-Simon, Fourier e Owen. A crítica estabelece, inicialmente, que essas primeiras fontes de reivindicação emergiram de um contexto em que o proletariado ainda se encontrava em um estágio embrionário e não dispunha de condições materiais suficientes para ensaiar qualquer forma organizada de articulação. Sobre a literatura utópico-revolucionária Marx e Engels (1998, p. 58) afirmam que esta possuía uma faceta evidentemente reacionária e “preconizava um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo”. A passagem a seguir fornece elementos para a compreensão da tese exposta:

Os fundadores desses sistemas [os socialistas utópicos]⁵ compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes marcha ao lado do desenvolvimento da indústria, não distinguem

⁵ Grifo do autor.

tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, que permitam criar essas condições. (MARX e ENGELS, 1998, p. 58)

A inexistência da captura histórica para a constituição dos projetos de sociedade, vislumbrados pelos iludidos utopistas, impedia que essa espécie de socialismo, já pertencente ao mundo moderno, abrigasse qualquer forma substantiva de combate à ordem capitalista. Segundo Marx e Engels (1998), as condições para a emancipação humana, projetadas por esse movimento, estavam relegadas à arbitrariedade fantasiosa dos aludidos pensadores a qual se materializava, por sua vez, na concepção de sociedades pré-fabricadas.

A opção por não reconhecer, no movimento operário, qualquer forma de organização política, capaz de promover mudanças do paradigma de dominação burguês, ilustra a ignorância histórica propagada pelo socialismo em sua forma utópica. Sob esse aspecto é possível inferir que o cooperativismo desenvolvido por essas propostas demasiadamente idealistas encontrava-se em evidente oposição ao sindicalismo operário que já angariava grandes conquistas para o proletariado, mesmo embora o cooperativismo, em seu início, tivesse sido apoiado em larga escala por sindicalistas.

A concepção de que os modelos de sociedade desenvolvidos pelos pensadores utópicos estavam acima de qualquer conflito histórico de classes parece evidente na respectiva proposta de cada autor. Essa ilusão deriva da tentativa de se outorgar ao conjunto da sociedade um modelo alienígena de metabolismo social. O apelo à unidade social como resultado do cooperativismo, por sua vez, revela que a transformação social deveria tanto emergir de forma pacífica quanto englobar concomitantemente o proletariado e elite dirigente. Acerca disso comentam Marx e Engels (1998, p. 59):

Mas, a forma rudimentar da luta de classe e sua própria posição social os levam a considerar-se bem acima de qualquer antagonismo de classes. Desejam melhorar as condições materiais de vida para todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. Por conseguinte, não cessam de apelar indistintamente para a sociedade inteira e mesmo se dirigem de preferência à classe dominante. Pois, na verdade, basta

compreender seu sistema para reconhecer que é o melhor dos planos possíveis para a melhor das sociedades possíveis. Repelem, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária, procuram atingir seu fim por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala que, naturalmente, sempre fracassam. A descrição fantasista da sociedade futura, feita numa época em que o proletariado, pouco desenvolvido ainda, encara sua própria posição de um modo fantasista, corresponde às primeiras aspirações instintivas dos operários e uma completa transformação da sociedade.

Para Marx e Engels (1998) a relevância do socialismo utópico estava contida em sua capacidade de fornecer ferramentas para o esclarecimento do proletariado. Não obstante, suas críticas tentavam combater, de forma inocente e imprecisa, uma ordem social que ainda estava em construção e, por isso, ainda mal compreendida.

Embora nesse momento já se esteja claro que as bases da crítica utópica fundavam-se no ato de repelir, ainda que de forma fantasiosa, a propriedade privada em todos os seus aspectos, não parece ser de total entendimento à qual categoria de crítica pertence o socialismo utópico. Para se compreender a origem dessas propostas faz-se, portanto, imprescindível reconhecer os elementos do sociometabolismo burguês, ainda em estágio inicial, que provocaram a indignação pessoal desses autores. A seguinte passagem de Marx e Engels (1998, p.59) parece lançar luz à questão:

À atividade social substituem [os socialistas utópicos]⁶ sua própria imaginação pessoal; às condições históricas da emancipação, condições fantasistas; à organização gradual e espontânea do proletariado em classe, uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na prática de seus planos de organização social. Todavia, na confecção de seus planos, têm a convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária, porque é a classe mais sofredora. **A classe operária só existe para eles sob esse aspecto de classe mais sofredora**⁷.

⁶ Grifo do autor.

⁷ Ênfase do autor.

Deriva da condição exposta acima a interpretação de Marx e Engels sobre a natureza das indignações pessoais elevadas ao plano crítico pelos socialistas utópicos. A crítica utópica amparava-se, como apresentado pelo excerto acima, na tentativa de se encontrar uma solução organizativa que possibilitasse o desmantelamento dos elementos da sociedade capitalista que aplacavam, em sua concepção, sofrimento ao proletariado – notadamente a propriedade privada e o assalariamento –.

A questão subjacente ao espectro de fundamentação da crítica, a qual se justifica pela tentativa de negação das causas do sofrimento dos proletários, refere-se à natureza eminentemente subjetiva dessa fonte de indignação – o sofrimento - que, embora seja determinada por uma questão material (objetiva), confere a si própria um estigma fenomenológico, dirigido à reprodução psicológica da experiência vivida.

Sob esse prisma, o sofrimento, enquanto elemento “fundante” e fundamental a essa forma de crítica, associa-se mais intensamente a um sentimento de opressão do que à materialidade histórica da miséria dos trabalhadores. É exatamente pelo fato de emergir desse *corpus* reivindicatório que a literatura utópica revela sua índole estética e não social – tese que se vê reforçada pela opção do socialismo utópico em ignorar a historicidade da conformação social capitalista e das iniciativas de resistência do proletariado.

A transformação da crítica utópico-estética em crítica científico-social é marcada pela incorporação teórica dos elementos históricos, enquanto produção material da sociedade em seus antagonismos intrínsecos; da luta política pela defesa dos trabalhadores, enquanto forma de resistência à dominação do capital; e da revolução proletária, enquanto único método capaz de garantir um estado de subordinação do capital aos interesses de qualquer sociedade em que se pretenda operar o socialismo.

Sobre a revolução Marx e Engels (2005) comenta que significaria a solução das contradições à medida que o proletariado toma para si o poder político e converte a propriedade privada em coletiva. Esse ato, segundo o autor, destitui a condição de capital dos meios de produção e, dessa forma,

transforma o conflito de classes em uma anomalia anacrônica. Os homens, segundo o autor, tornam-se, então, a expressão da liberdade, dominando a natureza e a si próprios.

A consequência imediata desse processo é a crescente deslegitimação da autoridade estatal. Consiste nisso a maior diferença entre o socialismo utópico e o científico: enquanto o primeiro, segundo Marx e Engels (2005), entende que o Estado deveria ser abolido e a emancipação dos homens em totalidade, alcançada, o segundo, por sua vez, considera que a extinção do Estado deve ser dada por sua incapacidade de legitimar-se frente às consequências da revolução proletária, que só seria possível pela emancipação dos trabalhadores em unidade.

Embora os socialistas utópicos, como apresentado anteriormente, também considerassem que a sociedade burguesa, que ainda ascendia ao patamar de elite dirigente, havia por produzir uma condição social nefasta ao reproduzir socialmente, de forma ampliada, a desigualdade entre aqueles que são possuidores das forças produtivas e aqueles que são donos da força de trabalho, há claras diferenças entre o imaginário utópico e o socialismo científico no que se refere ao modo como o comunismo deve ser alcançado.

Uma vez que foi compreendido o socialismo em seu estágio inicial – utópico – é premente que se faça uma reflexão acerca dos elementos que constituem a essência do pensamento científico voltado para a emancipação do proletariado. É claro que não se pretende, em uma breve seção, encerrar todas as interpretações possíveis acerca das contribuições de Marx ao socialismo, mas, sobretudo, tem-se apenas a intenção de se apresentar algumas análises que resumem, espera-se que satisfatoriamente, as visões desse autor, que se apresenta como o pensador mais proeminente do socialismo científico. Desse modo, pretende-se apresentar alguns pontos específicos que permitem colocar em evidência os principais elementos do socialismo em seu estágio de crítica social.

Em primeiro lugar, esclarecem Marx e Engels (1975) que o paradigma epistemológico adotado pelo socialismo em sua fase de reestruturação não faz

referência à visão hegeliana dos elementos que englobam a natureza e a sociedade, embora empregue, também, o método dialético.

Sobre a os méritos de Hegel, Marx e Engels (2005) explicam que sua maior contribuição ao pensamento filosófico foi conceber uma estrutura de análise que contemplava a todos os aspectos naturais, sociais e humanos sob a visão de processos, cujos movimentos intrínsecos de confrontação entre tese e antítese e cujas influências recíprocas entre os fenômenos produzem uma condição, uma síntese, que dá origem aos elementos da realidade objetiva que nossa consciência percebe.

O método empregado por Hegel em sua filosofia entendia a gênese e o devir, a negação e a afirmação, o perecer e o transformar-se, por meio de uma interpretação fundada na dialética idealista. Sobre isso, Marx e Engels (1975) considera que o idealismo de Hegel consistia, grosso modo, em considerar objetos e fenômenos da realidade como expressões da realização da “ideia”. Desse modo, os processos naturais, sociais e humanos são determinados por um conhecimento, ou conjunto de ideias, que transcende a materialidade, mas que já se encontra completo, pois para Hegel, segundo Marx e Engels (2005), a realidade é o conteúdo da consciência, e por isso, sob esse espectro de análise, a essência precede a existência e a ideia, a matéria.

Em contraposição ao Idealismo de Hegel, Marx e Engels (2005) propõe a dialética materialista como o único método que proporciona o entendimento da realidade e de seus processos em sua essência verdadeira, que possibilita encontrar regras imutáveis para os elementos que fundam a sociedade e a natureza em seus diversos contextos históricos. Dessa forma, o maior mérito desse método é permitir que sejam extraídas as raízes das concatenações dos fenômenos e suas influências recíprocas, fornecendo ordem ao que antes parecia caótico.

A dialética materialista, ainda em Marx e Engels (1975), desperta a noção de que o socialismo não seria apenas uma imposição que flui das indignações pessoais declaradas por filósofos, como o foi em sua versão utópica, mas sim uma condição natural a ser construída como consequência dos antagonismos presentes na ordem capitalista.

Em decorrência a adoção desse sistema filosófico, se desperta, também, a percepção de que a história é construída materialmente. O materialismo histórico enquanto instrumento de análise pressupõe que a produção e a troca de mercadorias constituem as bases de qualquer metabolismo social, ou seja, o modo material de produção, a divisão social do trabalho e a consequente conformação da sociedade em classes antagônicas são os elementos que determinam as transformações sociais e políticas. (ENGELS, 1985a)

O socialismo científico funda-se, portanto, em uma raiz filosófica materialista que tem o objetivo de fornecer os elementos teóricos que, de acordo com as leis da dialética, são capazes de propor ações reivindicatórias que estejam em consonância com o desenvolvimento natural dos antagonismos intrínsecos aos processos sociopolíticos. Nesse caso, é a teoria de Marx que emerge e serve de apoio normativo ao desenvolvimento do socialismo enquanto desdobramento científico.

Harvey (2010) apresenta a teoria de Marx sob o prisma do processo de “modernização” da sociedade capitalista, sendo Marx, portanto, um dos primeiros escritores modernistas. Essa modernização compreende a uma nova experimentação do espaço-tempo em que o metabolismo social passa a se orientar pela consciência de uma classe burguesa, marcadamente dominada pelo poder do capital, conforme Mézáros (2002).

Essa modernização pauta-se pela transformação do homem em sua essência, uma vez que sua existência é orientada para a satisfação das necessidades do capital. Porém, como mostra a interpretação de Marx (2008c), os homens não são afetados de maneira igual e o fruto dessa desigualdade produz um sistema social heterogêneo: de um lado, tem-se uma classe que vive para si mesma, acumula riquezas e dita as regras da ordem social; de outro, há a classe de indivíduos que não vivem para si, são apenas objetos e instrumentos, ou seja, existem em função de uma necessidade que precede sua existência.

De acordo com Harvey (2010), Marx, ao conseguir expor os elementos que estão encobertos pela estética modernista burguesa, possibilita que sejam dissecadas, em totalidade, as condições que dão origem a essa concatenação

histórica. Dessa forma, continua o autor, Marx em sua obra “O Capital” lança luz sobre os principais aspectos que permeiam o modo de produção do capital. Há, porém, em Marx (1977, p.24-25), uma passagem que ilustra os aspectos principais de sua conclusão:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; É o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então.

A cientificidade do projeto socialista em Marx estaria encerrada, segundo Marx e Engels (1975), em sua análise da estrutura econômica que fundamenta, como visto no excerto anterior, a superestrutura jurídica e política de uma sistema social. No interior da estrutura econômica, o trabalho e sua organização apresentam-se como elementos fundantes e fundamentais a análise de Marx.

Para Marx (1977), a compreensão do metabolismo social está contida no trabalho, na organização do trabalho e nas relações de produção que derivam desta, por isso a centralidade do trabalho, enquanto marco teórico-analítico, faz-se imprescindível para o socialismo científico. Desse modo, o trabalho é responsável por dar origem à essência do ser social em Marx. Lukács (1979) percebe que as categorias de produção da vida material, dentre as quais o trabalho ocupa lugar central, são responsáveis pela reprodução ontológica do

ser social, ao partir-se de um referencial dialético-materialista. Na passagem a seguir encontra-se a relevância do trabalho para a teoria marxista:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (MARX e ENGELS, 1975, p. 63).

O esquema teórico desenvolvido por Marx (2011) e Marx e Engels (2005) permite compreender que somente a luta política dos trabalhadores, organizada por sindicatos, e a revolução proletária, inevitável, podem concorrer para a transformação da sociedade. A constituição de um sistema social sem classes sociais e em que os homens sejam livres e existam para si próprios, pretendida pelo comunismo de Marx, depende incondicionalmente de ações concretas em prol do desmantelamento do poder do capital, pois este é a fonte do estranhamento – alienação – do trabalhador.

A transição, em Marx (1977), para o comunismo depende, entretanto, de condições materiais prévias, pois:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. (MARX, 1977, p.25)

Sob esse aspecto, o controle operário da produção constitui-se na fonte para a transição da velha sociedade burguesa. Os operários, enquanto patrões de si próprios e planejadores dos processos de trabalho, são capazes de construir a administração direta sobre os meios de produção.

O socialismo científico insere-se, portanto, numa retórica crítica social a qual, por meio da adoção do método dialético-materialista e do emprego de

categorias de produção e econômicas, intenta universalizar sua crítica e provocar ações concretas para uma transformação da realidade social.

Para Marx e Engels (1975), a revolução é o ato que representa a missão histórica do proletariado e o socialismo científico é sua expressão teórica, pois se destina a pesquisar a natureza dessa transformação, ao mesmo tempo em que incorpora em sua retórica a ação da classe oprimida.

É necessário, contudo, não só combater materialmente as relações de produção capitalista, mas também as formas ideológicas pelas quais elas são representadas. Nesse sentido, à medida que o socialismo converge o controle político à regulação econômica é necessário que haja também o combate à ideologia do “espírito do capitalismo” e sua tese fetichista de controle da base material pela superestrutura e as correspondentes formas de consciência.

4.3 Dois exemplos emblemáticos da luta do proletariado

A comuna de Paris, segundo Del Roio (2011), foi um desdobramento sociopolítico da crise de legitimidade que se aplacou ao regime bonapartista ainda nos idos de 1860, a qual se somou à guerra franco-prussiana que, por sua vez, incendiava a pressão popular e pequeno-burguesa por mudanças radicais na França. Não obstante a formação de um movimento revolucionário que se consagrou em meio a esse contexto, uma questão subjacente envolve o tema: seria a comuna uma continuidade da revolução francesa – burguesa – de 1789 ou seria a primeira revolução operária?

Na interpretação de Rougerie *et al.* (2001) os acontecimentos do ano de 1871, assim como os de 1789, 1793, 1830 e 1848, pertenceriam ao mesmo e único ciclo revolucionário burguês e, dessa forma, a comuna seria apenas a sua última expressão. Contrariamente a essa posição situa-se Marx, que segundo Del Roio (2011), observa na comuna o prenúncio de uma nova sociedade, inevitavelmente originada pelos antagonismos intrínsecos ao projeto burguês revolucionário do século anterior.

O nascimento da Comuna se dá em meio a uma guerra anunciada, uma vez que Bonaparte III no afã de seu expansionismo projeta a monarquia francesa em um conflito armado contra a Prússia em 1870. Seu ato despótico inflamou o clamor da sociedade pela instauração da república, o que só veio a se tornar opção viável quando Bonaparte tornou-se refém das tropas prussianas. A passagem a seguir esclarece a argumentação:

A república francesa nasce sob a iminência do cerco do exército prussiano. Os planos para se tentar romper o cerco foram infrutíferos por falta de vontade coletiva e de unidade de comando [...] A experiência da Comuna conviveu com o espectro da guerra: da guerra de classes e da guerra nacional.(DEL ROIO, 2011, p. 26)

Por meio do comuna, o proletariado parisiense conseguiu desempenhar, com certa ousadia e espontaneidade, uma ação contrária à ordem social burguesa, de acordo com Guillerme e Bourdet (1976). O objetivo não era simplesmente ocupar a estrutura de produção burguesa que havia sido abandonada em meio à guerra nacional, mas sim transformar essa estrutura em algo novo que pudesse ser a expressão de uma ordem democrática e autogestionária. O excerto a seguir permite esclarecer as dimensões dessa revolução proletária:

Paralelamente a esse autogoverno dos produtores, a Comuna foi, em grande medida, um autogoverno do povo – um “Governo bem barato” (Marx). Ao mesmo tempo em que abolia o patronato e o salariado, ela abolia também o Estado e sociedade civil. As “medidas” para abolição do Estado são divulgadas e inscritas em sua legislação; as que referem à abolição da sociedade civil não puderam, a falta de tempo, ser objetos de “decretos”. Disso ficou-nos, porém alguma coisa: a abolição da esfera civil é crítica da vida cotidiana; e, desse ponto de vista, “a Comuna foi a maior festa do século XIX”. (GUILLERM e BOURDET, 1976 p.112)

Na interpretação de Marx, segundo Del Roio (2011), a comuna era a representação de um movimento que combatia a última expressão estatal utilizada pela burguesia nascente em prol de sua emancipação no contexto do metabolismo feudal, expressão estatal que acabou por se tornar o elemento crucial para a subsunção do trabalho ao capital.

Segundo Fontana (2001), a comuna, tão logo que assumiu o poder político, já provocou transformações profundas no seio da sociedade entre as quais, de acordo com o autor, podem ser citadas: supressão do serviço militar obrigatório e o exército permanente, substituindo-o pelo povo armado; isenção dos pagamentos de aluguel de moradias durante o período da guerra; separação da Igreja do Estado; estabelecimento de um teto salarial para os funcionários públicos que não deveria exceder ao dos trabalhadores; ocupação das fábricas fechadas pelos patrões e reinício de suas atividades pelos operários organizados em cooperativas.

Del Roio (2011) descreve que a comuna foi responsável, também, por suplantar a administração pública e as representações políticas burguesas à medida que estabeleceu conselhos eleitos democraticamente. Com relação a isso, para Marx (*apud* Del Roio, 2011) a comuna deveria ser uma corporação de trabalho executiva e legislativa ao mesmo tempo, ao invés de limitar-se a uma instância parlamentar.

O objetivo da comuna para Marx, de acordo com Roio (2011), deveria consistir na destruição dos fundamentos econômicos nos quais se assenta a existência das classes sociais. Dessa forma, a comuna representaria a totalidade de um projeto de sociedade sem classes na qual o trabalho produtivo existe e converte-se em riqueza para todos.

Não obstante, a comuna reservou-se ao direito de não conformar, em seu interior, a criação de uma burocracia que, pelo poder da revolução, poderia ser tão ou mais nociva do que a elite dirigente burguesa. Segundo Fontana (2001), a comuna precaveu-se por intermédio de sua lógica fundante de “servir ao povo” sem se tornar senhor deste, e, para isso, empregou o sufrágio universal como elemento impeditivo de “carreirismos” e abusos burocráticos, pois a sanção popular, sob a égide da comuna, poderia determinar a nova ordem política à sua “vontade” e em qualquer momento.

Tão logo a comuna firmou-se com certa solidez como uma opção real à ordem burguesa tão logo o pavor de uma revolução proletária transcendeu as fronteiras da França e chocou-se com o ímpeto nacionalista da Prússia. Para

Marx, de acordo com Roio (2011), o internacionalismo do proletariado ia de encontro aos interesses dos Estados burgueses, no caso França e Prússia.

O propósito de unificação da Alemanha levado a cabo por Bismarck não poderia fazer frente às consequências de uma revolução operária de tamanha magnitude, nem a alta burguesia francesa sentia-se disposta a perpetuar-se em uma condição comunal. Em face dessas circunstâncias, foi assinado em 1871, um tratado de paz que ordenou a liberação das tropas francesas feitas prisioneiras pelo exército prussiano para que combatessem os revolucionários parisienses. (ROIO, 2011)

A consequência lógica desse ato inevitavelmente levou à guerra civil francesa e ao massacre de toda a comuna parisiense, impondo a derrocada desta primeira tentativa de se constituir uma democracia proletária, regida pela autogestão e sancionada pelo povo.

A comuna de Paris teve curta duração, segundo Roio (2011) foram apenas 72 dias entre 18 de Março e 28 de Maio de 1871, e não obstante, se constitui na maior expressão da revolta proletária vista pelo século XIX. Um aspecto essencial da comuna que merece destaque foi a tentativa dos proletários em constituir em si e para si um movimento de auto-emancipação que nada mais seria do que a antítese do Estado burguês e das relações de propriedade que são, por esse, legitimadas.

O interlúdio entre a comuna de Paris, em 1871 e a revolução russa, em 1917, corresponde a um período de intenso aprofundamento da lógica liberal enquanto espinha-dorsal dos movimentos de expansão das forças produtivas. Porém, a diferença entre as duas “revoluções” não se deve simplesmente a um critério de datas, pois, muito além disso, o metabolismo social russo à época de sua revolução ainda pautava-se por um aparelho político monárquico próprio a um contexto de produção material feudal, o que não foi o caso da França que já havia passado por uma revolução burguesa a pelo menos 80 anos antes da comuna.

O âmago da revolução russa de 1917 foi desenhado doze anos antes por meio do surgimento, em 1905 em Petersburgo, dos conselhos, *soviets* em

russo, que, embora não tenham sido desenvolvidos pelos partidos revolucionários, estabeleceram o ritmo da revolução engendrada no contexto de sua criação. (GUILLERM e BOURDET, 1976)

A despeito do sucesso em representar, por um breve momento, o esboço de uma organização proletária numerosa, os sovietes, segundo Guillerm e Bourdet (1976), desapareceram tão logo houve reação contrária à existência desses “braços políticos” do operariado de Petrogrado. No entanto, ressurgiram em grande número, não só pela Rússia, mas também pela Europa central, assim que a revolução vermelha se desdobrou, na segunda metade da década de 1910, pois os conselhos foram utilizados em larga escala como instrumentos para a tomada do poder político em nome dos bolcheviques.

A revolução russa de outubro de 1917, sob os auspícios de Lenin e Trotski, marcou o início da crescente burocratização dos conselhos, tendo em vista suprimir o ímpeto autogestionário contido nos mesmos. Explicam Guillerm e Bourdet (1976) que para deter o avanço dos conselhos territoriais e dos conselhos de autogestão das fábricas, Lenin obrigou aos sovietes que se fundissem aos sindicatos.

Segundo os autores supracitados, essa estratégia não resultou em uma solução, pois ao contrário suscitou eco às reivindicações autogestionárias que, embora deformadas, poderiam ter livre acesso ao Partido. O excerto abaixo, retirado de Nascimento (2007) elucida o processo de burocratização da gestão fabril:

No decreto sobre “O Controle Operário”, em novembro de 1917, o Partido Bolchevique colocou os comitês de fábrica na dependência dos Sindicatos. O 1º Congresso dos Sindicatos, em janeiro de 1918, tentou esvaziar a atividade dos comitês na gestão das fábricas. Com a formação de um “Conselho da Economia Nacional”, iniciou-se o fenômeno de “captura burocrática” das organizações operárias, com o objetivo de absorver os comitês de fábricas, e, em seguida, a absorção dos sindicatos pelas estruturas burocráticas dos Ministérios do Estado.

Esse processo de absorção e extinção das estruturas operárias democráticas que atuavam em prol da gestão participava nas fábricas, abriu espaço para o extermínio dos soviets, enquanto órgãos capazes de substituir o Estado. É sob a égide desse “canibalismo” ideológico que pretendeu firmar-se a revolução russa de 1917 e sobre a qual é interessante tecer alguns comentários.

A revolução russa, segundo Hobsbawm (2007, p.61), foi “filha da guerra no século XX”. Tendo em vista a crescente dissolução do arcabouço normativo que apresentava, trinta anos antes, um discurso triunfante da prosperidade pelo Capitalismo, a revolução bolchevique mostrou-se capaz de assinalar que a transformação da ordem social capitalista e sua transição ao socialismo poderiam ser praticadas.

Não obstante a essa transformação, não se poderia afirmar, contudo, conforme enfatiza Hobsbawm (2007), com certeza, qual seria a trajetória provável dessa revolução, se seria de índole liberal-burguesa ou socialista-operária. O excerto a seguir lança luz sobre a questão:

...no entanto, com exceção dos românticos que viam uma estrada reta levando das práticas coletivas da comunidade aldeã russa a um futuro socialista, todos tinham como igualmente certo que uma revolução da Rússia não podia e não seria socialista. As condições para tal transformação simplesmente não estavam presentes num país camponês que era um sinônimo de pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial, o predestinado coveiro do capitalismo de Marx, era apenas uma minúscula minoria [...] Se a Rússia não estava pronta para a revolução proletária dos marxistas, tampouco estava para a “revolução burguesa” liberal. Uma Rússia liberal-burguesa teria de ser conquistada pelo levante de camponeses e operários que não sabiam nem se importavam com o que era isso, sob a liderança de partidos revolucionários que queriam outra coisa, ou, o que era mais provável, as forças que faziam a revolução iriam mais além de seu estágio liberal-burguês, passando por uma mais radical “revolução permanente”. (HOBBSAWM, 2007, p. 64-65)

A revolução russa, como mostrou a história, rumou, sob os braços de Lenin, ao socialismo, mas essa empresa não teria se saído bem sucedida não fossem as duas grandes guerras e a crise de 1929 a minar o núcleo do

Capitalismo liberal, reinante desde o século XIX. As condições catastróficas em que se encontravam os países do centro capitalista nesse período contrastam com a incrível produção material da União Soviética, a qual já podia vislumbrar certa superação em relação ao eixo capitalista. (HOBBSAWM , 2007)

De acordo com Toledo (2003), assim que a revolução ascendeu ao poder na Rússia, Lenin propôs, em decreto, um projeto de controle operário da produção, que previa também a conservação e a compra/venda de todos os insumos e produtos acabados. Segundo o decreto, o controle operário seria efetuado de forma direta pelos operários ou por meio de suas representações eleitas por assembleia.

Lenin, por meio do decreto, normatiza outros pontos-chave para o controle operário e se preocupa, segundo Toledo (2003), em garantir que as empresas de importância nacional, cuja produção atende às necessidades de subsistência das massas em geral, atuem em pleno funcionamento.

Para Trotski, o controle operário da produção significaria o fim dos segredos industriais protegidos pelo grande capital, uma vez que pondera:

As primeiras tarefas do proletariado consistem em esclarecer quais são as receitas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isolada, em determinar a verdadeira parte do capitalismo individual, e de todos os exploradores em conjunto, no rendimento nacional; em revelar os bastidores das vigarices dos bancos e dos trusts; em revelar finalmente, a toda sociedade, o desperdício terrível de trabalho humano que é o resultado da anarquia capitalista e da pura caça ao lucro. (apud TOLEDO, 2003, p.78)

Essa forma de planificação da produção gerida pelos próprios trabalhadores conteria, em si, as sementes para uma participação democrática direta do proletariado e possibilitaria uma vitória contra o desemprego generalizado que se instaurou na Rússia em seu período de guerra civil. Sobre isso comenta Trotski que:

A luta contra o desemprego é inconcebível sem uma grande e ousada organização de grandes trabalhos públicos. Mas esses não terão uma importância duradoura e progressiva para a sociedade e os próprios desempregados se não fizerem parte de um plano geral, concebido para um longo período. Dentro deles os operários reivindicarão o retorno ao trabalho, por conta da sociedade, nas empresas privadas, fechadas por conta da crise. O controle operário dará lugar, assim, a uma administração direta por parte dos trabalhadores. (apud TOLEDO, 2003, p.78)

A experiência dos trabalhadores conquistada por meio desta forma de autogestão sugere que o objetivo do partido revolucionário russo era dar ao proletariado a capacidade de gerir o complexo industrial que estava em vias de nacionalização. A passagem a seguir esclarece:

“... o controle operário se torna a Escola da Economia Planificada. Pela experiência do controle, o proletariado se prepara para dirigir diretamente a indústria nacionalizada, quando a hora soar [...] Se a abolição do segredo comercial é a condição necessária do controle operário, este controle é o primeiro passo na via da direção socialista da economia”. (apud TOLEDO, 2003, p.78-79)

A apresentação desse ímpeto revolucionário em seu primeiro momento denota que a transformação social encabeçada pela Rússia seria permeada por grande participação democrática de uma nova sociedade sem classes, e que a revolução russa representaria a alvorada de uma nova era.

Para Voslensky (1980) o que se sucedeu na União Soviética, de forma consolidada a partir do governo despótico de Stalin, foi, ao contrário de uma sociedade sem classes, o surgimento de uma classe dirigente que garantia a si própria um conjunto de privilégios que não era estendido à totalidade do proletariado. Segundo Sakharov (apud Voslensky, 1980, p.26):

“... pode-se afirmar que apareceu nos início dos anos 20 ou 30, uma camada social particular, formada por homens do Partido e burocratas – a Nomenclatura segundo o nome que ela deu a si mesma, a “nova classe” como a chamou Milovan Djilas – classe

social que se instalou definitivamente no poder nos anos do pós-guerra”.

A emergência de uma classe privilegiada pode sugerir que na realidade a revolução russa ensejou uma transformação completamente distinta do socialismo planejado por Lenin. O surgimento desta burocracia faz do socialismo soviético um socialismo distante do pretendido por Marx e que na opinião de Mészáros (2002), deve ser referido como socialismo real.

Essa espécie de socialismo implica que no seio da sociedade soviética houve claros antagonismos entre classes sociais. Muito distante de uma sociedade na qual imperou a fraternidade entre as duas classes sociais, ditas oficiais pelo Partido – o proletariado e os camponeses – a sociedade que se cravou com a revolução associava-se ainda mais a um contexto de conflito típico de uma ordem capitalista. Em referência a “nova classe” Voslensky (1980, p.29) esclarece a tese de Milovan Djilas sobre o surgimento de uma nova elite:

Após a vitória da revolução socialista, o aparelho do Partido Comunista se transforma em uma nova classe dirigente. Esta burocracia monopoliza o poder do Estado e se apropria de todos os bens pela nacionalização. Resultado: apropriando-se de todos os bens de produção, a nova classe torna-se uma classe exploradora, tripudia sobre toda a moral e instala sua ditadura pelo terror e o controle ideológico total. Os que mais lutaram pelo ideal revolucionário, os que exigiram as maiores liberdades, se transformam em horríveis reacionários assim que assumem o poder.

Esfera política à parte, o nível econômico dos países englobados pela União Soviética apresentou uma considerável ascensão, provocada pela industrialização maciça. Acerca da produção material, Braverman (1987) afirma que Lenin retirou do Capitalismo o paradigma produtivo que deveria ser adotado pela União Soviética, qual seja: o taylorismo.

A adoção do taylorismo era justificada pelo fato de que Lenin, segundo Braverman (1987), percebia o sistema de Taylor não só enquanto uma forma

de exploração, mas, sobretudo, como um conjunto de realizações científicas para o estudo dos movimentos mecânicos, o desenvolvimento dos melhores métodos de se trabalhar e a constituição do melhor mecanismo de avaliação e controle.

Não obstante aos avanços produtivos da União Soviética, os comentários de Mészáros (2002) sobre o socialismo real enfatizam que o objetivo de superação do metabolismo do capital esteve longe de ser atingido, pois o socialismo soviético, apesar de ter se constituído com sucesso enquanto uma proposta pós-capitalista, não o foi em termos de uma alternativa pós-capital. O excerto abaixo elucidada o apontamento:

Os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da divisão social hierárquica do trabalho que configura o domínio do capital. A expropriação dos expropriadores, a eliminação jurídico-política da propriedade, realizada pelo sistema soviético, deixou intacto o sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 16).

Ao unirem-se os dois elementos que se tornaram constantes no modo de organização social e produtiva do socialismo soviético – a emergência de uma classe privilegiada e a adoção de um paradigma produtivo mantenedor das relações de produção capitalistas – percebe-se o insucesso da revolução russa em prover aos indivíduos uma alternativa sólida de emancipação. Sob esse aspecto, a queda do regime soviético apresentou-se como o fim de uma proposta de superação dos elementos que compõem a ideologia do sociometabolismo burguês e suas determinações materiais.

Os dois casos emblemáticos retratados nessa seção, longe de se pretender esgotar as discussões sobre as problemáticas envolvidas em seus apelos, têm a intenção de apresentar a evolução da crítica, especialmente a social, e como a retórica ligada a ela conseguiu propor novas formas de engajamento e de ações reivindicatórias.

Embora os dois casos sejam de vital importância para a compreensão dos mecanismos pelos quais o proletariado tentou promover sua emancipação, foi a revolução russa que afetou a crítica de forma mais profunda, pois a

percepção de seu insucesso que se firmava desde meados dos anos de 1970; a adoção das políticas de reestruturação e abertura econômicas; e, por fim, a queda do regime soviético, suscitaram a crise do pensamento crítico e deram ensejo ao divórcio, até aqui sem promessas de fim, entre a crítica estética e a crítica social.

4.4 A perplexidade Ideológica da crítica e as *novas alternativas sociais*

A perplexidade ideológica da crítica, ou sua falência, pode ser percebida pela incapacidade da crítica em dar consistência a uma retórica totalizante capaz de promover engajamento contrário às forças do Capitalismo, principalmente quando estas estavam em vias de reestruturação nós pós-1973. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009)

Harvey (2010) atenta para a crise do materialismo histórico como fonte de falência da crítica. Para este autor a desconstrução da crítica em suas bases históricas foi determinada em grande parte pelo projeto político da “nova esquerda” que assim pode ser definido:

A nova esquerda preocupava-se com uma luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo ortodoxo, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos etc.) [...] Essa linha de ação, no entanto, teve consequências não pretendidas [pois] era mais compatível com o anarquismo e com o liberalismo do que com o marxismo tradicional, levando a nova esquerda a se opor a atitudes e instituições tradicionais da classe trabalhadora. (HARVEY, 2010, p. 319)

Há, na concepção de Harvey (2010), uma forte presença do que pode ser chamado de “estética pós-modernista” no processo de desmembramento da crítica social, pois as características de efemeridade, fragmentação e descontinuidade, pertencentes ao que se entende por pós-modernismo, permitiram uma reconstrução estética da crítica que se associou mais

intensamente àquilo que o marxismo “ortodoxo” considerava mais ineficaz enquanto reivindicação social.

Em decorrência desse ímpeto estético a crítica passou a buscar fontes de legitimação nos novos movimentos sociais e em grupos fragmentados que representavam fatias de uma sociedade cada vez mais conexionista e complexa.

Segundo Harvey (2010, p.320), a nova esquerda “era, na melhor das hipóteses, passiva e, na pior, reacionária”, pois ao se unir a movimentos fragmentados, tentando encontrar legitimidade para cada “voz” na sociedade, essa nova forma de crítica, se assim pode ser chamada, deslegitimou a ação reivindicatória do proletariado como instrumento de transformação social e, assim, decretou o fim do materialismo histórico. As consequências dessa opção política são descritas na seguinte passagem:

Assim, a nova esquerda perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação [...] Insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica mesmo em última instância (para não falar de invocar teorias da circulação e da acumulação do capital ou de relações de classe necessárias na produção), ela foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neoconservadores... (HARVEY, 2010, p. 320)

Essa nova forma de interpretação da transformação social incutida pela esquerda reconstruída associou-se, em demasia, ao processo de deslegitimação do proletariado enquanto instrumento de reivindicação totalizante, mas isso não significa que tal processo tenha ocorrido como que por “vontade” dos novos esquerdistas. Muito mais profunda do que qualquer reflexão idealista, a deslegitimação de qualquer ação dos trabalhadores, face à sua indignação, ocorre na desconstrução do eixo central da teoria de Marx: a centralidade do trabalho.

Às transformações do Capitalismo ensejadas em seu processo de reestruturação pós 1973 se seguiram as ações de desmantelamento do “mundo do trabalho” que implicaram a crescente dessindicalização dos trabalhadores, a precarização do emprego e das relações de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e flexibilização das garantias trabalhistas. (ALVES, 2000, 2007; ANTUNES, 1995, 1997)

A essas novas imposições que se aplicam ao mercado de trabalho, as quais transformam tanto a organização interna do trabalho quanto o tecido produtivo, soma-se o ímpeto de fragmentação do trabalho e sua desconstrução à medida que a carreira tradicional é substituída por uma nova experimentação da profissão, calcada pela execução de projetos fragmentados que fazem forte apelo à criatividade e capacidade individuais. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

Como consequência direta dessas “metamorfoses” opera-se crescentemente a exclusão dos trabalhadores, entendidos como desqualificados, dos novos processos de trabalho. Esse novo arranjo das forças produtivas desenvolve em seu seio a dualização dos assalariados, comentada anteriormente, que, em nível social, intensifica a percepção de privação do bem-estar dos trabalhadores, tanto os que formam o subproletariado contemporâneo quanto aqueles que conformam o desemprego estrutural.

É sob essa nova forma de organização do trabalho, conquistada pelo avanço da microeletrônica, da informática e da cibernética, que se fundamenta a tese do fim da centralidade do trabalho, cuja defesa encontra abrigo nas obras de Gorz (1986,1987), o qual se situa como autor proeminente em meio à temática do fim do trabalho e representa uma das novas faces da esquerda reestruturada.

Em defesa a sua tese Gorz (1986) esclarece que as transformações ocorridas no seio do Capitalismo contemporâneo ensejam o fim do proletariado tradicional, principalmente em decorrência dos avanços na tecnologia da informação e na microeletrônica que, para o autor, afetam o trabalho de duas formas distintas. Em primeiro lugar, o efeito se daria na quantidade de trabalho

que decresceria substancialmente pelos efeitos da revolução tecnológica, até que se tornasse marginal. Por outro ângulo, o trabalho seria afetado em seu conteúdo, pois as novas condições materiais de produção revelariam uma nova forma de mediação entre o homem e a matéria que difere de sua .

Esse pressuposto analítico pelo qual se constrói a teoria de Gorz (1986) permite que o socialismo científico seja desconstruído em suas bases, pois o fim do trabalho, já em Gorz (1987), deslegitima qualquer forma de ação reivindicatória, política ou não, que se pretenda emergir do proletariado, uma vez que o capital, nessa nova fase, imporia a negação da “soberania do trabalho” enquanto “voz” de uma totalidade assalariada.

A tese da criação tardia de um subproletariado em Antunes (1999) passa a ser olhada, dessa forma, sob um novo prisma que incorpora as novas transformações do mundo do trabalho a partir do desenvolvimento do que veio se chamar “neoproletariado pós-industrial”. A emergência desse novo conceito impõe uma problemática mais complexa do que o simples aprofundamento da dualização dos assalariados, pois considera que a sociedade passa a conceber um estrato, uma nova camada, formado por uma “não-classe” de “não-trabalhadores”.

A “não-classe” se conforma a partir da dinâmica dos novos processos de produção material e estaria em clara oposição a uma minoria privilegiada de trabalhadores que compõe o subproletariado tardio, ou, como propõe Gorz (1987), o neoproletariado. Essa nova condição social é imputada, portanto, a todos os indivíduos que, por qualquer razão, se situem à margem do processo produtivo, de forma permanente ou não. (GORZ, 1987)

O surgimento dessa “não-classe”, em Gorz (1987), envolve vários elementos teóricos dignos de análise. Primeiramente, a tese da “não-classe” permite conceber que o sujeito do trabalho, o trabalhador, passa a não ser um “ator” ativo no circuito de valorização do capital – D-M-D’ – sendo, portanto, apenas um ente que desempenha um papel secundário e passivo. Em segundo lugar, o conceito de “não-classe” está marcadamente impregnado pela condição efêmera da dialética da inclusão e exclusão, pois os componentes

dessa “não-classe” apenas a integram na medida em que não estão imbuídos, em dado momento, de satisfazer a alguma atividade produtiva.

A tese da “não-classe” que se constrói a partir da não-centralidade do trabalho comporta a criação de uma “não-sociedade” cujo aparecimento ensejaria transformações sociais que poderiam, segundo Gorz (1987), até ameaçar a continuidade da ordem capitalista vigente. Portanto, a teoria da “não-classe” suporta a completa negação da crítica social proveniente do socialismo científico à medida que sua proposta de transformação social substitui a esperança de emancipação dos trabalhadores por uma promessa de libertação individual

Uma vez que essa “não-classe”, ao comportar todo tipo de influência ou ideologia, não possui uma “voz” única que possa lhe conferir uma identidade clara, mas sim uma multiplicidade de questões fragmentadas em seus universos individuais, a existência desse novo estrato ou camada implica a crise do modelo de classes sociais, pois estas, segundo Boltanski e Chiapello (2009), só existem em função de “convenções coletivas”, e não em razão de discursos individualizados.

Não obstante à formação da “não-classe”, Boltanski e Chiapello (2009, p.319) consideram que elementos como os deslocamentos ocorridos no mercado de trabalho em favor da individualização das condições de emprego “tiveram como efeito tornar subitamente obsoletas as equivalências tácitas nas quais se baseava a percepção das identidades sociais”. No entanto, os autores também consideram que não se deve subestimar a crescente sensibilidade às diferenças que pode ser observada nas sociedades atuais como fonte de desconstrução das identidades sociais.

É sob esse novo paradigma ideológico da nova esquerda, calcado na desconstrução do trabalho, na deslegitimação do proletariado e no “culto às diferenças”, que se consolida a perplexidade ideológica da crítica contemporânea, originada da cisão entre crítica estética e a crítica social.

De acordo com a discussão transcorrida sobre as formas históricas de crítica, pode-se depreender que a crítica estética ignora a historicidade dos

antagonismos entre classes e pretende dar luz a uma emancipação humana com propósito individual, não se prendendo a questão social alguma. A crítica social, por outro lado, constitui-se a partir dos antagonismos sociais e, por meio deles, conclui que a emancipação esperada deve provir das ações emancipatórias provenientes da luta política do proletariado enquanto uma totalidade. Como é notável, essas duas visões críticas possuem claros motivos para ficarem em oposição, uma vez que a crítica estética pauta-se pela defesa da libertação individual e a crítica social, pela emancipação do proletariado.

Decorre dessa oposição fundamental, que a percepção desenvolvida pela crítica estética acerca do regime socialista soviético, que bem ou mal se apresentava como a materialização da retórica crítica social, marcou profundamente o divórcio entre as visões críticas, pois o socialismo real representava em todas as suas dimensões, para a crítica estética, o aprisionamento da individualidade, ao invés de sua libertação. Dessa forma, o fracasso da União Soviética em atingir seu objetivo original de emancipação do proletariado serviu com perfeição ao propósito da crítica estética em deslegitimar a crítica social. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009)

A crise da crítica surgiu como consequência dessa cisão, mas essa foi apenas seu prelúdio, pois foi a armadilha ideológica inserida na adoção à crítica estética que culminou, de fato, na perplexidade da crítica, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009). Essa armadilha consiste na complementaridade ideológica entre a crítica estética, em favor da libertação do indivíduo, e o conjunto de crenças e justificações que compõem o “espírito do capitalismo” em sua terceira fase, que também faz apelo à individualidade.

A notável congruência entre a crítica estética, que se materializou na nova esquerda, e o terceiro “espírito do capitalismo”, que logrou uma nova forma de engajamento baseada nos princípios do neoliberalismo, pode até permitir que se considere uma provável incorporação do primeiro pelo segundo, tal como propõem Boltanski e Chiapello (2009).

Dessa forma, as mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” – dessindicalização, precarização do emprego, heterogeneidade da força de trabalho, etc. - fazem-se entender como uma consequência óbvia da

associação entre uma crítica que propõe a destruição do trabalho e a deslegitimação do proletariado e um Capitalismo que projetou no mercado de trabalho todas as condições para que a consciência de classe fosse destruída, assim como os anseios coletivos à emancipação.

Percebe-se, então, que a desconstrução da crítica social e sua posterior perplexidade estiveram sujeitas a ação de vários processos simultâneos que podem ser revelados a partir de Mészáros (2002), Harvey (2010) e Boltanski e Chiapello (2009):

1. A crise estrutural do Capital que ao longo dos dois últimos séculos tem se agravado e atingido o eixo capitalista, obrigando formas alternativas de organização das relações Estado-Capital-Trabalho.
2. A emergência de um quadro sociocultural sensível às diferenças que, juntamente com as transformações no “mundo do trabalho”, incitou o fim das identidades sociais;
3. A reestruturação estética da crítica que incorporou um discurso “pós-modernista”, ao tentar legitimar, uma a uma, as diversas “vozes” fragmentadas que a compõem, por meio do “culto às diferenças”;
4. A deslegitimação da “soberania do proletariado” em face da tese de não-centralidade do trabalho, promovida pela nova esquerda que defende mudanças políticas e culturais sem acreditar que essas devem ocorrer como consequência inexorável de um antagonismo histórico;
5. A estruturação de um quadro ideológico neoliberal que retoma de forma mais intensa o “culto à individualidade” como fator preponderante para o engajamento ao capitalismo, já em sua fase global;
6. A construção de um mundo conexcionista, porém fragmentado, que por meio de suas redes sustenta a efemeridade das relações entre os indivíduos, promovendo, em si, a supremacia da “estética” sobre a “ética”;

O que resta à sociedade a partir da confluência entre esses processos gerais que se deflagraram ao longo da reestruturação do capitalismo, no lado ocidental, e, no lado oriental, à medida que se findou o socialismo soviético é, segundo Harvey (2010), a conformação de um “mundo de espelhos” que se encontram rachados, mas cujas extremidades tenta-se fundir.

Esse “mundo de espelhos rachados” expressa não só a fragmentação da sociedade, mas também revela que esta se compromete culturalmente à cultivar uma “razão de ser” dita “pós-modernista”, frustrando qualquer tentativa de fusão nas extremidades baseada em metanarrativas que se pretendam universais.

A esperança de emancipação recai, em um “mundo de espelhos”, nas reivindicações provenientes dos novos movimentos sociais que congregam um leque múltiplo de indignações. Soma-se a esse grupo a crescente atuação social de organizações, desenvolvidas pelo trabalho voluntário, que assumiram para si diversas atribuições que eram, ou deveriam, caber ao Estado. (ANTUNES e ALVES, 2004)

É em função das novas fontes do discurso estético da crítica e dos mecanismos criados para se conter os efeitos da exclusão social e da pobreza que se fundam as novas tentativas de se garantir meios de subsistência ao subproletariado, ou ao “neoproletariado pós-industrial”, e, também, àqueles que não apresentam condições para desempenhar algum papel no processo produtivo contemporâneo – preferencialmente os desempregados em termos de longo prazo.

Nesse contexto, emergem os conceitos de economia popular, economia informal, terceiro-setor e, mais recentemente, economia solidária, os quais impõem, de início, uma grande desafio terminológico, conforme explicam França Filho (2002), Tiriba (2003) e Icaza e Tiriba (2003).

O desafio terminológico consiste na determinação dos sujeitos econômicos aos quais cada tipologia se refere, bem como dos espaços em que são desenvolvidas as atividades desses sujeitos, pois as fronteiras entre cada

tipologia não estão claras e, não raramente, ocorrem interpenetrações teóricas entre os conceitos abarcados.

Ao se tentar esclarecer quais são os sujeitos da economia popular, Tiriba (2003, p.40) alerta que “o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares, não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular”.

A economia popular, de acordo com Icaza e Tiriba (2003), refere-se, no entanto, ao conjunto de estratégias de trabalho e sobrevivência ligado a um modo material de produção que se baseia na posse coletiva dos meios de produção. Outros elementos constitutivos da economia popular, segundo os autores retromencionados, seriam: a não compra de força de trabalho; a subsistência imediata como objetivo da produção; e a constituição do trabalho como fator de produção principal.

Na tentativa de se elaborar uma tipologia de economia popular que pudesse ser capaz de abarcar a todos os elementos citados acima, Tiriba (2003, p. 42), sugere que os sujeitos próprios a essa conformação econômica dividem-se em cinco grupos distintos:

- a) Trabalhadores da cultura (ou trabalhadores-promotores de ócio): aqueles cujo objeto/produto do trabalho é atrair e divertir os transeuntes e, principalmente, os turistas. São os malabaristas, pintores, homens e mulheres estátua, escultores;
- b) Trabalhadores- preservadores da natureza: são aqueles cujo objeto de trabalho é a coleta de recursos naturais tendo em vista o seu reaproveitamento ou reciclagem. De uma maneira geral, são catadores de latinha de cerveja, refrigerante, água mineral ou de qualquer outro produto ou material considerado “descartável” pela sociedade de consumo.
- c) Malandros-trabalhadores: aqueles cujo produto do trabalho resulta da capacidade de seduzir ou ludibriar o freguês, utilizando-se do exercício de atividades ilegais. Transgredindo as normas sociais e culturais, formalmente estabelecidas, desenvolvem atividades econômicas que envolvem roubos e outros pequenos delitos. São prostitutas (os); meninas (os) de programa; especialista no “jogo do papa”; fogueteiros, aviõzinhos e outras pequenas ocupações no tráfego de drogas;
- d) Trabalhadores-moradores de rua: aqueles que fazem da rua o seu espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, espaço de moradia. Geralmente são considerados como “mendigos”, “ociosos” ou “vagabundos”,

encontrando-se dia e noite nas ruas e nas praças da cidade. e) Trabalhadores-caminhantes: convencionalmente chamados de “ambulantes”, são os que, sem autorização municipal, vivem sob a ameaça do poder público, têm ponto fixo ou transitam pelas ruas da cidade para vender alimentos e outros produtos de fabricação caseira

As cinco categorias de sujeitos propostas por Tiriba (2003), contudo, não se apresentam como condições excludentes entre si, de forma que um trabalhador-caminhante também pode ser um malandro-trabalhador. Outro ponto que merece menção é o fato de que a “informalidade” está presente na tipologia apresentada acima e isso favorece a concepção de que a economia popular é um espaço econômico que incorpora a economia informal.

Para Razeto (*apud* Tiriba, 2003, p. 40), o espaço destinado à economia popular concentra suas atividades nos seguintes campos:

a) soluções assistenciais, como mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza etc.; b) atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, pequeno ponto de venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas; c) iniciativas individuais não estabelecidas e informais como, comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de sucata, etc. – algumas vezes vinculados com o mercado formal; d) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios como lojas de bairro, oficinas de costura, bares, biroscas etc. geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família, e e) organizações econômicas populares – OEPs: organização de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares)

A definição do espaço econômico que cabe à economia popular proposta por Razeto (*apud* Tiriba, 2003) também admite que em seu escopo estejam previstas atividades de índole informal, preservando a tese de que a

economia informal constitui-se como apenas um componente dentro da ampla gama de atividades que compõem a economia popular.

O “terreno” teórico da economia popular, segundo França Filho (2002), tem como referência as experiências de base comunitária e local pertencentes a grupos sociais pobres e marginalizados situados nas grandes cidades latino-americanas. A característica marcante dessas experiências é possibilitar o empoderamento do saber local frente às distorções e assimetrias particulares a um ambiente heterogêneo e encontrar, em práticas de solidariedade, formas de desenvolver e sustentar atividades econômicas.

França Filho (2002) argumenta que a economia popular pode ser desenvolvida a partir de articulação institucional, uma vez que o Estado pode trabalhar ações específicas com o objetivo de interligar as demandas sociais por mecanismos de assistência e as competências locais que são resultado do saber local. Fazem parte do âmbito de empreendimentos populares as formas de ocupação parcial e autônomas, os microempreendimentos de caráter familiar, as empresas associativas e as organizações econômicas populares.

O termo economia informal, por sua vez, constitui, segundo França Filho (2002, p.16):

A forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais e não apresentando, desse modo, uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral.

Enquanto o termo economia popular representa um conjunto de iniciativas que procuram assegurar a sobrevivência de indivíduos que enxergam na sua própria comunidade – ou em espaços urbanos abertos, como lembra Tiriba (2003) –, meios de subsistir, a visão acerca da economia informal tem sido modificada substancialmente. Num primeiro momento, o consenso aludia à economia informal a característica de improdutiva, permeada por vícios e ilicitudes, e, principalmente, acusava-a de precarizar as relações de trabalho ao desproteger juridicamente o empregado, privando-o do acesso a garantias sociais. (FRANÇA FILHO, 2002)

Já o Terceiro Setor, segundo França Filho (2002), faz menção a um grupo de organizações que estabelecem fronteiras perceptíveis que as separam de organizações governamentais e das empresas privadas cuja finalidade é o lucro. Essa separação tácita se deve, principalmente, pelo fato do termo Terceiro Setor ter sido amplamente discutido no seio de sociedades anglo-saxônicas nas quais há inegável afastamento entre o Estado e sua função de promover o bem-estar social aos seus cidadãos, relegando essa iniciativa às organizações que compõem o Terceiro Setor.

Esse segmento de organizações é convencionalmente retratado como pertencente ao grupo de Organizações Sem fins Lucrativos as quais, segundo Salomon e Anheier (1992), são independentes, possuem registros legais, são impossibilitadas de distribuir lucros a seus membros cuja voluntariedade, em qualquer grau, deve ser elemento inerente à organização.

O problema proveniente dessa definição, como sugere França Filho (2002), é que a realidade brasileira, diferente da observada em países anglo-saxões, impõe, primeiramente, formas de iniciativas coletivas que não podem contemplar, conforme a definição, o espaço econômico e social reservado às organizações sem fins lucrativos, pois muitas vezes carecem de formalidade e, em segundo lugar, é de grande valia mencionar que, historicamente, os Estados latino-americanos, como o brasileiro, possuem uma trajetória institucional *sui generis* a qual é completamente distinta do caso anglo-saxão.

Na América Latina seria possível inferir que o papel do Terceiro Setor é o de complementar as tentativas do Estado em promover o bem-estar social e se inserir entre os mecanismos disponíveis para se atingir demandas sociais não satisfeitas através de políticas públicas de caráter universal. No caso anglo-saxão, por outro lado, fica claro que o papel do terceiro setor é suplementar, pois o discurso próprio dos países desse bloco é de natureza liberal e cuja justificação foi gerada no seio da teoria econômica neoclássica. Por outro lado, segundo Fernandes (1994), no Brasil o terceiro setor é representado por quatro espécies de iniciativas que se distinguem em movimentos sociais, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e ações filantrópicas de natureza privada.

Em sua tese argumentativa, Montaño (2007) expõe uma linha de pensamento completamente contrária às proposições teóricas que depositam nas ações do terceiro setor qualquer forma de esperança para transformações sociais de longo alcance à medida que conduz sua pesquisa para uma crítica do padrão emergente de intervenção social o qual, como o autor demonstra, reproduz claramente os aspectos normativos e dogmas do neoliberalismo.

Para Montaño (2007), o desenvolvimento do terceiro setor não se deu de forma despropositada, mas como consequência dos próprios processos de transformações estruturais da base material do capitalismo e, dessa forma, o terceiro setor é, e deve ser, uma entre tantas dimensões sociais em que essas transformações se fizeram sentir ao longo das últimas décadas.

Corroborando esse pensamento, a identificação de que o cerne do papel desse terceiro setor é intimamente relacionado com as necessidades de deslocamentos temporários das contradições ensejadas pelo metabolismo do capital. Isso posto, há no terceiro setor, segundo Montaño (2007) uma intensa necessidade de se reproduzir de funcional e instrumental sob os imperativos da acumulação capitalista.

De acordo com Montaño existem seis motivos para transformar o terceiro setor em um instrumento para os objetivos do capital, a saber: 1) justificar e legitimar o processo de desestruturação da seguridade social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; 2) Desonerar o capital da responsabilidade de financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; 3) Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parcerias com o Estado”; 4) criar a cultura do “possibilismo”, no sentido de concentrar esforços sociais somente para ações de pequeno escopo orientadas para a busca de “soluções sociais” *dentro* da ordem metabólica vigente; 5) reduzir os impactos negativos ao sistema do crescimento exponencial do desemprego e; 6) A “localização” e “trivialização” da “questão social” e a autorresponsabilização pelas respostas às suas sequelas, de modo que os próprios sujeitos afetados pelo metabolismo do capital devem ser responsáveis por encontrar soluções para seu desalento.

Como consequência dessa instrumentalização, o terceiro setor burocratizou-se irreversivelmente por meio de atribuições e regulamentações institucionais que o levaram, enfim, ao alinhamento com a plataforma ideológica apologista da ordem vigente.

No seio das discussões sobre novas estratégias sociais de trabalho e sobrevivência, o termo economia solidária emerge recentemente, porém não o faz somente enquanto uma proposta de reintegração produtiva dos indivíduos colocados à margem dos processos produtivos contemporâneos, mas também como a uma expressão teórica de um movimento socioeconômico que pretende recolocar a questão do trabalho como epicentro das propostas contemporâneas de luta social.

Não obstante ao clamor social das questões levantadas pela Ecosol, os dados apresentados na seção seguinte irão demonstrar de forma inapelável que as mesmas justificações que incidiram sobre o terceiro setor provocando sua instrumentalização, também atuam de forma consistente na Ecosol. Outro fator importante que será exposto é a relação simbiótica estabelecida entre os empreendimentos da Ecosol e as organizações do terceiro setor, principalmente no que se refere à articulação de políticas públicas.

5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA: BASE CONCRETA E INTERPRETAÇÕES

A gênese da Ecosol entende-se como consequência dos inúmeros processos materiais e superestruturais de transformação do capitalismo, conforme vislumbrado em seções anteriores. Porém, assim como a acumulação primitiva serviu de fio condutor para as relações de produção superiores do capitalismo, pode-se compreender que também as últimas fornecem as condições materiais para sua superação.

Nesse sentido, o exame da Ecosol nessa seção tem como propósito possibilitar uma visão integrada entre todos os processos relatados ao longo da pesquisa e das relações sociais *in statu nascendi* contidas na Ecosol. Contudo, para avaliar os determinantes estruturais e históricos que possibilitam a reprodução metabólica da Ecosol em meio ao capitalismo, é necessário retomar um ponto primordial: o fato de a Ecosol ser concebida como conjunto de relações atípicas de produção e como fonte de reivindicação social centralizada no trabalho a coloca como fonte crítica ao capitalismo, uma vez que as reivindicações centradas no trabalho inexoravelmente são integralizáveis em oposição ao capitalismo, segundo Mészáros (2002).

Resta saber, no entanto, como a Ecosol articula sua crítica, não só em caráter material, como também no sentido de ser combativa à ideologia do “espírito do capitalismo” e suas representações organizativas – a racionalidade instrumental, a ênfase na eficiência econômica e a subsunção do trabalho pela heterogestão – todas elas franqueadas pela ideologia do capital que estrutura o campo científico e o domina em seu favor.

Dessa forma, escolheu-se como recurso metodológico distinguir a Ecosol em dois polos que se integram: um quantitativo e o outro qualitativo. O primeiro diz respeito à magnitude desse fenômeno e como ele se traduz materialmente, já o segundo, por sua vez, conduz a pesquisa para um exame particular de experiências organizativas e de políticas públicas para se compreender como se relacionam as dimensões interna e externa e quais são as complementaridades e antagonismos que surgem dessas relações.

5.1 Aspectos Quantitativos e Qualitativos da Ecosol

O mapeamento iniciado pela Senaes em 2005 e executado novamente em 2007 revela-se como importante base de dados para a compreensão das dimensões da produção material da Ecosol, e, nesse sentido, será utilizado como fonte preliminar para destacar os aspectos da aparência concreta desse fenômeno, ou seja, sua realidade ainda sem apreciação subjetiva.

Como primeiro aspecto é interessante se entender como a Ecosol está representada nas diversas unidades federativas, na tentativa de se evidenciar se há alguma concentração ou distribuição dos EES pelas cinco macrorregiões. Conforme ilustra o **Quadro 2** na página 183, o número de EES ultrapassa a marca de vinte mil empreendimentos, sendo que podem ser encontrados com concentração elevada na região Nordeste com 43,5% das iniciativas. Outro elemento importante a ser destacado é que a Ecosol já se encontrava, em 2007, em mais da metade dos municípios brasileiros, cerca de 2930. Já em termos regionais, o Estado do Rio Grande do Sul destaca-se pelo elevado número de empreendimentos, 2085. A explicação para essa número elevado de iniciativas em Ecosol nesse Estado é, segundo Gaiger (2004) a sua tradição cooperativista que se reflete na ampla formação de EES e programas experimentais de políticas públicas para a Ecosol.

O segundo aspecto apontado pelo mapeamento é a quantidade de trabalhadores ocupados nas iniciativas ditas de Ecosol, que de, acordo com o **Quadro 3** na página 184, atingiu o patamar de mais de um milhão e meio de trabalhadores, sendo que o gênero masculino representa 62,7% da força de trabalho disponível para a Ecosol.

Em complementação, a análise espacial dessas iniciativas aponta para as diferentes disposições espaciais dos EES, tendo em vista suas variadas forma organizativas, bem como sua finalidade econômica. Nesse sentido, o **Quadro 3** também permite extrair que a Ecosol ainda apresenta-se como fenômeno eminentemente rural, na medida em que cerca de setecentos mil trabalhadores desenvolvem suas atividade somente nesse meio, cerca de 42% da força de trabalho total. A explicação para esse fato advém da capacidade de

integração à Ecosol da agricultura familiar, que representa um grande número de EES. Enquanto se vê certa predominância do espaço rural, os trabalhadores do meio urbano perfazem um total de pouco mais do que trezentos e cinquenta mil. O que se pode inferir é que há integração entre os meios urbano e rural, uma vez que cerca de seiscentos mil trabalhadores encontram-se em EES que atuam nos dois meios. Para ilustrar a **Figura 6** na página 184 aponta as áreas de atuação dos EES.

Quadro 2 – Número de EES por Unidade Federativa

| UF | Nº EES | % EES | Nº de Municípios | % Municípios / Total de Municípios |
|---------------------|--------------|--------------|------------------|------------------------------------|
| RO | 293 | 1,3% | 40 | 77% |
| AC | 543 | 2,5% | 21 | 95% |
| AM | 461 | 2,1% | 44 | 71% |
| RR | 126 | 0,6% | 15 | 100% |
| PA | 574 | 2,6% | 86 | 60% |
| AP | 157 | 0,7% | 14 | 88% |
| TO | 502 | 2,3% | 92 | 66% |
| Norte | 2656 | 12% | 312 | 69% |
| MA | 793 | 3,6% | 86 | 40% |
| PI | 1472 | 6,7% | 158 | 71% |
| CE | 1854 | 8,5% | 173 | 94% |
| RN | 817 | 3,7% | 106 | 63% |
| PB | 670 | 3,1% | 129 | 58% |
| PE | 1526 | 7,0% | 185 | 100% |
| AL | 284 | 1,3% | 59 | 58% |
| SE | 471 | 2,2% | 68 | 91% |
| BA | 1611 | 7,4% | 210 | 50% |
| Nordeste | 9498 | 43,5% | 1174 | 65% |
| MG | 1236 | 5,7% | 199 | 23% |
| ES | 520 | 2,4% | 75 | 96% |
| RJ | 1343 | 6,1% | 87 | 95% |
| SP | 813 | 3,7% | 174 | 27% |
| Sudeste | 3912 | 18% | 535 | 32% |
| PR | 808 | 3,7% | 143 | 36% |
| SC | 690 | 3,2% | 175 | 60% |
| RS | 2085 | 9,5% | 303 | 61% |
| Sul | 3583 | 16,5% | 621 | 52% |
| MS | 340 | 1,6% | 42 | 54% |
| MT | 747 | 3,4% | 95 | 67% |
| GO | 737 | 3,4% | 139 | 57% |
| DF | 386 | 1,8% | 15 | 83% |
| Centro-Oeste | 2210 | 10% | 291 | 60% |
| Total | 21859 | 100% | 2933 | 53% |

Fonte: Anteaq (2009)

Quadro 3 – Participantes dos EES por gênero e localidade

| Região | | Mulheres | % | Homens | % | Total |
|--------|----------------|----------|-------|-----------|-------|-----------|
| NO | Rural | 38.075 | 36,7% | 65.674 | 63,3% | 103.749 |
| | Urbano | 19.235 | 55,2% | 15.629 | 44,8% | 34.864 |
| | Rural e Urbano | 19.909 | 35,0% | 37.028 | 65,0% | 56.937 |
| | Total | 77.219 | 39,5% | 118.331 | 60,5% | 195.550 |
| NE | Rural | 135.879 | 38,6% | 215.798 | 61,4% | 351.677 |
| | Urbano | 64.985 | 48,3% | 69.435 | 51,7% | 134.420 |
| | Rural e Urbano | 62.009 | 39,4% | 95.410 | 60,6% | 157.419 |
| | Total | 262.873 | 40,8% | 380.643 | 59,2% | 643.516 |
| SE | Rural | 15.816 | 31,7% | 34.031 | 68,3% | 49.847 |
| | Urbano | 36.677 | 52,8% | 32.851 | 47,2% | 69.528 |
| | Rural e Urbano | 14.986 | 26,0% | 42.543 | 74,0% | 57.529 |
| | Total | 67.479 | 38,1% | 109.425 | 61,9% | 176.904 |
| SU | Rural | 48.211 | 29,2% | 117.125 | 70,8% | 165.336 |
| | Urbano | 31.801 | 37,9% | 52.165 | 62,1% | 83.966 |
| | Rural e Urbano | 86.564 | 29,6% | 205.635 | 70,4% | 292.199 |
| | Total | 166.576 | 30,8% | 374.925 | 69,2% | 541.501 |
| CO | Rural | 12.785 | 30,8% | 28.727 | 69,2% | 41.512 |
| | Urbano | 22.154 | 59,8% | 14.886 | 40,2% | 37.040 |
| | Rural e Urbano | 19.255 | 40,4% | 28.415 | 59,6% | 47.670 |
| | Total | 54.194 | 42,9% | 72.028 | 57,1% | 126.222 |
| Total | Rural | 250.766 | 35,2% | 461.355 | 64,8% | 712.121 |
| | Urbano | 174.852 | 48,6% | 184.966 | 51,4% | 359.818 |
| | Rural e Urbano | 202.723 | 33,1% | 409.031 | 66,9% | 611.754 |
| | Total | 628.341 | 37,3% | 1.055.352 | 62,7% | 1.683.693 |

Fonte: Anteag (2009)

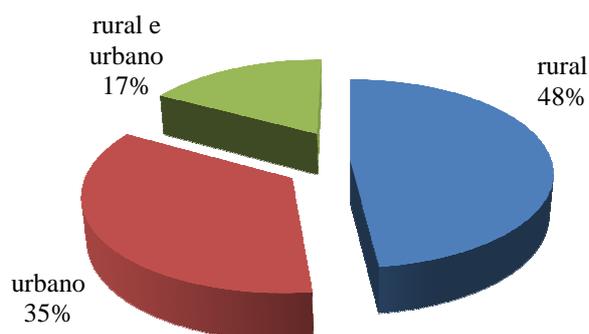


Figura 6 – Área de atuação dos EES, Brasil.
Fonte: Anteag (2009).

A grande concentração dos EES no meio rural justifica-se pelo tipo de atividade desempenhada por esses empreendimentos, sendo que, de acordo com a **Figura 7** abaixo, quase 40% dos EES estão vinculados à agropecuária, ao extrativismo e à pesca. Em segundo lugar estão as atividades ligadas a alimentos e bebidas (20%) e artefatos artesanais (20%). Atividades de serviços aparecem em quinto lugar e correspondem a somente 5% do total captado pelo mapeamento.

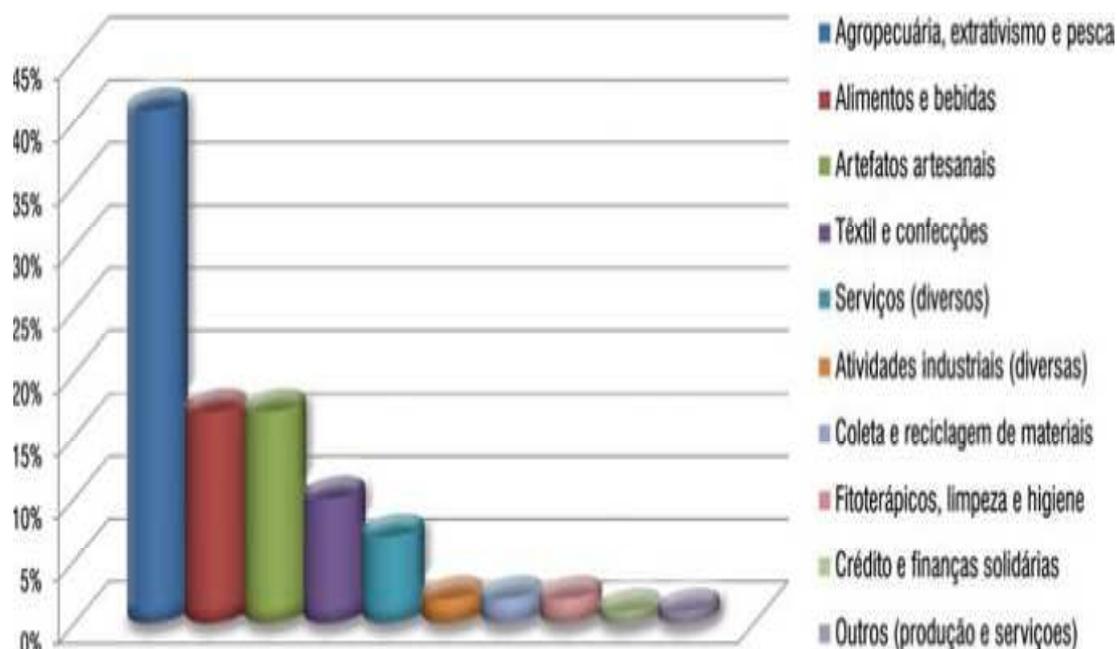


Figura 7 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade dos EES

Fonte: Anteag (2009).

Delineado o quadro geral em que os EES atuam, sua disposição espacial e o número de trabalhadores envolvidos, é necessário descrever as circunstâncias da formação desses empreendimentos, as formas organizativas em que estão representados, a forma de comercialização de seus produtos, seus resultados financeiros e suas dificuldades mais frequentes.

Conforme já foi explorado anteriormente, as transformações estruturais do mercado de trabalho foram responsáveis, entre outras coisas, pela precarização do emprego, pelo desemprego estrutural e pelo conseqüente desamparo massivo de inúmeros indivíduos ao longo das últimas três décadas. Nesse sentido, não é de nenhuma forma surpreendente o fato de que os principais motivos para a formação de EES sejam a busca por alternativas ao desemprego e a complementação da renda. Como ilustra a **Figura 8** abaixo.

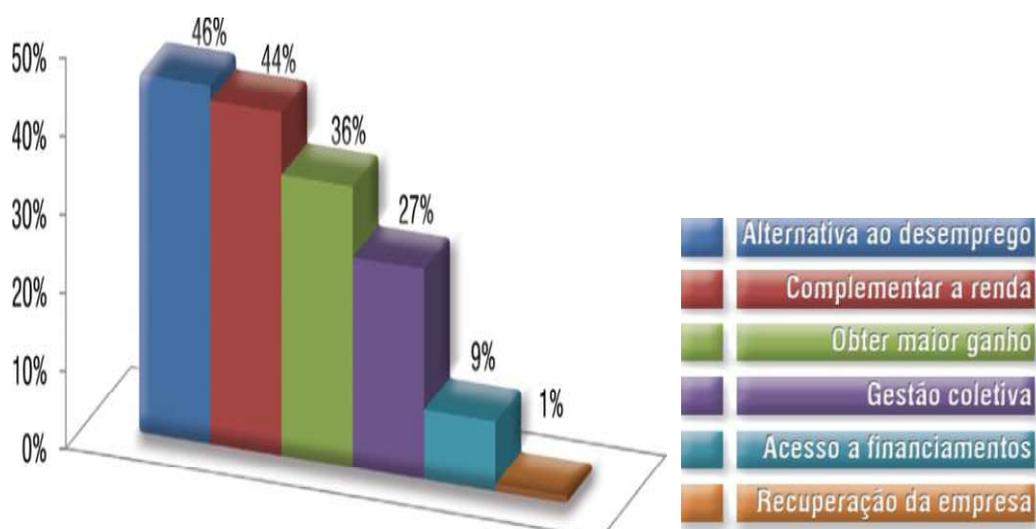


Figura 8– Motivos para criação dos EES
Fonte: retirado de Anteag (2009).

Os dados traduzem, dessa forma, a necessidade vital da Ecosol enquanto via de escape para a força de trabalho desempregada ou subsumida a processos de trabalho cada vez mais precários. Nesse sentido, pode-se inferir que a “não-classe” de Gorz (1987) não é uma condição estática, ou de estamento, é, sobretudo, uma entre tantas determinações efêmeras que mesmo a ideologia “pós-moderna” da nova esquerda é obrigada a reconhecer.

Em sequência, a forma organizativa mais frequente na esfera material da Ecosol é composta por iniciativas de empreendimentos que são registrados como associações de trabalhadores, uma vez que para assumir as formas de cooperativas, entendidas como a forma mais adequada, é necessário atender aos critérios socioeconômicos determinado pelo marco jurídico próprio a essas organizações. Nesse sentido, os dados parecem apontar para o registro da associação de trabalhadores como a primeira forma de se buscar a adequação jurídica desses EES, uma vez que para se obter financiamentos é necessário que a iniciativa possua uma forma prevista pelo ordenamento jurídico. Isso posto, a **Figura 9**, na página 187 ilustra essa realidade.

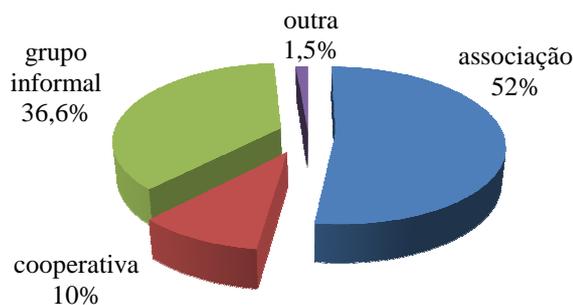


Figura 9 – Formas de Organização dos EES no Brasil
Fonte: retirado de Anteaq (2009).

A forma como evoluem as diversas composições organizativas leva a que se considere o aspecto jurídico como elemento impactante quando da formação dos EES, na medida em que define as circunstâncias em que estes empreendimentos poderão se desenvolver. Percebe-se, dessa forma, que ao lado da base material as relações jurídicas também condicionam, pelo menos quando se tem em mente relações sociais *in statu nascendi*, a produção social sob a Ecosol. A **Figura 10** destaca essa evolução:

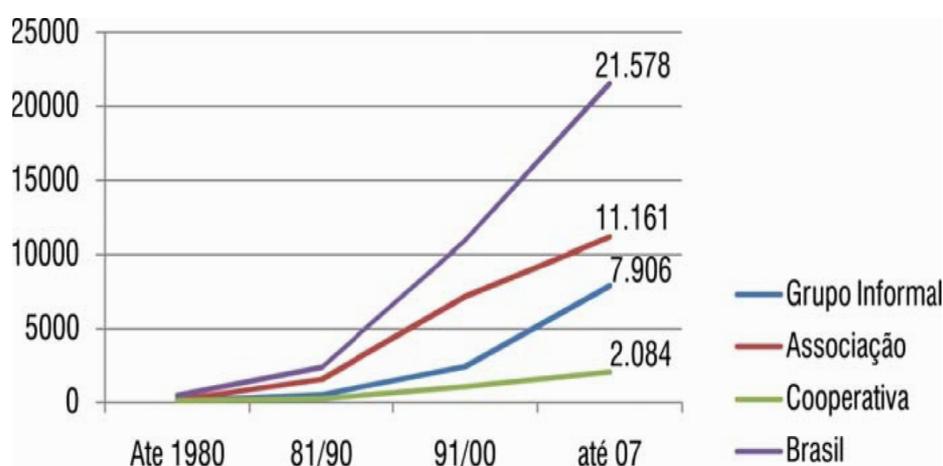


Figura 10 – Forma de organização por ano de início do EES
Fonte: retirado de Anteaq (2009).

As relações jurídicas que se refletem no marco legal aplicado à Ecosol levam inevitavelmente a um padrão indiscutível de origem dos recursos necessários para a formação e desenvolvimento dessas iniciativas de EES. A **Figura 11** na página 188 apresenta esse padrão do qual se extrai a relevante dependência da Ecosol com relação a disponibilidade financeira dos próprios

associados, uma vez que a obtenção de crédito é restrita, em muitos casos, a EES que se enquadram juridicamente à forma de cooperativas.

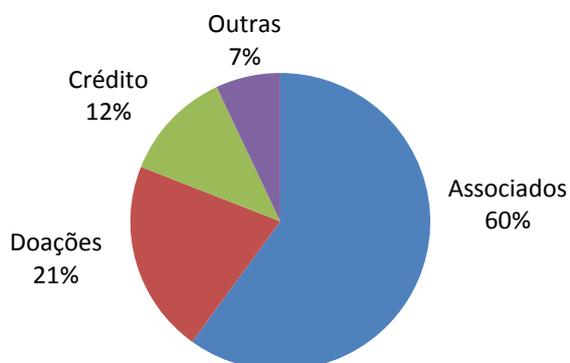


Figura 11 – origem dos recursos dos EES
Fonte: Anteag (2009).

Essa dependência excessiva de fundos internos torna imperativo que os EES elaborem estratégias viáveis de comercialização, de forma que obtenham resultados financeiros compatíveis com as necessidades de aquisição e manutenção dos meios de produção e, também, a compra de seus meios de subsistência. Diante dessa necessidade, os dados do mapeamento expõem que somente 38% dos EES obtiveram sobras (retiradas) após o pagamento de suas despesas e que 34% dos EES não chegaram ao menos a ter sobras, ao passo que 15% representam unidades deficitárias, de acordo com a **Figura 12** abaixo.



Figura 12 – Resultados Financeiros dos EES
Fonte: Anteag (2009).

Esse resultado é consequência imediata da expressiva proporção de empreendimentos, 24,02%, que obtém em média um faturamento mensal de R\$ 520,00, ou seja, se se considerar que a realidade desses empreendimentos não sofreu brusca modificação entre o período do mapeamento e o contexto presente da pesquisa aqui realizada, pode-se observar que quase um quarto dos EES auferem menos do que o salário mínimo regulamentado pela lei nº 12.382/11, cujo valor é R\$ 540,00. Outro aspecto que merece consideração é o fato de que apenas 8,25% dos EES consegue obter um faturamento acima de R\$ 50.001,00, o que evidencia uma inclinação da Ecosol para reproduzir as desigualdades engendradas no sistema do capital. O **Quadro 4** abaixo demonstra os valores obtidos para várias faixas de faturamento:

Quadro 4 – Faturamento Absoluto e Médio dos EES

| FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DOS EES | | | | |
|-----------------------------------|---------------|-------------|---------------------------|----------------------|
| FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL | Nº DE EES | % | TOTAL | MÉDIA |
| Até R\$ 1.000,00 | 3.628 | 24,02% | R\$ 1.888.534,99 | R\$ 520,54 |
| de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00 | 5.412 | 35,83% | R\$ 13.489.199,68 | R\$ 2.492,46 |
| de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 | 2.031 | 13,45% | R\$ 14.551.018,35 | R\$ 7.164,46 |
| de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00 | 2.789 | 18,46% | R\$ 61.387.900,66 | R\$ 22.010,72 |
| de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00 | 522 | 3,46% | R\$ 36.722.203,36 | R\$ 70.349,05 |
| Mais de R\$ 100.000,00 | 723 | 4,79% | R\$ 524.990.592,41 | R\$ 726.128,07 |
| TOTAL | 15.105 | 100% | R\$ 653.029.449,45 | R\$ 43.232,67 |

Fonte: Anteag (2009).

Nos casos em que o EES obteve excedente, 38% dos EES, não é possível se estabelecer um padrão para o destino das sobras, uma vez que cada forma genérica de empreendimento aplicou seu excedente de forma distinta. Porém, individualmente, é possível destacar que quando obtiveram sobras os grupos informais aplicaram em sua maioria, 54,6%, na distribuição entre os sócios. Já as associações, por sua vez, destacaram o fundo de

solidariedade com um dos principais destinos de suas sobras, 52,9% dos casos. Por outro lado, as cooperativas apontaram o fundo de assistência técnica e educacional como destino em 53,7% dos casos, como destaca a **Tabela 1**.

Tabela 1– Destinação do Excedente por Proporção de EES (%)

| Destinação do excedente | Grupo Informal | Associação | Cooperativa | Sociedade Mercantil ou Outra | Total |
|--|----------------|------------|-------------|------------------------------|-------|
| Fundo de investimento | 39,5 | 48,1 | 10,7 | 1,7 | 100,0 |
| Fundo de reserva | 28,5 | 56,4 | 13,5 | 1,5 | 100,0 |
| Fundo de assistência técnica e educacional | 14,0 | 30,6 | 53,7 | 1,7 | 100,0 |
| Fundo de solidariedade | 34,0 | 52,9 | 7,9 | 5,2 | 100,0 |
| Integralização de capital | 41,8 | 22,6 | 33,8 | 1,7 | 100,0 |
| Distribuição entre sócios(as) | 54,6 | 33,4 | 10,4 | 1,6 | 100,0 |
| Outro | 27,2 | 47,8 | 17,2 | 7,8 | 100,0 |
| Total | 40,0 | 44,8 | 13,4 | 1,8 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

Outro elemento de destaque para os EES, além da destinação de suas sobras, envolve os benefícios garantias e direitos aos quais têm direitos os sócios desses EES. De acordo com a **Tabela 2** observa-se que o investimento em qualificação social e profissional é a modalidade de benefício mais contemplada pelas formas organizais dos EES, seguida da aquisição de equipamentos de segurança.

Tabela 2 – Proporção de EES segundo Benefícios, Garantias e Direitos (%)

| Benefícios, garantias e direitos oferecidos | Grupo Informal | Associação | Cooperativa | Sociedade Mercantil ou Outra | Total |
|--|----------------|------------|-------------|------------------------------|-------|
| Gratificação natalina | 4,7 | 5,5 | 11,4 | 10,4 | 7,1 |
| Férias remuneradas | 2,4 | 6,2 | 15,7 | 12,0 | 7,9 |
| Descanso semanal remunerado | 6,0 | 7,6 | 14,2 | 10,8 | 9,0 |
| Qualificação social e profissional | 56,9 | 47,9 | 26,9 | 32,4 | 44,4 |
| Equipamentos de segurança | 17,0 | 15,5 | 15,7 | 14,4 | 16,0 |
| Comissão de prevenção de acidentes no trabalho | 2,2 | 2,6 | 5,1 | 3,2 | 3,2 |
| Outro | 10,8 | 14,7 | 11,0 | 16,8 | 12,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

Ainda no que se refere à dimensão interna dos EES, é importante revelar em que consiste a gestão coletiva desses empreendimentos. Segundo aponta a **Figura 13**, essa forma de gestão contempla, conforme assinalam os empreendimentos em mais de 60% das ocorrências, a produção coletiva, a comercialização dos produtos, quase 60% das opções marcadas e o uso de equipamentos e a partilha da infraestrutura, como itens mais marcados em terceiro e quarto lugares, respectivamente, pelos sócios dos EES.

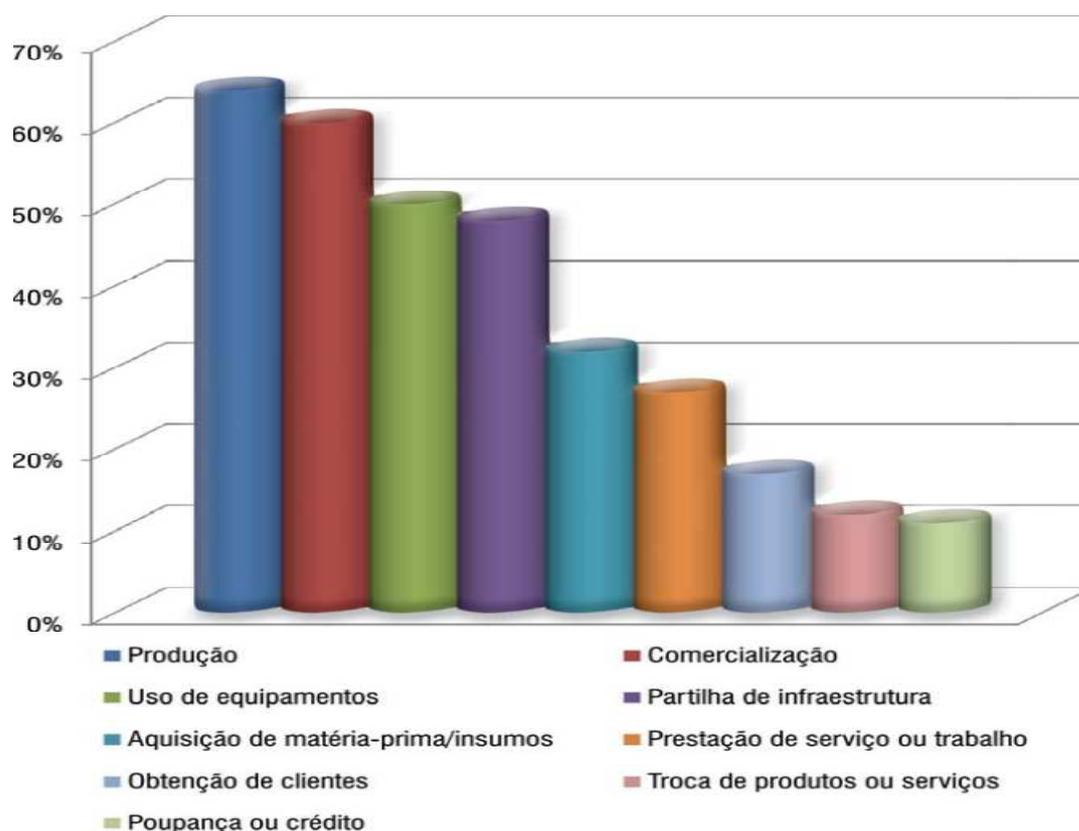


Figura 13 – Gestão Coletiva nos EES

Fonte: Anteag (2009).

Outro fator preponderante para o funcionamento dos EES em acordo com os dispositivos cooperativos é a constituição de uma instância democrática interna a esses empreendimentos que serve ao propósito de deliberação e conselho parlamentar para a tomada de decisões. Nesse sentido, ganham importância os aspectos qualitativos das decisões tomadas e a periodicidade das assembleias. No que toca ao primeiro aspecto, os dados revelam que, entre todas as opções possíveis, as decisões de contratação e remuneração

implicam pouca ou nenhuma participação dos sócios. Por outro lado, o relatório permite visualizar a ampla participação dos sócios nas decisões cotidianas, conforme ilustra a **Figura 14**.

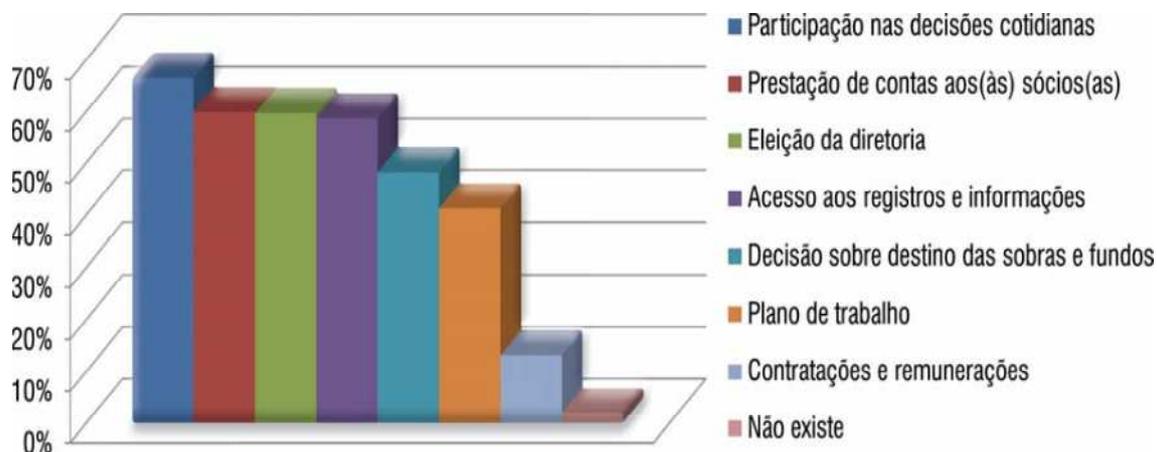


Figura 14 – Formas de Participação dos sócios nos EES

Fonte: Anteaq (2009).

A despeito desse aspecto qualitativo, o aspecto quantitativo que envolve essa tomada de decisões nos EES, ou seja, a periodicidade com que os sócios recorrem à formação de assembleias para determinar as questões primordiais relatadas acima, é também preponderante para se compreender o funcionamento e o planejamento do EES. A esse respeito, a **Figura 15** a seguir revela que quase metade dos EES realizam assembleias mensalmente para decidir sobre os critérios apontados pela **Figura 12**.

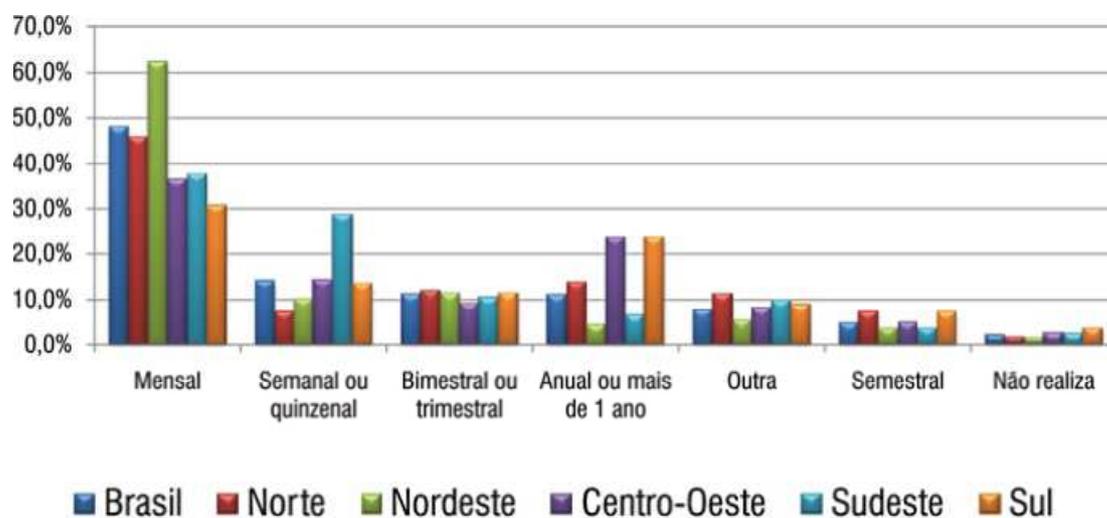


Figura 15 – Periodicidade das Assembleias

Fonte: Anteaq (2009).

No que se refere às dificuldades apontados pelos EES, além da já vislumbrada dificuldade de acesso ao crédito pela dificuldade de adequação jurídica dos EES, a comercialização aparece, invariavelmente, como principal fio condutor das adversidades encontradas pelos EES, além da necessidade de apoio e assistência, conforme expõe a **Figura 16**.

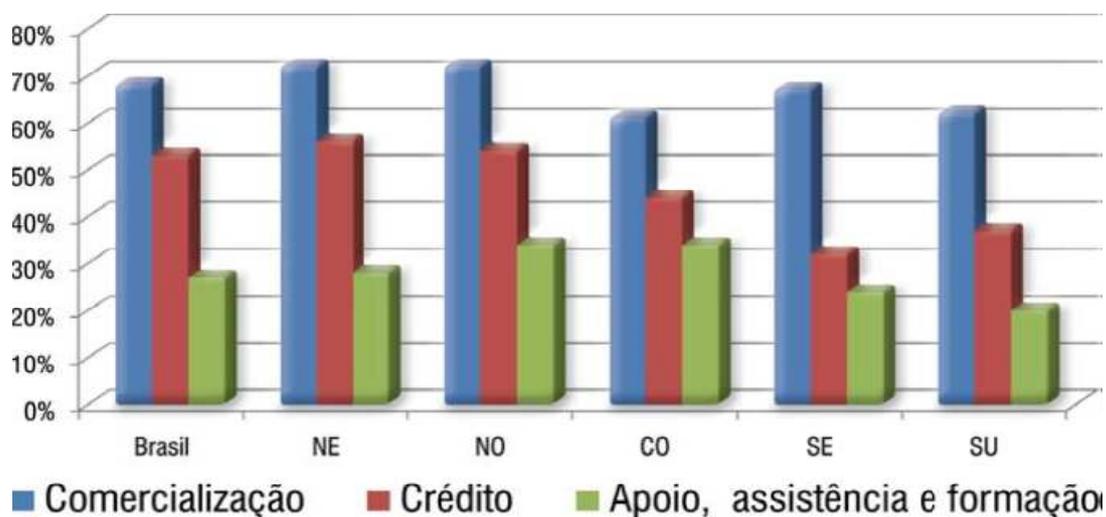


Figura 16 – Dificuldades Encontradas Pelos EES

Fonte: Anteag (2009)

Com respeito aos dados apresentados, a dificuldade de comercialização pode ser explicada pela abrangência do mercado em que atuam esses EES e a forma como comercializam seus produtos. Desse modo, é importante observar que, mais da metade da produção dos EES destina-se a mercados de abrangência comunitária, sendo que apenas 3% atende ao mercado nacional e apenas 1%, ao externo, conforme ilustra a **Figura 17**:

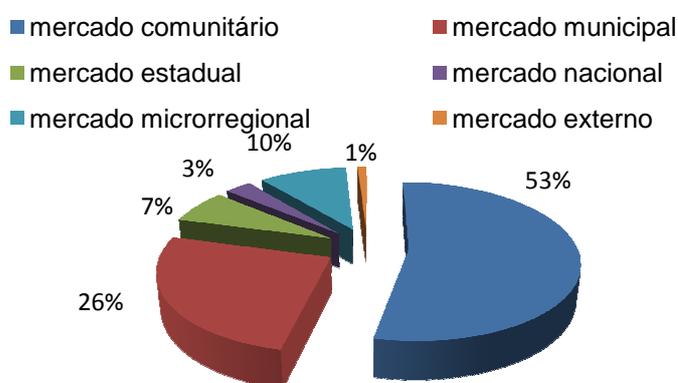


Figura 17 – Abrangência do Mercado

Fonte: Anteag (2009).

Não obstante ao caráter eminentemente comunitário da maioria da produção dos EES, a forma de comercialização de seus produtos, evidenciada na **Tabela 3**, apresenta que a modalidade “entrega direta aos clientes” é a mais utilizada pelos EES para chegarem a seu mercado consumidor tanto na venda de seus bens e serviços, bem como na troca com outros EES.

Tabela 3 – Mercado Consumidor e formas de Comercialização (%)

| Forma de comercialização | Localização do mercado consumidor | | | | | |
|---|-----------------------------------|---|---------------|--|---------------------------|-------|
| | Lojas ou espaços próprios | Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA) | Feiras livres | Feiras e exposição eventuais/especiais | Entrega direta a clientes | Outro |
| Venda direta ao consumidor | 16,3 | 5,0 | 23,2 | 18,3 | 34,3 | 2,9 |
| Venda a revendedores/atacadistas | 12,4 | 8,2 | 23,2 | 7,3 | 42,6 | 6,3 |
| Venda a órgão governamental | 14,9 | 6,7 | 14,8 | 14,9 | 39,6 | 9,2 |
| Troca com outros empreendimentos solidários | 16,9 | 9,6 | 16,2 | 20,6 | 28,7 | 8,1 |
| Venda a outros empreendimentos solidários | 10,3 | 8,8 | 17,0 | 15,2 | 34,7 | 14,0 |
| Outro | 10,9 | 4,8 | 19,2 | 13,6 | 27,0 | 24,5 |

Fonte: DIEESE (2009)

Conforme aponta a **Tabela 4**, a venda direta a consumidores individuais representa a principal forma de comercialização dos EES tanto para empreendimentos do meio rural quanto para os do meio urbano, além de ser a mais empregada também por EES que desenvolvem suas atividades nos dois meios. Ressalta-se a pequena participação das modalidades troca e venda envolvendo outros EES.

Tabela 4 – Formas de Comercialização e área de atuação (%)

| Forma de comercialização | Área de atuação | | | |
|---|-----------------|--------|----------------|-------|
| | Rural | Urbana | Rural e Urbana | Total |
| Venda direta ao consumidor | 44,5 | 62,5 | 50,5 | 51,8 |
| Venda a revendedores/atacadistas | 40,3 | 18,9 | 29,3 | 30,9 |
| Venda a órgão governamental | 5,1 | 5,0 | 8,4 | 5,7 |
| Troca com outros empreendimentos solidários | 2,2 | 3,7 | 3,3 | 2,9 |
| Venda a outros empreendimentos solidários | 3,0 | 4,3 | 3,3 | 3,5 |
| Outro | 4,9 | 5,6 | 5,2 | 5,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

Outra explicação para o pífio rendimento médio dos EES remete à origem dos insumos necessários para que o EES produza seus bens e serviços. No que tange a esse fator, entende-se que a integração entre os empreendimentos por redes de comércio justo e solidário, como coloca Mance (2001, 2002a, 2002b), favorece a prática de troca e venda de insumos entre EES a preços e condições mais favoráveis do que quando esses empreendimentos têm de confrontar empresas capitalistas no mercado. Quando se observa a **Tabela 5** pode-se compreender que um grande fator limitador para os EES é a dependência que estes exibem em relação a provisão de matérias-primas e outros insumos. Ao se compararem a aquisição de insumos de outros EES, 3,3%, com a aquisição de empresas privadas, 52,1%, têm como evidência que a construção de redes ainda não é uma realidade concreta.

Tabela 5 – Aquisição do Insumo Principal (%)

| Origem das matérias-primas ou insumo | Área de atuação | | | |
|---|-----------------|--------|----------------|-------|
| | Rural | Urbana | Rural e Urbana | Total |
| Aquisição de outros empreendimentos de economia solidária | 3,5 | 3,1 | 3,2 | 3,3 |
| Aquisição de empresa privada | 45,8 | 61,2 | 51,4 | 52,1 |
| Associados(as) | 25,5 | 8,7 | 18,9 | 18,5 |
| Aquisição de produtores(as) não sócio(as) | 3,5 | 2,9 | 4,6 | 3,5 |
| Doação | 6,8 | 11,8 | 7,5 | 8,6 |
| Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato) | 3,3 | 6,2 | 5,5 | 4,7 |
| Outra | 3,2 | 2,4 | 2,8 | 2,8 |
| Não se aplica | 8,5 | 3,7 | 6,2 | 6,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

A fim de comprovar o argumento sobre as redes de comércio entre os EES, a **Tabela 6** evidencia a inexpressiva constituição de redes de comercialização e produção, pouco mais de 10% de participação dos EES, de complexos cooperativos e federações de cooperativas. Os dados confirmam que os EES estão mais voltados para a articulação com movimentos sociais e para participação de fóruns de Ecosol.

Tabela 6 – Tipo de Articulação (%)

| Tipo de rede ou fórum de articulação | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | Brasil |
|---|-------|----------|---------|-------|--------------|--------|
| Redes de produção/comercialização | 10,8 | 9,3 | 14,3 | 17,8 | 9,7 | 12,1 |
| Complexos cooperativos | 4,6 | 3,9 | 2,4 | 8,3 | 7,5 | 4,8 |
| Federações de cooperativas | 7,5 | 10,1 | 5,1 | 8,5 | 11,8 | 8,7 |
| Outras articulações ou redes | 5,6 | 5,2 | 6,0 | 4,2 | 3,7 | 5,1 |
| Fórum ou Rede de Economia Solidária | 20,4 | 14,2 | 35,3 | 31,9 | 27,7 | 23,4 |
| Centrais de comercialização | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 7,9 | 5,8 | 4,1 |
| Movimentos social ou sindical | 19,6 | 18,6 | 8,2 | 7,0 | 9,3 | 13,6 |
| Conselhos de gestão e Fóruns de participação em políticas | 9,0 | 18,3 | 6,9 | 4,0 | 5,1 | 11,3 |
| ONG, Igrejas, Pastorais, Fundações, SEBRAE, Universidades | 9,8 | 9,7 | 10,9 | 4,8 | 10,1 | 9,0 |
| Outra | 9,8 | 7,7 | 7,9 | 5,6 | 9,2 | 7,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

Em que pese a fragilidade das inter-relações econômicas entre os EES, a articulação e a integração da questão do trabalho com movimentos sociais de outras matizes é desenvolvida sobremaneira, de forma que podem ser colocados em destaque a articulação com movimentos de luta pela terra e pela agricultura familiar; movimento sindical operário e; movimento de ordem comunitária. Juntos, esses movimentos correspondem a 44,2% de toda integração com outros movimentos, conforme ilustra a **Tabela 7**. De forma mais tímida, mas também presente a articulação com o movimento ambientalista, 11%, também chama a atenção entre os movimentos listados.

Tabela 7 – Tipo de Movimentos em articulação com a Ecosol (%)

| Tipo de movimento | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste | Brasil |
|--|-------|----------|---------|-------|--------------|--------|
| Luta pela terra e agricultura familiar | 17,5 | 20,1 | 11,9 | 17,6 | 19,4 | 18,2 |
| Sindical operário urbano | 24,7 | 27,1 | 10,0 | 18,8 | 17,4 | 22,2 |
| Comunitário | 19,9 | 23,7 | 28,8 | 22,5 | 23,9 | 23,8 |
| Luta por moradia | 4,4 | 6,5 | 5,7 | 7,6 | 8,7 | 6,5 |
| Igualdade racial | 4,0 | 3,2 | 5,5 | 3,9 | 5,1 | 3,9 |
| Ameaçados ou atingidos por barragens | 1,6 | 1,0 | 1,6 | 3,7 | 1,5 | 1,6 |
| Ambientalista | 14,1 | 8,6 | 15,3 | 11,8 | 11,5 | 11,0 |
| Mulheres/gênero | 4,7 | 2,4 | 7,4 | 4,3 | 3,4 | 3,8 |
| Religioso ou pastoral | 4,8 | 5,2 | 7,4 | 4,3 | 4,9 | 5,3 |
| Outro movimento | 4,2 | 2,2 | 6,4 | 5,4 | 4,0 | 3,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: DIEESE (2009)

Além da articulação com outros movimentos sociais, é relevante também a existência de Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) à Ecosol como fonte de apoio aos EES. Acerca dessas entidades, a natureza de cada uma também é um aspecto relevante a ser considerado, bem como sua função no auxílio aos EES. Sobre o primeiro aspecto, a **Figura 18** aponta que há grande dependência de entidades municipais para o apoio a Ecosol, de modo que, em termos de relações *in statu nascendi*, o desenvolvimento dessas iniciativas parece estar determinado sobremaneira por fatores territoriais.

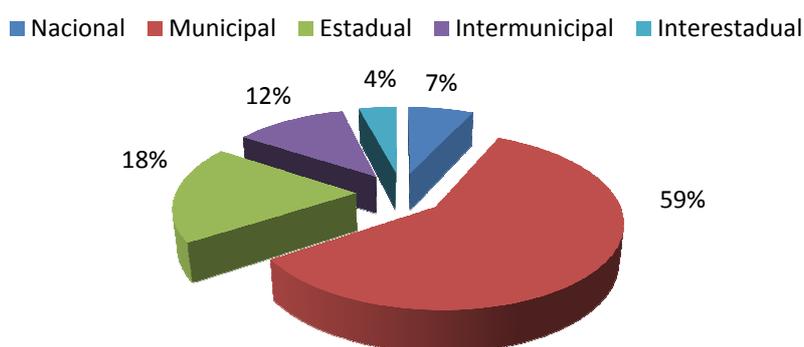


Figura 18 – Abrangência de atuação dos EAFs
Fonte: Anteag (2009)

Outro ponto vislumbrado pelo relatório da Anteag diz respeito à natureza social e política dessas entidades, de forma que 63% das EAFs possuem algum vínculo social ou político e dentre elas 20% tem vínculo sindical, enquanto outros 17% são representados por organizações religiosas, conforme **Figura 19**.

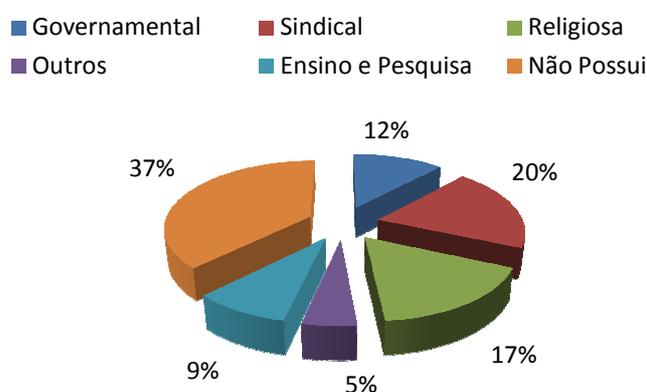


Figura 19 – Vínculos Sociais e Políticos dos EAFs
Fonte: Anteag (2009)

Como último ponto ressaltado, os dados apontam para a natureza da ação das entidades de apoio à Ecosol. Segundo a **Figura 20**, a maior preocupação das EAFs consiste nos processos de formação e articulação dos EES, desse modo leva-se a que o resultado da integração de EES com outros movimentos sociais não seja um fator surpreendente. Quanto às dificuldades apontadas pelos EES, destacadas na **Figura 14** p.192, percebe-se que há pouca mobilização por parte das EAFs, de maneira que se percebe pouco auxílio em termos de financiamento e assistência técnica para prover soluções de gestão para os EES.



Figura 20 – Áreas de Atuação do EAFs
Fonte: Anteag (2009)

Os dados apresentados corroboram as hipóteses de gênese da Ecosol a partir da crise estrutural do capital, notavelmente por seu impacto socioeconômico sobre o trabalho assalariado e sobre aqueles em condições mais precárias de reprodução social. Outrossim, encontra-se a presença de inúmeros fatores limitadores ao desenvolvimento conjunto das iniciativas de EES, tais como: o acesso ao crédito, o grau de informalidade das estruturas organizativas da Ecosol, alta desigualdade de rendimentos entre os EES, pequeno grau de cooperação e construção de redes entre as iniciativas.

Findada a etapa preliminar de apreciação dos dados quantitativos, a adequada investigação da realidade objetiva da Ecosol exige uma etapa complementar de análise que considere os atributos qualitativos contidos nas relações entre EES e outros atores da Ecosol, bem como entre esses empreendimentos e empresas capitalistas. Para tanto, adotou-se como recurso metodológico a descrição de estudos de caso acerca das iniciativas de EES além de análises sobre Políticas Públicas voltadas para a Ecosol.

Os estudos de caso escolhidos envolvem os seguintes objetos: a cadeia produtiva Justa Trama; os EES ligados ao aglomerado produtivo da moda em Belém do Pará; a experiência do Banco Palmas e; as Fábricas Recuperadas na América Latina. O outro foco da etapa qualitativa da investigação da realidade concreta dos EES, as Políticas Públicas, será apresentado pelos estudos de avaliação dessas políticas. Nesse sentido, o relatório realizado por Brasil (2005) foi utilizado como fonte de interpretação para se compreender como as políticas públicas de Ecosol articulam-se para colocar lado a lado EAFs e EES.

O que se pretende com essa investigação é representar sob a forma de sistema as variadas inter-relações entre o “ambiente interno” aos EES e os condicionantes de seu “ambiente externo”, conforme coloca a linguagem administrativa-gerencial⁸. Desse modo, em acordo com o que postula Mészáros (2011, p. 75) “a questão é, no entanto, apreender essas relações em seu dinamismo histórico, em cujos termos pode-se dar sentido ao inegável fato de que todos os sistemas de reprodução social são caracterizados por um grau muito alto de “autorregulação”, “reciprocidade” e retroalimentação”. Mészáros (2011) ao destacar esses pontos faz clara alusão irônica aos conceitos desenvolvidos por Bertalanffy (2009) em sua Teoria Geral dos Sistemas, claramente a-dialética e anti-historicista.

Não obstante, é vital o ordenamento sistêmico dessas relações, pois a apreensão do objeto concreto não se faz possível sem que a realidade objetiva que o permeia seja claramente visualizada. Dessa forma, deve-se evitar as “armadilhas da ambivalência” pós-moderna, como coloca Bauman (2009), por

⁸ Ver Scott (1995) e Hatch (1997)

meio da adequada classificação e sistematização dos elementos apreendidos da análise dos estudos de caso selecionados.

Dando-se início à descrição dos estudos de caso tem-se em primeiro lugar a apreciação empírica da cadeia produtiva Justa Trama realizada por Lacerda (2009). A Justa Trama, segundo o autor, é uma cadeia produtiva e solidária de algodão ecológico cuja estrutura é formada por seis EES localizados em seis Estados distintos – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Ceará e Rondônia – que compreendem desde o processo de plantio e colheita do algodão ecológico, passando pela etapa de fiação e tecelagem, até a confecção de roupas naturais.

De forma a dar sequência à descrição do estudo de caso sem se deter em explicações pontuais, tomar-se-á o conceito de cadeia produtiva como conjunto de etapas tecnologicamente separáveis e diferenciáveis que agregam modificações estruturais e/ou superficiais ao produto final. Dessa forma, a “razão de ser” da cadeia produtiva é inexoravelmente sistêmica, pois estabelece em si relações de reciprocidade e interdependência entre seus componentes. (CASTRO, 2002)

Conforme propõe, de forma prescritiva, Mance (2001), as cadeias produtivas são de profunda relevância para a sustentabilidade econômica dos EES e, por conseguinte, de toda a superestrutura específica da Ecosol, pois o estabelecimento de relações recíprocas entre EES com base no comércio justo e solidário e na troca de insumos e produtos possibilita a extinção da participação predatória de empresas capitalistas nessas cadeias produtivas cujo impacto se reflete na aquisição de insumos dessas empresas, conforme **Tabela 5** p. 195, as quais são movidas pela lógica da racionalidade instrumental, ênfase na eficiência econômica e na heterogestão com forma de dominação do trabalho.

Na contramão da lógica alienada capitalista, o estudo de Lacerda (2009) compreende que a formação da cadeia produtiva Justa Trama possibilitou uma forma de valorização do trabalho, à medida que colocam o trabalho como protagonista da construção de novos parâmetros produtivos e relacionais nas relações técnicas de produção.

A importância de tal estudo de caso, embora seja autoevidente, traduz-se pela relativa falta de articulação sistêmica entre EES sob a forma de relações econômicas, conforme aponta a **Tabela 6** p.196. Desse modo, a cadeia produtiva Justa Trama apresenta-se como forma pioneira de desenvolvimento de redes de relações entre iniciativas sócio-produtivas.

Além disso, por se dedicar à produção de vestuário utilizando-se do algodão ecológico como matéria-prima, a cadeia produtiva Justa Trama, segundo Lacerda (2009), é responsável por integrar a centralidade do trabalho, questão central da Ecosol, ao movimento social ambientalista, apresentando assim mais um fator que a torna imprescindível para *corpus* teórico sobre a Ecosol.

Em continuação a sua análise, Lacerda (2009) apresenta a participação de seis EES, presentes em distintos Estados, sejam eles: a ADEC no Ceará, a comunidade de plantadores de Moreira Sales no Paraná, a CONES e a Cooperstylus em São Paulo, a Fio Nobre em Itajaí, Santa Catarina, e a Univens no Rio Grande do Sul.

A ADEC (Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural) é responsável por congrega diversos produtores de algodão ecológico no Ceará juntamente com a produção realizada no Paraná; a CONES (Cooperativa Nova Esperança, em Odessa - SP) apresenta-se com um EES bem articulado, fruto de recuperação judicial, cuja produção organiza-se em vários grupos com tarefas discriminadas, segundo o autor, sendo a fiação o seu papel na cadeia; a Cooperstylus (Santo André, SP) é um grupo formado como consequência do falimento da Textilcooper, responsável pela fabricação de roupas e uniformes a partir do algodão ecológico; a Fio Nobre assume a forma jurídica de cooperativa em cuja estrutura desenvolve-se a produção de roupas e; a Univens (Cooperativa Unidas Venceremos) apresenta-se como cooperativa de confecção que trabalha com encomendas da Justa Trama, mas que também tem produção própria.

Esse processo de articulação entre esses EES envolve ocupação para pelo menos 393 trabalhadores, conforme permite identificar a pesquisa de Lacerda (2009). Entretanto, essa articulação não seria de nenhuma forma

possível se não houvesse a presença destacada de diversas EAFs para auxiliar a integração entre as iniciativas.

Acerca desse ponto, a pesquisa destaca: 1) a parceria entre prefeitura, universidade e o movimento popular em Itajaí – SC para a viabilização de um Centro Público de Economia Solidária onde a Fio Nobre comercializa sua produção; 2) o papel da UNIt trabalho e da Maithenus – ONG para a capacitação dos produtores no plantio do algodão ecológico em Moreira Sales, PR; 3) a participação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na doação da máquina utilizada pela Cooperstylus para a transformação da linha em tecidos; e 4) o papel de fomento às práticas agroecológicas no Ceará desenvolvido pela ESPLAR, a qual concede assessoramento aos produtores de algodão ecológico e além disso participa da formação de EES e sua articulação com compradores;

A integração entre EES e EAFs e as relações de reciprocidade que se originam desse enlace dão margem para se entender como os processos de trabalho atípicos contidos na Ecosol podem ser geridos dentro da ótica da fragmentação produtiva que se assemelha, senão em forma pelo menos em resultados práticos, à fragmentação e pluralização de capitais conduzidas pelos processos de produção enxuta, subcontratação e terceirização na fase de reestruturação do tecido produtivo capitalista.

Em termos da dimensão interna implícita nesses EES, a pesquisa de Lacerda (2009) aponta para duas questões: a participação coletiva no EES e o emprego de tecnologia. Com relação a esses problemas tem-se o exemplo da CONES na qual os trabalhadores ainda estão submissos à lógica da divisão hierárquica e contraditória do trabalho na medida em que o controle administrativo da cooperativa não é exercido pelos trabalhadores em conjunto, mas por apenas aqueles que conseguem conciliar suas atividades de produção com as atribuições da administração da organização. Por outro lado, Lacerda (2009) descreve que a pressão exercida pela “necessidade de competição” implica o emprego cada vez mais ostensivo de maquinário moderno, fato que consumou o desemprego estrutural de milhões de trabalhadores no âmbito do capitalismo, contudo, ao contrário do que ocorre em uma empresa capitalista,

esse EES procura conciliar a utilização de maquinário moderno com o aprimoramento da “qualificação profissional”.

O segundo estudo de caso abordado foi conduzido por Arroyo (2008) cujo objeto de pesquisa constituiu-se na participação de EES no aglomerado produtivo da moda em Belém do Pará. Para tanto, a investigação parte de um referencial teórico também influenciado por uma perspectiva sistêmica, orientada para se entender a integração dos EES por meio das categorias desenvolvidas no âmbito da economia industrial, principalmente de autoria de Michael Porter em seus trabalhos – Porter, 1988, 1989, 1997, 1999. Entre tantas categorias, Arroyo (2008) a metáfora das cinco forças apresentada em Porter (1997) parece onipresente na análise do autor sobre o aglomerado produtivo da moda em Belém do Pará.

De forma sucinta, as cinco forças dizem respeito, segundo Porter (1997) a cinco aspectos da indústria que para este autor são determinantes da taxa de lucro das empresas, a saber: a rivalidade entre empresas caracterizada pela estrutura de concorrência entre elas; o poder de barganha dos compradores que oferece pressão aos preços cobrados pelas empresas no sentido de reduzir os lucros quando o poder de barganha é elevado; o poder de barganha de fornecedores que oferece pressão aos custos de produção das empresas elevando-os quando o poder de barganha é alto; a ameaça de novos entrantes exerce pressão sobre as empresas na medida em que há a disputa por “fatores estratégicos” e por parcela do mercado, o que pode provocar queda dos preços dos produtos e elevação dos custos de produção e; a ameaça de novos produtos é preponderante, pois a possibilidade de substituição de produtos de uma indústria por outra reduz o preço cobrado pela indústria original, pressionando assim a rentabilidade das empresas que nela estão contidas.

A análise de Arroyo (2008) compreende um objeto de pesquisa complementemente oposto ao vislumbrado em Lacerda (2009), principalmente por dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, tem-se que no caso da cadeia produtiva do algodão ecológico havia um desmembramento espacial das atividades as quais necessitavam assim ser integradas, já no caso de Arroyo (2008) trata-se de uma concentração espacial das atividades produtivas dos

EES em torno de um aglomerado, evidenciando também duas cadeias produtivas, uma vertical entre EES, e outra, horizontal entre setores. Em segundo lugar, a cadeia produtiva Justa Trama lograva conter em seu interior apenas EES em redes de relações econômicas, por outro lado, o aglomerado da moda estudado por Arroyo (2008) é caracterizado pela presença de várias formas organizativas do trabalho, englobando empresas capitalistas e EES.

Desse modo, a investigação empírica de Arroyo (2008) serve ao propósito de complementar os aspectos qualitativos vislumbrados pelo estudo de caso anterior, ao passo que se apreende a forma de integração dos EES à lógica da produção do valor. No caso do aglomerado da moda observa-se como objeto da Ecosol a participação da ASCOOP (Cooperativa de Roupas e Acessórios do Pará).

Segundo Arroyo (2008) a ASCOOP foi criada em 2003 a partir da associação de empreendedores populares de confecção de roupas e acessórios do Pará (ASCAPA), formada em 2001 com o objetivo de congregar empreendedores em uma economia solidária. A ASCOOP se divide em três polos que juntos representam ocupação para quarenta e seis trabalhadores.

O ponto principal da pesquisa de Arroyo (2008) é a descrição e análise da estrutura da cadeia produtiva vertical de roupas e acessórios advinda das relações econômicas entre os empreendimentos da ASCOOP. Essas relações, como explica o autor são constatadas nos dois sentidos, à jusante e à montante. No primeiro caso, estão presentes as empresas e instituições de Belém responsáveis pelo fornecimento de insumos para a produção da ASCOOP, já em outro sentido, à montante, estão as empresas e instituições responsáveis por absorver a produção de roupas e acessórios da ASCOOP, bem como os serviços ligados a essa produção.

Em continuação, a análise se orienta para a identificação dos insumos necessários e a origem destes insumos pelos empreendimentos da ASCOOP. Um ponto importante a ser destacado pela investigação de Arroyo (2008) foi o fato de que todos os principais insumos utilizados pelos empreendedores – tecidos, máquinas, equipamentos, borracha, etc. – são produzidos em empresas fora do Estado do Pará, o que representa um revés para o

aglomerado local da moda, no sentido em que este perde sua parte de sua função como epicentro do “desenvolvimento local”. Outro ponto que merece destaque é a falta de acesso ao crédito bancário formal, sob o argumento do elevado custo em termos de juros para a captação desses recursos financeiros, o que leva o autor a concluir que o crédito formal é, ainda, uma realidade distante da economia solidária.

Sobre o primeiro aspecto, Arroyo (2008) identifica que a cadeia vertical, propriamente dita, é uma estrutura que tem início em Belém do Pará apenas a partir de empresas capitalista que desenvolvem a atividade de comércio dos insumos necessários para os empreendimentos da ASCOOP. No entanto, segundo o autor, conseguiu-se verificar mais do que apenas relações de insumo-produto à medida que a integração entre empresas capitalistas e EES estabelecia, em mais da metade dos casos, relações de cooperação entendidas como circunstâncias econômicas que impactam positivamente ambos os polos participantes. Por outro lado, no que diz respeito ao crédito, em decorrência de acessá-lo, essas parcerias entre empresas de comércio e EES se revelam em quesitos financeiros do tipo “prazo de pagamento” e “adiantamentos financeiros”.

Do outro lado da cadeia, à montante, tem a presença de vários compradores que absorvem a produção de roupas e acessórios da ASCOOP, a saber: vizinhos, *shoppings centers*, galerias de comércio, feirantes, pequenos lojistas e até encomendas. Arroyo (2008) também conseguiu visualizar a presença de parcerias nesse sentido da cadeia vertical à medida que foram sendo utilizados os recursos da extensão dos prazos de pagamentos dos clientes e da venda consignada dos produtos da ASCOOP com seus clientes.

Nesse ponto de sua investigação, Arroyo (2008) também identifica o grau de cooperação existente entre os empreendedores da ASCOOP e entre os empreendimentos nela contidos. Foi possível auferir que entre os empreendedores a cooperação estava ligada: 1) à exposição dos produtos para a venda e inclusiva por consignação; 2) à mobilização de uma das partes para obter do poder público novos canais de comercialização e; 3) à iniciativa

de uma das partes para a formação educativa em economia solidária de outrem.

Como conclusão de pesquisa, Arroyo (2008) aponte que a formação de aglomerados produtivos comprava-se como meio factível de organização do cooperativismo ao passo que esse traz a oportunidade para a multiplicação das experiências em Ecosol, de modo que:

A estruturação do cooperativismo sob a forma de um aglomerado contribuiria, em muito, para dissipar as frequentes tensões das organizações solidárias com base em produtores de uma mesma linha de produto e serviços, ao fortalecer as relações francamente de colaboração destes produtores com seus fornecedores e clientes; destes produtores com setores e empresas correlatas; destes produtores com instituições de apoio; e ainda a colaboração dos mesmos produtores com organizações que os representam e agencias que o regulam. (ARROYO, 2008, p. 272)

O estudo de caso de Arroyo (2008) permitiu identificar algumas nuances da complexidade de relações de cooperação e competição que se desenvolvem mediante a integração espacial das atividades econômicas de empresas capitalistas e EES.

Entre os pontos que merecem destaque encontra-se a falta de acesso à crédito que mais uma vez é fator crítico ao desenvolvimento das iniciativas de Ecosol. No entanto, pode-se depreender desse estudo de caso a necessidade e oportunidade que existe para a formação de EES ligados às atividades de finanças solidárias as quais por meio da criação do crédito solidário podem potencializar diversas outras iniciativas. Do mesmo modo, é essencial ter-se em mente que a construção de uma rede, aglomeração ou cadeia produtiva envolvendo EES só se faz possível quando também há a presença de consumidores cuja percepção esteja atrelada ao fortalecimento e valorização das iniciativas de empreendimentos, na forma de “consumo solidário”.

No que tange às finanças solidárias e a essa forma de consumo específica, o próximo estudo de caso considerado fornece alguns aspectos qualitativos de grande interesse para a compreensão da realidade concreta da Ecosol. Trata-se da experiência promovida pela constituição do Banco Palmas

que atua em nível comunitário e está entre os principais estudos de caso da Ecosol no Brasil.

Sobre esse objeto, Silva Junior (2004) oferece uma dimensão histórica e de luta política pela construção de alternativas de emprego e renda para a comunidade do Conjunto Palmeiras, situado na periferia da cidade de Fortaleza no Estado do Ceará. Habitam essa comunidade cerca de trinta mil pessoas, num total de cinco mil famílias, cuja renda mensal, em 80% dos casos, não excede dois salários mínimos e 70% não possuem emprego formal.

Silva Junior (2004) explica que no intuito de transformar as condições de vida da população dessa comunidade, como a insalubridade, a inexistência de serviços públicos básicos, foi instituída em 1981 a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). O resultado da articulação popular sob a força de pressão política exercida pela associação dos moradores junto ao poder público, levou a inúmeras melhoras para os habitantes da comunidade, contando com o apoio de diversas entidades, a saber: as comunidades eclesiais de base (CEBS), A ONG francesa – *Groupe de Recherche et D'Echanges technologiques* (GRET), a Organização Britânica de Cooperação Internacional (OXFAM), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBBF), e as ONGs cearenses ESPLAR (Escritório de Planejamento Regional) e a *Cearah Periferia*.

Entre as iniciativas comunitárias adotadas recebe destaque a criação, em 1998, do Banco Palmas que integrou em conjunto a rede de economia solidária entre consumidores e produtores locais mediante a um projeto de geração de trabalho e renda que estimulou a produção local por meio da microfinanciamentos, e o consumo, pela adoção de um cartão de crédito próprio. Dessa forma, os debates iniciais com a comunidade deram ensejo à criação de mecanismos para a integração local da produção, comércio e consumos solidários, dinamizando a economia local.

O objetivo do Banco Palmas, por sua vez, seria o de garantir microfinanciamentos para a produção e o consumo locais a juros mais acessíveis, sem a necessidade consulta cadastral, comprovação de renda ou

fiador. Para a concessão do crédito é realizada a pesquisa qualitativa sobre as relações sociais que o pretendente ao crédito possui em relação à comunidade, e a futura cobrança está subsumida ao mecanismo do risco solidário no qual o mutuário sofre pressão de pessoas com quem estabelece relações de proximidade para o pagamento do crédito, conforme explica Silva Júnior (2004, p. 35-36):

Na perspectiva edificada pelo Banco Palmas para o acesso ao microcrédito, mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta assim a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São os próprios moradores que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais vizinhos.

Conforme explica Silva Júnior (2004), à medida que o Banco Palmas foi se consolidando por meio da agregação de mais sócios e de uma maior carteira de crédito chegou-se por fim ao conflito entre as “lógicas” envolvidas nesse processo de mobilização sócio-comunitária do Conjunto Palmeiras. De um lado, a comunidade ao longo de seus vinte e cinco anos desde a criação da ASMOCNP sempre promoveu a luta por melhoria das condições de vida por meio de uma “lógica solidária” a qual se materializava pela realização de mutirões. Por outro lado, a constituição do Banco Palmas inevitavelmente levou a ASMOCNP a uma “lógica burocrático-mercantil” cuja perspectiva foca-se no indivíduo-sócio e não mais na comunidade em si. Sobre isso, o autor escreve:

A efetivação desse projeto transformara a atuação da ASMOCNP. Depois de 25 anos de existência do Conjunto Palmeiras, os moradores estavam acostumados a gerir as lutas sociais ou os projetos coletivos de construção na forma de mutirão. Em outras palavras, na luta pela melhoria urbana todos participavam e todos sabiam o que fazer – na manifestação, na passeata, na assembleia. No entanto, gerir um projeto de concessão de crédito, em um formato de Banco, era bastante diferente do que eles haviam lidado até então. Parte das pessoas que estiveram nas mobilizações não percebeu que a gestão do viés econômico evidencia a chegada de uma lógica de ação diferente – uma perspectiva mais burocrática e mercantil – da que era conduzida pela ASMOCNP até então – uma lógica de ação mais solidária. Em outras palavras, a ASMOCNP

estava passando a assumir, simultaneamente, a perspectiva da articulação e mobilização social em que não se diferenciava ou segregava nenhuma família e a noção da seleção dos moradores que teriam acesso ao crédito ou que estariam aptos a receber o cartão. (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 36)

Dessa forma, os limites estruturais da dualidade ASMOCONP – BANCO PALMAS se fizeram notar, segundo o autor, pela dualização dos moradores do Conjunto Palmeiras. De um lado, a mobilização social da ASMOCONP contribuiu para a formação ampla de moradores-cidadãos voltados para questões generalizadas da comunidade e seus problemas. Por outro, o Banco Palmas logrou desenvolver em meio aos moradores-cidadãos um grupamento social mais restrito contendo os moradores-clientes do braço mercantil-burocrático da ASMOCONP. Como conclusão desse processo, Silva Junior (2004) expõe que passados dezessete anos desde sua constituição, a ASMOCONP passou a se envolver mais profundamente com projeto sócio-produtivos de combate às desigualdades econômicas locais.

Outra experiência qualitativamente relevante está contida na análise de Novaes (2007) a qual suscita o debate sobre as Fábricas Recuperadas (FRs) na América Latina – Brasil, Argentina e Uruguai – e as dificuldades para seu desenvolvimento em meio à lógica alienada do capital. Segundo o autor, a gênese das FRs na América Latina se deu como consequência a crise da década de 1990 e seu frenesi de transformações mundiais, entre as quais os processos de desindustrialização, reestruturação produtiva e financeirização, que provocou o abandono das fábricas por seus antigos donos, abrindo caminho para a ocupação, a tomada e o arrendamento pelos trabalhadores.

Ao início de sua tese argumentativa, Novaes (2007) destaca três posicionamentos teóricos a respeito das FRs, a saber: um ponto de vista em que *tudo* mudou após o arrendamento e a tomada dos meios de produção pelos trabalhadores; uma linha argumentativa em que *nada* mudou, uma vez que as FRs se encontram submetidas à lógica da produção de mercadorias e, por isso, acabam por reproduzir as relações capital-trabalho e; a tese de que houve mudanças, mas que não conseguiram transformar a essência das FRs, ou seja, ainda há a produção de mercadorias e a existência de quadros de

funcionários, e só haveriam de lograr alguma alteração caso se mobilização em prol de reivindicações mais gerais dos trabalhadores em um programa de mudança *substantiva* da sociedade.

A argumentação de Novaes (2007) aponta claramente para uma conciliação com o terceiro eixo indicado, de modo que sua apresentação do objeto visa expor quais foram as mudanças e quais foram os aspectos que não se alteraram face à recuperação das fábricas pelos trabalhadores. Nesse sentido, as experiências dos estudos de casos vislumbrados pelo autor são relevante fonte de dados qualitativos para a exploração da dimensão interna a essa forma organizativa de EES, de modo que há neles a presença de tópicos importantes como as “retiradas” por parte dos trabalhadores, as assembleias e adoção e adequação da tecnologia pelos trabalhadores, entre outros temas.

Sobre o primeiro aspecto, Novaes (2007) argumenta que na Argentina e no Uruguai cerca de 70% das FRs optaram pela equalização igualitária das retiradas dos trabalhadores. Na Argentina, por exemplo, o autor cita que houve mais pressão pela repartição igualitária pela natureza da ocupação das FRs, que em 24% dos casos tiveram de ser tomadas na Argentina por meio de acampamentos de trabalhadores nas fábricas ou na interrupção do acesso rodoviário às mesmas.

Em termos de relações de trabalho, Novaes (2007) identifica ações tomadas pelos trabalhadores na intenção de “humanizar” – levando-se em consideração os limites metabólicos desse processo – o ambiente de trabalho. Sobre isso, o autor coloca:

As FRs argentinas e uruguaias, devemos destacar como outras mudanças que vão desde a permissão para se tomar mate no chão de fábrica, melhoria substancial da comida nos refeitórios, espaços de recreação, criação de cursos de pintura, escultura, aulas de 2º grau dentro das fábricas, outros eventos culturais como a ida de uma pianista famosa que emocionou muitos trabalhadores, e até mesmo a criação de creches dentro das fábricas (NOVAES, 2007, p. 86)

Por outro lado, no que tange à problemática das assembleias, Novaes (2007) identifica um quadro de antagonismo entre a percepção dos presidentes

e conselhos, de um lado, e, de outro, a percepção dos trabalhadores do chão de fábrica sobre o significado da assembleia. O autor afirma que para os trabalhadores que ocupam cargos mais elevados dentro da hierarquia funcional da fábrica, a assembleia representa deveres para os trabalhadores. Não obstante, para os trabalhadores que ocupam o chão de fábrica, a assembleia representa direitos, de modo que serve a função de prover aumentos para as retiradas. Quanto a essa dualização dos trabalhadores Novaes (2007, p.87) aponta que:

Apesar de percebermos que há nas cooperativas maiores possibilidades de participação dos trabalhadores no processo decisório, por um lado, os trabalhadores não detêm o conhecimento técnico necessário para sugerir mudanças nos rumos das cooperativas e, por outro, houve controle de informação, principalmente daqueles que foram eleitos para os conselhos e presidência.

Em seqüência, o autor cita o exemplo da Uniforja, uma cooperativa instalada em Diadema, São Paulo, para ilustrar como trabalhadores que controlam a produção e como aqueles que são responsáveis diretos por ela percebem de forma diferente as decisões que devem ser tomadas nas FRs:

Para os trabalhadores que estão no comando da Uniforja a participação dos sócio-trabalhadores na organização da produção e do trabalho deve ser dirigida para o alcance da melhoria no desempenho das cooperativas, mas as questões como segurança no trabalho, ritmo e intensidade do trabalho, qualificação profissional, dentre outras, que dizem respeito às condições de trabalho não foram abordadas por eles. Por outro lado, os sócio-trabalhadores, apesar das possibilidades *irrestritas* de intervenção no processo de trabalho, não sugeriram temas que influenciariam o cotidiano das cooperativas, em termos de organização da produção e do trabalho.(NOVAES, 2007, p. 87)

Para o autor, no entanto há hipóteses explicativas para a não desconstrução do processo de trabalho hierárquico e antagônico vigente nas FRs. Em primeiro lugar, Novaes (2007) aponta para um esvaziamento da proposta parlamentar para a tomada de decisões, uma vez que, por um lado, pode-se constatar que os trabalhadores percebem a assembleia como simples elemento figurativo, já que nenhuma alteração estrutural lhes é imposta. Outra

causa, seria a “naturalização” do processo de trabalho por meio da ausência de conhecimento técnico necessário a sua transformação.

Como terceira hipótese, Novaes (2007) leva em consideração o vácuo institucional e regulatório que habita o interior das experiências de cooperação nas FRs, para o autor a inexistência de um arcabouço de regras e práticas imediatas para a organização do trabalho sob a forma cooperativa leva os trabalhadores a compreenderem de forma obtusa suas responsabilidades e direitos em uma FR.

Outra possibilidade considerada por Novaes (2007), para a não transformação do processo de trabalho hierárquico e antagônico reside na relação que os trabalhadores estabelecem com o paradigma tecnológico herdado das condições de trabalho originais da fábrica que foi recuperada. Sobre isso, o autor explica que:

Sobre a tecnologia hardware, mesmo verificando que existem mudanças no que se refere à manutenção, reparação, pequenas adaptações do maquinário, são poucas as críticas à tecnologia convencional. Tanto as entidades de apoio dos Governos latino-americanos, quanto a academia e os trabalhadores parecem subestimar o problema que temos em mente: a necessidade de reprojeto das forças produtivas, neste caso, o reprojeto tecnológico. (NOVAES, 2007, p. 88)

Na visão do autor, a utilização da mesma base técnica e tecnológica herdada das empresas convencionais leva as FRs ao mesmo espectro da exploração e alienação do trabalho que assola o trabalhador assalariado em empresas capitalistas. Sobre isso, o autor identifica duas faces da exploração: em primeiro lugar, existe a exploração e a condição de submissão das FRs e cooperativas em geral às empresas capitalistas; em segundo lugar pode-se contar o elevado processo de contratação de força de trabalho assalariada o que, por sua vez, reproduz a exploração do trabalhador ao invés de tentar transformá-la em algo qualitativamente distinto.

Segundo relata Novaes (2007), no Brasil existe um universo de 160 FRs as quais enfrentam, em muitos casos, o isolamento e a fragmentação em meio ao ordenamento global de determinações estruturais do metabolismo do

capital, o que caracteriza o processo de refluxo generalizado de várias experiências de cooperativas. Sob outro ponto de vista, o autor destaca a ideia de que as FRs sejam apenas expressões de uma etapa de ações defensivas articuladas pela classe trabalhadora em face das transformações produtivas do capital e suas conseqüentes alterações superestruturais.

Afora as condições materiais que englobam as FRs, Novaes (2007) também aponta que no plano político-ideológico há entraves para a devida transição da etapa de ações defensivas para a adoção de estratégias ofensivas ao controle metabólico do capital. Como conclusão o autor expõe o seguinte argumento:

Nossa análise vem nos levando a crer que na atual conjuntura, tanto pelas políticas dos movimentos de Fábricas Recuperadas quanto pelo contexto no qual estão inseridos (principalmente o isolamento ou a não generalização destes empreendimentos e a não *contaminação* da autogestão nas empresas capitalistas) estão fazendo com que aos poucos as FRs mais à esquerda percam seu potencial revolucionário ou fiquem isoladas, pregando no deserto, o que nos leva a crer que acabam ganhando um cunho adaptativo, para não falar na degeneração das mesmas. (NOVAES, 2007, p. 94)

Atentando para as dificuldades apontadas por Novaes (2007) faz-se imprescindível apresentar, também, as Políticas Públicas de Economia Solidária e como estas articulam os atores da Ecosol em prol da amenização e da eliminação de obstáculos ao desenvolvimento das iniciativas de EES. Para tanto, foram utilizadas as avaliações feitas por Brasil (2005) em respeito a políticas experimentais para a Ecosol.

O relatório de avaliação de políticas públicas em Ecosol produzido em 2005 pelo convênio entre o MTE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Brasil (2005), identificou vários elementos de impacto para a implementação das políticas de Ecosol em diversas localidades do Brasil. Entre esses elementos pode-se fazer referência à articulação conjunta de secretarias municipais, associações e organizações voltadas para a formação de políticas que impactam direta ou indiretamente sobre a Ecosol.

O relatório discorre sobre as experiências de políticas em Ecosol administradas em 18 entes federados, 17 municípios e apenas uma experiência estadual, e, para tanto, disponibiliza os aspectos quantitativos e qualitativos que permitem avaliar o grau de organização, articulação e complexidade dessas políticas.

Em termos quantitativos, Brasil (2005) aponta para três fatores essenciais na avaliação das políticas públicas em Ecosol, sejam eles: 1) o nível de estruturação das políticas; 2) o modo de concepção e formulação das políticas, bem como a participação dos atores na execução da mesma e; 3) o modo de execução dessas políticas, a natureza das ações nela encerradas e a identificação de seu público prioritário.

O primeiro fator contempla o nível de complexidade da articulação entre o plano, o programa, os projetos e ações para a Ecosol. Segundo o relatório, o objetivo desse primeiro tópico era o de identificar a existência de uma política geral para a Ecosol e descobrir se os programas, projetos e ações apresentavam alinhamento com a política geral. Como primeiro apontamento, Brasil (2005) descreve que embora na maioria dos casos vislumbrados, 61,1%, exista um plano geral para a Ecosol, a estrutura do plano limitava-se a descrição e enumeração de ações a serem executadas, ou seja, pode-se inferir que o grau de estruturação de uma política pública em Ecosol é determinado pelo conjunto de ações empreendidas. Sobre isso, o relatório alega que:

Tal constatação parece nos revelar uma primeira conclusão importante desta pesquisa, que diz respeito a suposta ausência (na maioria dos casos) de uma estratégia e/ou diretrizes claras em tais políticas. Isto porque sua formulação não fora explicitada, pela grande maioria dos informantes. Ou seja, não percebe-se, por exemplo, uma subordinação das ações descritas à políticas, planos ou projetos. Tais aspectos nos conduzem ainda à considerarmos uma ausência de eixo na estruturação dessa política, indicando alto grau de dispersão das ações (BRASIL, 2005, p. 5)

Outra consideração tratada pelo relatório indica que a inexistência de um marco legal consolidado para a Ecosol, tem levado ao planejamento de ações e, portanto, as políticas em si, que desconsideram de forma generalizada a

formação de um arcabouço legal para a regulamentação das ações no âmbito público. Desse, o relatório permite apontar que em apenas 33,3% dos casos há presença de tais leis, e desse fato depreende-se que tal arcabouço legal, embora necessário, não é condição vital e estruturante de políticas públicas para a Ecosol.

Sobre o segundo aspecto levantado pelo relatório – o modo de concepção e articulação das políticas e seus atores – chegou-se a definição de que a política pública em Ecosol deve

supor, para sua efetivação, a construção de vínculos ou articulações institucionais redefinindo e complexificando o papel do ente executor. Em outras palavras, as políticas de ES apoiam-se necessariamente sobre diferentes formas de articulações ou parcerias na sua realização. Tais articulações ou parcerias ocorrem fundamentalmente de duas maneiras. A primeira dentro da própria estrutura ou máquina de governo, portanto, intragovernamental, e a segunda para além da estrutura de governo (portanto, extra governamental), ou seja, na sua relação com a sociedade civil. (BRASIL, 2005, p. 6)

Embora o relatório não considere o primeiro tipo de parceria como fundamental para a estruturação de ações políticas em torno da Ecosol, verifica-se no relatório a recorrente prática dessas parcerias e alianças “inter-burocráticas” que podem ser verificadas em quase 80% dos estudos de caso contemplados pela avaliação. Essa prática se baseia em acordos, contratos e convênios entre duas ou mais secretarias as quais se mobilizam para ações envolvendo programas específicos de outros órgãos governamentais.

Brasil (2005) alega a existência de duas hipóteses centrais para o uso recorrente de parcerias intragovernamentais. No primeiro caso, tem-se que essas parcerias decorrem da própria natureza das dificuldades enfrentadas pelos EES cuja complexidade exige ações “transversais” entre órgãos do governo. O relatório expõe que:

Em primeiro lugar, tais tipos de “parcerias” ou articulações intragovernamentais parecem ocorrer em razão da natureza dos problemas que as práticas de ES mobilizam. Tais problemas envolvem temas muito variados, indicando a necessidade de transversalidade para o seu tratamento. Sabemos que as práticas de economia solidária mobilizam diferentes dimensões

para além de um simples ato econômico: como aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais, etc. (BRASIL, 2005, p. 6)

Por outro lado, emerge a hipótese de que como se trata de um tema novo e, dessa forma, ainda desconhecido pela maioria das pessoas, a Ecosol tende a ser tratada na esfera pública como ativo político de forma que seu significado original se esvai à medida que as experiências de estruturação de políticas para a Ecosol se tornam objeto de disputa político-partidária, conforme explica o relatório:

Trata-se de um tema novo e ainda desconhecido em sua profundidade para a maioria das pessoas. Muito embora isto ocorra, paradoxalmente parece existir um certo apelo ao seu reconhecimento, dado que o desejo por uma economia com solidariedade parece causar unanimidade a primeira vista. É assim que o tema tende a deslizar como um certo modismo ao interior das estruturas de governo. Enquanto moda, ele (tema) torna-se também (algumas vezes) objeto de disputa política. Neste sentido, o tema exige da parte dos seus formuladores a necessidade de sua afirmação no interior do aparelho governamental para conseguir-se mais espaço e legitimação. (BRASIL, 2005, p. 6)

Não obstante, no que tange à esfera de articulações “extragovernamental”, percebe-se que prepondera o recurso a parcerias entre entidades da “sociedade civil organizada” como ONGs e associações, uma vez que, segundo o relatório, a própria Ecosol é movida como forma de reivindicação social na sociedade civil e desperta o interesse desses interlocutores para suas questões à medida que envolve indivíduos em grande risco de exclusão e marginalização. Sem embargos, deve-se entender que a articulação da Ecosol no seio da sociedade civil, conforme afirma Brasil (2005) precede toda e qualquer articulação política em torno de políticas públicas e institucionalização política, conforme expõe o relatório:

Não podemos jamais perder de vista o fato de que a economia solidária representa práticas oriundas da própria sociedade, cujo avanço obtido nos últimos anos do ponto de vista do seu grau de institucionalização político (com a criação das redes e dos fóruns nacional e estaduais) tem interpelado os próprios poderes públicos e levado a criação de estruturas de governo (o caso mais emblemático tendo sido a criação da própria SENAES no

nível da esfera federal de governo) e posteriormente das próprias políticas. (BRASIL, 2005, p. 7)

Nesse sentido, a consolidação de qualquer programa político de fomento à Ecosol parece estar dependente das parcerias entre gestores públicos e entidades da “sociedade civil organizada”. Tais articulações, segundo o relatório, estão propensas a diversas limitações em razão da própria fragilidade da organização dos atores da política em questão, uma vez que a formulação e implementação de políticas para a Ecosol é em boa parte dos casos testemunha de uma realidade de baixa institucionalização. Discutir, desse modo, políticas públicas em Ecosol significa discutir um processo em construção exposto a carências de ordem legislativa, financeira e mobilizatória.

Ainda no contexto das parcerias realizadas, Brasil (2005) coloca em pauta a discussão sobre a essencialidade das parcerias com instituições de ensino superior, as quais aparecem em 77,8% dos casos de parceria avaliados. Esse intercâmbio entre EES e Universidades se faz, como já afirmado anteriormente na pesquisa, por intermédio da atuação das ITCPs, cujos objetivos nessa parceria são orientados para a busca de elementos científicos e de ordem prática para o desenvolvimento da Ecosol. Por outro lado, há também grande referência à atuação de ONGs, 61,1%, dos casos, levando à conclusão de há grande relevância da experiência em reivindicações sociais para a estruturação de políticas públicas para a Ecosol.

Em contrapartida a esses casos recorrentes de parceria, a presença de sindicatos nas mobilizações de Ecosol refletida em sua pequena referência, apenas 27, 8% dos casos, aponta para um distanciamento do braço político da Ecosol de braço industrial de reivindicação trabalhista.

Outro aspecto de grande interesse evidenciado pelo relatório consiste na apreensão dos motivos objetivos pelos quais são realizadas as parcerias e articulações de autoridades públicas com entidades da “sociedade civil organizada”. Segundo Brasil (2005), há prioritariamente a busca de pessoal especializado, 81,9%, já em segundo lugar há a necessidade de aporte de recursos financeiros, citada em 72,2% dos casos, em terceiro lugar aparece a

necessidade de aproximação com o público-alvo dos projetos e ações, em 50% dos casos, e, em última posição, consta a necessidade de utilização de infraestrutura com 38,9% de citações.

Descritos os atores que contribuem para a articulação das políticas públicas em Ecosol, chega-se aos três tópicos principais da análise quantitativa do relatório, a saber: os objetivos das ações políticas para Ecosol; a forma de concepção e participação social dessas políticas e; o modo de execução dessas políticas.

Acerca do primeiro aspecto, Brasil (2005, p. 8) explicita que, de maneira geral, as ações políticas em Ecosol e, portanto, a política pública de Ecosol em si, se desenvolvem em torno de sete objetivos:

- 1) Iniciativas de geração de trabalho e renda – no sentido de fomento direto a certas atividades produtivas;
- 2) Iniciativas de organização popular – sob a forma de fortalecimento do associativismo e cooperativismo local;
- 3) Capacitação profissional – no sentido do apoio a formação das pessoas para o trabalho;
- 4) Crédito, banco do povo;
- 5) Incubadoras de empreendimentos;
- 6) Programas familiar e agrícola;
- 7) Outros programas sociais com populações em grau de risco.

Percebe-se nesse plano de atuação que ainda existe boa dose de experimentalismo na concepção dos objetivos a serem adotados, de modo que as ações, como se pode observar, estão voltadas para o desenvolvimento de “pré-requisitos”, ou condições necessárias e amplas para que, em sequência, outras ações de articulação mais complexa atuem diretamente no desenvolvimento da Ecosol. Não obstante, o elemento da carência de

legislação nacional sobre o tema também parece refletir-se sobremaneira em prol desse experimentalismo, pois a articulação entre os atores, como será evidenciado novamente, depende substancialmente da base política e organizacional presente nos municípios.

Dando sequência à análise, o relatório expõe os atributos da participação social e política para a articulação de ações em prol da Ecosol. Sobre isso, Brasil (2005) aponta que 77,8% dos informantes alegam que a “sensibilidade do dirigente político” é essencial para a implementação da política pública. Explica esse fato, de acordo com Brasil (2005), a importância do “diagnóstico da realidade social do município”, a qual é referência em 72,2% dos informantes. Esse fato constata a enorme dependência da articulação local dos atores e exemplifica a carência legislativa apresentada anteriormente.

Igualmente merece atenção o fato de que penas em 44,4% das respostas colocou-se como relevante a “articulação com interlocutores sociais”, ou seja, parece haver uma contradição, pois para a efetivação das ações políticas em Ecosol o próprio relatório alegou a necessidade de estreitamento das relações entre governo e “sociedade civil organizada”.

Sobre a participação dos atores na política, Brasil (2005) revela que a grande maioria dos interlocutores atua efetivamente na implementação e execução das ações políticas, 83,3% dos informantes. Outrossim, em mais da metade dos casos, há participação também da concepção e formulação das políticas, 55,6% dos informantes, e pelo menos a metade participa da avaliação das políticas públicas. Por outro lado, pode-se observar a pequena participação no controle social dessas ações políticas, uma vez que apenas 38,9% dos informantes alegaram atuar nesse parâmetro. A partir desses dados, o relatório indica algumas questões preliminares:

O fato da grande maioria dos beneficiários participar apenas da execução da política e não da sua formulação, conforme os dados acima, é suficiente para afirmar-se que tais políticas são definidas muito mais pelos dirigentes (ao contrário de serem fruto de respostas às demandas dos grupos sociais)? Mas isto não seria mais uma vez antinômico com a presença do princípio da parceria como condição de tal política? Tais dados parecem indicar, de novo, o caráter paradoxal desta política, apontando sua complexidade. Nossa hipótese explicativa a esse respeito

considera que esta ausência de participação dos beneficiários na concepção da política (quando existe, pois muitos casos indicam o contrário – 55,6%) deve-se, por um lado, ao próprio fato de não estar claro ou inexistir tal concepção (conforme observado sobre a estruturação dessa política). Além disso, a ausência de participação na concepção da política pode também explicar-se pelo baixo grau de institucionalização dos grupos de ES em certos contextos específicos. (BRASIL, 2005, p. 9-10)

Quanto aos canais de comunicação utilizados pelos atores sociais de modo a garantir sua participação nas ações políticas voltadas à Ecosol, o relatório aponta que 72,2% dos informantes fizeram alusão aos fóruns de Ecosol, enquanto instâncias participativas. Igualmente, chama atenção a participação por meio de conselhos e comissões, instâncias apontadas em 66,7% dos informantes. Segundo esses dados, Brasil (2005) afirma existir um caráter de inovação contido pelas ações políticas da Ecosol em comparação com as políticas públicas ditas de caráter convencional.

Acerca do tipo de benefício que a autoridade pública recebe em contrapartida pela participação social na implementação de políticas para a Ecosol, percebe-se pouca relevância do apoio financeiro, apenas 22,2% dos informantes alegaram esse aspecto, e grande contribuição no acompanhamento dessas políticas em 66,7% das respostas. Conforme o relatório propõe, esses dados revelam que há, por parte do poder público, o reconhecimento da experiência que esses atores sociais possuem para a articulação social das políticas públicas em Ecosol.

Descritos os objetivos das ações políticas para Ecosol e a forma de concepção e participação social nessas políticas, o relatório finda sua avaliação quantitativa ao avaliar os modos de execução das políticas articuladas. No que tange a esse aspecto, portanto, foram evidenciados dados sobre o público-alvo de tais políticas, enquanto variável para a mensuração do grau de institucionalização das ações políticas em Ecosol.

Diante disso, é necessário esclarecer que, diferentemente das políticas públicas convencionais, as ações políticas em Ecosol se voltam não a indivíduos específicos, mas, sobretudo, para estruturas organizativas que

envolvem a coletividade de indivíduos cujas relações de reciprocidade conduzem a formas sociais qualitativamente distintas entre si, porém contidas em um mesmo universo de práticas sociais, transformando-as em foco para políticas públicas, conforme explica o relatório.

Dentre as estruturas organizativas contempladas, a forma associativista sobressaiu-se entre as demais com grande participação nas citações totais, cerca de 78% informantes fizeram alusão a essa formatação. Segundo o relatório:

Estas parecem abrir-se e articular-se a diferentes dinâmicas no campo da sociedade civil, inclusive aquelas refletindo novas tendências em termos de movimentos sociais (como movimentos culturais, de gênero, étnico, de identidade sexual, etc.). (BRASIL, 2005, p. 10)

Em sequência, a forma cooperativa de organização do trabalho aparece para 61,1% dos informantes como referência emblemática da Ecosol. Sobre isso, Brasil (2005, p. 10) observa que essas estruturas são portadoras

de uma visão fundamentalmente centrada numa concepção produtivista das práticas de ES que tende a destacar a exclusividade do formato cooperativista de organização do trabalho e sua preocupação com uma dinâmica e sobrevivência em mercados.

Dando-se continuidade, tem-se a presença também marcante de grupos informais em 66,7% das menções ao público-alvo de ações políticas. Esse dado reflete que ainda, boa parte das políticas incide sobre formas organizativas de baixa institucionalização e de alta fragilidade associativa, de forma a fortalecer a hipótese da fragilidade legislativa contida nas propostas de políticas públicas em Ecosol.

Outro formato organizacional citado corresponde aos microempreendimentos, 33,3%, que são apoiados principalmente por políticas de financiamento por microcrédito. Sobre essa estrutura, o relatório expõe que:

Tais empreendimentos representam formas emblemáticas de economia popular (com potencial de desenvolvimento e acesso

a uma condição de economia popular e solidária). Tais empreendimentos não são propriamente coletivos e buscam articulações diversas (de comercialização, social e política, etc.). (BRASIL, 2005, p. 11)

Como última forma de estrutura observada aparecem as empresas recuperadas as quais são citadas por apenas 16,7% dos informantes. Tais empreendimentos, segundo o relatório, apresentam formais mais institucionalizadas em termos de iniciativas de Ecosol e sofrem de considerável isolamento espacial. Um fato especial sobre essas formas organizativas advém da não essencialidade da ação política e de regulamentações municipais, uma vez que tais empreendimentos encaminham suas demandas às esferas estadual e federal, o que, de acordo com Brasil (2005) explica a baixa representatividade no estudo apresentado.

Finalizada a discussão sobre o tripé das políticas públicas em Ecosol – os objetivos da ação política, a participação social e a execução – percebe-se que há grandes entraves para o desenvolvimento de políticas para fomentar as práticas dos EES, entre elas vale citar o baixo grau de institucionalização e a percepção em apenas 44,4% dos informantes de que é necessário haver comunicação entre a sociedade civil e o governo para a realização de políticas públicas em Ecosol. Não obstante, ficou evidenciada a forma de articulação e os parâmetros objetivos que alicerçam essa articulação pública em torno do experimentalismo político nessa nova temática social. Diante disso, o relatório conclui que:

Cabe destacar de antemão como constatação valiosa resultado desta primeira investigação a importância da dimensão da parceria ou articulações na efetivação de tais políticas. Estas, inclusive, em seus dois níveis. Ou seja, enquanto articulações intra e interinstitucionais. Ao lado desta consideração cabe ressaltar o caráter diversos dos contextos e práticas de ES que irão incidir de modo especial em tais políticas tanto do ponto de vista dos atores da sociedade civil que são mobilizados na parceria, quanto do grau de participação desses atores na própria construção da política. Aqui, tendemos a reafirmar uma hipótese segundo a qual o grau de institucionalização do contexto das práticas de ES condiciona não apenas o nível de estruturação, mas também o modo de construção e execução de tais políticas. (BRASIL, 2005, p.11)

Completada, enfim, a descrição das políticas públicas em Ecosol funda-se conjuntamente a descrição da realidade concreta que envolve os EES e sua prática social. Em meio a essa etapa da pesquisa foram esclarecidos os elementos pertinentes ao “ponto de partida” de Marx (1977), pois a partir desses dados expostos têm-se a construção do concreto imediato da Ecosol em contínuo movimento de evolução. Nesse sentido, pode ser devidamente contemplada a arquitetura sistêmica da Ecosol a partir de sua base material constituída pelos EES. Não obstante, é de vital importância para os objetivos da presente pesquisa a sistematização das variáveis apontadas pelos dados secundários obtidos de Anteaq (2009) e DIEESE (2009), bem como dos estudos de caso apresentados anteriormente.

Esse processo de sistematização, enquanto tentativa de se expor as dimensões que estruturam as relações “não-totalizantes” da Ecosol, não é de forma alguma uma tentativa de se preconizar um ajuste não dialético das variáveis obtidas, senão apenas uma classificação dos condicionantes sistêmicos cuja ação produz e reproduz a Ecosol. De porte dessa argumentação, faz-se preferência por tratar esses condicionantes de forma a agregá-los em grupos distintos cujas ações de reciprocidade entre si possam ser claramente identificadas. Esses grupos, no entanto, por conceberem a tarefa dual de representar os condicionantes estruturais da Ecosol e também a realidade concreta da mesma, foram devidamente identificados como sendo dimensões da reprodução metabólica da Ecosol, em virtude dessa dupla característica, uma vez que se chega à conclusão de que abordar a realidade concreta da Ecosol não é outra coisa senão abordar as dimensões de fatores que condicionam sua própria existência.

Para tanto, não só é vital ter-se em mente as variáveis apontadas por essa seção como também é necessário vislumbrar como as interpretações marxianas sobre a estrutura sistêmica têm sido conduzidas no seio dos debates acadêmicos que contemplam Ecosol. Por essa razão, a seção seguinte é responsável por trazer as contribuições de autores que claramente expressam suas interpretações por meio da utilização do arcabouço teórico marxiano. O propósito de se trazer à tona tal discussão atende ao interesse de

se detectar nessas interpretações quais foram os elementos destacados por ambas as linhas argumentativas, tendo-se como foco a estrutura de condicionantes apontada por essa seção.

Outra razão subjacente para o levantamento do debate marxiano acerca da Ecosol recai sobre a necessidade de se compreender, à luz das interpretações marxianas, como os elementos destacados nessa seção podem ser inter-relacionados entre si, podendo essa análise, até mesmo, contribuir para a inclusão de alguns elementos que por ventura não ficaram totalmente esclarecidos na seção presente.

5.2 A Economia Solidária como crítica ao capital: duas abordagens estilizadas

Esclarecidos os motivos para se fazer referência ao quadro argumentativo marxiano, é possível apontar, como já havia sido na introdução do estudo, a existências de duas linhas de pesquisa voltadas para a interpretação da Ecosol com claro viés político-ideológico direcionado à mudança da práxis social com fins de se compreender como a Ecosol pode fornecer respostas para a transformação da realidade concreta.

Essa duas linhas argumentativas serão apresentadas a seguir, mas não de forma exaustiva, de modo a encerrar todas as discussões, longe disso o que se pretende é apenas delinear os aspectos principais contemplados em cada uma das teses apresentadas, e com isso, poder estabelecer alguma forma de identificar como essas teses apreciam subjetivamente a realidade concreta da Ecosol apresentada na seção passada.

5.2.1 As análises de Paul Singer sobre o conteúdo revolucionário da Ecosol

A visão de Paul Singer em seus trabalhos – Singer (1999, 2002, 2003, 2004, 2007, 2010) – constrói uma vertente teórica em Economia Solidária que interpreta esse novo fenômeno como um resgate, um ressurgimento do cooperativismo operário do século XIX, que fora baseado nas premissas dos socialistas utópicos.

Após elucidar as formas de cooperativismo que se desenvolveram pela luta contra a opressão ao proletariado, Singer (2010, p.35) pontua que:

“Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou o pensamento e a ação nesta fase foi sem dúvida Owen...”.

Ao colocar a Economia Solidária como crítica operária e socialista que data seu início no século XIX, Singer (2010) necessariamente percebe que a Economia Solidária está inserida em um contexto de centralidade do trabalho, no qual ainda o operariado constitui-se como forma soberana de reivindicações sociais que, portanto, são legítimas.

Porém um questionamento emerge dessa questão: a crítica a qual a Economia Solidária, em Singer, faz referência seria uma crítica utópico-estética como a de Owen ou seria de cariz científico-social como a de Marx?

Para responder a essa questão, no entanto, deve-se fazer uma grande análise teórica que tem seu início na crítica de Singer (2003) aos ensaios de Luxemburgo (2005) sobre o cooperativismo e suas limitações. Retomando o pensamento de Luxemburgo (2005), o movimento cooperativista, em sua opinião, chocava-se com o dilema de que “a troca domina a produção” o qual impunha diversas barreiras ao processo de emancipação do trabalhador em

seu meio. Singer (2003, p.17), no entanto discorda dessa posição ao afirmar que:

A argumentação de Rosa Luxemburgo é mais antagônica à gestão capitalista, mas não é consistente. Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar. Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho.

Para Singer (2003, 2010) a gestão dos trabalhadores, portanto, opõe-se a ditadura da gestão capitalista, no sentido de que o controle operário do processo produtivo contorna as amarras do absolutismo do capital. Em Singer (2010) encontra-se a distinção entre a heterogestão, forma de administração da empresa capitalista típica, e a autogestão, forma de administração privilegiada pela Economia Solidária.

Para Singer (2010, p.16) a heterogestão consiste “na administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade”, de modo que o poder sobre a organização concentra-se nos níveis mais altos. Sobre os níveis mais baixos, o autor expressa que os trabalhadores desse grupo “sabem pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras”, Singer (2010, p.17).

Singer (2010) complementa sua visão sobre a heterogestão ao perceber que esta concebe um paradoxo inerente a sua forma de regulação do processo produtivo. Tal paradoxo consiste no fato de que, para o autor, o interior da empresa capitalista é necessariamente uma arena de competição entre os funcionários e entre os departamentos, mas, no entanto, para que a empresa capitalista atinja seus objetivos, essa forma de organização necessita suscitar, simultaneamente, a cooperação entre seus funcionários e departamentos. O autor completa:

Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode

fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado. (SINGER, 2010, p.18)

Em oposição a essa forma de administração está a autogestão que, para Singer (2010), constitui-se em uma forma democrática de administração que relega suas decisões ou ao processo de sufrágio em assembleias, quando são organizações de pequeno porte, ou a delegados eleitos que tomam decisões de forma representativa, em nome de todos. O autor explica que:

Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. (Singer, 2010, p 18)

Essa colocação de Singer permite inferir que a estrutura organizacional de uma empresa solidária pode conceber, assim como uma empresa capitalista, um canal de subordinação, porém invertido, entre seus níveis hierárquicos. Outro fato que merece menção diz respeito à complexidade da organização solidária, pois esta compreende tanto um espectro informal de relações, que pode se desenvolver em uma empresa solidária de pequeno porte, quanto um espectro formal e burocrático que “complexifica” a autogestão para empresas de grande porte.

Sobre a autogestão, Singer (2010) comenta que para que esta se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a solução das contingências. Dessa forma, as respostas para os problemas frequentes são obtidas quase que de forma protocolar. Acerca disso, o autor comenta:

Pelo visto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. (Singer, 2010, p.19)

O excerto acima permite que se faça uma indagação: seria, pois, a Economia Solidária de Singer, uma forma de captura da subjetividade do trabalhador – nas palavras de Alves (2007) – tão ou mais intensa do que a qual impera no âmago dos processos produtivos capitalistas? As implicações de uma resposta positiva a essa questão são diversas.

Não obstante, um ponto merece atenção especial: pode-se contestar a ideia de que a autogestão, por exemplo, na visão de Singer, significaria uma mudança radical em relação à gestão da empresa capitalista típica, pois se pode concluir que a opinião de Singer considera que a autogestão possui formas de captura da subjetividade, possivelmente, mais radicais do que as que se observa no Capitalismo e, portanto, geradoras de um aprofundamento do estranhamento do trabalhador, ao invés de sua eliminação.

Em relação ao primeiro argumento de que não haveria uma mudança radical a partir da autogestão, Singer (2003) sugere que as condições de exploração na autogestão são menores do que as que são observadas na heterogestão:

Se as condições de trabalho na fábrica eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se autoexplorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher

quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção. (SINGER, 2003, p.17)

O autor assume, portanto, que a exploração não é uma condição que se elimina pela autogestão e, no entanto, se nega a aceitar – talvez como os socialistas utópicos – que essa “autoexploração”, embora possa ser menor do que a exploração exercida por outrem, se origina não só no seio da produção, mas, sobretudo, é patrocinada pelo processo de troca.

Em um último posicionamento sobre a questão da autoexploração, Singer (2003, p.17), considera que, em vista do desemprego gerado pelo Capitalismo, poucas alternativas restam ao trabalhador além da que é oferecida pela Economia Solidária: permanecer desemprego; sobreviver de bicos; ou voltar a trabalhar em empresas capitalistas. Para o autor, todas essas alternativas revelam “condições evidentemente piores do que as da autoexploração”.

Não obstante aos problemas relativos à concepção de autoexploração definida por Singer, a autogestão é um processo caracterizado por um equilíbrio instável na medida em que se encontra a mercê das práticas de gestão da empresa solidária, as quais não podem, em momento algum, deixarem-se guiar por uma ética do “comodismo”:

A prática autogestionária corre perigo de ser corroída pela lei do menor esforço. Os gestores da cooperativa enfrentam frequentemente questões urgentes, que têm de ser resolvidas sem haver tempo de consultar outros sócios. Nas assembleias, os problemas e as soluções adotadas costumam ser relacionados como fatos consumados. É muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi realmente a melhor. Se não houver algo emocionante, é provável que a assembleia aprove rapidamente e sem prestar atenção os relatórios dos gestores. Se a desatenção virar hábito, as informações relevantes passam a se concentrar em círculos seletos de responsáveis, cujas propostas têm toda chance de ser aprovadas, pelos sócios ou seus delegados, por inércia. (SINGER, 2010, p.20)

Ao atestar esse perigo, o autor não se opõe complemente à assertiva que confere um caráter dicotômico às cooperativas, qual seja: cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas – Singer (2010, p. 20). Cooperativas que vão mal, segundo o autor, possuem grande participação de seus sócios no sentido de reorganizar a empresa para a resolução dos problemas. Cooperativas que vão bem, por outro lado, correm o risco de serem administradas segundo a lei do mínimo esforço, a qual ruptura com uma postura democrática.

Como último aspecto apresentado sobre a corrosão das práticas autogestionárias, Singer (2010, p.21) comenta que:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.

Para Singer, portanto, a autogestão e, por consequência, a Economia Solidária, somente se consolida por meio da prática democrática da gestão dos empreendimentos solidários. A democracia emerge, nesse contexto, como um sentido de pluralidade intrínseca ao panorama interno à organização e revela um sistema de administração voltado para a legitimação das “vozes” que se fazem presentes em uma empresa solidária.

Em Singer (2007), no entanto, a questão da democracia parece ser mais bem compreendida, uma vez que o autor a retrata não só em termos políticos, mas também econômicos e sociais. Para Singer (2007), a democracia que surge na economia capitalista limita-se ao espectro político, pois o modo de produção do capital implica necessariamente a oposição entre duas classes antagônicas, em que aquela que detém a posse dos meios de produção controle, grosso modo, o metabolismo da sociedade, não há, portanto, um sentimento de democracia nas práticas capitalistas.

A Economia Solidária em Singer (2007) surge como uma nova “cultura social” à medida que pretende expandir a noção de democracia para os campos social e econômico. Desse modo, a autogestão é inserida como sinônimo de democracia, pois pretende incorporar, de forma direta, a diversidade de opiniões, em sua metodologia de administração.

Singer (2007) expõe ainda que essa “cultura social”, originada da prática democrática na autogestão, é palco de uma grande contradição, pois a democracia, longe de estabelecer um quadro social homogêneo e apático, enseja, muito pelo contrário, um ambiente de intensa disputa entre percepções distintas acerca dos variados problemas que afligem o empreendimento solidário.

A questão que diferencia a “cultura capitalista” da “cultura solidária”, no contexto da administração dos empreendimentos pertinentes a cada uma, é o elemento da decisão majoritária presente na Economia Solidária, enquanto que na economia capitalista impõe-se despoticamente a “vontade” daquele que possui – ou controla em nome de quem possui – os meios de produção.

O que Singer (2007) tenta expor é a distinta visão de democracia que impera na superestrutura capitalista em comparação à democracia exercida no contexto de solidariedade. Resulta dessa exposição, que a democracia defendida no âmbito capitalista é pautada pela “disputa entre desiguais”, enquanto que na percepção da Economia Solidária a democracia significa implica “disputa entre iguais”.

Fica clara, portanto, a tentativa do autor em estreitar a relação entre a noção de democracia defendida pela Economia Solidária e o desenvolvimento da solidariedade entre iguais, que decorre de uma “densidade afetiva” peculiar a essa forma de gestão. O autor explica que:

As pessoas devem se gostar. Não somos autômatos, não dá pra colaborar, sem ter afeição pelo outro, a quem ajudamos e que no momento seguinte nos ajuda [...] Tem que haver muita afeição. E ela existe, como efeito da ajuda mútua. (SINGER, 2007, p.16)

Percebe-se que essa concepção de ajuda mútua que permeia o sentido de solidariedade defendido por Singer aproxima-se, inegavelmente, ao conceito de dádiva, pois se refere ao desenvolvimento de uma relação de reciprocidade entre os indivíduos, em detrimento a trocas sociais impessoais e utilitaristas.

Outro ponto de convergência entre os paradigmas da pluralidade e o da superação pode ser depreendido em Singer (2004) que empreende uma análise comparativa entre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário. Em determinado momento, o autor torna explícito que:

Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade. Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção [...] No plano econômico, os diferentes modos de produção competem entre si, mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam. (SINGER, 2004, p. 21)

Singer (2004) considera a existência de uma “economia plural” marcada pela presença de modos de produção alternativos ao Capitalismo. No entanto, como apresentado no excerto acima, para Singer (2004) a pluralidade da economia não serve ao propósito de uma convivência eminentemente pacífica e apática entre economia monetária capitalista e economias não mercantis, pois o autor compreende interações tanto de cooperação entre modos de produção quanto de competição.

É no sentido de competição entre os modos de produção que emerge o paradigma da superação erigido por Singer (2003,2004), pois, contrariamente ao paradigma da pluralidade que prevê um papel pacífico para a Economia Solidária e a propõe como um modo de regulação econômica coexistente ao Capitalismo, mas que se desenvolve em uma relação Estado-Capital-Trabalho distinta e dirigida a uma espectro fragmentado da sociedade, o pensamento de Singer (2003,2004) coloca a Economia Solidária como fonte de superação ao modo de produção capitalista.

Singer (2003) inicia sua análise do que considera ser a Economia Solidária a partir de uma referência marxiana aos modos de produção:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios.

À medida que a Economia Solidária constitui-se em um modo de produção alternativo, tem-se, portanto, uma competição entre sistemas de regulação antagônicos da qual a Economia Solidária emergirá como paradigma hegemônico. Singer (1999, p. 139) esclarece que:

Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade.

Singer (2003, p. 13) complementa sua visão ao destacar que a unidade de análise em sua teoria da Economia Solidária é a forma cooperativa de

produção, regida pelos princípios da: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa ou por participação direta (assembleia ou delegados); repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados consensualmente; destinação do excedente anual, conhecidas como sobras, também por critérios aceitos de forma democrática.

Todas essas características em conjunto têm a intenção de destituir a ditadura do Capital cuja expressão é a heterogestão presente na empresa capitalista. Segundo Singer (2003, p.14), a ditadura do Capital, na empresa capitalista, impõe que:

- a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser envidados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.

A Economia Solidária, em Singer (2003), é, portanto, uma tentativa de se provocar uma ruptura dessa ditadura do Capital, que orbita a empresa capitalista, por meio da produção cooperativa cujos princípios devem, sobretudo, evitar que qualquer forma de despotismo se instale na gestão dos empreendimentos solidários.

Não obstante, a proposta de superação do Capitalismo pela Economia Solidária não deve ser entendida como apenas uma combinação do Capitalismo com um novo modo material de produção de mercadorias, pois, como explica Singer (2003, p.13), a Economia Solidária constitui-se num modo de produção e distribuição que representa a síntese que supera tanto o Capitalismo quanto a pequena forma de produção de mercadorias, tornando-se um modo absoluto de regulação do metabolismo social.

Singer (2004) enfatiza que a Economia Solidária pretende opor-se ao Capitalismo, também, no que se refere à “propriedade do conhecimento”. Para o autor, o novo conhecimento não deveria ser protegido por leis de patentes, mas deveria estar disponível a todos que dele quisessem fazer uso. Dessa forma, Singer (2004) afirma que, além de uma nova organização da produção,

a Economia solidária deve, portanto, promover a libertação do conhecimento e sua livre utilização pela sociedade.

O paradigma da superação construído por Singer reúne em seu interior uma gama de elementos que visa, portanto, a destituição do Capitalismo em todos os seus aspectos instrumentais. A superação deve, portanto, ser alcançada em todos os níveis nos quais habitam as relações de produção e de propriedade que tendem para a geração de desigualdades socioeconômicas.

Uma proposta de elucidação ao questionamento realizado ao início da seção – se a Economia Solidária pertenceria a um discurso típico da crítica estética ou se seria uma reestruturação da crítica social – pode ser construída a partir dos elementos expostos por Singer.

O primeiro ponto que merece menção é o fato de que, na concepção de Singer, a Economia Solidária é um resgate do projeto utópico de transformação social cujo mecanismo principal seria as cooperativas. No entanto, essa referência histórica enseja uma problemática que se desdobra das diferenças entre os contextos históricos em que a Economia Solidária se fez e se faz presente: se a Economia Solidária deve seu surgimento ao cooperativismo promovido pelo socialismo utópico, não estaria ela a mercê das mesmas restrições que se impuseram às práticas cooperativistas do século XIX?

A resposta parece ser positiva à medida que Singer confia a Economia Solidária às bases do socialismo utópico o qual, como retratado anteriormente, foi duramente criticado por Marx e Engels (1975), justamente por não compreender uma crítica totalizante, na medida em que as experiências cooperativistas eram realizadas em casos isolados, e pelo fato de que o proletariado, enquanto classe oprimida, ainda não haver se consolidado nas economias, que, por sua vez, apenas esboçavam um grau incipiente de industrialização.

Em adição a essa crítica têm-se a visão de Luxemburgo (2005) acerca das dimensões do cooperativismo e suas restrições. Para a autora em questão, o cooperativismo, como forma de economia que não abandona o “mercado”, esta sujeito ao domínio da produção pela troca, do qual decorre o fato de que

as cooperativas acabam por reproduzir internamente as relações despóticas do Capitalismo.

Singer parece não propor uma solução teórica suficientemente capaz de sanar as problemáticas envolvidas no cooperativismo, pois apenas enfatiza, nesse caso, que a autoexploração é menos danosa do que a exploração conduzida por outrem e, portanto, essa seria a vantagem para o trabalhador que se engaja na Economia Solidária.

Sobre a questão que envolve a Economia Solidária e o mercado, Singer (2004, p. 12) alega que:

O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade.

Singer, portanto, não ignora os efeitos nocivos desencadeados da concentração das transações via mercado, mas crê que a criação de normas e controles pode impedir que o mercado torne-se o epicentro de desigualdades e exclusão.

Ao optar por essa lógica, Singer, inevitavelmente, parece desconsiderar que em um sistema metabólico dirigido pelo Capital, o controle e a regulamentação sobre os mercados só seriam aplicados caso representassem formas de obtenção de lucro mais diretas. Em outros termos, como se poderia esperar que as regulamentações erigidas por uma superestrutura, que se constrói em simbiose ao modo de produção capitalista, poderia operar transformações institucionais capazes de orientar a acumulação de capital para um viés solidário?

Além dessa questão outro aspecto merece destaque: se se pode afirmar que no contexto do nascimento da Economia Solidária o proletariado ainda não havia se constituído enquanto uma classe capaz de organizar-se politicamente em prol de suas reivindicações, pode-se, no entanto, observar que no contexto de ressurgimento da Economia Solidária, o proletariado encontra-se destituído

de sua soberania e a nova esquerda, movida pela hegemonia do pensamento estético, supõe a tese de não centralidade do trabalho à medida que deslegitima qualquer discurso de emancipação dos trabalhadores.

O ressurgimento da Economia Solidária como resgate do cooperativismo do século XIX implica diversos problemas intrínsecos que são intensificados por uma condição sociocultural dita “pós-moderna”, que impõe a efemeridade, a fetichização ampliada, a fragmentação dos discursos sociais de emancipação e a destruição das identidades coletivas, que organizavam a sociedade em classes.

É nesse novo contexto que se deve definir um posicionamento ideológico para a Economia Solidária, pois sob a forma de crítica estética essa outra economia seria apenas um sistema funcional ao Capitalismo que serve a sua manutenção e à amenização de desigualdades, mas se se pretender que seja uma crítica social, como Singer sugere, a Economia Solidária deve propor, no entanto, formas de se superar o modelo de regulação metabólica atual.

Ao se entender a Economia Solidária enquanto uma tentativa de reestruturação da crítica social deve-se, portanto, atentar para o modo como pretende operar a transformação social mediada pela emancipação do proletariado.

Singer apela à autogestão como mecanismo capaz de promover a grande transformação da sociedade e sua transição para uma fase pós-capital. No entanto, como já analisado anteriormente, a mera expropriação do capitalista possibilitada pela autogestão, embora seja necessária, não é, contudo, suficiente para que se possa almejar uma vitória contra o poder ditatorial do Capital, como alerta Mészáros (2002). Não obstante, o principal desafio que se impõe à Economia Solidária, muito mais complexo do que a eliminação do capitalista, é propor um fim ao processo de alienação do trabalhador.

Para Singer (2002) a alienação pode ser combatida com eficácia a partir do trabalho autogestionário executado em meio a um ambiente integrativo onde imperam a dádiva, a dedicação e a solidariedade. Em uma passagem, Singer

(2002) explica que os motivos para o sucesso da transformação de firmas falidas em empresas solidárias:

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas (...) Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. (Singer, 2002, p.91)

Seria a autogestão elemento necessário e suficiente para superação, portanto, de ambos Capitalismo e Capital? Na interpretação de Singer, fica clara a ideia de que a posse dos meios de produção, configurada na autogestão, representa tanto um novo modo de produção que expropria o capitalista quanto uma superação da principal faceta do sistema do capital, qual seja: a alienação.

A alienação, no entanto, como parece ignorar Singer, supera os aspectos internos ao da firma, pois é determinada, segundo Storch (*apud* Novaes, 2004) pelo metabolismo social em totalidade, e não apenas sob os auspícios dos processos de trabalho. Como afirma Mészáros (2006), a alienação retratada por Marx apresenta-se em quatro dimensões: alienação do processo de trabalho, alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da civilização humana.

Em decorrência das quatro dimensões da alienação descritas acima, mesmo que a autogestão provoque certa ruptura com o estranhamento originado do processo de produção, restam ainda outras três dimensões que parecem não atacadas de forma direta pela Economia Solidária em Singer. Não seria responsável inferir-se que a ruptura com a alienação no processo produtivo pudesse ser capaz de eliminar, por si só, todos os “grilhões” que impedem que o trabalhador se emancipe em seu meio.

A conclusão a que se chega, no entanto, é que a proposta de Singer conduz a Economia Solidária ao patamar de um modo de regulação social pós-capitalista, mas ainda longe de conseguir se tornar uma alternativa pós-capital. Não obstante, o paradigma da superação manifesta a opção não por uma libertação do trabalhador, mas ao contrário, por uma menor exploração e menor alienação. Para compor esse novo cenário produtivo, o paradigma da superação apoia-se sobre a autogestão enquanto manifestação material da dádiva, da solidariedade e da democracia.

A Economia Solidária em Singer, em face dos argumentos apresentados, pertence a um arcabouço crítico eminentemente estético por dois motivos principais: em primeiro lugar, pois se distancia de uma proposta de reivindicação política organizada pelos trabalhadores, fato que acaba por minar qualquer proximidade entre o ressurgimento da Economia Solidária e uma possível restauração da crítica social; em segundo lugar, a proposta de Singer para a Economia Solidária ignora diversos elementos constituídos historicamente pelo metabolismo social controlado pelo capital, o que faz de seu posicionamento apenas uma proposta funcional, que ao invés de emancipação, propõe menos exploração e alienação.

5.2.2 A Abordagem da Adequação Sócio-Técnica e seus elementos

A segunda vertente que permeia o corpo teórico da Economia Solidária constitui-se a partir dos trabalhos de Novaes (2004, 2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008); Novaes e Dagnino (2004); Novaes, Assis e Dagnino (2004); Faria, Novaes e Dagnino (2008); Gaiger (2003); Benini (2008); Benini e Benini (2010); Benini, Benini e Figueiredo Neto (2007); Dagnino e Novaes (2004).

Esse segundo paradigma constrói-se enquanto crítica à panaceia que ronda as experiências autogestionárias ainda em estado incipiente, mas que mesmo assim geram, em torno de si, discursos políticos triunfalistas e pesquisas acadêmicas, que se adiantam em proclamar a superação do Capitalismo por novas práticas isoladas de trabalho associado. Ou seja, esse

paradigma opõe-se, como será apresentado, claramente ao pensamento de Singer sobre os limites e possibilidades da Economia Solidária.

Buscando contrariar a hipótese contida em Singer de que o trabalho autogestionário supõe um trabalhador não alienado, o paradigma da transformação sócio-técnica adquire um teor crítico a partir de Novaes (2004), que se opõe veementemente a essa posição dogmática.

Novaes (2004) apresenta sua antítese a partir dos trabalhos de Storch (1985), Mészáros (2002) e Gorz (1986) e, em resumo, afirma que, ao se observar as várias dimensões em que a alienação se desenvolve, a autogestão presente em empreendimentos solidários solados, embora consiga eliminar a alienação proveniente do processo de trabalho e da propriedade do produto do trabalho, não consegue extingui-la aos níveis macrossociais, pois ainda persiste o estranhamento do homem em relação a si próprio e em relação à humanidade.

Desse modo, a mera transferência da propriedade dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores não implica o controle sobre o produto do trabalho quando essa experiência de autogestão, *strictu sensu*, insere-se em um ambiente de trocas reguladas pelo metabolismo do Capital. Portanto, Novaes (2004, p. 18) conclui que o enfoque da Ecosol deveria recair sobre “o controle global da produção pelos produtores associados” e sobre “uma radical reestruturação das trocas”.

Outros trabalhos – Benini (2008); Benini e Benini (2010); Benini, Benini e Figueiredo Neto (2007) – chegam a conclusões complementares às de Novaes (2004). Nesses estudos, a crítica ao pensamento de Singer se torna completa e uma nova problemática referente à autogestão é levantada pelos autores.

Segundo suas conclusões, deve haver uma distinção entre os dois níveis de abrangência da autogestão: uma de sentido *stricto sensu* e outra de sentido *lato*. A autogestão *stricto sensu* é a que se encontra encerrada na Economia Solidária em seu contexto atual, não possui caráter estruturante, pois meramente se refere a experiências isoladas em alternativa ao desemprego. A autogestão *lato senso*, por outro lado, envolve o controle global

do processo produtivo e procura garantir a conformação sistêmica de um novo metabolismo social capaz de prover uma transformação social.

Além da crítica à fragmentação das experiências autogestionárias, fica explícito em Benini e Benini (2010) outro elemento fundamental que é ignorado pela análise de Singer, qual seja: o esvaziamento do enfoque político. Para Benini e Benini (2010), a Economia Solidária deve promover, por meio da autogestão, a formação de uma consciência coletiva que reconheça os elementos que engendram a crise estrutural do Capital, e que, a partir disso, se projete como organismo central da luta histórica e política para a emancipação dos trabalhadores.

Outra análise que parece compor uma crítica à hipótese de superação do Capitalismo pela Ecosol, tal como esta se apresenta, está contida em Gaiger (2003). Para esse autor, que aborda em seu estudo as categorias econômicas exploradas por Marx e também sua teoria de transição ao socialismo, há, na Ecosol, elementos que a diferem substancialmente da economia capitalista, principalmente porque a primeira concentra forças que atuam contrariamente à reprodução social de base assalariada: na lógica da Ecosol, para o autor, o capital se subsume ao trabalho.

Embora Gaiger (2003) considere que existe a subsunção do capital ao trabalho no âmbito da produção solidária, ele admite que, mesmo que a não ocorra uma reprodução interna aos empreendimentos solidários das relações de propriedade capitalistas, não há qualquer razão para se concluir que o capitalismo em sua esfera de reprodução metabólica, em relação à totalidade de relações de produção do capital, consiga ser atacado.

Para Gaiger (2003), mesmo que a Ecosol represente outra forma de reprodução social, o modo material de produção de base técnica capitalista, entretanto, não sofre qualquer alteração substantiva. Sua argumentação é elucidada pelo exemplo de empresas autogestionárias integradas por meio de contratos a empresas tipicamente capitalistas: nesse caso, expõe Gaiger (2003), a perda de autonomia da empresa autogestionária limita qualquer tentativa de emancipação do trabalhador. Dessa forma, conclui o autor, a adoção de uma base técnica pautada pela aquisição de tecnologia-mercadoria

voltada à reprodução social capitalista, faz da Ecosol apenas um modo de subsistência face ao Capitalismo.

É a partir dessa contribuição inicial de Gaiger (2003) que o paradigma da transformação sócio-técnica consolida-se não só como crítica ao idealismo utópico de Singer, mas também se constitui enquanto uma vertente do pensamento em Economia Solidária, pois é em resposta às necessidades de reestruturação das forças produtivas por meio do desenvolvimento de uma nova base técnica que as contribuições nesse quadro teórico se frutificam.

Na tentativa de se erigir um construto teórico que possibilite a transformação sócio-técnica necessária à mudança paradigmática da reprodução social assalariada, há como contribuição inicial o trabalho de Novaes e Dagnino (2004). Conforme os autores, a transformação pela autogestão não deve implicar uma reutilização inovadora da base técnica capitalista, mas sim a reestruturação da ciência e da tecnologia e sua utilização em prol da emancipação real do trabalho associado.

Para Novaes e Dagnino (2004), as forças produtivas capitalistas engendram entraves à autogestão por não se constituírem em meios estruturantes para a consolidação de uma base material transformadora. Os autores compreendem, dessa forma, que a tecnologia é construída social e historicamente no e para o modo de produção que a abriga. Dessa forma, extingui-se a percepção de neutralidade da tecnologia, pois esta deve sua existência às relações de produção e propriedade capitalistas.

Nesse contexto de necessidade de transformação das forças produtivas tanto Novaes e Dagnino (2004) quanto Dagnino e Novaes (2004), acabam por declarar a importância da adequação sócio-técnica para a reestruturação radical da ciência e da tecnologia, fazendo-as servir ao trabalhador em detrimento do capital.

Dagnino e Novaes (2004) continuam a discussão acerca da necessidade de adequação sócio-técnica para a construção da autogestão e concluem que deve haver um redirecionamento na trajetória da inovação científica e

tecnológica de forma que forças produtivas socializantes possam ser construídas para a transformação global do metabolismo social.

O conceito de adequação sócio-técnica (AST), segundo Novaes, Assis e Dagnino (2004), é definido como o processo de incorporação dos interesses sociais ao uso de artefatos tecnológicos ou de tecnologias. Dessa forma, existem múltiplas modalidades em que a adequação pode ser almejada, segundo Novaes, Assis e Dagnino (2004).

A primeira forma de AST, segundo Novaes, Assis e Dagnino (2004), tem como objetivo a alteração de como se procede a repartição dos excedentes gerados pelos trabalhadores, podendo-se recorrer ao uso de tecnologias antes empregadas em condições reguladas pelo Capital, ou por meio da adoção de tecnologias convencionais.

A segunda modalidade de AST ocorre pela apropriação dos meios de produção acompanhada pelo maior emprego da subjetividade do trabalhador que deve, portanto, expandir seu conhecimento acerca dos processos produtivos e gerenciais – planejamento global da produção – sem que se recorra à modificação no uso que se faz dos meios produtivos. (NOVAES, ASSIS E DAGNINO, 2004)

A terceira possibilidade para a AST, para Novaes, Assis e Dagnino (2004), é esta apresentar-se sob a forma de aumento da vida útil dos materiais necessários à produção, em conjunto com ajustes e com o condicionamento dos mesmos a partir da renovação de tecnologias por meio de novos componentes.

Uma quarta via para a AST poderia ser a adaptação do processo de trabalho ao controle coletivo dos meios de produção, em conjunto ao crescente controle operário da produção, refletido na autogestão. (NOVAES, ASSIS E DAGNINO, 2004)

No entanto, quando as modalidades de AST apresentadas até aqui não satisfazem as necessidades dos empreendimentos autogestionários, é necessária, de acordo com Novaes, Assis e Dagnino (2004), uma quinta forma

de AST que se baseia na adoção de tecnologias alternativas à que antes era empregada, implicando a busca e a seleção por novas tecnologias.

Quando o processo de busca e seleção de novas tecnologias se esgota e tem-se a percepção de que é necessária a introdução de conhecimento científico e tecnológico existente ou o desenvolvimento de novos processos e/ou meios de produção, há, então, uma sexta possibilidade para a AST, que se desenvolve a partir de inovações incrementais, possibilitadas, principalmente, por centros de pesquisa externos. (NOVAES, ASSIS e DAGNINO, 2004)

A última modalidade de AST, em Novaes, Assis e Dagnino (2004), relaciona-se ao esgotamento do processo de inovação incremental ou em decorrência da inexistência de tecnologias que possam ser adaptadas adequadamente e introduzidas no processo produtivo. Essa forma de AST refere-se, portanto, a um processo de inovação radical que demanda novos conhecimentos científicos.

Após serem elencadas todas as tipologias de AST que podem atender às demandas de empresas autogeridas por trabalhadores, é necessário ressaltar que os estudos para a AST se dirigem inicialmente ao espaço econômico habitado não pelas cooperativas, mas sim pelas fábricas recuperadas (FRs), que se erguem das massas falidas pela vontade dos trabalhadores em produzir para sobreviverem.

O que distancia essas duas formas de “vida organizativa” – cooperativas e FR –, embora ambas habitem a Economia Solidária, é o fato de que na FR impera um dilema entre reutilizar a base técnica capitalista e, portanto, reproduzir o estranhamento ensejado pelas tecnologias baseadas neste, ou adequar a base técnica existente por meio da incorporação das necessidades sociais de reprodução dos trabalhadores autogeridos.

Em busca de bases empíricas para a construção desse novo alicerce teórico da autogestão, os trabalhos de Novaes (2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008) evidenciaram as circunstâncias em que se estruturam os processos

autogestionários e de AST em FRs na América Latina, com foco especial nas experiências brasileira, uruguaia, argentina.

Entre suas conclusões pode-se observar que as experiências na Argentina, no Uruguai e no Brasil, no que se refere às FRs, indicam que há o emprego de certas modalidades de AST, sendo elas: 1) mudanças na repartição dos excedentes e emprego de retiradas mais igualitárias; 2) aumento do conhecimento dos trabalhadores sobre o processo produtivo e alterações na divisão do trabalho; e 3) aquisição de maquinário e sua adequação às necessidades sociais dos trabalhadores, bem como seu recondicionamento e revitalização. (FARIA, NOVAES e DAGNINO, 2008)

No entanto, longe dessas experiências de AST terem logrado constituir uma alternativa concreta de combate ao Capitalismo, denota-se, em Novaes (2007a) que o contexto em que estas se inserem não permite a generalização desses empreendimentos de forma sistêmica, o que consolida o caráter fragmentado dos mesmos. Além disso, cabe ressaltar que muitos empreendimentos reerguidos pela recuperação de fábricas inserem-se em um modo de produção de mercadorias, o que acaba por minar qualquer tentativa de reestruturação radical das forças produtivas. Sobre esse aspecto comentam Faria, Novaes e Dagnino (2008, p. 128), que:

“... as fábricas recuperadas observadas, embora tenham promovido processos de AST, parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente; d) aos constrangimentos impostos pelo ‘mercado’ capitalista; e e) ao momento extremamente defensivo enfrentado pela classe trabalhadora, caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, fragmentação das lutas e hiperexploração do trabalho.”

Em vista desses constrangimentos externos e internos, Novaes (2007) compreende que o ímpeto revolucionário do movimento das fábricas recuperadas (MFRs) tem se degenerado ao conduzir as experiências de

autogestão para um caminho de adaptação em meio ao metabolismo do Capital.

Embora esse tenha sido o resultado apontado por Novaes (2007), a orientação teórica dos trabalhos que compõem o paradigma da transformação sócio-técnica segue uma trajetória nitidamente marcada pela busca de um novo paradigma produtivo capaz de se generalizar sistemicamente e opor-se de forma consistente tanto ao modo de produção capitalista quanto ao poder do capital.

Essa interpretação pode ser facilmente verificada em Faria, Novaes e Dagnino (2008) e Novaes (2005b). Nesses trabalhos pode ser observada a tentativa de aproximação entre o paradigma da transformação sócio-técnica e o discurso marxista defendido por pensadores contemporâneos que confiam à tecnologia um papel transformador.

Um primeiro aspecto que pode se depreender desses autores é que o conceito de AST desenvolve-se em função da tentativa de se construir um arcabouço teórico que incorpore uma visão crítica do fetichismo da tecnologia capitalista. Sobre isso explicam Faria Novaes e Dagnino (2008, p.127) que:

A partir de uma visão crítica sobre a base cognitiva do modo de produção capitalista, temos explicado o porquê da persistência do caráter fetichizado da tecnologia nas fábricas recuperadas e, de maneira geral, nas experiências no campo da economia solidária. Como uma forma de superar essa visão ainda dominante, formulamos a proposta da Adequação Sociotécnica (AST), que parte do reconhecimento da inadequação da tecnologia concebida e aplicada pela e para a empresa capitalista aos princípios, valores e interesses do movimento cuja trajetória aqui mostramos. Baseada nos estudos sobre aprendizagem técnico-econômica latino-americanos, e na visão de autores marxistas contemporâneos – que, revisitando o enfoque da construção social da tecnologia⁶, argumentam no sentido contrário às concepções da neutralidade de ciência e do determinismo tecnológico – a proposta da Adequação Sociotécnica oferece um instrumental útil para a análise e proposição de alternativas ao que temos denominado Tecnologia Convencional.

Esse posicionamento choca-se inevitavelmente com as conclusões defendidas pelas teorias tradicionais da Economia Solidária que veem no mimetismo tecnológico a salvação para o proletariado. De forma contrária, o presente paradigma defende uma reestruturação profunda das bases científico-tecnológicas que caracterizam os meios de produção empregados por empreendimentos que pretendam operar em autogestão.

Novaes (2005a) revela que foi a tentativa de se operacionalizar a crítica às forças produtivas capitalistas que possibilitou o desenvolvimento do conceito de AST o qual permite que sejam observados os processos reais que ocorrem em empreendimentos solidários. A proposta de unir teoria e práxis em prol da crítica, inevitavelmente, deu origem a um corpo teórico inclinado ao pensamento marxista.

A tentativa de reaproximação das práticas autogestionárias, inseridas no contexto de AST, à retórica crítica marxista é evidenciada na seguinte passagem:

A proposta da AST busca interlocução com a corrente principal do marxismo, que ainda acredita que as forças produtivas seguem um caminho linear e inexorável e que podem ser 'usadas' para outros fins caso sejam 'apropriadas' pelos trabalhadores [...] E o faz oferecendo parâmetros para a desconstrução/reconstrução de artefatos tecnológicos que são, além de adequados, indispensáveis ao crescimento e à radicalização do movimento associativista e da autogestão. (FARIA, NOVAES e DAGNINO, 2008, p. 128)

A partir da incorporação de um corpo teórico marxista tem-se que a visão da AST em Novaes é construída a partir dos trabalhos de Mészáros (2002); Chesnais e Serfati (2003).

As contribuições de Mészáros (2002) envolvem a necessidade de controle global do processo produtivo que deve ser efetivado por meio da reestruturação global do controle social, tendo-se em vista a equalização, pela gestão consciente, entre as necessidades humanas e os recursos materiais.

A discussão em Chesnais e Serfati (2003) centraliza, por outro lado, a questão tecnológica e afirmam que no Capitalismo a ciência e a tecnologia são

desenvolvidas em função da relação de dominação-subordinação presente em empresas heterogestionárias nas quais o lucro é o único objetivo. Sendo esse o mecanismo de busca e seleção de novas técnicas.

Partindo-se dessas colaborações, o conceito de AST é o pilar da transformação sócio-técnica na medida em que funda o corpo teórico do presente paradigma, cumprindo o papel de dinamizador das práticas autogestionárias e encaminhando-as a um estágio sistêmico de coordenação.

Portanto, percebe-se que, embora possa parecer que o paradigma da transformação sócio-técnica consolida-se enquanto um enfoque dirigido ao microcosmo do metabolismo social, caracterizado pela infraestrutura em que é concebido o modo de produção, o objetivo maior desse paradigma da Economia Solidária é compor as bases técnicas fundantes de uma nova lógica sistêmica que incorpore em sua “agenda” a necessidade de controle global do processo produtivo e, com isso, a transformação radical das forças produtivas capitalistas.

Com esse objetivo, o paradigma da transformação sócio-técnica parece ser o único presente no corpo teórico da Economia Solidária que se propõe crítico ao metabolismo do capital e tenta engendrar as condições necessárias para sua superação. Não se trata, portanto, somente da expropriação dos expropriadores, a destituição dos capitalistas, e sim da tentativa de transformação radical do metabolismo social. Nesse sentido, é o único paradigma que se constitui enquanto possibilidade de reestruturação da crítica social.

O maior mérito desse paradigma talvez esteja contido na intenção de se engendrar uma revolução da base material na qual pretendem repousar as relações de trabalho promovidas pela autogestão. Nesse sentido, a preocupação desse quadro teórico manifesta-se na tentativa de se compor um corpo metodológico que possibilite a adequação do conhecimento científico e tecnológico ao conjunto de aspectos sociais e ambientais, transcendendo dessa forma os imperativos técnico-econômicos. (NOVAES, ASSIS E DAGNINO, 2004)

O paradigma da transformação sócio-técnica impõe, portanto, uma nova forma de se pensar o objetivo da organização autogestionária, pois a tecnologia, enquanto construção sócio-histórica, é o reflexo do metabolismo social e, dessa forma, alterando-se as bases metabólicas para a quais a tecnologia se orienta, altera-se, inexoravelmente, a função dessa tecnologia.

Não seria insensato, nesse caso, afirmar que o paradigma da transformação sócio-técnica faz referência a uma negação de um dos principais pilares da empresa capitalista, qual seja: a ênfase na eficiência econômica.

Desse modo, a AST serviria a uma função sistêmica estruturante das relações entre ciência, tecnologia e sociedade ao basear-se em objetivos não contaminados pelo fetichismo das mercadorias, o que se refletiria em uma ênfase dos empreendimentos autogestionários em um tipo de eficiência adequada às necessidades não só da firma, mas também de seu escopo social. Mas existiria alguma referência a essa nova modalidade de eficiência?

Corroborando a argumentação apresentada, Coraggio (2011), ao elucidar as relações entre economia popular solidária e economia do trabalho, compreende que as empresas controladas por trabalhadores associados não podem introjetar os métodos e princípios que regem a empresa capitalista. Para exemplificar, o autor, demonstra a impossibilidade das empresas autogestionárias em promover a competição predatória de preços que as empresas capitalistas empregam.

Restaria, portanto, para Coraggio (2011), às empresas autogestionárias optar por um tipo de eficiência diferente daquele adotado pelas empresas capitalistas, chamado eficiência social. Ao que parece, as conclusões de Novaes, Dagnino e Assis são complementadas pela visão de eficiência social contida em Coraggio.

Nesse sentido, o paradigma da transformação sócio-técnica fundamenta-se, após essa última argumentação, em dois elementos principais: a AST, que transformaria as bases materiais de produção e a ênfase na

eficiência social, que se tornaria o objetivo geral da organização autogerida pelos trabalhadores.

Completa-se dessa forma o segundo quadro teórico da Economia Solidária, constituído, portanto, como uma forma de se reestruturar a crítica social às forças produtivas capitalistas e, dessa forma, ensejar um corpo teórico-metodológico capaz de fornecer novas bases materiais para as empresas autogestionárias.

5.3 Interpretações marxianas sobre a Ecosol: Contribuições e Limitações

Conforme foi apresentado, não existe uma concepção homogênea entre os paradigmas inscritos na Ecosol. Há grande divergência entre como as vertentes teóricas percebem a natureza desse novo fenômeno social – se seria um desenvolvimento organizativo recente ou se seria um ressurgimento do movimento cooperativista do século XIX – bem como, quais são os limites e possibilidades desse fenômeno – se se refere a atividades funcionais diante do modo de produção capitalista ou se se opõe de forma consistente ao metabolismo do capital –.

Diante dessas indeterminações foi possível compor dois quadros teóricos distintos quais sejam; o paradigma construído por Singer; e o paradigma da transformação sócio-técnica, cujo grupo de autores é variado, mas que conta com a colaboração vital de Novaes e Dagnino.

O primeiro paradigma abordado refere-se à Economia Solidária como um novo modo de produção que tenderá para a superação do capitalismo.

Segundo a visão de Singer, a Economia Solidária não seria um fenômeno recente, mas remontaria ao cooperativismo do século XIX.

A unidade básica de análise em Singer é a cooperativa de produção e o processo parlamentar de decisões democráticas, chamado por ele de autogestão.

A solidariedade no paradigma da superação seria desenvolvida a partir da dedicação e da proximidade afetiva dos trabalhadores autogeridos. O empreendimento solidário, prossegue o autor, inaugura uma forma de captura da subjetividade mais intensa do que a exercida na empresa capitalista, pois o trabalhador que se submete à autogestão deve expandir seus conhecimentos acerca dos processos produtivos.

Quando confrontado com críticas às limitações do cooperativismo enquanto postura revolucionária em relação ao modo de produção capitalista, Singer atesta para o fato de que na empresa solidária o trabalho deixa de ser alienado, pois o trabalhador passa a ser dono dos meios de produção e assim, tem a opção de se autoexplorar.

Para Singer as condições de exploração do trabalho em empresas solidárias são evidentemente contrastantes com as observadas em empresas capitalistas, devido ao fato de que a autoexploração implica uma exploração menor do que a oriunda de um processo de hierarquização do trabalho. Reside nesse tópico, o grande ímpeto revolucionário da Economia Solidária em Singer.

O grande mérito desse paradigma é propor uma ação prática para o desenvolvimento da Economia Solidária, buscando os elementos intrínsecos aos empreendimentos solidários que permitam a perpetuação da autogestão, definida pelo autor como o processo democrático de tomada de decisões.

O terceiro paradigma contemplado enfatiza as mudanças da base técnica que devem ser instituídas para que a autogestão prospere imaculada tanto em cooperativas populares quando em fábricas recuperadas.

O principal objetivo do paradigma da transformação sócio-técnica é fundar dois pilares teóricos; no primeiro, ficaria caracterizada a crítica ao pensamento tradicional da Economia Solidária, que entende a mudança da propriedade dos meios de produção como a uma revolução contra o metabolismo do capital; o segundo pilar pautar-se-ia pela tentativa de construção de arcabouço teórico-metodológico capaz de propiciar a AST de tecnologias.

O maior mérito desse paradigma é conseguir compor-se enquanto crítica social às forças produtivas capitalistas à medida que promove mudanças nas condições materiais de produção por meio da AST. As contribuições do conceito de AST, nesse contexto, ultrapassam os limites internos das empresas autogestionárias e conformam-se enquanto uma tentativa de coordenação sistêmica da produção para a transformação social.

O paradigma da transformação sócio-técnica pauta-se, portanto, na transformação dos objetivos da empresa autogestionária – cooperativa popular ou FR – pois esta não deve introjetar os valores e métodos da empresa capitalista, devendo, pois, promover uma nova eficiência enquanto objetivo da produção, chamada eficiência social.

Destacados os pontos principais de cada paradigma é possível perceber que cada quadro teórico dispõe de pressupostos variados os quais não permitem que seja visualizado qualquer consenso no que se refere a emancipação do trabalhador.

.Para o paradigma da superação, a emancipação parece tratar-se simbolicamente à medida que a propriedade dos meios de produção passa dos capitalistas para os trabalhadores. Nesse caso, não são contestadas as limitações dessa visão, mas simplesmente tem-se como garantia de emancipação a possibilidade do trabalhador em autoexplorar-se e, dessa forma, romper com a alienação do processo produtivo e do produto de seu trabalho.

Para o segundo paradigma, a emancipação faz clara referência ao processo de rompimento com todas as dimensões da alienação. Para lograr realizar tal resultado, o trabalhador, no entanto, deve ser inserido em um processo de trabalho no qual as tecnologias e o maquinário empregado sejam adequados a suas necessidades sociais. No entanto, a eliminação da alienação não pode ser conduzida totalmente somente pela ação isolada de empreendimentos autogestionários fragmentados, mas pode ser possibilitada por um arranjo sistêmico de iniciativas de autogestão, visando-se a coordenação global do processo produtivo.

Percebe-se, pois, a grande divergência que se desenvolve entre esses paradigmas. Nesse caso, pergunta-se: existiria qualquer forma de complementaridade entre essas duas visões teóricas, no sentido de que possa ser possível a construção de uma ideia de emancipação única na Economia Solidária?

Embora até o momento não se tenha encontrado uma solução definitiva para tal questionamento, o estudo até aqui desenvolvido parece prover indícios de que há uma resposta positiva ao problema proposto.

Como fora apresentado anteriormente, existem três alicerces fundamentais presentes no epicentro da ideologia do capital, personificados pela empresa capitalista, quais sejam: a racionalidade instrumental, a ênfase na eficiência econômica e a heterogestão.

Ao se abordar, no entanto, os paradigmas que compõem o corpo teórico da Economia Solidária parecem emergir elementos que contrariam essa ideologia da ordem vigente, pois do paradigma da superação, por sua vez, enfatiza-se a autogestão enquanto representação de uma democracia parlamentar que intenta findar a divisão despótica do trabalho; e do paradigma da transformação sócio-técnica surge a o conceito de AST, envolto por um novo modo de se entender os objetivos da organização autogerida que devem ser condicionados à eficiência social.

Analisando-se em perspectiva os três alicerces do microcosmo onde opera a regulação metabólica do capital e entregando-os à comparação com os elementos apreendidos pela apreciação dos quadros teóricos da Economia Solidária, parece haver algum sentido em procurar por uma resposta ao questionamento anterior.

Embora possa parecer óbvio à primeira vista, não se pode afirmar com certeza, até o presente momento, que a ênfase na eficiência social e a autogestão poderiam servir como formas antagônicas não só ao capitalismo, mas também ao sistema metabólico do capital. No entanto, a Ecosol, entendida por intermédio das interpretações marxianas descritas dos dados coletados, parece contem *in statu nascendi* os caracteres materiais e contra-ideológicos necessários pra condicioná-la a uma crítica mais veemente a ordem vigente.

Outra conclusão que pode ser retirada das apreciações marxianas descritas é a grande ênfase que se dá à dimensão interna dos EES e as contradições que surgem dessa dimensão, – muito embora deva ser feita uma ressalva com o surgimento do conceito de autogestão lato sensu –, de forma que os elementos externos aos EES, mas que ainda fazem parte da estrutura da Ecosol, não parecem receber a devida atenção de ambos os quadros teóricos apresentados.

Isso se apresenta como uma limitação relevante, mas é preciso reconhecer que o mérito explicativo dessas abordagens não se dá apesar de, mas, sobretudo, em função de se limitarem ao escopo interno dessas iniciativas. Nesse sentido, como forma de contribuir para a análise marxiana da Ecosol, à seção seguinte coube o papel de descrever a totalidade de inter-relações que permeiam a noção do “concreto imediato” da Ecosol a partir das dimensões em que essa se reproduz metabolicamente.

6. DIMENSÕES DA REPRODUÇÃO METABÓLICA DA ECOSOL

As análises dos dados apresentados em Anteag (2009) e DIEESE (2009), juntamente com a abordagem qualitativa dos estudos de caso brevemente apresentados e a descrição quantitativa sobre o perfil das políticas públicas em Ecosol, permitiu que se chegasse a um padrão ordenado de condicionantes internos e externos que afetam os EES, no sentido de gestão coletiva dos empreendimentos e processos internos, articulação em redes, grau de institucionalização, mobilização de demandas sociais e aspectos que parecem determinar suas condições financeiras.

A fim de que se reunissem esses condicionantes em grupos homogêneos e que se chegasse enfim a um espectro sistêmico das inter-relações entre esses determinantes, fez-se a opção por adotar uma “metáfora” de base e superestrutura, em que esses condicionantes pudessem ser identificados em termos das dimensões que os contém, admitindo, entretanto, todas as premissas “ontológicas” da perspectiva dialético-materialista. Nesse sentido, buscou-se uma forma de interligar, de forma planejada, essas dimensões e seus determinantes internos.

De posse da argumentação, em termos de reprodução metabólica é necessário compreender quais os aspectos que em última instância são responsáveis pela “sobrevivência” dessa forma social de produção, levando em consideração as necessidades apresentadas pelos EES na manutenção de sua proposta de gestão coletiva do empreendimento.

Nesse sentido, o ponto de partida será a base concreta pela qual se produz a Ecosol, ou seja, as manifestações organizativas e seus processos internos que determinam a dimensão específica de atuação dos trabalhadores que desenvolvem as práticas de Ecosol. Essa dimensão, sendo necessariamente o ponto de partida, estabelece-se como ponto central de apoio para a construção estrutural da Ecosol.

No tocante a essa dimensão interna, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos apresenta a existência de quatro fatores que determinam a

condição específica de existência dos EES. O primeiro deles se refere ao próprio aspecto distintivo das relações de trabalho entre aqueles que operam as atividades nos empreendimentos, de modo que, conforme ilustram os dados obtidos, o ambiente de trabalho também se faz modificar pela introdução dos novos imperativos emergentes da condição de produção coletiva.

Conforme apresentaram as pesquisas de Lacerda (2009) e Novaes (2007), essas relações de trabalho não necessariamente significam que nada muda em termos de processo do trabalho, apenas indicam que há formas possíveis de transformá-lo a partir da real adoção da autogestão. Desta forma, tem-se que, embora sejam apenas modificações aparentemente reversíveis, essas mudanças provocadas por novas relações entre trabalho e produção indicam a particularidade das relações sociais *in statu nascendi* presentes na Ecosol.

Um segundo ponto pertinente à estrutura interna dos EES emerge como consequência do primeiro aspecto e se refere à gestão coletiva nesses empreendimentos bem como à introdução de processos autogestionários pelos trabalhadores. Os dados apresentados por Anteag (2009) apontam para a concentração de atividades desenvolvidas de forma coletiva em operações voltadas para produção, comercialização, uso de equipamentos e compartilhamento de infraestrutura. Essa gestão coletiva provocada por novas relações de trabalho possibilita ao EES um arranjo interno de sua hierarquia funcional, de modo que ainda parece haver uma divisão do trabalho, porém num sentido em que é regulada pela coletividade.

Não obstante, essa gestão coletiva de alguns processos internos pertinentes aos EES afasta-se, segundo Benini e Benini (2010), consideravelmente de uma proposta legítima de autogestão. De modo que essa deve ocorrer não enquanto ponto de partida para a sustentação dos empreendimentos, mas como consequência da generalização da produção governada pelos produtores diretos. Considerar e pressupor a autogestão na Ecosol, significa, antes tudo, considerar a autogestão como conjunto de etapas que necessitam ser consumadas. Nesse sentido, a gestão coletiva evidenciada pelas pesquisas utilizadas, expõe somente pré-requisitos para se chegar a uma

autogestão “strictu senso” a qual, por sua vez, é o primeiro passo para uma possível generalização dessas relações de trabalho.

A terceira variável que desperta a singularidade dos EES faz alusão ao processo de construção da iniciativa coletiva para a resolução de conflitos e tomada de decisões. Essa construção coletiva das relações de trabalho no interior dos empreendimentos é sustentada de forma geral pela presença de assembleias de sócios-trabalhadores na qual são tomadas decisões sobre a atividade cotidiana do EES; sobre a destinação dos excedentes; e sobre a magnitude das retiradas permitidas aos trabalhadores.

Não obstante, o caráter “burocratizante” das assembleias concorre para a degeneração do alicerce democrático que pode, e deve, existir nos EES, de modo que, assim como se percebe a dualização dos assalariados em meio à corporificação organizativa do metabolismo do capital, parece haver nos EES uma clara diferenciação imediata entre aqueles responsáveis pelo controle administrativo do empreendimento e aqueles encarregados das tarefas hodiernas altamente limitadoras, como propõe Novaes (2007). Desse modo, esses EES parecem internalizar a formação de uma “Nomenklatura” específica, tal qual ocorreu na forma social pós-capitalista do tipo soviético.

Mesmo levando-se em consideração essa possibilidade de desvirtuação dos caracteres originais da democracia cooperativista, é interessante levar em consideração que a possível dualização dos trabalhadores no interior dos EES só se cofigura de forma concreta após a formação das assembleias, de modo que à luz da experiência capitalista a dualização dos assalariados ocorre de forma despótica, como consequência de um “acordo tácito” entre as partes que simplesmente reproduz os imperativos da divisão hierárquica e contraditória do trabalho, ou seja, a dualização do trabalho assalariado no capitalismo monopolista é pressuposta. Ou seja, na Ecosol há a possibilidade de se combater efetivamente essa dualização e até mesmo de se reverter o processo degenerativo.

O quarto, e último, alicerce interno aos EES o influência a construção de sua identidade enquanto forma específica de organização do trabalho e da produção decorre do processo de mediação entre o trabalhador e o processo

de trabalho: trata-se da forma com a qual os trabalhadores empregam e modificam a base técnica e tecnológica que permeia a produção. Sobre esse aspecto, ilustrado pelas pesquisas do paradigma da adequação sócio-técnica, é importante salientar que mesmo não sendo uma prática recorrente dos EES, a adaptação das tecnologias aos imperativos sociais da Ecosol vislumbra uma tentativa consciente de se dominar o processo de produção e transformar seu caráter utilitarista, em prol da amenização do grave conflito entre o emprego de maquinário e tecnologias modernas, e a manutenção dos postos de trabalho.

Desse modo, mesmo que não se apresente como característica dominante, a AST se impõe como fonte de inter-relação entre a dimensão interna aos EES e a dimensão social generalizada, de forma que, ao contrário da prática “racionalizante” da corporação capitalista, a lógica da adaptação tecnológica reflete-se como elo importante para a “mediação menos contraditória e alienada” da relação entre os produtores diretos.

As constatações apresentadas findam, dessa forma, a composição dos condicionantes internos dos EES os quais são responsáveis pela singularidade da estrutura organizativa da Ecosol, de forma que os quatro elementos compreendidos são a chave para a se compreender como se apresenta a “arquitetura sistêmica” dessa proposta de produção solidária. A dinâmica interna entre esses determinantes se apoia na mútua dependência que eles apresentam ente si, pois de formal alguma se faz possível uma forma solidária de produção, como pretende Singer (2010), sem que existam as condições materiais para fundamentá-la.

Em sequência a análise, tem-se a conformação de distintos componentes externos que afetam a capacidade de reprodução metabólica da Ecosol. De acordo com as pesquisas vislumbras pelo presente estudo, e também por meio dos dados quantitativos descritos na seção anterior, foi possível constatar a presença fundamental de quatro dimensões externas que determinam, em conjunto com a manifestação material dos EES, a forma pela qual se sustenta o concreto imediato da Ecosol.

A primeira dessas “faces do concreto imediato”, ou dimensão reprodutiva, contempla os fatores necessários à sustentação socioeconômica

dos empreendimentos solidários. Nesse caso, trata-se dos elementos cujo impacto revela-se de suma importância para o desempenho econômico dos EES, em vista dos graves problemas financeiros que limitam e regulam o desenvolvimento dessas iniciativas, conforme foi ilustrado em seção anterior⁹.

Conforme foi apresentado em dados quantitativos e qualitativos, o desempenho econômico dos EES está intrinsecamente ligado primeiramente às indústrias em que atuam esses empreendimentos e seus elementos internos metaforizados enquanto “forças competitivas”. De modo que, assim como empresas convencionais, os EES estão compreendidos em uma lógica de produção de mercadorias, alimentada pelo fetiche e pela “lei do valor” a qual pressupõe a presença de elementos antagônicos no processo de produção.

Na tentativa de se superar, ou pelo menos amenizar, os constrangimentos econômicos aos quais os EES estão sujeitos, quando estes necessitam competir e se submeter, como coloca Novaes (2007) às empresas convencionais, alguns fatores emergem enquanto “vias de escape” imprescindíveis, entre eles podemos citar: a existência de redes de comércio justo e solidário, sob a forma de cadeias produtivas de EES e aglomerados; a presença de centros de comercialização específicos para os produtos dos empreendimentos e; certo grau de desenvolvimento das finanças e do consumo solidário, como formas de valorização da produção dos EES.

A construção de cadeias produtivas de EES a exemplo da Justa Trama, ou mesmo de aglomerados produtivos como o da moda em Belém do Pará, apresenta-se como forma concreta de estruturação de relações de reciprocidade entre os EES com vistas a se suplantar a dominância das relações capitalistas de circulação.

Outrossim, a constituição de centros de comercialização especializados em produtos da Ecosol estimula a construção de canais de comercialização específicos que tendem a promover os produtos da Ecosol e captar potenciais

⁹ Ver **Figura 10** p. 180, **Quadro 4** p. 181,

clientes, inibindo assim, a pressão que incide sobre os EES ao negociarem diretamente com seus consumidores

O desenvolvimento das finanças e do consumo solidário, tal como se vislumbrou pelo estudo de caso de Silva Junior (2004), permite integrar localmente a comunidade envolvida em atividade de Ecosol à medida que se instituem instrumentos e mecanismos financeiros que permitem conciliar produção e consumo e, desse modo, intentar dar uma contrapartida à sua divisão espaço-temporal engendrada pelo metabolismo do capital.

Por razão dos argumentos apresentados, ao conjunto desses determinantes denominou-se “dimensão cooperativa-competitiva”, fazendo-se jus à dualidade apresentada por (2010) entre a possibilidade de colaboração produtiva entre EES em contrapartida a simples competição alienada via mercado com empresas convencionais. Nesse sentido, é nessa dimensão que o caráter empreendedor e de sustentabilidade econômica dos EES constrói sua identidade, na medida em que esses empreendimentos se deparam com a necessidade de reprodução social de seus sócios-trabalhadores.

Dessa forma, a interação contínua entre os EES e os condicionantes que compreendem essa “dimensão cooperativa-competitiva” resulta no grau de desempenho econômico auferido pelos empreendimentos. Esse grau de desempenho econômico se revela como variável fundamental à medida que serve de sustentação para a toda a dimensão interna aos EES, no sentido de que são afetados diretamente os fundos para alocação dos excedentes, como também a magnitude das retiradas pelos trabalhadores. Por outro lado, um baixo grau de desempenho econômico conduz à maior pressão por crédito e por cotas de associação cada vez maiores, orquestrando, dessa forma, a própria concepção dos antagonismos materiais que tornariam a base concreta da Ecosol inviável, de modo que se acelere a decomposição da orientação democrática nesses EES.

No mesmo patamar de relevância da dimensão cooperativa-competitiva encontra-se o conjunto de elementos diretamente ligados à Ecosol, responsáveis por fornecer apoio e fomento ao desenvolvimento dos EES. Durante a pesquisa, emergiram várias instâncias e organizações cujos

objetivos voltam-se para a articulação e mobilização em torno das iniciativas de produção solidária, dentre elas pode-se citar: o FBES, os FEES, o CNES, a Rede de Gestores de Políticas Públicas, ANTEAG e outras associações, as ITCPs e as ONGs.

Esse escopo de atuação dessas instâncias deliberativas e das EAFs constituem uma fonte de reprodução quantitativa e qualitativa da base concreta da Ecosol, de modo que os EES são beneficiados com auxílio para sua formação, capacitação técnica, incentivos e, acima de tudo, na implementação de políticas públicas. Sobre esse aspecto, Brasil (2005) ofereceu vários dados que possibilitam identificar a participação desse conjunto de elementos em etapas de deliberação, execução e, até mesmo, controle das ações políticas.

No entanto, o interesse que subjaz a atuação imediata desses elementos, diz respeito a função de mediação política desses condicionantes. Essa categoria de mediação retrata o papel relevante representado por essas instâncias e organizações no que tange ao processo de identificação de como podem ser alcançados os objetivos das políticas públicas em Ecosol. Muito desse papel deriva da própria experiência e proximidade desses atores com as condições socioeconômicas *sui generis* vivenciadas pelos trabalhadores da Ecosol.

Essa “dimensão mediacional”, portanto, representa a matriz de componentes que inter-relacionam as unidades produtivas da Ecosol com os dispositivos políticos engendrados para desenvolvê-las, de modo que o grau de reprodução dessas iniciativas encontra-se, de forma inquestionável, dependente de instâncias deliberativas e consultivas da Ecosol, das ações de formação e incubação realizadas pelas ITCPs, da participação ativa do terceiro setor e da capacidade de articulação da Rede de Gestores.

O desenvolvimento dessa articulação no seio da “sociedade civil organizada” remete, pois a um quadro de mobilização mais abrangente e diretamente ligado aos movimentos sociais, ao engajamento em redes/grupos sociais, o que pressupõe a grande capacidade da Ecosol em incorporar demandas sociais variadas. Isso ficou claramente exposto pelo estudo de caso sobre a mobilização da ASMOCONP e sua posterior decisão de constituir o

Banco Palmas. A partir dessa experiência constatou-se que essa “dimensão mobilizatória” pode ser o ponto de partida para a articulação de EES e de iniciativas para incluí-los em redes de relações sociais mais abrangentes, ao invés de segregá-los, privando-os de qualquer possibilidade de uma reprodução metabólica sistêmica.

Essa característica de inclusão/segregação ficou bem esclarecida no estudo de caso do Banco Palmas, pois à medida que esse EES se desenvolveu tão logo a lógica privada do banco ao analisar a capacidade de pagamento dos tomadores se instaurou, dominando a capacidade de articulação com todos os moradores do Conjunto Palmeiras em prol da seleção de sócios-clientes.

A despeito dessa desvirtuação da lógica original da iniciativa, pode-se perceber que sua origem advém primordialmente da capacidade de mobilização dos moradores em torno de mutirões e de pressão política via ASMOCNP para a resolução dos problemas que afetavam as condições de vida nessa comunidade.

Essa “dimensão mobilizatória” é responsável, portanto, pela capacidade de expansão social das iniciativas de produção solidária, de modo que a contínua incorporação de demandas sociais em torno da Ecosol concentra na criação de EES a principal via para a dinamização econômica de comunidades severamente afetadas pela forma de reprodução metabólica do capital. A partir dessa dimensão de componentes logrou a ASMOCNP consolidar um plano para articulação na comunidade de instrumentos e mecanismos criativos, como a criação de um cartão próprio, no sentido de prover as condições materiais para a produção e circulação dos bens e serviços da Ecosol

Aproveitando-se ainda do estudo de caso sobre a ASMOCNP, tem-se que a melhoria das condições de vida da comunidade do Conjunto Palmeiras não se deu somente pela via da constituição do Banco Palmas a qual serviu apenas como solução para os problemas da alta informalidade entre os trabalhadores da comunidade e da baixa renda família, de modo que outros constrangimentos ligados ao saneamento básico tiveram de ser resolvidos pela pressão política da associação dos moradores. É essa interface entre as

propostas socioeconômicas dos EES e a dimensão social mais abrangente que coloca a Ecosol como pilar alternativo para comunidades menos abastadas, no sentido de que se torne possível aglutinar demandas sociais variadas a partir de uma proposta comum advinda dos EES.

Como ficou demonstrado por esse estudo de caso, foi necessária a articulação conjunta de propostas socioeconômicas e ações políticas para a solução, ou pelo menos, amenização, dos problemas vivenciados pela comunidade do Conjunto Palmeiras. Desse modo, chega-se ao último nível de componentes estruturais que formam a disposição sistêmica da Ecosol, a saber: a “dimensão jurídico-política”.

Essa dimensão, em clara alusão a superestrutura jurídica e política marxiana, comporta as instâncias e organismos necessários à formalização da ação política e do marco regulatório da Ecosol. Nesse sentido, os dados de Brasil (2005), bem como algumas informações citadas anteriormente por Nunes (2009) permitem indicar a presença de sete elementos relevantes para a constituição dessa dimensão: a presença de uma instância executiva no âmbito do MTE ligada à concepção de programas para o fomento a Ecosol, a Senaes; a constituição no poder legislativo de uma Frente Parlamentar composta por 184 deputados para a discussão do marco legal nacional da Ecosol; a incontestável articulação política de secretarias municipais direta ou indiretamente voltadas para a Ecosol, e conseqüentemente a instituição de leis municipais que regulamentam ações políticas de fomento e apoio;

A interação entre a base material da Ecosol com essa “dimensão jurídico-política” é mediada pela atuação tanto da “dimensão mediacional” quanto, em segundo lugar, pela “dimensão mobilizatória” que afetam, por sua vez, diretamente a capacidade de reprodução metabólica da Ecosol, pois o grau de desenvolvimento dos EES, medido pelo desempenho econômico auferido na “dimensão cooperativa-competitiva” é também regulado e limitado pelos condicionantes sociais da articulação e mobilização superestruturais da Ecosol.

Na medida em que esse campo de interações pode ser visualizado, constata-se a formação de relações de reciprocidade entre essas dimensões

que, por fim, determinam a “arquitetura sistêmica” da Ecosol. Essa estrutura de alicerces que fundamenta a reprodução metabólica da Ecosol, cabe aqui ressaltar novamente, não se forma de maneira isolada ou independente do ordenamento global de determinações estruturais e históricas pertinentes ao sistema metabólico do capital, vislumbrado em seção anterior da presente pesquisa.

Isso posto, é necessário compreender que os parâmetros das avaliações marxianas tanto de Paul Singer quanto do outro grupo de autores preocupa-se eminentemente com as problemáticas internas a base concreta da Ecosol quando essa entre em contato com a lógica competitiva da produção de mercadorias, dominada pelo fetichismo pressuposto pela lei do valor. De forma complementar a essas análises, a presente pesquisa, ao abordar os outros parâmetros da Ecosol e do metabolismo do capital, permite vislumbrar as relações recíprocas não só contidas nesse arranjo interno à Ecosol, mas também as possíveis limitações que esse arranjo interno expõe ao ser visto como parte de um metabolismo global de relações sociais capitalistas. Dessa forma, além da já visitada problemática da competição com empresas capitalistas e a possível submissão dos EES a elas, emergem potenciais “contingências” em todas as outras dimensões descritas, contrariando qualquer ideia de que, afora o universo da competição, as relações entre Ecosol e capitalismo são completamente independentes entre si. Nesse sentido, é preciso situar a Ecosol em termos das categorias históricas que se constituem em meio ao desenvolvimento das formas social e material da produção do capital, conforme ilustra a **Figura 21** na página 266.

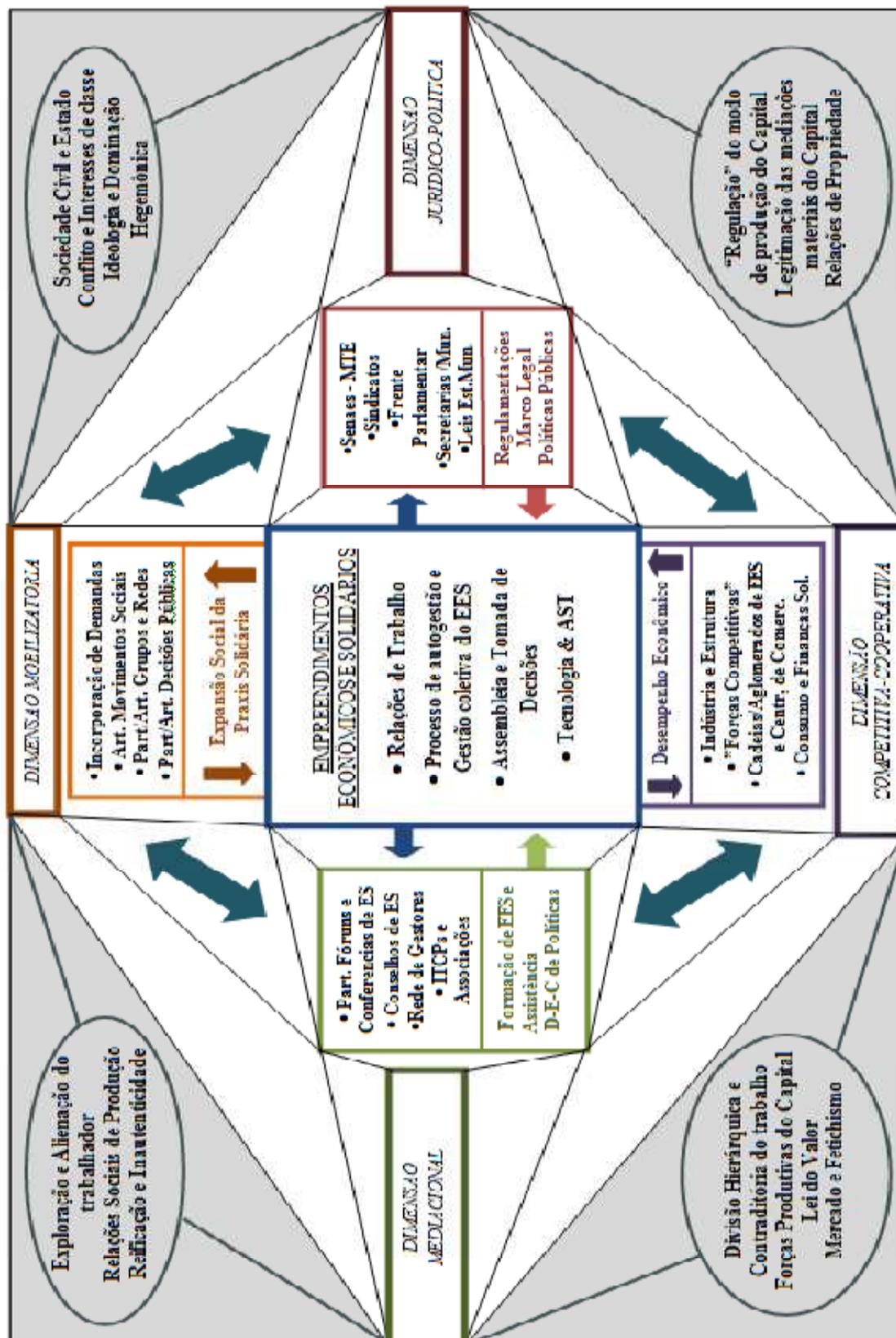


Figura 21 – As Dimensões da Reprodução Metabólica da Economia Solidária
Fonte: elaborado pelo autor.

O octaedro ao centro da ilustração apresenta os componentes descritos anteriormente bem como as dimensões às quais eles pertencem. Dessa forma, pretende-se colocar de forma inteligível as múltiplas relações de reciprocidade que atuam na formatação sistêmica da Ecosol. O que fica patente na figura são as interações que ocorrem entre estas dimensões externas e a dimensão interna da base concreta na qual atuam os trabalhadores, no sentido de que se evidencia com quais elementos em cada dimensão os EES interagem e quais o resultados dessa interação, sendo esse movimento de dupla correspondência representado pelas setas.

A dinâmica pela qual os EES estabelecem relações com essas dimensões dá origem a outra rede de reciprocidade, não só entre esses condicionantes externos e os internos aos empreendimentos, mas com relação às próprias dimensões externas entre si, pois todas elas acabam estabelecendo uma circularidade de relações causais que servem de determinantes da “retroalimentação” desse sistema. Em outros termos, a análise do “concreto imediato” da Ecosol reside no duplo aspecto das relações entre esses condicionantes, cujas dimensões são ao mesmo tempo postas e pressupostas.

As elipses que se encontram ao redor do octaedro central correspondem às categorias marxianas expostas em seção anterior, e têm a intenção de ilustrar o fato inegável de que a em qualquer aspecto pelo qual se pretenda retratar a Ecosol, dado seu grau de desenvolvimento atual, sempre haverá fatores limitadores e de intervenção direta, ligados aos imperativos da acumulação de capital. A partir desse quadro estrutural é possível se identificar quais os mecanismos e fatores que permitem a inter-relação dialética entre a “arquitetura sistêmica” da Ecosol e a totalidade de relações sociais capitalistas.

De acordo com o argumento acima, alguns pontos foram destacados como fontes de conexão entre as estruturas analisadas: 1) a participação do terceiro setor na articulação da Ecosol; 2) o uso de força-de-trabalho assalariada nos EES; 3) a implementação de políticas públicas para a Ecosol pelo Estado capitalista e a constituição de um marco legal; 4) a mobilização social da Ecosol em torno do arcabouço dos “novos movimentos sociais”.

Esses quatro pontos enumeram algumas das contradições mais aparentes evidenciadas pela presente pesquisa. Sobre o primeiro aspecto, pode-se afirmar que a participação fundamental das organizações do terceiro setor para a articulação social da Ecosol de início já é problemática em todos os sentidos, uma vez que o seu caráter funcional/instrumental, denunciado pela análise de Montaño (2007), poderia levar os EES ao esse mesmo percurso histórico, no sentido de se dissipar qualquer forma de antagonismo estrutural da Ecosol com a ordem metabólica dominante. Ou seja, dada a dependência de relações recíprocas com organismos que atuam funcionalmente ao metabolismo do capital, não parece ser possível supor uma “dinâmica de desenvolvimento próprio” para a Ecosol como o faz Singer (2004). Não obstante, se poderia afirmar que os limites para a reprodução metabólica da Ecosol possam não ser mais amplos daqueles outrora “fixados” ideologicamente para o terceiro setor.

A segunda contradição – a utilização de força de trabalho assalariada pelos EES – não só distancia a Ecosol de qualquer forma de combate à alienação e à reificação do trabalho, mas coloca-a como força propulsora de todos os aspectos desumanizadores das relações de produção capitalistas, no sentido de reproduzir no interior dos EES a divisão hierárquica e contraditória do trabalho, engendrando todas as consequências dessa forma social de exploração do trabalhador. Essa contradição é especialmente problemática na medida em que ela coloca os EES como meros instrumentos pra a extração do sobretrabalho com objetivos fetichistas, subsumidos a lei do valor.

A necessidade de exploração do trabalho assalariado revela a dependência que ainda há, por parte dos EES, de contratação de força de trabalho “qualificada”, expondo a validade do argumento de Braverman (1987) o qual expõe que só poderá haver emancipação do trabalho na medida em que os trabalhadores do chão-de-fábrica se emanciparem em relação aos especialistas e engenheiros.

Ao lado da contratação de trabalho assalariado, a terceira contradição também é de vital relevância, pois se é esperado que a Ecosol seja portadora de uma lógica de articulação antagônica ao capital, como mostra Singer (2010)

e o grupo de autores do paradigma da AST, a dependência, por parte da Ecosol, do Estado capitalista para chegar a tal fim, por meio de políticas públicas e de um marco legal, encerra em si uma relação de submissão de todo conteúdo reivindicatório portado pelos EES aos imperativos corretivos do Estado capitalista. Ou seja, significar delimitar para a Ecosol a mesma amplitude de atuação da formação estatal do capital, instrumentalizando a Ecosol no sentido desta compor um “espaço” para o deslocamento das contradições internas do metabolismo do capital, e dessa forma tornando-se mais uma elemento da hibridização do modo de produção capitalista.

Por fim, a quarta contradição contextualiza a dinâmica da Ecosol no quadro de reivindicações jurídicas e políticas, as quais são por excelência superestruturais, pertencente aos “novos movimentos sociais” e seus antagonismos internos. Conforme as pesquisas de Harvey (2010), Mészáros (2002) e Boltanski e Chiapello (2009), vários processos tendem a condicionar os movimentos de questão única a frustração imediata de suas expectativas, de modo que o metabolismo do capital acaba por assimilá-los integralmente em sua ordem global de determinações, quais sejam: a perda da centralidade do trabalho como tese central de reivindicação, a fragmentação das propostas de emancipação social e a formação de redes de relações com finalidade apenas imediata em torno de “projetos de ações”.

Sobre as duas últimas contradições, no entanto, a Ecosol fornece sinais de que engendra contra-tendências importantes as quais valem menção: no primeiro caso, a dependência de instâncias governamentais para a articulação de projetos de fomento e apoio à Ecosol parece ser contraposta, conforme divulgou Brasil (2005), pela participação, embora ainda incipiente, de organizações no controle social das políticas públicas e no acompanhamento de sua execução; em segundo lugar, o estudo de caso sobre a ASMOCNP e o Banco Palmas indica que ao articular-se em torno de demandas sociais diversas, procurando incorporá-las, a Ecosol emerge enquanto conteúdo para a centralização das reivindicações sociais em uma proposta socioeconômica, ou seja, a Ecosol pode surge como projeto de integralização das propostas dos movimentos sociais de “questão única” ao lhes fornecer um conteúdo reivindicatório centrado no trabalho.

Tendo-se em mente todas essas contradições, chega-se, enfim, ao quadro de relações recíprocas que se estabelece pela interação entre os EES e suas dimensões externas, entre as próprias dimensões do metabolismo da Ecosol e entre a estrutura da Ecosol e a estrutura global do sistema do capital. Desse modo, permanece confirmada a hipótese central de que longe de haver um desenvolvimento isolado ou “lado a lado” da Ecosol e do sistema orgânico do capital há, sobretudo, um desenvolvimento condicionado da Ecosol pelo movimento global das relações de produção capitalistas. Não se trata, portanto, de uma questão de “alterar” o quadro de relações do capital, ou até mesmo de “reagir” a elas, pois, pelo contrário, os dados qualitativos e quantitativos, mostram que, no estágio atual de seu desenvolvimento, a Ecosol é dominada em todas as suas dimensões concretas pelas contradições globais do capital.

Essa argumentação está de acordo com o estudo de Benini e Benini (2010), sobre as contradições do processo de autogestão na Ecosol, a partir do qual se pode chegar à conclusão de que nos casos de articulação das alternativas socioeconômicas dos EES, as assembleias de sócios-trabalhadores apenas expropriam os capitalistas, mas deixam inalterada toda a estrutura de reprodução do capital, ou seja, apenas são instrumentos alternativos para a corporificação do capital no processo de produção do valor.

Em resposta ao problema de pesquisa proposto, a Ecosol, devido ao seu atual grau de desenvolvimento, apresenta-se como importante mecanismo para uma forma contemporânea de “hibridização” do sistema metabólico do capital, na qual os “custos sociais” necessários à construção de programas de desenvolvimento da Ecosol são majoritariamente “repassados” para as organizações e instâncias diretamente ligadas aos EES, sejam elas associações, fóruns e organizações do terceiro setor.

Essa forma contemporânea de “hibridização” parece supor um sistema de “*outsourcing* da proteção social estatal”, em que os responsáveis por articular essa rede, como a pesquisa de Montaño (2007) concluiu, devem ser os próprios sujeitos afetados pelo metabolismo do capital, ou seja, pressupõem-se relações de proteção social articuladas horizontalmente ao

contrário da rede de proteção vertical engendrada pelo Estado de bem-estar social no pós-Segunda Guerra.

Em termos de significados para o próprio metabolismo do capital, essa rede de proteção social da Ecosol articulada pela participação do Estado capitalista pós-reestruturação parece compor um quadro mais complexo da relação Estado-Capital-Trabalho em que o pretense “trabalho autogerido” serve de instrumento para a reprodução das condições materiais da ordem vigente.

Para que haja uma mudança substantiva da práxis social ligada aos EES deve-se, portanto, não só ter-se em mente as implicações práticas das contradições expostas, mas discutir e implementar mecanismos que permitam que esse sistema de reprodução metabólica da Ecosol combata essas contradições em todas as suas dimensões seja pela abolição da contratação de trabalho assalariado; seja pelo controle social de políticas públicas, ou seja pela espontaneidade da mobilização social ligada a Ecosol.

Nesse sentido, pode-se inferir que ao mesmo tempo em que as dimensões da reprodução metabólica apontam os limites e contradições da articulação sistêmica da Ecosol, elas também proporcionam uma visão sistemática de como a inter-relação entre os elementos pode ser mecanismo significativo para a mudança social desejada. Desse modo, uma mudança da práxis da Ecosol pode ser concebida em torno de uma articulação simultânea entre todas as dimensões de seu metabolismo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos temas retratados pela pesquisa, o contexto sócio-histórico no qual emerge a Ecosol é desenvolvido pela interseção de seis processos interdependentes: 1) a crise estrutural do Capital que ao longo dos dois últimos séculos tem se agravado e atingido o eixo nevrálgico do capital, obrigando formas alternativas de organização das relações Estado-Capital-Trabalho; 2) a emergência de um quadro sociocultural sensível às diferenças que, juntamente com as transformações no “mundo do trabalho”, incitou ideologicamente “o fim das identidades sociais”; 3) a reestruturação estética da crítica que incorporou um discurso “pós-modernista”, ao tentar legitimar, uma a uma, as diversas “vozes” fragmentadas que a compõem, por meio do “culto às diferenças”; 4) a deslegitimação da “soberania do proletariado” em face da tese de não-centralidade do trabalho; 5) a estruturação de um quadro ideológico neoliberal que retoma de forma mais intensa o “culto à individualidade” como fator preponderante para o engajamento ao capitalismo, já em sua fase global e; 5) a construção de um mundo conexionista, porém fragmentado, que sustenta a efemeridade das relações entre os indivíduos e

Em meio a esse cenário, a Ecosol surge como proposta alternativa de organização do trabalho em face da inevitável desconstrução das relações de emprego no universo privado da produção de capital. Essa alternativa, conforme foi demonstrado, se desenvolve materialmente a partir da edificação dos EES os quais estimulam em seu interior um movimento para a autogestão do trabalho. A discussão sobre esse tema em alguns dos autores citados trouxe à tona as diversas limitações e contradições inerentes a essa forma de controle do trabalho.

Com relação às limitações, percebeu-se que as iniciativas em torno do processo de autogestão, encaminhado nesses EES, correspondem, segundo os dados apresentados, à execução coletiva de tarefas e utilização coletiva de instrumentos e infraestrutura necessários à produção cooperativista. Outra condição problemática reside na falta de um arcabouço jurídico próprio à Ecosol, de modo que muitos EES encontram-se marginalizados, o que dificulta

o acesso dos mesmos às fontes oficiais de crédito e implica maior pressão por recursos dos próprios sócios.

A própria carência de um marco legal para a Ecosol se revela também limitador do grau de institucionalização das políticas públicas, de modo que dependem ainda de legislações estaduais e municipais as quais, no entanto, só estabelecem um conteúdo programático de ações políticas cuja articulação depende da mobilização de secretárias de governo, de associações, sindicatos e organizações do terceiro setor, entre outras.

Outra limitação encontrada, em conformidade com estudos citados, diz respeito ao isolamento geográfico das iniciativas socioeconômicas da Ecosol, de forma que esse fator impede substancialmente o desenvolvimento sistêmico da proposta solidária, fazendo-se ressalva, obviamente, ao caso da cadeia produtiva de algodão ecológico Justa Trama.

Acerca das contradições internas ao processo de autogestão testemunhado nos EES, pode-se destacar o antagonismo entre os sócios-trabalhadores que só são responsáveis por compor as assembleias e os sócios-trabalhadores cuja atribuição é a única e exclusiva execução de tarefas. Esse antagonismo marca a reprodução interna aos EES da divisão hierárquica e contraditória do trabalho, no sentido de que no lugar do capitalista instalam-se os sócios-dirigentes dos empreendimentos.

A existência da contratação de força de trabalho assalariada por parte dos EES consiste em outra grave contradição para a Ecosol. Esse fato coloca esses empreendimentos em conexão direta com o arcabouço reprodutivo do sistema metabólico do capital, na medida em que essa forma de exploração do trabalho sustenta a produção de valor pela extração de mais-valia e pela transformação dos meios de produção em capital.

Todos esses fatores colocam empecilhos para que a Ecosol se configure como a uma forma de crítica social, engendrando em seu interior novas relações de produção *in statu nascendi* baseadas na autogestão do trabalho. Muito pelo contrário, porém, os dados observados pelo estudo permitem concluir que, em face da recomposição estética da crítica e sua aliança com o

neoliberalismo, a Ecosol vê-se cercada de instituições, mecanismos e organizações para a intervenção social cujo caráter funcional-instrumental e burocrático sobressai-se sobremaneira, afetando, assim, o próprio desenvolvimento do Ecosol como forma de articulação antagônica ao capital. Ou seja, imaginar, em seu atual desenvolvimento, que a Ecosol seja capaz de opor-se ao capital significa, de acordo com a presente pesquisa, ignorar todas as contradições expostas pelo estudo em prol de uma utopia social.

Além dessas considerações, pode-se também objetar quanto ao conteúdo revolucionário presente no estágio atual da Ecosol quando se percebe a necessidade de articulação em torno da forma cooperativa de produção, uma vez que esta, longe de representar no contexto atual um antagonismo com as relações de produção e distribuição capitalistas, cumpre seu papel instrumental como relação de propriedade completamente assimilada pelas disposições da superestrutura jurídica e política do sistema do capital. Nesse caso parece haver um “esvaziamento” do caráter autogestionário dos EES à medida que ocorre apenas uma troca “formal” do salário pela retirada dos sócios, uma vez que não há plena transformação de trabalho assalariado em trabalho autogerido, e sim do capitalista em sócios-dirigentes das assembleias.

Apontar somente os aspectos críticos da Ecosol sem, no entanto, fazer deles pontos de referência para uma mudança da práxis social implica o completo abandono da perspectiva marxiana em face de um “criticismo gratuito”. Para não incorrer em tal prática, a presente pesquisa, ao passo que permite visualizar a “arquitetura sistêmica” da Ecosol, aponta para novos horizontes da produção solidária.

As dimensões da reprodução metabólica da Ecosol representam os conjuntos de condicionantes imediatos sobre os quais são erguidas as iniciativas de EES, bem como a articulação sociopolítica necessária para salvaguardar seu desenvolvimento. Nesse sentido, foram constatadas quatro dimensões externas aos EES as quais, juntamente com a dimensão internas aos empreendimentos, determinam em última instância a estrutura da Ecosol, sejam elas: a “dimensão cooperativa-competitiva”; a “dimensão mediacional”; a

“dimensão mobilizatória” e; a “dimensão jurídico-política”. Dessas dimensões foram extraídas duas variáveis-chave para a compreensão das necessidades de desenvolvimento metabólico da Ecosol: o desempenho econômico dos EES e a expansão social da práxis solidária.

Dessa forma, procurou-se correlacionar as quatro dimensões identificadas com as duas variáveis-chave do metabolismo da Ecosol. O resultado, alcançado ao longo da pesquisa, não poderia ser mais evidente, conforme se resume aqui: As teses marxianas incumbidas de apreciar o conteúdo da Ecosol de modo a torná-lo crítico, ou pelo menos de modo a entendê-lo como forma incipiente de crítica ao capital, apoiaram-se, sobretudo, em constatações sobre as implicações: do processo de degeneração da instância democrática interna aos EES; do problemático processo de autogestão e; da problemática relação de competição dos EES com empresas convencionais. No entanto, essas análises não levaram em consideração os aspectos sistêmicos que determinam esses processos. No sentido de contribuir com as teses marxianas da Ecosol, a presente pesquisa ressaltou a importância de condicionantes sistêmicos pertencentes às dimensões da mobilização social, da mediação da práxis solidária e dos elementos jurídicos-políticos, os quais contribuem, de forma inegável, para determinar a magnitude e o conteúdo da Ecosol. Essa resultante sistêmica logrou situar a Ecosol como processo de organização do trabalho cujo atual grau de desenvolvimento suporta apenas uma existência como “via de escape” vital para os deslocamentos das contradições do capital. Como conclusão tem-se que: para a superação de suas contradições e a instituição um ponto de partida para uma “verdadeira” autogestão a Ecosol deve se libertar da função apenas instrumental em que se baseia sua gênese histórica. Ou seja, a Ecosol necessita com emergência de uma práxis de transição.

A discussão realizada pela pesquisa, no entanto, longe de encerrar qualquer debate ou atingir o estágio máximo de esclarecimento sobre o tema, traz em si apenas um meio para a interpretação da realidade concreta da Ecosol, uma interpretação que, antes de tudo, serve de complemento aos estudos marxianos já endereçados à compreensão das manifestações concretas desse fenômeno social. De forma que, apenas procurou-se expandir

as análises marxianas já realizadas e prover essas análises não se de descrição mais profunda do objeto, mas também oferecer á Ecosol instrumentos prescritivos para seu desenvolvimento.

A grande limitação que se impôs à pesquisa durante sua realização foi o fato de que ela centrou-se em um objetivo primário da apreciação marxiana, qual seja: a determinação da realidade social, do concreto imediato. Isso significa que o resultado do estudo configura-se apenas como ponto de partida donde devem ser extraídas suas mediações dialéticas pela devida aplicação das categorias marxianas. No entanto, esse concreto imediato constatado já permitiu em si algumas conclusões, porém, em decorrência da própria limitação da pesquisa, essas conclusões não podem almejar ser qualquer status de “verdade indiscutível” por duas razões: 1) a não aplicação exaustiva das categorias marxianas ao concreto imediato que se chegou não permite que se estabeleça de forma completa um quadro de “conclusões finais” sobre a Ecosol; 2) sendo o próprio movimento histórico dialético e, por isso mesmo, impossibilitado de ser “mensurado” por variáveis discretas, sua continuidade não permite que as considerações feitas a respeito do atual grau de desenvolvimento da Ecosol sejam generalizáveis para seu desenvolvimento ulterior.

Sob a forma de contribuição para estudos posteriores, o “mapa” das relações sistêmicas da Ecosol pelo próprio fato de possuir elementos empíricos, ou seja, que podem ser validados pela apreciação científica do objeto, serve de apoio para a construção de indicadores sociais sintéticos para se “mensurar” o desenvolvimento da Ecosol. Essa mensuração, no entanto, está ligada a aferição da interação dos EES, que representam a base concreta da Ecosol, com os elementos pertencentes às outras dimensões, possibilitando identificar a magnitude das correlações existentes. Desse modo, pode-se verificar como a Ecosol se desenvolve, em termos de seu conteúdo e de sua magnitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, J. C. T. A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado: Universidade da Amazônia, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina; Editora Praxis. 2007

ANTONI, E. *Minsky on Financial Instability*. In: ARESTIS, P; SAWYER. M. **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Northampton: Edward Elgar, 2006.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

_____. "Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro" In ANTUNES, R. et alii, **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra.** , São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

_____. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____; ALVES, G. As mutações no Mundo do Trabalho na Era da mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

BARAN, P; SWEEZY, P. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BENINI, E. G. Economia solidária em questão – estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.

_____.; BENINI E. A, FIGUEIREDO NETO L. F. "Economia Solidária nos Prismas Marxistas: Revolução ou Mitigação. Anais: V Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo: NESOL, 2007.

_____.; BENINI E. A. As contradições do processo de autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia

Solidária. Revista Organizações e Sociedade, Salvador. vol 17, n. 51 dez 2010. p. 605-619

BERNSTEIN, S; MILZA, P. História do século XX (1945 – 1973): O Mundo entre a Guerra e a Paz. Vol. 2, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2007.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Ed.4. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIRCHALL, J. The International Co-operative Movement. Manchester: Manchester University Press, 1997.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. O Novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOYER, R.; FREYSSENET, M. *The World That Changed The Machine: Synthesis of GERPISA Research Programs 1993-1999*. In: **GERPISA, 8., 2000, Paris**. Paris: GERPISA, 2000. pp. 1-32.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e Capitalismo, vol 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília, 2005.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.21, n. 1, abr, 1991. Aula Magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Brasília, 4 dezembro 1990.

CASTRO, Antonio Maria. Cadeia Produtiva e prospecção tecnológica como ferramentas para gestão da competitividade. USP, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, R. Globalização e Integração Periférica. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n.126, jul.2007

_____. A globalização financeira: origens, dinâmica e perspectivas. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n.90, out.1999

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia acontece**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, 1995.

CHESNAIS, F. e SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo Editorial, número 16 -2003.

COLE, G. A Century of Co-operation. Manchester: Co-operative Union Ltd. 1944.

CONSTANTINO, A. Marx e o Cooperativismo. 2003. Disponível em: www.itcp.unicamp.br/itcp/arq66.doc. Acesso em: 15 abr. 2011

DAGNINO, R.. e NOVAES, H.T. Sobre Adequação Sócio-Técnica e sua importância para a Economia Solidária. São Leopoldo: 3º Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo, abril de 2004.

DEL ROIO, M. Marx e a Comuna de Paris. **Revista Espaço Acadêmico**, Brasil, 10 fev. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12509/6698>. Acesso em: 14, abr. 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: economia solidária, proger e juventude. São Paulo: DIEESE, 2009.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5ª edição. São Paulo: McGraw – Hill e Makron Books, 1991.

DUMONT, L. Homo aequalis. Paris: Gallimard. 1977

DUNNING, J. *Multinational Enterprises and the global economy*. Wokingham: Addison-Wesley, 1993

DUPAS, G. Economia global e Exclusão Social. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DYMSKY, G. Banking and Financial Crises. In: ARESTIS, P; SAWYER. M. **A Handbook of Alternative Monetary Economics**. Northampton: Edward Elgar, 2006

FARIA, M.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. Santa Catarina, Revista Katalysis, UFSC, maio-junho 2008.

FEIJÓ, C.A. Decisões Empresariais em uma Economia de Monetária de Produção. In: LIMA, G.T; SICSU, J; de Paula, L.F. **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea**. 1999

FERGUSON, N. A Ascensão do Dinheiro. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009

FERNANDES, R. Privado porém público – o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FILGUEIRAS, L. A Desestruturação Do Mundo do Trabalho e o "Mal Estar" desse fim de século. **Caderno do CEAS**, n.º 171, setembro/outubro, p. 9-29. 1997

FONTANA, R. Comuna de Paris – 130 anos. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/000/0fontana.htm> Acesso em 12, abr,

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia análise e dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002b, v. 12, n. 1, jun. 2002.

. _____; LAVILLE, J. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRIEDMAN, M. *The great Contraction*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <<http://www.Ecosol.org.br>> Acesso em 10 de fev. 2011.

GUILLERM, A. e BOURDET, Y. Autogestão: Mudança Radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GIAMBIAGI, F. et al. Economia Brasileira Contemporânea. (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

GONÇALVES, R et al. O. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro. Campus. 1998.

GORZ, A. *Los caminos del paraíso: para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda*. Barcelona: Laia, 1986.

_____. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOTTFRIED, P. E. *The Strange Death of Marxism: The European Left in the New Millennium*. Columbia: University of Missouri Press, 2005.

HADDAD, Fernando et. alii. : Sindicatos, Cooperativas e Socialismo, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HATCH, M. J. Organization Theory: Modern, Symbolic and Postmodern Perspectives. Oxford University Press, 1997.

HEILBRONER, R. A história do pensamento econômico, 6.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996

HELLEINER, Eric. *States and the reemergence of global finance*. Ithaca: Cornell.University Press, 1994.

HIRSCHMAN, A. *The passions and the interests: political arguments for Capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton University Press, 1977

HOBBSAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX 1974-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HUBERMAN, L. A História da Riqueza do Homem. 16 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JENSEN e MECKLING, W. *Theory of the Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure*. **Journal of Financial Economics**, 3:305. 1976

ICAZA, A; TIRIBA, L. Economia popular. In: Cattani, A. **A outra economia**. Porto Alegre. Editora Voraz, 2003: pp. 101-109.

JEVONS, W. A Teoria da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo:Atlas, 1982.

LACERDA, J. F. B. Governar-se para quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.

LALL, D. *Technology and industrial development in an era of globalization*. In: CHANG, Ha-Joon. **Rethinking development economics**. London: Antherm Press, 2002

LEFEBRVE, H. *De lo Rural ao lo Urbano*. Barcelona: Cultura libre, 1978.

LENIN, V. *Cuadernos Filosóficos*. Buenos Aires: Estudios, 1974.

_____. As três fontes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LUKÁCS, G. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução? São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes. 1977

_____. Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

. _____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, v.6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. Textos 1. São Paulo: Alfa e Omega. 1975.

_____. Textos 2. São Paulo: Alfa e Omega. 1976.

_____. Textos 3. São Paulo: Alfa e Omega. 1977.

_____. O Manifesto Comunista, in O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MANCE, E. A. A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Redes de colaboração solidária. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: Fase, 2002b.

MEDEIROS, C. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MÉSZÁROS, I. O marxismo hoje (Entrevista). **Crítica marxista**, n. 2, São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. A teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. Estrutura Social e Formas de Consciência II: A Dialética da Estrutura e da História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINSKY, H. John Maynard Keynes. Nova York: Columbia University Press, 1975

_____. Estabilizando uma Economia Instável. São Paulo: Novo Século, 2010

MOTTA, F. C. P. O que é burocracia. São Paulo: Editora brasiliense. 1981.

_____. Alguns precursores do participacionismo. In: VENOSA, R. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

NASCIMENTO, C. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. Disponível em: http://www.mte.gov.br/Ecosolidaria/prog_becosapos.pdf Acesso em 12/4/2011.

NOVAES, H.T. **Os Simões Bacamarte da Economia Solidária**. Campinas: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2004. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>>.

_____. Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária. In: **X Encontro Nacional de Economia Política**, maio de 2005a, Campinas.

_____. Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. Dissertação de Mestrado em Geociências. Campinas: Unicamp, 2005b. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375370>>.

_____. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. *Revista de Ciências Sociais da Unisinos, São Leopoldo*, v. 42, n. 166, jan./jun, 2005c.

_____. “De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”. *Revista Lutas & Resistências, Londrina*, n. 2, p. 84 – 97, 2007 .

_____. Qual autogestão? São Paulo, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, maio de 2008.

NOVAES, H.T. e DAGNINO, R. O Fetiche da Tecnologia e a Visão Crítica da Ciência e Tecnologia: lições preliminares. São Leopoldo: 3º Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo, abril de 2004.

NUNES, D. *Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

PINHEIRO, M. *Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988

_____. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989

_____. Estratégias competitivas: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Competição: estratégias competitivas essenciais. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRADO, E. Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

ROMERO, D. Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

RITTERSHAUSEN, R. B. J. **The Postwar West German Economic Transition: From Ordoliberalism to Keynesianism**. Georgetown University, May 2006.

ROGERS, G. *What is especial about social exclusion aproach?*. In: ROGERS, G.; GORE, C. e FIGUERIEDO, J. (orgs, **Social Exclusion: rethoric, reality, responses**. Genebra: Insternational Institute for Labor Studies. 1995

ROUGERIE, J. *et al* Historiadores franceses debatem a Comuna de Paris. Crítica Marxista, n. 13. 200.

SALOMON, L; ANHEIER, H. *In search of nonprofit sector: the quest for definition's*. Voluntas, v.3, n.2, p.267-311, 1992.

SCOTT, W. R. Institutions and organizations. London: Sage Publications, 1995.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. T. Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2004.

SILVER, H. *Reconptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion*. In: ROGERS, G.; GORE, C. e FIGUERIEDO, J. (orgs, **Social Exclusion: rethoric, reality, responses**. Genebra: Insternational Institute for Labor Studies. 1995

SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Editora Contexto, 1999

_____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: Santos, B.S. **Produzir para viver**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, nº 18 (51): 7-22, 2004.

_____. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. *Otra Economía*, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16

_____. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

SYMONSEN, M; CYSNE, R. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 2007.

TOLEDO, C. Cooperativismo e Controle Operário da Produção: O que dizem os clássicos. *Marxismo Vivo*. n.7, 2003, p 73-79.

THERBORN, G. *From Marxism to Post-Marxism?*. London: Verso, 2008.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Revista Proposta*, n. 97, p. 38-49. 2003

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASAPOLLO, L. Trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VOSLENSKY, M. A Nomenklatura: Como Vivem as Classes Privilegiadas na União Soviética. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WOLFE, M. Globalization and social exclusion – some paradoxes. In: ROGERS, G.; GORE, C. e FIGUERIEDO, J. (orgs, **Social Exclusion: rhetoric, reality, responses**. Genebra: International Institute for Labor Studies. 1995